

ANA LÚCIA PRADO REIS DOS SANTOS

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses



Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2016

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

.

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2016

© 2016

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
doutora em Ciência da Informação, Especialidade
em Jornalismo e Estudos Mediáticos, sob a
orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa.

RESUMO

ANA LÚCIA PRADO REIS DOS SANTOS: Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*: a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses.

(Sob orientação do Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa)

A Grande Guerra foi o acontecimento ápice de tensões acumuladas entre as potências da Europa ainda no começo da segunda década do século XX. O conflito deflagrado no verão de 1914 expandiu-se e envolveu nações de outros continentes, tornando-o mundial, com repercussões que extrapolaram os mais de quatro anos de batalhas oficiais – atualmente pode-se concluir que a Segunda Guerra Mundial nada mais foi do que a segunda parte de um conflito que não acabou de forma a contentar todos os países beligerantes.

Entretanto, a Grande Guerra também demarcou o final de uma era conhecida como *belle époque*, um tempo que simbolicamente representava o apogeu cultural, econômico e social na Europa, inspirador do modelo civilizador em nações no novo mundo, inclusive no Brasil. Na Amazônia, sobretudo na capital do Estado do Pará, Belém, vivia-se ainda sob o imaginário da era da abundância provocada pela exportação da borracha nativa, cujo início ocorreu no final do século XIX e na primeira década do século passado. Nesse cenário, desenvolveu-se um jornalismo forte e muito sintonizado com as questões nacionais, regionais e de além-mar. Formado por intelectuais, políticos e escritores, o jornalismo paraense cobriu de forma sistemática os acontecimentos em torno da Grande Guerra, desde a morte do herdeiro do trono do Império Austro-húngaro, Francisco Ferdinando, até a paz ser selada. Com base neste panorama, o objetivo desta investigação centra-se no esforço para compreender a natureza da cobertura jornalística dos jornais paraenses acerca da Primeira Guerra Mundial, tendo como objeto de análise três jornais diários que circulavam à época: *Estado do Pará*, *Folha do Norte* e *A Tarde*. Os dois primeiros eram jornais generalistas e de longo período de circulação. O terceiro foi um jornal vespertino, publicado entre setembro de 1915 e setembro de 1916, portanto, de caráter ocasional.

Para alcançar esse objetivo, a metodologia usada compreende as análises quantitativa e qualitativa de conteúdo, conforme descrito por Sousa (2006). A primeira parte das

análises centra-se em avaliar os dados relativos ao número de peças, de espaços dedicados ao tema da guerra, entre outros aspectos quantificáveis. Na segunda parte usou-se a análise qualitativa com base no estudo do diálogo estabelecido entre os aspectos da historiografia e os achados jornalísticos nos três jornais.

ABSTRACT

ANA LÚCIA PRADO REIS DOS SANTOS: Brazilian press in the decline of the *belle époque*: The First World War under the look of paraense newspapers

(Under the orientation of Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa)

The Great War was the event that motivated the outburst of the tensions accumulated between the strongest European nations, at the beginning of the second decade of the twentieth century. The conflict was triggered in the summer of 1914 and involved nations from other continents, turning it into a worldwide problem, with repercussions that went beyond the more than four years of battles. After all, World War II was nothing more than the second part of a conflict that didn't finish in order to settle all the belligerent countries. However, the Great War also marked the end of an era known as the *belle époque*, a time that symbolically represented the cultural, social and economic heyday in Europe, inspiring the civilizing model nations in the new world, including Brazil.

In the Amazon, especially in the capital of the state of Para, Belem, people still lived in the imaginary of the age of abundance, promoted by the export of native rubber, that began in the late nineteenth century and the first decade of the last century. In this scenario, it was developed a strong sense of journalism, attuned to national, regional and overseas issues. Formed by intellectuals, politicians and writers, the journalism in Para covered systematically the events surrounding the Great War, since the death of the heir to the throne of the Austro-Hungarian Empire, Franz Ferdinand, until the moment peace was sealed. Based on this overview, the objective of this research focuses on the effort to understand the nature of media coverage of Para newspapers about the First World War, with the main purpose of analysing three daily newspapers that circulated at the time: *Estado do Pará* (Para State), *Folha do Norte* (Northern Paper) and *A Tarde* (The Afternoon). The first two were general and long circulation newspapers. The third was an afternoon paper, published between September 1915 and September 1916, therefore, it had an occasional character.

To achieve the goal, the methodology used included quantitative and qualitative content analysis, as described by Sousa(2006). The first part of the analysis focuses on evaluating

the data on the pieces, the spaces dedicated to the theme of war, and other quantifiable aspects. In the second part we used a qualitative analysis based on the study of the dialogue established between the aspects of historiography and journalistic findings in the three newspapers.

RÉSUMÉ

ANA LÚCIA PRADO REIS DOS SANTOS: La presse brésilienne au moment
du déclin de la Belle Époque : la première guerre mondiale sous le regard des journaux
de l'État du Pará

(Sous la supervision du Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa)

La Grande Guerre a été l'événement résultant des tensions accumulées entre les puissances de l'Europe, lors de la deuxième décennie du XX^e siècle. Le conflit déclenché à l'été de 1914 s'est amplifié aux pays des autres continents, devenant ainsi mondial, avec des répercussions allant au-delà des quatre années de combats, faisant finalement de la Seconde Guerre mondiale, rien de plus que la deuxième partie d'un conflit qui n'avait pas pu contenter l'ensemble des pays belligérants.

Toutefois, la Grande Guerre a également délimité la fin d'une époque connue sous le nom de la *belle époque*, un temps qui représentait symboliquement l'apogée culturelle, sociale et économique en Europe, modèle de civilisation qu'inspirant les nations du nouveau monde, y compris le Brésil.

En Amazonie, en particulier dans la capitale de l'État de Pará, à Belém, se vivait encore sous l'imaginaire de l'âge de l'abondance grâce à l'exportation de caoutchouc local, dont le sommet a été atteint lors de la période allant de la fin du XIX^e siècle à la première décennie du siècle dernier. Dans ce scénario, il s'est développé un journalisme fort et en phase avec les enjeux nationaux, régionaux et à l'étranger.

Formé des intellectuels, des politiciens et des écrivains, le journalisme Paraense a couvert systématiquement les événements entourant la Grande Guerre, depuis la mort de l'héritier du trône de l'Empire austro-hongrois, Franz Ferdinand jusqu'à ce que la paix soit scellée. L'objectif de cette recherche est axée sur l'effort de comprendre la nature de la couverture médiatique des journaux du Pará sur la Première Guerre mondiale, ayant comme objet d'analyse les trois quotidiens qui circulaient à l'époque: *Estado do Pará*, (État du Pará), *Folha do Norte* (Page du Nord) et *A Tarde* (l'Après-midi). Les deux premiers étaient des journaux généraux et de longue période de circulation. Le troisième était un

document d'après-midi, publiés entre Septembre 1915 et Septembre 1916, cependant de caractère occasionnel.

Pour atteindre cet objectif, la méthodologie utilisée comprend l'analyse quantitative et qualitative de contenus, comme décrit par Sousa (2006). Dans la première partie des analyses, elle s'est portée sur l'évaluation des données sur le nombre de pièces, d'espaces dédiés au thème de la guerre entre autres aspects quantifiables. Dans la deuxième partie, nous avons utilisé une analyse qualitative basée sur le dialogue entre les aspects de l'historiographie et les conclusions journalistiques des trois journaux.

DEDICATÓRIA

*No tempo em que festejavam o dia dos meus anos,
Eu era feliz e ninguém estava morto.
(Álvaro de Campos).*

Não é tarefa fácil decidir a quem dedicar um trabalho como uma tese de doutorado. Em geral, um trabalho intelectual desta natureza é fruto de uma trajetória de vida na qual entes queridos estiveram presentes desde sempre, ainda antes da decisão do que se quer ser quando crescer. E, por isso mesmo, neste momento não há como escapar das histórias contadas pela minha avó Joana Prado, responsáveis pelo desejo de seguir na vida como uma contadora de histórias por meio do Jornalismo – profissão que abracei com orgulho e sonho. Ou como não pensar nas inúmeras conversas sobre livros, música, cotidiano e memórias que minha mãe Júlia partilhou comigo desde muito menina? Impossível não evocar da mente as lições de como ser gente decente, honesta e com vontade de conquistar um espaço de respeito por meio do trabalho, mantra que o meu pai José sensivelmente entoava no viver dele e que se espelhou na minha existência. E, por fim, quando este doutorado mal se iniciava, uma das maiores incentivadoras da minha busca pela qualificação, a minha irmã Sandra, que se foi no auge da vida, levada pela falta de conhecimento de quem não soube identificar a tempo o vírus que – ironicamente – era da mesma cepa do agente que no final da Grande Guerra ceifou milhões de vidas do mundo – a gripe Espanhola.

A elas e a ele, *in memoriam*,
dedico este trabalho, com amor eterno.

AGRADECIMENTOS

O resultado de uma tese nunca será um produto de uma só pessoa ou de um só grupo de trabalho. Ao longo dos anos necessários para a conclusão deste percurso, muitos seres iluminados cruzaram a minha trajetória, acrescentaram conhecimento, por meio da sugestão de bibliografias e oferecendo palavras de incentivos e apoio emocional e material.

Ao meu orientador professor doutor Jorge Pedro Sousa. Pela confiança, pelo carinho, pela paciência e, sobretudo, pelo afeto. Sem a sua orientação, esta tese não teria sido realizada. Gratidão por todas as vezes que não me deixou desistir.

O meu agradecimento especial ao meu filho Júlio, pelo tempo que lhe roubei para estar a cargo desta investigação. Da mesma forma, a minha gratidão ao meu marido Apolo, não só pelo carinho e pelo zelo, mas por ter suportado tantos revezes, frutos de um trabalho de pesquisa que mobilizou a vida da família.

À minha irmã Lena Prado, um dos melhores humanos que conheço e que Deus me deu de presente. Minha maninha, agradeço por estares sempre comigo.

À professora doutora Nírvea Ravena por todo afeto, pela disponibilidade e generosidade sem fim.

Às minhas amigas da Universidade da Amazônia, pela cumplicidade: Danila Cal, Vânia Torres, Renata Ferreira, Manuela do Corral, Marina Chiari, Ana França, Analaura Corradi.

Amigos e amigas da Universidade Federal do Pará, pela torcida: Beth Ribeiro, Alda Costa, Rosaly Brito, Rosane Steinbrenner, Ana Petruccelli, Roseane Caxias, Cláudia Santiago, Kalinka Cruz-Stefani, Fábio Castro, João Weyl e Renato Francês.

Amigos e amigas da Universidade do Porto e da Universidade Fernando Pessoa pelo apoio Arthur Barroso, João Lourival, Júlia Capovilla, Sandra Luz, Sandra Klafke, Inês Salcedo, Rafaella Leão, Sandra Luz, Simone Formiga, Dal Fernandes e Lea Saraiva.

À amiga Silvana Costa, porque amizade de Tuga e Zuga não se discute.

À amiga Kalyinka Cruz pelo afeto e pela força sempre presente.

Às irmãs do coração, Ângela Rosa, Marinice Belúcio, Joice Santos, Ana Marli Lameira e Luciana Brandão por provarem que o conceito de família está além dos laços de sangue.

À Dina Sampaio, Francisco Sampaio e Fernanda Sampaio, minha família portuguesa.

Ao Silvio Figueiredo que me cuidou desde há muito.

Ao amigo João Cauby pelo incentivo constante.

Aos amigos Ruth Leão e Vítor Matos pela acolhida, pelo carinho e por tudo o mais que as palavras não conseguem traduzir.

À amiga Elaine Andrade, porque solidariedade e afeto vão mais além do que um teto.

Aos professor doutor Durbens Nascimento e ao Magnífico Reitor professor doutor Carlos Maneschy pelo apoio institucional da UFPA.

E por fim, não teria tido como chegar aqui sem a fé e o amor do meu Deus.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	02
CAPÍTULO I - JORNALISMO E HISTÓRIA: NOTAS CONCEITUAIS SOBRE AS INTERFACES ENTRE CAMPOS	13
1. História e jornalismo: aproximações conceituais	15
2.1. Tempo	19
2.1 Memória	23
2. Jornalismo: História imediata, acontecimento e notícia	25
3. Jornalismo como narrativa do presente e como narrativa do passado	30
4. Síntese do Capítulo	33
CAPÍTULO II – BREVES RECUOS HISTÓRICOS ANTECEDENTES À GRANDE GUERRA: CENÁRIOS INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL.	35
1. Europa: guerras e revoluções que antecedem a Grande Guerra	40
1.1. A guerra Franco-Prussiana	45
i. Duas Prússias e uma França	46
1.2. E o capital se industrializou	51
1.3. Europa e tensões entre impérios no início no século XX	54
1.4. A tensão nos Balcãs como anfiteatro da Grande Guerra	56
2. Brasil: notas sobre a formação do Estado-Nação	58
2.1. O ocaso de um império	63
2.2. Os primeiros anos da República Velha	68
2.3. Cenários político e econômico no Brasil do raiar do século XX	71
2.4. Modernidade à brasileira	78
2.5. A diplomacia brasileira se apresenta ao mundo	82
3. O Pará: um “Brasil” esquecido na floresta	85
3.1. Uma capital na foz do rio Amazonas	87
3.2. Cabanagem: 180 anos da revolta que enfrentou o Império	97
i. O povo no poder?	98
ii. Das causas	99
iii. Das lideranças	100
iv. Algumas notas atualizadoras sobre a Cabanagem	104
3.2. A Paris dos trópicos, a capital do Grão-Pará.	107
4. Amazônia e a decadência da economia da Hevea	118
4. Síntese do capítulo	118
CAPÍTULO III - CONTEXTOS DO JORNALISMO: CENÁRIOS INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL.	120
1. Imprensa no contexto do final do século XIX e no começo do século XX	122
1.1. O jornalismo no longo século XIX	123
1.2. As agências de notícias e ampliação do jornalismo	124
1.3. Correspondentes em tempos de guerra	127
1.4. Uma guerra de propaganda	128
2. Imprensa brasileira no começo do século XX	129
2.1. A imprensa brasileira na Grande Guerra	134

3. Notas sobre o surgimento da imprensa paraense	141
4. Síntese do capítulo	145
CAPÍTULO IV - DOS OBJETOS DE ESTUDO EM QUESTÃO E MÉTODOS DE ANÁLISE.	146
1. Estado do Pará	147
2. Folha do Norte	151
3. A Tarde	154
4. Sobre a Metodologia	158
4.1. A opção pelas análises quantitativa e qualitativa do discurso.	160
i. Análise quantitativa do discurso.	160
ii. Análise qualitativa do discurso	164
iii. Categorias analíticas qualitativas.	165
5. Síntese do capítulo	165
CAPÍTULO V – ANÁLISE DA COBERTURA DOS JORNAIS PARAENSES NO CONTEXTO DA GRANDE GUERRA	168
1. Panorama quantitativo da pesquisa	169
1.1. Estado do Pará	170
1.2. <i>Folha do Norte</i>	174
1.3. <i>A Tarde</i>	177
2. Panorama qualitativo da pesquisa: a Grande Guerra ou a guerra que não acabou	180
2.1. Eventos pré-guerra	181
2.2. Do ultimato à mobilização	187
2.3. A neutralidade brasileira ?	199
2.4. Movimentos de guerra	211
i. Portugal vai à guerra	238
ii. A entrada dos Estados Unidos no conflito.	242
2.5. Batalhas em terra, no ar e no mar	246
3. O Brasil vai à guerra	257
3.1. Economia de guerra	263
3.3. À luta: ruptura da neutralidade e participação no esforço de guerra	266
i. Estratégias militares e desafios de guerra	268
4. Análises cruzadas da cobertura dos jornais	274
4.1. Discursos convergentes e divergentes	274
5. Síntese do Capítulo	280
CONCLUSÃO	289
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297
APÊNDICE 1 - Linha do Tempo dos eventos em torno da Grande Guerra	
APÊNDICE 2- Grade de Estatísticas Quantitativas	
Anexo I - Decreto de Estado de Sítio	
Anexo II - Decreto de Declaração de Guerra do Brasil	

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 01 - Seções e temas do <i>Estado do Pará</i> distribuídos por páginas	149
QUADRO 02 - Seções e temas da <i>Folha do Norte</i> distribuídos por páginas	154
QUADRO 03 - Seções e temas do <i>A Tarde</i> distribuídos por páginas	158
QUADRO 04 - Categorias de análise qualitativa quanto aos temas	166
QUADRO 05 - Categorias de análise qualitativa quanto aos enquadramentos	166
QUADRO 06 - Categorias de análise qualitativa quanto à adjetivação dos atores	166
QUADRO 07 - Categorias de análise qualitativa quanto aos assuntos tangenciais	167

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 - Processo de fabrico artesanal da borracha	108
Figura 02 – Teatro da Paz em Belém, em 1875	112
Figura 03 – Arquitetura de Ferro: Mercado do Ver-o-Peso, em 1910.	114
Figura 04 – Arquitetura de Ferro: Praça Batista Campos, em 1910	115
Figura 05 – Capa da Revista <i>Fon-Fon</i> de 25 de dezembro de 1914	137
Figura 06 – Imagem da página 3 do <i>Estado de S. Paulo</i> de 31 de maio de 1915	140
Figura 07 – Capa da Primeira Edição de <i>O Paraense</i> em 22 de maio de 1822	142
Figura 08 – Primeira edição do <i>Estado do Pará</i> em 09 de abril de 1911	150
Figura 09 – Vista do prédio da <i>Folha do Norte</i> em 1895, a mais alta construção na rua Gaspar Viana, esquina da rua Primeiro de março	151
Figura 10 – Capa da Edição No. 5 do jornal <i>Folha do Norte</i>	152
Figura 11 – Primeira página da edição do dia 02/10/15.	157
Figura 12 – Recorte do artigo sobre a Tragédia em Sarajevo no jornal <i>Estado do Pará</i> .	183
Figura 13 – Fotolegenda publicada no <i>Estado do Pará</i> , edição de 26/07/1914, identifica os membros da família imperial da Áustria-Hungria.	186
Figura 14 - Nota publicada na <i>Folha do Norte</i> em 01/08/1914, p.3	189
Figura 15 - Nota publicada na <i>Folha do Norte</i> em 01/08/1914, p.3	192
Figura 16 – Primeira Página do <i>Estado do Pará</i> do dia 02 de agosto de 1914	193
Figura 17 – Primeira página da <i>Folha do Norte</i> , dia 03/08/14	196
Figura 18 – Matéria sobre medidas do governo na <i>Folha</i> publicada em 29/08/14, p.1	205
Figura 19 – Recorte de notas telegráficas: Santos Dumont e o príncipe D. Luiz se apresentam como voluntários à França e Grã-Bretanha respectivamente	206
Figura 20 – Detalhe do título e dos subtítulos do <i>Estado do Pará</i> em 23/09/14, p.1	208
Figura 21 – Detalhe da chamada na capa da <i>Folha do Norte</i> em 15/09/14	215
Figura 22 – Detalhe da notícia publicado em 02/10/1914 pela <i>Folha do Norte</i>	221
Figura 23 – Fotografia publicada no <i>Estado do Pará</i> em 01/11/14, p.2	225
Figura 24 – Detalhe da manchete sobre Verdun no <i>Estado do Pará</i> , 02/03/16, p.1.	234
Figura 25 – Coluna dedicada às imagens da guerra no <i>Estado</i> , edição 02/07/16.	236
Figura 26 – O jornal <i>A Tarde</i> publica foto do imperador alemão em 17/07/16, p.1	237
Figura 27 – Manchete na primeira página do <i>Estado do Pará</i> , dia 10/03/1916	239
Figura 28 – Manchete de primeira do <i>Estado</i> página no dia 03/06/1916	239
Figura 29 – Manchete da <i>Folha do Norte</i> destaca o estado de guerra de Portugal.	241
Figura 30 - Destaque dado pelo <i>A Tarde</i> em 30/09/16, p. 02.	242

Figura 31 – O navio “Antony” torpedeado por submarinos alemães destaque no dia 21/03/17	246
Figura 32 – Charge reproduzida do jornal <i>Daily Mirror</i> , publicada na edição do <i>Estado</i> em 13/01/15, na primeira página	248
Figura 33 – Manchete no <i>Estado</i> sobre apreensão de o navio inglês por couraçado de guerra alemão em 02/11/14	251
Figura 34 – Detalhe da matéria de capa publicada no <i>Estado do Pará</i> em 09/05/15	253
Figura 35 – Manchete de primeira página publicada em 23 de março de 1915.	255
Figura 36 – Notícia publicada na <i>Folha do Norte</i> em 01/07/17, p2	256
Figura 37 – Detalhe de manchete do <i>Estado</i> em 26/10/17	258
Figura 38 – Primeira página do <i>Estado</i> dia 05/11/17	260
Figura 39 – Primeira página da <i>Folha</i> em 28/10/17	262
Figura 40 – Recorte da manchete da <i>Folha do Norte</i> publicado em 03/08/14, p1	263
Figura 41 – Detalhe de manchete do <i>Estado</i> em 02/11/17, p.1	267
Figura 42 – Recorte de matéria publica na primeira página da <i>Folha do Norte</i> em 22/11/1914.	277
Figura 43 – Publicação no <i>Estado</i> sobre três importantes escritores alemães à época.	281
Figura 44 – Primeira página do <i>Estado</i> em 11/11/1918	284
Figura 45 – Primeira página da <i>Folha</i> em 11/11/1918	285

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade de Edições que contém peças jornalísticas ou não sobre a I Grande Guerra, por localização, quanto ao tipo da peça, por jornal na amostra estudada.	170
Tabela 02 – Frequência da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização da peça, no <i>Estado do Pará</i>	171
Tabela 03 – Frequência da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização, na <i>Folha do Norte</i> .	174
Tabela 04 – Frequência da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto ao local, no jornal <i>A Tarde</i> .	178
Tabela 05 – Frequência relativa da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto ao local, por jornal na amostra estudada.	276

Índice de Gráficos

GRÁFICO 01 – Frequência relativa (em %) da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização no jornal <i>Estado do Pará</i>	171
GRÁFICO 02 – Frequências relativas (em %) amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, no jornal <i>Estado do Pará</i>	172
GRÁFICO 03– Frequências relativas das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados (em colunas dedicadas ou não), por localização no jornal <i>Estado do Pará</i>	173
GRÁFICO 04 – Médias amostrais das quantidades de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística e por localização no jornal <i>Estado do Pará</i>	174
GRÁFICO 05– Frequência relativa (em %) da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização no jornal <i>Folha do Norte</i>	175
GRÁFICO 06 – Frequências relativas amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, no jornal <i>Folha do Norte</i> .	176
GRÁFICO 07 – Médias amostrais das quantidades de jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados se em colunas dedicadas ou não, por posição, no jornal <i>Folha do Norte</i>	176
GRÁFICO 08– Frequências relativas das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados (em colunas dedicadas ou não), por localização no jornal, no jornal <i>Folha do Norte</i>	177
GRÁFICO 09 – Frequência relativa da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto ao local, no Jornal <i>A Tarde</i> na amostra estudada entre os dias 02/10/1914 à 19/09/1916	178
GRÁFICO 10 – Frequências relativas amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, por posição, no Jornal <i>A Tarde</i>	179
GRÁFICO 11 – Médias amostrais das quantidades de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, por posição, no Jornal <i>A Tarde</i>	179
GRÁFICO 12 – Estatísticas amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados se em colunas dedicadas ou não, por posição, no jornal <i>A Tarde</i>	180
GRÁFICO 13 – Frequências relativas das quantidades de Edições que contém peças jornalísticas ou não na primeira página sobre a I Grande Guerra, por localização, quanto ao tipo da peça, por jornal na amostra estudada	275
GRÁFICO 14 – Médias amostrais das quantidades de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados se em colunas dedicadas ou não, por posição, por Jornal na amostra estudada	279
GRÁFICO 15 – Série da média semestral de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, na Primeira Página, por jornal na amostra estudada.	282

LISTA DE ABREVIATURAS

AZNAC - Corpo de Armada Australiana e Neozelandesa. Do inglês *Australian and New Zealand Army Corps*.

BEF – Força Expedicionária Britânica. Do inglês *British Expeditionary Force*.

BN – Biblioteca Nacional.

CEP - Corpo Expedicionário Português

DNOG - Divisão Nacional em Operações de Guerra do Brasil

*Ai...o tempo constante
Que a cada instante
Nos passa por fora
Este tempo candente
Que é como um cometa
Com laivos de aurora
É o tempo de hoje
É o tempo de ontem
É o tempo de outrora
Mas o tempo da gente
É o tempo presente
É agora...é agora.
(Ary dos Santos)*

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de 100 anos as grandes nações da Europa experimentavam um tempo de prosperidade material, independentemente das tensões que pairavam entre elas. O verão de 1914 foi o último a conservar as disputas entre as grandes potências¹ europeias de modo contido, foi também o derradeiro sem a marca de uma guerra de amplas proporções mundiais; e partir de agosto de 1914 arrisca-se a dizer que o mundo nunca mais foi o mesmo. Não se pretende afirmar aqui que, no período imediatamente anterior à conflagração europeia, as nações do continente viviam em plena harmonia, porém, como diz Coelho (2011, p.141) “os valores, os códigos e os rituais da *belle époque*, na condição de teatro da civilização, espalharam-se, em maior ou menor escala, pelas sociedades”, e esse cenário ajudava a construir a noção de que a Europa era o centro da civilização ocidental (Hobsbawn, 1995).

Entretanto, no cenário europeu no final do século XIX e início do século XX alguns países se alinhavam em blocos de alianças, a Alemanha experimentava um rápido crescimento industrial e militar (Kennedy, 1989), as disputas por territórios coloniais se acirravam e as tensões na região do Balcãs se hiperbolizavam (Sousa, 2015). Estes são alguns dos estados “ante beligerância” antecedentes à conflagração que levou à Grande Guerra, envolvendo não só os países que primariamente desencadearam o conflito, mas também uma parte de povos de outros continentes.

No Brasil, quando se deu a conflagração europeia, a República completava 25 anos e no comando do país ainda se mantinha o modelo intitulado por historiadores “República Café-com-Leite” (Fausto, 1995), que faz referência ao revezamento na presidência de políticos oriundos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais. Enquanto outras regiões tal qual a Amazônia, por exemplo, permaneciam com pouca influência política no poder central como membro do ente federativo – a despeito da participação ativa na economia nacional entre 1870 e 1910, além da permanência de uma forte burguesia local ligada à exploração e comércio da borracha. A comercialização gomífera em alguns momentos

¹ O sentido de grandes potências utilizado neste trabalho remete para o que Max Weber escreveu, ao discutir sobre as bases econômicas do imperialismo, relacionando-as às comunidades do prestígio do poder. Para Weber, “Entre as várias estruturas políticas coexistentes, algumas, as Grandes Potências, habitualmente se atribuem, e usurpam, o interesse pelos processos políticos e econômicos dentro de uma ampla órbita” (Weber, 1974, p.189-190).

foi igual à do café em termos de importância nas exportações brasileiras (Almeida, 2013, p.198).

Após mais de 100 anos desde o conflito que mudou o século XX – e que de certa forma pôs termo à ilusão da civilidade representada pela Europa – é possível arriscar-se em afirmar de que a Grande Guerra durou mais do que os quatro anos demarcados na cronologia da História. Assume-se aqui que a Primeira Guerra Mundial foi uma campanha que só terminou em 1945, por ocasião do desfecho da Segunda Guerra Mundial, pois no intervalo de 21 anos o mundo lançou-se em mais um novo momento de batalhas sangrentas que ceifaram, conjuntamente, mais de duas dezenas de milhões de vidas.

A Grande Guerra também marcou o fim da *belle époque*, compreendida como uma era de prosperidade e desenvolvimento de bens simbólicos e materiais, sobretudo na Europa, mas também com ecos em cidades em outros continentes. O historiador Geraldo Coelho refere que a *belle époque* pode ser considerada como:

Um complexo processo de relações culturais, sociais e mentais, mas também materiais e políticas, desenvolvidas no interior de um *corpus* reconhecido historicamente como o da cultura burguesa e da sua afirmação no interior dos quadros hegemônicos do capitalismo industrial no final do século XIX (Coelho, 2011, p. 141).

A percepção de que o fim de uma era de ouro da cultura burguesa foi marcada por um conflito que não se encerrou em novembro de 1918, deriva de um olhar sobre os modelos políticos e econômicos copiados das democracias ocidentais que entraram em total colapso a partir das décadas de 1920, ratificando o fracasso da mimese que os novos países que surgiram a partir das configuração pós-guerra aplicaram a si próprios (Hobsbawn, 1998).

Ao longo do século XIX, a Europa vivenciou importantes transformações: o crescimento da Inglaterra como potência – a partir do pioneirismo na Revolução Industrial; o Império Alemão que se mostrou vigoroso diante da corrida por espaço comercial, territorial e investimentos militares; e a França que tentava reerguer-se após o conflito Franco-Prussiano de 1871, mas ainda ressentida pela perda da Alsácia e Lorena. No Brasil as mudanças foram também significativas: em menos de 100 anos o país deixou de ser colônia, passou a império e por fim se tornou uma república. Esses são apenas alguns exemplos de quanto o século XIX foi ao mesmo tempo acelerado e longo, ou como o

chama Hobsbawn “o longo século XIX”, que para o historiador só findou em 1914 e inaugurou o século XX, adjetivado pelo mesmo autor como breve, pois terminou no final da década de 1980, com as mudanças no bojo da queda do muro de Berlim e a falência das extintas Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (Hobsbawn, 1995). A Grande Guerra também foi o divisor de água que cindiu o mundo em dois modelos políticos distintos, o capitalismo e o socialismo, o que se acentuaria mais ainda após 1945, quando os Aliados tomaram para si a tarefa de fatiar os países derrotados na Segunda Guerra. Essa partilha, aparentemente consensual, não evitou um longo período de Guerra Fria, que quase levou o mundo a uma terceira etapa bélica.

Após um século, quando se olha para o passado de um conflito tão mortal, ao sofrimento individual de civis e de militares, o tempo decorrente pode auxiliar a ter uma visão mais alargada para que o esquecimento não se incumba de soterrar as vidas sepultadas ou não nos mausoléus da História. Por todo o mundo, mas sobretudo na Europa, em 2014, diversos eventos buscaram recuperar o significado do que foi a Primeira Guerra Mundial. Daí a importância de eventos como o que em novembro de 2013, o presidente da França, François Hollande, promoveu ao lançar em Paris um ciclo comemorativo dos 100 anos da Primeira Grande Guerra. Na ocasião, o presidente francês proferiu um discurso que conclama à memória como forma de indagar o lugar desse país em um futuro em constante transformação², Hollande afirmou que:

A memória da Grande Guerra está presente em cada aldeia, em cada cidade, porque não há nenhuma cidade na França onde um memorial não tenha sido erguido, porque não há cidade na França onde não houve vítimas da Primeira Guerra Mundial.³

Contudo, as consequências da Grande Guerra prolongaram-se para além dos efeitos geopolíticos da Europa. Os países situados geograficamente de forma mais distante do palco das batalhas como, por exemplo, os da América Latina e, especificamente o Brasil, também sofreram os ecos da guerra. O Brasil entrou no conflito ao lado dos Aliados em 1917 e, na prática, quase no final da conflagração, sofreu problemas de abastecimento, estagnação de investimentos em infraestruturas com recursos oriundos da Europa e perdas

² Disponível em <<http://www.elysee.fr/declarations/article/allocution-pour-le-lancement-des-commemorations-du-centenaire-de-la-premiere-guerre-mondiale-4/>>, consultado em 15/08/2015.

³ No original: Le souvenir de la Grande Guerre est présent dans chaque village, dans chaque ville, parce qu'il n'y a pas de commune en France où un monument aux morts n'ait été érigé, parce qu'il n'y a pas de commune en France où il n'y ait pas eu de victimes de la Première Guerre mondiale.

substâncias no comércio exterior com a guerra submarina. O Estado do Pará sentiu os efeitos negativos da Grande Guerra, pois à época mantinha relações muito próximas com países da Europa como Portugal, França, Inglaterra e Alemanha. Com esta última, era notória a participação de cientistas, naturalistas e investigadores de origem germânica a desenvolver trabalhos na região⁴. Mais ainda, o Pará era um importante produtor mundial de borracha até ao fim da primeira década do século XX, mas em 1914 já enfrentava a queda dos preços e a dura competição da borracha plantada na Ásia pelos ingleses. O cenário não era promissor para um ente federado que ainda continuava de certa forma distante do centro de decisões do Brasil, o Rio de Janeiro, mas nem por isso, menos ativo intelectual, política e culturalmente. A capital paraense, Belém, no dizer de Castro (2010, p.25), “constitui-se numa importante experiência de modernidade”.

Do ponto de vista do Jornalismo, quando a Grande Guerra iniciou, já se constituía em uma “prática discursiva social e cultural com memória” (Sousa, 2013, p. 23) e o conflito só alargou a forma como a imprensa passou a atuar e a reportar os acontecimentos. A figura do correspondente de guerra, já presente no jornal *The Times* por ocasião da Guerra da Criméia, em 1853 (McEwen, 2012), tornou-se posteriormente fundamental para abastecer os jornais com notícias diretamente do *front*; por intermédio do uso do telégrafo sem fio para envio e recebimento de mensagens quase que instantâneas, o que muitas vezes motivava a produção de edições extraordinárias no auge da guerra. Paralelamente a esse período, a consolidação das agências de notícias com sucursais nas principais capitais do mundo ocidental, o aperfeiçoamento e ampliação dos caminhos de ferro que encurtavam as distâncias e facilitavam os deslocamentos e o fluxo de informações foram elementos fundamentais para a ampliação da imprensa.

Contudo, o jornalismo na Primeira Guerra experimentou também a abundância de informações desencontradas, a propaganda de guerra e a censura, elementos que minavam a aproximação com a verdade enquanto “os fatos e os estados das coisas” (Tambosi, 2007, p.37).

⁴ Nelson Sanjad desenvolveu um trabalho de investigação sobre a premissa de uma das maiores instituições de pesquisa da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi, desde o Império até a inserção MPEG no âmbito internacional, no começo do século XX. Nesse estudo, destaca-se a importância dos naturalistas bávaros Karl Friedrich von Martius e Johann Baptist von Spix, do alemão Hermann Meerwarth, do austríaco Fredrich Katzer, além do pioneirismo do brasileiro Domingos Soares Ferreira Penna (fundador do MPEG) e do suíço Emilio Goeldi, para citar alguns dos importantes nomes dos primórdios da pesquisa biológica e antropológica na instituição (Sanjad, 2010).

Escrever sobre o Jornalismo e a Primeira Guerra Mundial não é tarefa simples, não só pelo distanciamento temporal em relação aos acontecimentos, mas porque o tema tem sido bem explorado a partir do ponto de vista da História, campo que em parte se utiliza do registro jornalístico como fonte para reconstituição do passado. Além disso, quando se pretende compreender a natureza do Jornalismo praticado em uma época cujo o desenrolar dos fatos se deu a partir do distanciamento geográfico, a pesquisa insere-se com a cautela necessária para tentar ir além do terreno descritivo e tentar avançar para o interpretativo. Assim, este trabalho propõe investigar a cobertura jornalística paraense da Grande Guerra, a partir do recolha de um *corpus*.

Nesse sentido, esta tese advoga que no Brasil (país originalmente multicultural, cuja formação social, econômica e cultural foi construída por imigrantes provenientes de diversas nações e de continentes distintos), quando se encontra em situações limites como uma guerra, a imprensa não consegue sustentar ou refletir nesses momentos a unanimidade dos interesses, das ideologias, das ideias e dos valores de diferentes tipos de composição de comunidades. Esta tese também defende que na altura de um conflito de abrangência mundial, as coletividades de imigrantes tendem a estreitar os vínculos entre si mesmas – sejam eles resultantes do domínio de propriedades, de negócios ou de afinidades (fruto de simpatias e admiração por determinado povo). E por fim que os jornais brasileiros, especificamente os paraenses, tenderam a refletir essas diversidades de interesses de públicos, entretanto, essa condição só se manteve até ao momento em que os acontecimentos ocorridos no desenrolar do período da Grande Guerra construíram um tempo de exceção, capaz de gerar reflexos polarizadores nos discursos dos diários de Belém do Pará. Deste modo, este estudo reivindica-se no campo do Jornalismo, embora partilhe conexões evidentes com o campo da História. O seu propósito é olhar para jornais e para os respectivos discursos, tendo a História como pano de fundo.

Assim, esta investigação partiu de quatro hipóteses. A primeira delas é que não houve cobertura sistemática e contínua dos acontecimentos em torno da Grande Guerra por parte dos jornais paraenses, sobretudo no primeiro ano de conflito. A distância geográfica, a crise econômica local à época e o histórico afastamento da capital do Pará, Belém, do centro decisório do país seriam fatores que não colaborariam para que a Primeira Guerra Mundial merecesse atenção total por parte dos principais jornais paraenses.

Uma outra hipótese está relacionada com o fato de que a partir do momento em que vários navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães, a imprensa agiu pressionando a opinião pública, que por sua vez constrangiu o governo do Brasil para que entrasse na guerra ao lado dos Aliados. Em decorrência, a imprensa do país passou a ser unanimemente pró-aliados.

Uma terceira hipótese refere-se aos jornais de propriedade de estrangeiros como os alemães, por exemplo, cuja tendência da cobertura foi a de refletir os grandes feitos das Potências Centrais, em particular a Alemanha.

Por fim, a última hipótese dá conta de que na imprensa ocasional da época se tornava mais evidente, para além da defesa de um dos lados no conflito, que a guerra colocava em pauta para o Brasil um novo modelo para se espelhar, não mais representado pelos ideais de civilização da França e da Inglaterra, mas inspirado no modelo de força e disciplina da Alemanha. Emerge no discurso dessa imprensa ocasional um anseio nacionalista e um ideal eugênico, já documentado por historiadores que estudaram o fluxo imigratório para a região como Emmi (2009) e Pontes (2009).

O objetivo desta investigação centrou-se em recolher, descrever e interpretar a natureza da cobertura jornalística dos jornais paraenses sobre a Grande Guerra. Secundariamente, pretendeu-se perceber como determinadas forças políticas locais e ideológicas se distendiam no campo do Jornalismo, especificamente na imprensa da capital, no período entre o final de junho de 1914 e o final de novembro de 1918. Para alcançar esses objetivos, optou-se por descortinar as páginas de três jornais paraenses, todos da capital Belém, a saber: *Estado do Pará*, *Folha do Norte* e o *A Tarde*. Os dois primeiros diários e de caráter generalista e de longa permanência em publicação, o terceiro foi um jornal ocasional, notadamente surgido no auge do conflito, entre 1915 e 1916.

Cita-se que dentre os objetivos específicos deste trabalho, procurou-se identificar as formas de posicionamento dos jornais em relação às perspectivas neutras, aliadófilas e germanófilas, partindo-se da análise dos enquadramentos mais evidentes no discurso dos diários. Também, como complemento dos enquadramentos, verificou-se o uso dos adjetivos com os quais eram qualificados os beligerantes, de modo a perceber as nuances dos enunciados ao longo do período estudado. Além disso, por meio da verificação dos

assuntos tangenciais, pôde-se levantar os temas que predominaram em certos períodos e assim sobrepujaram à cobertura da Grande Guerra nos destaques dos jornais

Justifica-se esta investigação em primeira instância pela pouca presença, na revisão da literatura, de trabalhos mais consolidados acerca da cobertura dos jornais brasileiros e, mais particularmente os paraenses, sobre a Primeira Guerra Mundial. Importa analisar a imprensa do Pará, pois o Estado, no início da segunda década do século XX, exercia forte presença na economia do país. Embora, como já mencionado anteriormente, a borracha nativa já estivesse a sofrer por conta da concorrência do produto cultivado na Ásia inglesa, os efeitos da prosperidade trazida pela *Hevea*⁵ fazia-se notar no jornalismo local, preenchido por publicações da capital e do interior, bastante atuante e capaz de se equiparar aos do Rio de Janeiro em termos de conteúdo e diversidade de assuntos, tal como será apresentado na seção destinada à imprensa paraense. Publicações como o *Estado do Pará*, *A Província do Pará* e *Folha do Norte* surgiram talvez influenciados pelas disputas políticas locais, entretanto, possuíram importante papéis na vida social, cultural e política naquele período.

Contudo, sobre a cobertura da guerra por parte da imprensa brasileira ou o uso de material jornalístico como fonte para compreensão do conflito, convém citar o trabalho do historiador Oliver Compagnon (2009; 2013) ao analisar a América Latina e a conflagração europeia, com específico enfoque cultural no Brasil e na Argentina. Destaca-se também o estudo do jornalista Sidney Garambone (2003) a partir de dois jornais da capital brasileira, o *Correio do Amanhã* e o *Jornal do Commercio*, no qual procura desnudar a política brasileira por ocasião do conflito. No Pará, Netília Seixas⁶ tem produzido alguns artigos que procuram recuperar historicamente a cena jornalística paraense. No entanto, desconhece-se um estudo que unicamente se atenha aos aspectos da cobertura da Grande Guerra, partindo dos discursos dos jornais paraenses.

⁵ *Hevea brasiliensis* é o nome científico da árvore da seringa, de onde se extrai o látex para fabricação da borracha. O produto do Brasil era superior ao encontrado em outras regiões do mundo e por isso foi objeto de grande demanda a partir da segunda metade do século XIX. No auge da produção, a borracha da Amazônia contribuiu para 40% do volume de exportações brasileiras. No comércio era conhecida como *Para rubber*, borracha-do-para (Dean, 1989).

⁶ Netília Seixas desenvolveu entre 2012-2015, no âmbito da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará, o projeto *Trajetória da Imprensa no Pará*, financiado pelo CNPq. O projeto visava estudar a imprensa no Pará, do ponto de vista de sua configuração e dos conteúdos/discursos enunciados. Em dezembro/2014, ainda sob coordenação de Seixas foi criado o grupo de pesquisa História e Memória da Mídia na Amazônia, registrado no CNPq.

Do ponto de vista da abordagem militar, a literatura já é mais profícua com trabalhos como os de Mello (1988), Vinhosa (1990) e Mendonça (2008) - que avaliam de modo mais detalhado os aspectos mais bélicos. Do ponto de vista da diplomacia brasileira na Primeira República (1889-1930) – período no qual se localiza a Primeira Guerra – há vasta literatura sobre o tema com o destaque para Vinhosa (1990), Oliveira Lima (1990), Bueno (2003), Franco e Lago (2012), Schwarcz (2012) e Garcia (2013), que ajudam a pensar a inserção do Brasil no cenário internacional, sobretudo na histórica participação brasileira, representada pela figura de Ruy Barbosa, na Conferência de Haia em 1907. É importante referenciar também o trabalho de Bill Arbert (1988) sobre a América do Sul e a Primeira Guerra, com enfoque na economia desses países por ocasião do conflito.

Além da escassez de estudos que abordem as questões entre o jornalismo e a Grande Guerra nos âmbitos brasileiro e paraense, uma segunda instância de justificativa para esta pesquisa diz respeito ao fato de que para ela se tornar possível, boa parte do acervo em questão foi digitalizado, nomeadamente o do jornal *A Tarde*. Essa documentação em imagem será disponibilizada para consulta posterior, visto que os arquivos em papel estão em péssimo estado de conservação e não devem durar muito mais tempo.

Como já referido, este estudo possui um caráter interdisciplinar, pois perpassa pelo menos dois campos bem evidentes – o Jornalismo e a História. A intercepção desses dois campos já se encontra delineada por Barbosa (2007 e 2012), Hohlfeldt e Valles (2008), Romancini e Lago (2007) e Sousa (2008; 2013, 2015a, 2015b), contudo, não se trata de uma investigação sobre a história da Grande Guerra, mas como a comunicação, no caso, o jornalismo paraense, se comportou durante a I Guerra Mundial. Assim, a História é o pano de fundo, no qual se moviam os atores e os discursos. Propõe-se então uma problemática para análise ao longo da investigação: como a imprensa paraense cobriu a Grande Guerra Mundial?

Do ponto de vista da comunicação social, escrever sobre o jornalismo na Primeira Guerra Mundial pode soar estranho numa atualidade com, por exemplo, predominância de debates sobre as questões da retração de mercados e dos constrangimentos da profissão. Mas é, em certa medida, uma tentativa de recomposição dos fios de meada que pautaram quatro anos daquela que seria conhecida como a Grande Guerra, a partir de um olhar particular brasileiro, mais concretamente, o do Pará.

Da perspectiva metodológica, esta investigação vale-se da *Teoria Fundada em Dados* (*Grounded Theory*), ou seja, como Sousa explica, a partir da *Grounded Theory*:

(...) é possível construir inferências teóricas a partir de informações coletadas, sem o estabelecimento de uma *teoria* a ser testada *a priori*, determinando-se o *horizonte de interpretação* quer em função dos próprios dados quer do contexto das informações coletadas” (Sousa, 2013b, p. 23).

A *Teoria Fundada em Dados* dá suporte para a compreensão do fenômeno da cobertura da Grande Guerra por parte da imprensa paraense, interconectada com os conhecimentos históricos sobre o conflito, bem como sobre os contextos brasileiro e regional, para assim inferir o comportamento dos jornais. A *Grounded Theory* é apropriada para analisar um grande volume de dados que, no caso desta tese, se constitui em aproximadamente 13 mil páginas de jornais. Roberto Sampieri *et al.* explicam que o processo de análise por meio desse procedimento:

não é linear (que de alguma forma representa para a sua compreensão). Uma vez mais, nós sabemos onde nós começamos (as primeiras tarefas), mas não onde termina. É altamente iterativo (indo e verso) e às vezes é necessário retornar ao campo dados mais focados (mais entrevistas, documentos, reuniões e outros tipos de dados) (Sampieri et al. 2006, p.629)⁷.

Para tentar compreender como o jornalismo do início da segunda década do século XX se comportava em relação à Grande Guerra, buscou-se o apoio da análise de discurso quantitativa e qualitativa, conforme já descrito por Sousa (2004; 2006) e detalhada nesta tese no capítulo quatro. Ainda do ponto de vista quantitativo, procurou-se, a partir da técnica estatística de amostragem, verificar o comportamento dos jornais relativamente ao número de peças jornalísticas sobre a guerra, destaques e formatos mais usuais nas publicações.

Procurou-se também, para consubstanciar a análise do discurso, avaliar o conjunto todo como a demarcação espacial do texto, a diagramação, o uso de fotos, ilustrações etc., pressupostos metodológicos também considerados por Ponte (2004; 2005); e Silva e Maia (2011), que tem como referente para esse tipo de análise três níveis de “olhares”: 1) tende

⁷ No original: El proceso no es lineal (había que representarlo de alguna manera para su comprensión). Una vez más, sabemos donde comenzamos (las primeras tareas), pero no donde habremos de terminar. Es sumamente iterativo (vamos y regresamos) y en ocasiones es necesario regresar al campo por más datos enfocados (más entrevistas, documentos, sesiones y otros tipo datos).

a dar um “close up” sobre a matéria jornalística de modo isolado; 2) comporta um olhar por meio de uma lente normal, o que fornece uma visão mais aberta do objeto (olha-se não só o texto em si, mas detalhes de imagem e projeto gráfico); 3) grande angular, uma mirada que não cogita detalhes, mas permite um olhar em grande plano. Nesse sentido, a análise qualitativa propõe um diálogo entre as discussões históricas de temas previamente selecionados acerca da Grande Guerra e os achados no jornal. Essa proposição pretende valer-se do registro jornalístico, ora para confrontar, ora ratificar a historiografia, ao mesmo tempo que a análise do discurso dos diários revela os enquadramentos neutros, aliados ou germanófilos; da categorização temática; adjetivação de atores no cenário de guerra e assuntos tangenciais.

Estruturalmente, a tese está dividida em cinco capítulos organizados entre o estudo teórico-contextual e a análise propriamente dita. O capítulo um propõe-se a traçar algumas discussões teóricas entre os campos da História e do Jornalismo, trazendo uma breve discussão sobre aproximações categóricas entre os dois campos tais como acontecimento, tempo, memória, jornalismo e história imediata, notícia, entre outros conceitos que relacionam direta ou indiretamente a narrativa jornalística da narrativa histórica.

No segundo capítulo faz-se uma recuperação histórica e contextual sobre o cenário mundial da segunda metade do século XIX até o começo da segunda década do século XX, com destaque para alguns tensões que, de certa forma, se repercutiram no conflito de 1914. Ainda nesse capítulo, trata-se, em linhas gerais, da formação do Brasil enquanto nação. O surgimento e a evolução do Pará desde província até à estatura de Estado também são temas abordados nesse capítulo. Sabe-se que a recuperação histórica se estende um pouco mais nos aspectos nacionais e regionais, porém, acredita-se que esse nível de detalhamento possa contribuir para ampliar o conhecimento da historiografia do Brasil e do Pará.

O terceiro capítulo também trata da panorâmica da imprensa, nomeadamente sobre as linhas do cenário internacional, a formação da imprensa moderna brasileira e, por fim, o surgimento do jornalismo paraense, fruto de descontentamentos com o governo e sob a influência do pensamento do *vintismo* português, além de mencionar alguns expoentes da imprensa local. Destaca-se nesse último aspecto, a ligação entre os jornais e o movimento revolucionário da Cabanagem.

O quarto capítulo se atém a detalhar sobre os jornais que são objetos de estudo. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, procurou-se descrevê-los e relacioná-los com período em que surgiram. Tarefa nem sempre cumprida a contento, pois o acervo completo de cada um deles padece de lacunas e a tentativa de contar a história do *A Tarde*, por exemplo, prescindiu de buscas para preencher os vazios deixados pelos registros acerca do periódico. Além disso, o quarto capítulo se atém a detalhar a metodologia empregada na investigação.

O quinto capítulo trata das análises dos jornais propriamente ditos, a partir de duas perspectivas: análise quantitativa e análise qualitativa do discurso. A primeira perspectiva compreende um exame mais numérico, colhido de forma amostral, das incidências de registro dos acontecimentos dentro da cobertura jornalística da Grande Guerra. A segunda perspectiva - que parte de todo o universo de edições dos jornais - diz respeito à mirada próxima dos eventos de maior destaque nos mais de quatro anos de conflito, relacionando a cobertura jornalística à historiografia da época. Temas como as frentes de batalhas, os massacres, as guerras submarina e aérea, a quebra de neutralidade de Portugal, dos Estados Unidos e do Brasil, dentre outros aspectos tangenciais, são abordados de forma ancorada no pano de fundo histórico. Ainda no capítulo cinco, procede-se a comparação entre os principais elementos da cobertura entre os jornais o *Estado do Pará*, a *Folha do Norte* e *A Tarde*, com o intuito de verificar enunciados convergentes e divergentes.

A última secção desta tese traça a conclusão desta investigação, momento em que se retoma a pergunta motora de toda a investigação, bem como refletir as inferências acerca das hipóteses iniciais.

CAPÍTULO I



Foto: Detalhe de poster australiano "Australia's Deadly Peril". Fonte: Australian War Memorial.

A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao evento, habituou-nos há muito tempo à sua narrativa precipitada, dramática, de fôlego curto. (Braudel, 2005, p.44).

CAPÍTULO I – JORNALISMO E HISTÓRIA:

NOTAS CONCEITUAIS SOBRE AS INTERFACES ENTRE OS CAMPOS

O Jornalismo pode ser considerado parte da vida humana, ou pelo menos aquela que é reportada pelos *media*. Para determinados autores como Tuchman (1978), Beltrão (2006) e Traquina (2002; 2004) o Jornalismo é a vida, mesmo que contada a partir de um ponto de vista, a vida de certo modo enquanto enquadramento. Claro que há conceitos mais completos sobre o Jornalismo, em que esses e outros autores detalham todas as *nuances* complexas nas quais estão envolvidos todos os processos de produção, aos quais o jornalismo, pelo menos o diário, está inserido, que ao fim geram uma visão de realidade que é contada aos pedaços, como defende Traquina (2004, p.21) o jornalismo “é um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estória’ das estrelas, ‘estória’ de triunfo e tragédia”. Ou como resume Iñaki Gabilondo “contar o que se passa”⁸ (2011, p.27).

Compreender onde e quando essa ‘estória’, assinalada por Traquina, se aproxima da História e as junções que esta última tem com o relato dos fatos, como defendeu Peucer (2004), é o que se pretende apresentar nesta sessão. Para isso, é necessário iniciar essa discussão, tendo como ponto de partida algumas noções que pretendem circunscrever as interseções desses dois campos, Jornalismo e História. Seja como narração de acontecimentos (Veyne, 1968), ou como narrativa falsa ou verdadeira “com base na “realidade histórica” ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula” (Le-Goff, 1990, p.17).

Nesta seção, recupera-se os principais conceitos que norteiam as noções de tempo, acontecimento, jornalismo, história e memória. Procuram-se aproximações conceituais que fazem com que a narrativa midiática esteja inscrita de certa forma como “história imediata” ou uma memória pragmática de acessibilidade técnica, como uma janela de oportunidades para compreender novos traçados do passado.

⁸ No original: Contar lo que passa.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O que se objetiva aqui é traçar uma aproximação entre Jornalismo e História cuja interface pode ajudar a compreender como esses campos se entrelaçam. Não há pretensão de uma longa discussão sobre como a História utiliza como fonte a imprensa, e nem tão pouco se pretende problematizar questões sobre a interface entre os dois campos. O que se almeja é pavimentar um certo caminho para, como propõe Barbosa (2012, p.462), se procurar “interpretar os processos jornalísticos localizados no passado”. A ideia é percorrer essa linha que tangencia os dois campos, mas dando ênfase à perspectiva jornalística.

1. História e Jornalismo: aproximações conceituais

Marc Bloch (2002) inicia o inacabado “Apologia da História ou ofício do historiador” com uma indagação feita pelo seu filho sobre a serventia da História. A essa pergunta, o historiador Bloch temeu, no momento em que foi questionado, não ter respondido satisfatoriamente. Contudo, para além da inquietação inicial contida na questão do que para que serve a História, Bloch pontua que a mais valia de um escritor é “saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares” (Bloch, 2002, p.31). Essa observação, válida para o historiador, é uma das sentenças imperativas do fazer jornalístico: o domínio da arte de falar para públicos tão heterogêneos.

Esse preâmbulo tem a finalidade de pôr em tela algumas interseções entre História e Jornalismo. Em comum, do ponto de vista empírico, a primeira guerra foi a premissa de um longo período de batalhas e tensionamentos ocorridos na primeira metade do século XX. Falar sobre esse primeiro conflito em dimensões continentais é tarefa de historiador, em princípio. Contudo, a História também se vale de registros para compreender a complexidade dos fatos. Nesse sentido, os jornais constituem um importante conjunto de fontes – apesar das limitações – para a tentativa de reconstituir e de interpretar os acontecimentos passados e/ou presentes.

Do ponto de vista da compreensão do que é História, Edward Carr (2006) pontua que os positivistas, influenciados pelo pensamento empírico inglês, defendiam que os fatos devem estar separados dos sujeitos. Nessa perspectiva, “A história consiste num corpo de fatos verificados. Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro” (Carr, 2006, p.45). Ora, sob o olhar positivista não há espaço para interpretações antecipadas, a objetividade

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

dos fatos deve prevalecer ante à apreciação. Contudo, Edward Hallet Carr adverte que nem tudo pode ser considerado fato histórico, mas é o historiador quem decide o que se merece elevado à essa categoria.

É comum dizer que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto. (Carr, 2006, p.47).

E nesse aspecto, o historiador nada mais é do que aquele que escolhe o fatos que farão parte do registro histórico.

O historiador é necessariamente um selecionador. A convicção num núcleo sólido de fatos históricos que existem objetiva e independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda, mas que é muito difícil de erradicar. (Carr, 2006, p. 48).

A seguir esse raciocínio, pode dizer-se que, salvaguardando as devidas diferenças, o trabalho de seleção a que se dispõe o historiador, assemelha-se ao fazer jornalístico, no que diz respeito ao modo de escolher de entre o conjunto de fatos e acontecimentos, aqueles que merecem registro e publicação, passando a fazer parte da agenda da sociedade. Nesse aspecto, Sousa (2008) aproxima a historiografia e o jornalismo.

Os resumos historiográficos feitos pelos povos antigos acerca dos factos notáveis da sua vida quotidiana e das façanhas dos seus reis são um dispositivo pré-jornalístico. O jornalista terá apenas substituído o historiador-cronista na tarefa de elaborar a historiografia do quotidiano (Sousa, 2008, p.17).

Nesse sentido, convém registrar que a noção de historiografia aqui adotada é relativa à atividade intelectual que procura sistematizar a “escrita da História” (Malerba, 2002, p.33). Ou, como frisa Certeau (2015, p. XIII), a historiografia é a junção entre “história e escrita”, colocando assim em articulação o real e o discurso.

Lucien Febvre afirma que a História é a ciência dos seres humanos, “do passado humano” (1989, p.23). E enquanto ciência do homem, a História e os seus textos “estão cheios de substância humana” (1989, p.24). E nessa linha de raciocínio, Febvre advoga a existência da unidade da História, que, por definição, seria toda ela social. Aqui constata-se a crítica de Febvre às mudanças que a *Revista Annales*, criada por ele e Marc Bloch, sofreu ao estampar na capa o rótulo de História Econômica e Social e as limitações que a junção

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

desses dois campos – o social e econômico – pudessem provocar diante da proposta da publicação, em ser:

(...) uma Revista que não queria rodear-se de muralhas, mas sim irradiar largamente, livremente, indiscretamente mesmo, sobre todos os jardins da vizinhança, um espírito, o seu espírito: isto é, um espírito de livre crítica e de iniciativa em todos os sentidos. (Lebvre, 1989, p. 29)

E o que se propõe com o fazer história? Paul Veyne (2008) afirma que o campo histórico é indeterminado e por isso mesmo “é necessário que tudo que aí se encontra tenha realmente tido lugar” (Veyne, 2008, p. 23), ou seja, nem sempre a oferta de informações consegue dar conta de abarcar todas as nuances dos acontecimentos, ainda assim, há história, mesmo que com escassez de dados. Ora, Veyne indica que Lévi-Strauss responde a esse paradoxo afirmando que o conjunto que forma a história não é contínuo.

Assim, Paul Veyne ressalta que a História possui “natureza lacunar” (Veyne, 2008, p.24), lacunas estas de toda a ordem, portanto, heterogêneas. Ao analisar-se a construção de um livro de História, por exemplo, as lacunas que a obra apresenta serão preenchidas pelo leitor, pois este se incumbe de inferir sobre as fontes utilizadas, bem como perceber onde aqui ou acolá se localizam as brechas deixadas pelo historiador. Nesse sentido, convém registrar que para Veyne não é tarefa fácil tomar a decisão de escolher aquilo que pode ser considerado ou não fato histórico. “Seria a dimensão das consequências que tornaria um facto mais importante do que outro (...)” (Veyne, 2008, p. 31).

Se as consequências de um fato podem determinar se ele se tornará histórico ou não, há que se considerar alguns aspectos importantes dentro de a pesquisa histórica. Michel de Certeau (2015) aponta algumas pistas ao admitir que a História está inclusa na realidade na qual opera e se “refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*” (2015, p. 47); e essa escrita regula-se por algumas regras que convém mencionar de modo breve.

A primeira delas seria o lugar no qual se localiza a produção historiográfica. Certeau chama de “Lugar Social”, ou seja, a posição ocupada por aqueles, que nesse lugar, produzem os métodos nos quais se organizam. “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (2015, p. 47).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Nesse sentido, uma análise histórica estará sempre sujeita à subjetividade do pesquisador. A objetividade esvai-se na mesma proporção em que os fatos históricos, desde a sua égide, estes se submetem aos sentidos que lhe são antecedentes. Além disso, do ponto de vista do papel do historiador na sociedade, há os constrangimentos aos quais esse profissional está submetido. Docentes e investigadores estão inseridos em um círculo no qual operam os produtores de conteúdo, os documentos por eles produzidos e aqueles que consomem esses produtos.

O professor é empurrado para vulgarização, destinada ao ‘grande público’ (estudante ou não), enquanto o especialista se exila dos circuitos de consumo. A produção histórica se encontra partilhada entre a obra *literária* de quem ‘constitui autoridade’ e o esoterismo *científico* de quem ‘faz pesquisa’. (Certeau, 2015, p.58-59).

A constatação de Michel de Certeau só ratifica a noção de que o fazer histórico está estreitamente relacionado com o modo como se estruturam as sociedades. E a prática que organiza o fazer histórico está relacionado a um lugar e a um tempo, fruto de um processo técnico que opera por intermédio de um instrumental específico em cada sociedade. À distinção, como etapa inicial, agregam-se documentos que foram agrupados e transformados, como uma forma de reconstituir um escopo de fatos que, em princípio, “preenchem lacunas de um conjunto proposto *a priori*” (2015, p. 69). Então, a História tanto se faz a partir das simples narrativas do real, como também com ancoragem a contextos mais amplos.

Aqui cabe fazer a menção de que não se objetiva traçar uma discussão aprofundada sobre a questão entre a História narrativa e História estrutural, contudo, há que se mencionar o objeto de discussão de Peter Burke (1991), ao desenhar um percurso interessante sobre essas duas posições na historiografia. Para o autor, os estruturais advogam que a simples narrativa dos fatos acaba por negligenciar, por exemplo, aspectos políticos, econômicos e culturais fundamentais para uma compreensão mais alargada.

Em outras palavras, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que o é na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões dos líderes, que proporcionam uma linha clara à história, à custa dos fatores que escaparam ao seu controle. (Burke, 1991, 330).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

No outro lado, dos que defendem a historiografia narrativa, eles “observaram que a análise das estruturas é estática e, assim, em certo sentido, não-histórica.” (Burke, 1991, p. 331). Em suma:

Os historiadores desses dois campos: estrutural e narrativo, diferem, não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica. Os historiadores da narrativa tradicional tendem – e isto não é exatamente contingente – a exprimir suas explicações em termos de caráter e intenção individuais (Burke, 1991, p. 332).

Em suma, pode-se afirmar – como Burke mesmo defende – que colocar a historiografia dividida nesses dois polos não contribui para ampliar a compreensão de todos os aspectos de um dado acontecimento. Há a necessidade de encontrar um termo no qual a narrativa e estruturas possam dialogar. “Trabalhando nesta área central, pode ser possível ir além das duas posições opostas para alcançar uma síntese” (Burke, 1991, p. 334). Talvez esse pensamento caminhe no sentido daquilo que Edward Carr aponta como um “estudo das causas” (2006, p. 121), isto é, a capacidade do historiador de relacionar as inúmeras variáveis que concorreram para a ocorrência do acontecimento – ou dos acontecimentos.

O verdadeiro historiador confrontado com essa lista de causas de sua própria compilação, sentiria uma compulsão profissional para colocá-la em ordem, para estabelecer alguma hierarquia de causas que fixaria suas relações recíprocas e talvez decidir que causa, ou que categoria de causas, deveria ser vista ‘em último recurso’ ou ‘na análise final’ (frases favoritas dos historiadores) como a causa fundamental, a causa de todas as causas. (Carr, 2006, p. 124).

O ofício do historiador, longe de se tratar de um simples narrar dos fatos, demanda do profissional o olhar atento, não apenas sobre os acontecimentos e os seus respectivos panos de fundo, pois a própria subjetividade do autor está presente e reflete-se no trabalho.

2.1. Tempo

Quando se fala em aproximar História e Jornalismo outra variável importante e comum aos dois campos é o tempo. Este se constitui como uma grandeza fundante tanto para o exercício historiográfico como para o fazer jornalístico. Do ponto de vista do jornalismo, Elton Antunes (2009, p.85) sinaliza que a notícia funciona como um indicador do tempo

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

nas sociedades, ao mesmo tempo em que é um elemento constituinte para o Jornalismo em si. Entretanto, Antunes pondera que “o valor temporal de uma notícia” não pode ser mais medido de forma direta da relação entre o acontecimento e o instante em que se torna conhecido pelo leitor, ouvinte, telespectador, etc. O acontecimento jornalístico

Na representação contemporânea do que seja uma notícia, o acontecimento jornalístico se esparrama sobre diferentes temporalidades e tem seu início e fim como pontos de flutuação de operações sujeitas ao contexto sociocultural, à própria dinâmica editorial e às modalidades narrativas que irão representá-lo (Antunes, 2009, p. 86).

Do ponto de vista da História, Paul Ricoeur (1997) elabora as distinções sobre o tempo, a partir da zona intermediária do lugar do tempo fenomenológico e o tempo do mundo. “Ora a história revela uma primeira vez a sua capacidade de reconfiguração do tempo pela invenção e pelo uso de certos instrumentos” (Ricoeur, 1997, p.179).

Esses instrumentos, aos quais Paul Ricoeur se refere, são formas de organizar os pensamentos – a lógica de épocas e de gerações, do “triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores” (Ricoeur, 1997, p.179). Nesse contexto, o calendário, do ponto de vista histórico, procura aproximar as estruturas do tempo cósmico e do tempo psíquico, além disso, para Ricoeur, como é uma concepção, o calendário funciona como um “terceiro-tempo” (Ricoeur, 1997, p. 180).

Assim, Paul Ricoeur afirma que os calendários carregam três tipos de características comum a todos. A primeira delas é um evento que Ricoeur chama de acontecimento fundador como, por exemplo, o nascimento de Cristo como o início de uma nova época. Um segundo atributo seria aquilo que se toma como orientação, ou referência, a mobilidade entre os momentos do passado para o presente e no sentido inverso, “é assim que todos os acontecimentos podem ser datados” (Ricoeur, 1997, p. 183). E por fim, as unidades de medida que se fundamentam a partir da determinação astronômica. Pertencem a esse último aspecto os dias, meses e anos etc. (Ricoeur, 2004, p. 199).

Há ainda uma categoria temporal – o tempo mítico – a qual Ricoeur assinala como um tempo que “abarca a totalidade do que designamos, por um lado, como mundo e, por outro, como existência humana” (Ricoeur, 1997, p. 181). Esse tempo mítico seria um

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

“grande tempo”, abrangente e capaz de abarcar toda a realidade, seja ela física, biológica ou social, o tempo mítico estaria na base da calendarização dos eventos.

O tempo mítico para José Barros comporta-se de modo circular, ou seja, pode voltar ao ponto de inicial mais de uma vez, pois “é um tempo reversível – se não através do próprio mito, que realiza o retorno em sua própria narrativa ou repetição cíclica, ao menos através do rito” (Barros, 2010, p. 181). O tempo mítico propõe então uma fratura entre a narrativa e a historiografia.

O tempo e os artifícios produzidos para demarcá-lo tornam-se referências para a necessidade de aproximar, não só, a narrativa midiática e a memória, na condição de recuperação do passado, mas também para compreensão dos processos que compõem a agenda jornalística da atualidade, que é feita de recortes e de fragmentos.

Nesse sentido, ao colocar-se os atos humanos e os acontecimentos que interceptam a regularidade da vida na perspectiva temporal, a historicidade torna-se um dado que parte do individual para o coletivo, pois como afirma a filósofa Agnes Heller (1993), “só os seres humanos podem contar o que se passou, o que aconteceu (...). A historicidade de um único homem implica a historicidade de todo gênero humano” (Heller, 1993, p.13-14).

Ainda segundo Heller, em uma perspectiva mais teórica, a consciência histórica do cotidiano tem estágios distintos. O primeiro deles seria o da “generalidade não refletida: a gênese”, no qual estaria refletido o primitivo. É nessa fase que se situam os mitos de origem que legitimavam determinados clãs como superiores a outros. Nesse nível, o tempo e o espaço não se distinguem ou, nas palavras da autora, “o tempo é infinito em retrospectiva (...). O presente é apenas o ‘agora’, mas também é ‘aqui’: o ‘aqui’ de um clã ou de uma tribo” (1993, p.17). No estágio da “generalidade não refletida” evidencia-se a “consciência coletiva” não passível de correções imediatas, pois não há possibilidade de uma versão individual, já que tudo está dado e legitimado pelo mito (1993, p.18).

O estágio seguinte seria o da “consciência de história” ou da “generalidade refletida em particularidade”, no qual o passado está “confrontado com o hoje” e o cuidado com o registro das realizações heróicas de outrora passa a prevalecer diante da oralidade que se tornou, nesse estágio, pouco confiável; a escrita passa a ocupar o lugar de inscrição dos

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

grandes acontecimentos. “Os feitos de grandes governantes e heróis dos tempos idos devem ser registrados e imortalizados” (Heller, 1993, p.19).

Num terceiro nível, Heller parte da ideia de crença em uma divindade – cuja representação em si é a própria universalidade, a qual é a responsável pela salvação do ser humano, mas essa salvação só se dá no plano da coletividade, não no plano individual – para propor o estágio de “consciência da universalidade não refletida”. Agnes Heller refere que essa consciência é:

A consciência, originando-se, aqui, da ‘idealidade transforma o tempo e o espaço reais em tempo e espaços ideais (...). Quanto mais consciente a pessoa se torna dos *problemas* do tempo e do espaço reais, mas fornece uma nova interpretação a respeito do tempo e do espaço universais como ‘idealidades’” (Heller, 1993, p. 26-27).

O quarto estágio pressupõe “a consciência da particularidade refletida em generalidade”, e, primeiramente, supõe que esta consciência se remete “ao recomeço na história”. Em segundo nível, estaria a “generalidade refletida”, o que pressupõe que o ser humano não é mais apenas aquele elemento de parte de um grupo, mas a pessoa integrada no todo – “a natureza humana integrada como tal” (Heller, 1993 p.28).

O penúltimo estágio elencado por Heller é a “consciência da universalidade refletida ou consciência do mundo histórico”, no qual “toda as histórias humanas ficam unificadas sob a ótica universalista capaz de conter passado, presente e futuro” (1993, p.33). Ou seja, trata-se agora de uma visão pluralista que deposita um certo messianismo na ordem das coisas que movem o curso da vida e podem ocorrer de forma redentora para um futuro de pretensão ideal.

Por fim, o sexto estágio diz respeito à “consciência de generalidade refletida enquanto tarefa”. Para Heller, a consciência histórica enquanto confusão surgiu ainda com a Primeira Guerra e hiperbolizou-e a partir dos traumas deixados pela Segunda Guerra Mundial. Esses eventos limítrofes colocaram em xeque a racionalidade e provocaram a crise nos sistema de “filosofia da história coerentes”. No dizer da autora, “ Tais eventos sacudiram o sistema de crenças característico da consciência refletida como um todo” (1993, p. 41). Esse estado confuso de consciência histórica não é cabal e “a humanidade enquanto ideia realizou-se de fato (...). A humanidade existe de fato, mas somente ‘em

si', posto que sua existência acontece através de conflitos de interesse das nações, estados, poderes e classes particularistas. Ela continua abstrata" (Heller, 1993, p.47).

2.2. Memória

Em *Fedro*, de Platão, consta a lenda do rei Thamus, governante de uma cidade do Alto Egito, que recebeu a visita do deus Theuth, inventor, entre outras coisas, dos números, da geometria e da escrita. Quando apresentou ao rei Thamus a escrita, Theuth mais se esmerou em enumerar as suas qualidades: "Aqui está a realização, meu senhor rei, que irá aperfeiçoar tanto a sabedoria como a memória dos egípcios. Eu descobri uma receita segura para a memória e para a sabedoria" (Postman, 1996, p.14). À argumentação do deus-inventor, "Thamus respondeu que Theuth havia descoberto a receita para a recordação e não para a memória" (Prado, 2002). Pela história se percebe que o temor do Thamus era que a escrita confundisse a sabedoria com conhecimento e memória com recordação (Postman, 1996, p.15).

Nesse sentido, na seção dedicada à *Memória* do livro *História e Memória*, Jacques Le Goff (1996) começa por traçar algumas pistas pelas quais a questão da memória surge nas Ciências Humanas e na memória coletiva – esta última, o historiador designa como a que pertence aos povos sem escrita.

Para Le Goff, a memória "remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graça as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa". Ou seja, essa primeira noção está relacionada à propriedade de conservar certas informações (1996, p.423). Le Goff refere-se à memória social como uma forma de aproximação entre as questões do tempo e da história, "relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em trasbordamento" (1996, p. 426). E nesse sentido, a menção ao fato de que tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das preocupações das classes, grupos e indivíduos que dominam as sociedades históricas.

Le Goff (1996) parte das noções de Leroi-Gorhan para distinguir três tipos de memória. A memória específica seria aquela que fixa os comportamentos animais. A memória étnica assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas. E, por fim, a memória artificial, puramente instintiva e sem reflexão, destina-se a assegurar a reprodução de atos mecânicos.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

É interessante mencionar que a memória coletiva, que para de Le Goof (1996) está presente nas sociedades sem escrita, é, para Maurice Halbwachs, uma forma de “reconstrução social do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade” (Halbwachs, 2002, p.2). Ou seja, é uma forma de permanência do passado que se recupera e se reconstrói por meio das interações entre os grupos, pondo em pauta a rememoração de fatos, monumentos, entre outros mecanismos de recuperação do outrora vivido.

Nesse sentido, Maurice Halbwachs (1950; 2002), ao traçar a caracterização da memória individual e da memória coletiva, parte da premissa que a primeira não pode existir sem uma certa dose de participação do outro. “A memória do indivíduo está sempre em relação ao outro “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (Halbwachs, 1950, p.26). Desse modo, para Maurice Halbwachs (2002, p.5), a primeira instância de memória coletiva está diretamente relacionada com as recordações que pertencem aos quadros de experiência de boa parte dos membros que compõe um grupo. Assim, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, este ponto de vista se transforma de acordo com o lugar que ocupo, e que este mesmo lugar muda de acordo com as relações que estabeleço com outros meios sociais”⁹(Halbwachs, 2002, p.6).

Nesse sentido, a memória enquanto qualidade de preservação de um passado depende também do quão imprescindível para uma determinada sociedade é a manutenção vivaz dos acontecimentos pretéritos. Nesse sentido, Jose Ortega y Gasset (1966) afirma que os povos europeus trataram a manifestação histórica, a partir da idade moderna, de um ponto de vista futurista. Enquanto os povos da antiguidade cultuavam as era gloriosas do passado, na Europa o olhar se desvia para o que vem a seguir. Entretanto, observa Ortega y Gasset (1966, p. 294), o continente europeu tem um passado que não pode ser negado, a ambivalência de horizontes tornou-se em um ambiente propício para emergirem as verdadeiras revoluções.

⁹ No original: Cada memoria individual es un punto de vista sobre la memoria colectiva, este punto de vista se transforma de acuerdo con el lugar que ocupo, y que este mismo lugar cambia de acuerdo con las relaciones que establezco con otros medios sociales.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Entretanto, o Jornalismo posiciona-se como um contraponto na contemporaneidade a essa visão, pois como sinaliza Ana Regina Rego (2012), o Jornalismo constitui-se como “um lugar de memória”, pois participa na construção de “memórias coletivas” e está intimamente ligado ao processo de formação do “imaginário simbólico de uma sociedade”. Desse modo, enquanto processo contínuo:

o texto jornalístico em um momento posterior a seu tempo de produção, pois o texto jornalístico continua, mesmo situado no passado e falando sobre um determinado presente; a reunir as três condições essenciais de consolidação de um lugar mnemônico, ou seja: material, funcional e simbólica (Rego, 2012, p.14).

Nesse sentido, os jornalistas como parte integrante do universo midiático, passam a não só ocupar esse lugar privilegiado na construção das memórias, mas também são, na opinião de Regina Rego, responsáveis por aquilo que discursivamente vai influenciar a edificação dessas memórias.

A mídia e, em nosso caso particular, o jornalismo, possui na contemporaneidade, específica influência no processo de consolidação da memória, o que aumenta a responsabilidade dos profissionais em construir um discurso jornalístico que, para além de perseguir a objetividade e de tentar uma impossível imparcialidade, possa se aproximar e refletir a realidade, como também, possibilitar reflexões sobre a mesma, de modo que não sejam construídas cortinas que não permitam a visibilidade dos acontecimentos, tal qual aconteceram (Rego, 2012,p.15).

2. História imediata, acontecimento e notícia

A “história imediata” não é afeita a acomodações. Essa noção, defendida por Jean Lacouture (2001), soa como crítica ao modelo que pretende quase que simultaneamente registrar, narrar e interpretar os fatos. Para Lacouture, a história imediata é percebida desde o jornalismo “bem pouco rigoroso, praticado por homens imersos no acontecimento a ponto de serem, ao mesmo tempo, participantes e reflexos dele, à pesquisa propriamente histórica que tem por objetivo um período bastante recente (...) (2001, p. 216). Ainda segundo o autor, a ideia representativa de uma ‘imediação temporal’ seria a reportagem em direto, quando a narrativa jornalística é também parte constituinte de um fato em andamento.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Também é preciso lembrar que essa fórmula de “história imediata”, um pouco provocadora, vulgarizada no início dos anos sessenta e que se tornou usual na linguagem corrente, não tende apenas a encurtar os prazos entre a vida das sociedades e sua primeira tentativa de interpretação, mas também a dar a palavra aos que foram os atores dessa história (Lacouture, 2001, p. 217).

Antes que se possa confundir a noção de Jornalismo com a de História, torna-se necessário esclarecer que ambas “coincidem sem se confundir”, de acordo com Jean Lacouture. Ao citar Albert Camus, para quem o jornalista é uma espécie de “historiador do instante”, Lacouture (2001, pp.218-219) quer esclarecer as convergências entre as duas atividades ao assinalar a defesa de Pierre Nora sobre a “volta do acontecimento”, tomando cuidado em diferenciar a aproximação que há entre um historiador e a imprensa, e o distanciamento entre o jornalismo e o uso do rigor histórico no exercício da atividade. Quando o Jornalismo consegue ultrapassar a barreira de simples relato e opera no exercício histórico, produz como resultado a reportagem “Os Homens do Presidente”, dos jornalistas do Washington Post envolvidos no caso Watergate, na década de 1970, exemplo citado por Lacouture (2001, p.223).

Assim, consciente de que História e Jornalismo se convergem, considerando-se a ideia de Jornalismo como realidade fragmentada, embutida no conceito de Néelson Traquina (2002) e que é detalhada por Jorge Pedro Sousa, ao conceituar mais tecnicamente a essência do jornalismo, considera-se como uma prática profissional “de divulgação mediada, periódica, organizada e hierarquizada de informações com interesse e para o público” (Sousa, 2006, p.107). É, também, uma “atividade organizada e histórica e socialmente determinada de produção e difusão de informação (Sousa, 2008, p.155) e “que alimenta continuamente de signos (e, portanto, de significados) os indivíduos, as sociedades e as culturas” (Sousa, 2013b, p.19).

Schudson (2003, p.11) fala em jornalismo como atividade, mas também como “negócio de instituições que publicam periodicamente (geralmente diário) informações contemporâneas”¹⁰. O que isso quer dizer é que de fato o jornalismo como atividade prescinde de certas rotinas produtivas, para resultar em um produto informativo passível

¹⁰ No original: It is a business of a set of institutions that publicized periodically (usually daily) information and commentary on contemporary affairs.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de confiabilidade, preciso e cuja linguagem possa ser compreensível a qualquer pessoa, como referem Kovach e Rosenstiel (2003).

É importante registrar que essa preocupação sobre o modo como se opera a seleção dos itens que comporão o cardápio daquilo que pode ser considerado um conjunto interessante de fatos dignos de registros remonta ao século XVII, quando Tobias Peucer¹¹ (2004) comparou em 29 parágrafos as referências aos campos Jornalismo e História. Para ele, “as coisas dignas de crédito sejam separadas dos rumores infundados que se fazem correr” (p.18). Cabe mencionar que a perspectiva de análise de Peucer funda-se a partir dos relatos da Antiguidade, para compreender a dinâmica de constituição daquilo a que chamou de uma “história das coisas esparsas”, ou seja, recortes da história ou dos fatos históricos que o autor chama de relatos jornalísticos – uma história sem ordem – como uma forma de registro que não se constitui enquanto percurso linear dos acontecimentos, a história que o jornalismo pretende contar é a do presente, uma narrativa desordenada e confusa, cujo objetivo seria o de entregar ao leitor algo de impacto ameno.

Naqueles anos de 1690, Peucer preocupava-se em separar os fatos dignos de registro, daquilo que ele nomeou de “coisas de pouca importância” – dos quais boa parte dos periódicos já à época estavam repletos: “Portanto, quando alguns narram coisas amenas, leves, pode suceder que estejam se acomodando ao desejo de coisas novas que também já invadiu os ânimos do povo” (Peucer, 1690, p.23).

O acontecimento passa a ter papel fundamental na noção de Pierre Nora (1979) no sentido “histórico” mais democrático, a partir da participação das massas, e é aos meios de comunicação que Nora imputa o papel que o acontecimento tem no reaparecimento da História: “Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar” (Nora, 1979, p.181).

Na perspectiva de Nora, o acontecimento pertence a uma categoria definida da razão histórica enquanto “acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, seu lugar se inscreve nas rubricas dos jornais” (1979, p.184). Essa noção de

¹¹ Tobias Peucer apresentou sua tese intitulada “De relationibus novellis” no século XVII, na Universidade de Leipzig. Cf. Peucer, T. (2004). Os relatos jornalísticos. In: Dias, P. (2004). Revista Estudo de Jornalismo e Mídia. V.1, No.2.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

acontecimento parte do ponto de vista da História, contudo, a mirada a partir do campo do Jornalismo trata-o como ruptura, como bem ilustra Adriano Duarte Rodrigues e o seu célebre conceito de acontecimento como “tudo aquilo que irrompe na superfície lida da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais” (Rodrigues, 1999, p. 27).

Ora, essa proposição coaduna-se com o que Hannah Arendt (2006) refere ao afirmar que “os acontecimentos, por definição, são fatos que interrompem o processo rotineiro”¹². Para Adriano Duarte, o discurso gerado pelo acontecimento é uma “anti-história” (Arendt 2006, p.29), pois impõe ao mundo das pessoas e das coisas um tipo de aniquilamento que altera, modifica e subverte as identidades, da mesma forma com que um acidente provoca mudanças nos indivíduos, nas organizações e na vida. E a notícia, como elemento basilar no jornalismo moderno e contemporâneo, é o discurso da imprevisibilidade que atua como contraste à lógica racional que rege a normalidade da vida.

Sob o olhar de Adriano Rodrigues, o discurso do acontecimento insere-se nos registros de notabilidade, porque por si, só ele – o discurso – é um “acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade do mundo, das pessoas, das coisas, as instituições.” (Rodrigues, 1999, p.29).

Já Mar de Fontcuberta (1993) vai buscar em Paul Albert a pista para a distinção entre o acontecimento histórico – que resulta dos atos do indivíduos e de ações coletivas – e o acontecimento jornalístico. Para a autora, o acontecimento “não tem o mesmo sentido para o historiador e para o jornalista. O historiador procura uma série de factos e o jornalista procura um facto único” (Fontcuberta, 19993, pp.17-18). Nesse sentido, a autora ratifica o seu pensamento em Veyne – para quem a História não é mais do que narrativa de acontecimentos, fruto de cruzamentos de itinerários possíveis.

Então, a noção de ruptura está no cerne da ideia de acontecimentos de Louis Quéré. A partir de uma perspectiva fenomenológica, o autor circunscreve o indivíduo diante do acontecimento público, ou como este se torna individualizado.

¹² No original: Los acontecimientos, por definición, son hechos que interrumpen el proceso rutinario y los procedimientos rutinarios (Arendt, 2006, p.15)

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

(...) um acontecimento, um objeto ou uma ação determinada é, tal como uma pessoa, um indivíduo. Se a individualização é diferenciação, segregação, unificação, qualificação, ela é também estruturação, integração, resolução de tensões e de contradições, engendramento de coerência e de significações. (Quéré, 2011, p.14).

Submetido aos pressupostos do jornalismo, o acontecimento torna-se notícia, (Sousa, 1996) e, como tal, submete-se aos constrangimentos que norteiam a prática jornalística. Assim, as notícias compreendidas como espelho dos acontecimentos “são como são porque a realidade assim as determina” (Traquina, 1999, p.133); noção questionada pelo próprio Traquina ao colocar em causa a premissa de que o jornalista seria um observador passivo dos acontecimentos – um mero relator de fatos.

Gaye Tchuman (1978) escreve, em seu clássico livro *Making News*, que as notícias são como janelas no mundo, vistas por meio de enquadramentos. Já Miguel Rodrigo Alsina (2005) compreende a notícia como sendo a “construção da realidade social”, contudo, o autor ressalva que esta não é a única instância na qual se produz a construção social de uma realidade. Alsina parte do pressuposto de que o discurso jornalístico é composto por três fases que estão inter-relacionadas: produção da notícia, circulação e consumo. “Notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 2005, p.17). Assim, baseado em Berger e Luckmann (1979)¹³, para sustentar as suas ideias, Miguel Alsina afirma que “a comunicação dos meios de comunicação social é uma atividade socialmente legitimada para produzir construções da realidade publicamente relevantes” (2005, p.23).

Em uma perspectiva mais crítica, Mar de Fontcuberta (1993) advoga que, em princípio, a notícia jornalística se define como a comunicação a um público interessado em um fato que acaba de se produzir ou anunciar-se por intermédio dos meios de comunicação massivos. Nesse sentido, a autora propõe a noção de “atualidade jornalística” alinhada com a compreensão de que os meios refletem a realidade, mas problematiza o próprio conceito de atualidade. Para a autora, a atualidade é uma concepção que se relaciona diretamente ao período que:

¹³ Referência estritamente informativa da citação feita por Miguel Alsina (2005), mas sem impacto na recolha bibliográfica contemplada nesta tese.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

se encontra na raiz do jornalismo e dá nome à sua primeira manifestação histórica, o periódico, que é uma publicação que aparece com uma determinada frequência: diária, semanal, mensal etc. O período determina o ritmo de trabalho de todos os meios de comunicação. Impõe urgências e marca prazos improrrogáveis”¹⁴ (Fontcuberta, 1993, p.23).

Ainda de acordo com Fontcuberta (1993), os meios de comunicação ocupam uma centralidade fundamental no sistema social e que muitas vezes se equivalem aos poderes constituídos pelo Estado. A autora remete à crítica que se faz aos meios, porque oferecem apenas recortes da realidade, muitas das vezes indo além do papel de relato do real, ao deturpá-lo. Essa questão remete à problemática da objetividade jornalística, que de certa forma polariza o debate entre verdade, rigor informativo, ponto de vista e imparcialidade *versus* intencionalidade ou manipulação tendenciosa dos fatos (Fontcuberta, 1993, pp.15-16).

2. Jornalismo como narrativa do presente e como narrativa do passado

O presente remete ao tempo atual, evoca a noção de atualidade. Lorenzo Gomis procura explicar como os *media* formam o presente no livro *Teoría del Periodismo. Como se forma el presente* (1991) e afirma que “graças aos meios percebemos a realidade não como a fugacidade de um instante aqui mesmo. O presente social dos meios dura pelo menos um par de dias¹⁵” (1991, p.14). Ao seguir-se a linha de pensamento de Gomis, pode-se dizer que os meios de comunicação social são responsáveis pela permanência de um presente que perdura e cuja realidade é interpretada à luz do que os meios apresentam, sobretudo, o jornalismo.

Ainda nessa linha de raciocínio sobre os sentidos do presente, Franciscato (2005) evoca os termos “instante”, “instantâneo” e “instantaneidade” para sugerir aquilo que se caracterizaria como “um período de tempo mais curto (...) um tempo ínfimo” (Franciscato, 2005, p.113). Ora, o termo “instante” carrega em si mesmo essa precariedade do presente fugidio, no que Franciscato refere que “instantâneo” e

¹⁴ No original: El período se encuentra en la raíz del periodismo y da nombre a sua primera manifestación histórica, el periódico, que es una publicación que aparece con una determinada frecuencia: diaria, semanal, mensual etc. O período determina el ritmo de trabajo de todos los medios de comunicación. Impone urgencias y marca plazos improrrogables.

¹⁵ No original: Gracias a los medios percibimos la realidad no con la fugacidad de un instante aquí mismo. (...) El presente social de los medios dura por lo menos un par de días.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

“instantaneidade” servem para “reforçar e qualificar tanto o sentido de imediaticidade ou rapidez de uma ação quanto de vinculação de um intervalo ínfimo de tempo (ou de sua virtual inexistência) ao momento presente” (Franciscato 2005, p.114).

Ao lembrar que os eventos jornalísticos promovem sempre uma espécie de “corte no tempo”, Carlos Franciscato (2005, p. 21) sinaliza que estes não possuem apenas caráter simbólico “sobre o tempo presente, mas definições temporais sobre modos de viver o presente”. Ou seja, a atividade jornalística desenvolve-se em torno de marcadores temporais como, por exemplo, situar os acontecimentos dentro da calendarização para, com isso, dotá-lo de sentido no horizonte da construção coletiva.

Ainda sob a perspectiva da égide do tempo no jornalismo, Elton Antunes (2007) aborda no texto “Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico” sobre o “regime temporal” e a sua articulação com o discurso jornalístico a partir do momento em que as bordas de passado, presente e futuro já não parecem tão claras. Diz Antunes que ao “presentismo” está vinculado a noção de tempo real (2007, p.27). Prado (2002) indica que essa percepção de “tempo real” ou “instantaneidade” se potencializou com as tecnologias digitais e o jornalismo *on line* tem usado essa premissa como uma espécie de licença proprietária sobre o imediatismo do acontecimento na contemporaneidade. Cabe aqui citar o que Cristina Ponte (2005) refere sobre o conceito de tempo. Para a autora, dada a sua complexidade, o tempo do acontecimento e o tempo dos *media* não se sincronizam necessariamente; na verdade, o tempo midiático para Cristina Ponte é “basicamente pautado por um imaginário de criação de um sentido de atualidade” (Ponte, 2005, p.194).

Ao se pensar novamente sobre as aproximações entre História e Jornalismo, mais especificamente nas proximidades entre as narrativas que movem esses dois campos, Camila Kieling (2014) aponta que, em comum, ambas brotam de uma mesma fonte, a realidade. “Dentro do universo de possíveis do mundo sublunar, jornalismo e história desempenham as delicadas tarefas de definir o que são os acontecimentos e selecionar aqueles que figuram em suas narrativas” (Kieling, 2014, p.56). De todo modo, convém lembrar que tanto o historiador, quanto o jornalista executam essa tarefa, não só unicamente guiados pelos pressupostos delineados pelas técnicas e códigos deontológicos

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de suas práticas, mas sob o manto da subjetividade. A compreensão de como e onde se localizam essas escolhas é o que Kieling explica:

Assim, a história ou o jornalismo, na medida em que estão impregnados pela ação humana, pelos contextos, pelos resultados, pelas finalidades, não pode romper com a narrativa. Tanto passado longínquo, quanto os acontecimentos cotidianos de uma contemporaneidade, ao serem narrados, estão, irremediavelmente no passado e não podem ser revividos, senão de forma discursiva (Kieling, 2014, p. 60).

E assim, o jornalismo, enquanto narrativa do passado não é história, mas uma forma de “aglutinar pedaços do passado como se fosse a totalidade, possui a outorga de fixar em materiais duráveis acontecimentos para o futuro” (Barbosa, 2012, p.462). Desse modo, ainda segundo Barbosa, apesar dos *media* funcionarem de modo próprio, assemelham-se, em certa medida, ao processo historiográfico, pois também são responsáveis pelos “chamados acontecimentos históricos” (Barbosa, 2012, 464).

E assim se vive, na contemporaneidade, uma preocupação com a emergência da memória, um culto ao passado que, de certa forma, vai de encontro à perspectiva de futuro que dominou as sociedades ocidentais no começo do século passado Huyssen (2004), como os eventos em torno da memória dos 100 anos da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, – iniciados na sua grande maioria em 2014 – que personificam a “presentificação” desse acontecimento. Além disso, convém mencionar que boa parte desse movimento em torno do passado é em parte possível por meio daquilo que os *media* à época documentaram, como explica Jorge Pedro Sousa.

(...) numa era de crescente mediatização das sociedades industrializadas ou em processo de industrialização, os meios de comunicação social assumiram algum protagonismo na forma como a guerra foi contada, constituindo parte importante da documentação existente sobre o conflito. O cinema e a imprensa – que beneficiava do recurso crescente à fotografia – foram peças importantes no dispositivo comunicativo que permitiu à população em geral, de diversos países, ter um contato, ainda que indireto e mediado (e frequentemente enviesado), com a guerra (Sousa, 2015b, p.17).

E, na perspectiva do que os *media* oferecem na construção de processo mnêmicos coletivos, sobre os quais se atém Isabel Babo-Lança (2012), ao analisar os balanços de final de ano (retrospectivas) promovidos pela comunicação social. Para Babo-Lança o

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

papel de recuperar as memórias fragmentas – sem a necessidade de adoção do conhecimento científico próprio da história – está a cargo da narrativa midiática (Babo-Lança, 2012, pp.56-57). Assim, a restituição do passado pelos sistemas midiáticos são operados não no ritmo do relato dos acontecimentos presentes e sem os constrangimentos que se impõe ao jornalismo, por exemplo, o diário. Essa lógica de reconstituição do passado se situa

A meio do caminho entre o discurso histórico e o discurso jornalístico” (...). A seleção do que se entende ter marcado o passado constitui um mecanismo de apropriação e construção da relação aos acontecimentos passados e à história, mediante a procura, a exploração, o uso da memória, o ponto de vista do jornalista ou do narrador (Babo-Lança, 2012, p. 61).

De todo modo, ao se considerar o jornalismo uma instância capaz de funcionar também como meio de “presentificação” do passado e apto a reagrupar fragmentos de memórias individuais e/ou coletivas, percebe-se que função da atividade não se sobrepõe à tarefa da história, mas – como afirma Aguinaga (2001, p.250) – a função do jornalismo é transformar a informação em conhecimento. Se, na narrativa do presente, o jornalismo talvez não consiga exceder o limite da mera informação, enquanto narrativa do passado pode-se arriscar dizer, mesmo submetido aos recortes e às subjetividades, que tem potencialmente uma segunda oportunidade para a fomentar o conhecimento.

4. Síntese do capítulo

Ao recorrer às noções de tempo, memória, acontecimento, notícia, presente, passado, entre outros aqui apresentados, o objetivo foi tentar situar História e Jornalismo – instâncias que se tangenciam, sem, contudo, confundi-las. Ao se voltar às indagações sobre as práticas narrativas da História e do Jornalismo, procurou-se, em autores dos dois campos acadêmicos, as chaves para o entendimento dos limites se impõem entre eles.

A partida em Marc Bloch não foi por acaso, pois nesse autor encontrou-se uma inquietação comum a jornalistas e historiadores, a capacidade de “saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares” (Bloch, 2002, p. 31). A essa primeira inquietude, somou-se a necessidade de compreender como a História era percebida enquanto prática pelos historiadores tais como Nora (1979), Le Goff (1996), Ricoeur (1997), Carr (2006), Veyne

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

(2008), Certeau (2015), dentre outros, e assim abordar algumas especificidades de categorias fundantes como tempo, memória e acontecimento.

A mirada a partir de Sousa (2006; 2015a, 2015b), Barbosa (2012), Antunes (2009; 2007) e Franciscato (2005) permitiu investigar como o campo midiático se apropria e esbarra na produção de sentido, numa sociedade ocidental dominada pelos *media*.

A intenção deste capítulo nunca foi a de esgotar as possibilidades de problematização geradas pelas interseções entre Jornalismo e História, mas antes fornecer algumas pistas para situar conceitualmente algumas questões que, de alguma forma, podem melhor aparelhar, do ponto de vista da compreensão, os próximos capítulos deste trabalho.

Capítulo II



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Foto: “Sarajevo Incident: Assassination of Archduke Franz Ferdinand of Austria and his wife Sophie”, autor: desconhecido, 1914. Acervo: Encyclopedia 1914-1918.

“History is about remembering the past but it is also about what we choose to forget.”.
(MacMillan, 2009, p.127).

CAPÍTULO II – BREVES RECUOS HISTORIOGRÁFICOS ANTECEDENTES À GRANDE GUERRA: CENÁRIOS INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL

Há pouco mais de 100 anos o mundo conheceu pela primeira vez um conflito de proporções intercontinentais. Conheceu também outras formas de horror, de crueldade e de diversas possibilidades de aplicação dos produtos oriundos das tecnologias bélicas emergentes do final do século XIX. A Grande Guerra, como foi intitulada à altura, tornou-se o primeiro choque bélico entre nações de várias partes do mundo em simultâneo, “marcado por uma terrível inumanidade” (Sousa, 2013a, p.39). A Primeira Guerra Mundial inaugurou um tempo de disputas cujo palco, a Europa, sofreria reverberações ao longo da primeira metade do século XX, e a ter o desfecho - de fato - em uma segunda etapa, a Segunda Guerra. Para efeitos de compreensão, assume-se aqui como o “longo século XIX” a noção sinalizada por Hannah Arendt (1979, p.153) de que o século XX começou com a Primeira Guerra. Arendt afirma que 30 anos (1884-1914) separam o fim do século XIX para a época seguinte.

Ao término da I Guerra Mundial o contributo, além do rastro de destruição, foi a herança de novas mudanças nas configurações geográficas, políticas e ideológicas no Velho Continente, nas colônias e nas antigas possessões ultramarinas das nações da Europa. Impérios desapareceram em definitivo, regimes políticos foram mudados e à devastação por tantas perdas nos campos de batalha, se junto em seguida o extermínio causado pela doença, a gripe espanhola¹⁶.

Distantes entre si, países das Américas, Ásia e Europa durante quatro anos – alguns menos tempo de participação como no caso dos EUA e do Brasil – disputavam em solo, no mar e ar do Velho Continente combates que envolveram direta ou indiretamente cerca de 9,7 milhões de mortos e aproximadamente 21 milhões de feridos (Clark, 2014, p.468)¹⁷. O conflito de 1914 não terminou com Tratado de Versalhes, aliás as repercussões e

¹⁶ A gripe espanhola foi responsável por aproximadamente 20 milhões de mortes em todo o mundo. A grande maioria das vítimas estava concentrada nos continentes europeu e americano. O vírus se espalhou em função da circulação de tropas das Forças Expedicionárias. “no final do século XX, quando pesquisadores examinaram o alcance da pandemia na Índia e na região da Ásia/Pacífico, a cifra foi revista para 50 milhões” (Soundhaus, 2014, p. 468).

¹⁷ Álvaro Lozano (2011) fala em 13 milhões de mortos. Há uma certa dificuldade em estabelecer o número exato de mortos no confronto, os autores diferem sobre as cifras. Gilbert (2013) menciona nove milhões só de soldados mortos.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

ressentimentos com alguns termos desse acordo levaram a um segundo momento de guerra 21 anos depois, escrevendo na História um capítulo de mais dor e sofrimento do que aqueles vividos entre 1914-1918.

Ao longo do restante do século XX, além da II Guerra Mundial, outros conflitos localizados surgiram e alguns até hoje assombram a noção de civilização e os preceitos racionais tão caros ao Iluminismo. Pode-se citar algumas dessas guerras que originaram-se na segunda década do século XX como, por exemplo, as guerras civis russas e chinesas, entre Israel e árabes palestinos, da Coreia, do Vietnã, dos Balcãs, dentre outras, que foram contributos para reconfigurações geopolíticas.

A devastação que todo conflito bélico carrega é a face mais conhecida das guerras, contudo, aparentemente de modo ambivalente, deposita-se em boa parte deles o surgimento, desenvolvimento e consolidação da figura do Estado tal como se conhece, ou pelo menos o modelo Estado-nação oriundo de coalizões plasmadas nas grandes guerras (Bobbitt, 2003). Pela força ou surgidas nos seio dos movimentos de civis ou militares, as guerras plasmam nações. A violenta disputa que (re) ordena a configuração do Estado dificilmente se consolida em ambiente isento de tensões, pelo menos é o que se observa historicamente. Ou como bem sintetizou o general prussiano Carl Von Clausewitz:

A guerra é nada do que apenas um duelo em uma escala extensa. Se quisermos conceber como uma unidade o número incontável de duelos que compõem uma guerra, vamos fazê-lo melhor por supor como dois lutadores. Cada um esforça-se pela força física para obrigar o outro a se submeter à sua vontade: cada esforço para lançar o seu adversário, e assim rendê-lo e incapacitar a resistência (Clausewitz, 2013, p1)¹⁸.

Na Europa, o uso da guerra se consolidou com uma forma de desenhar limites geográficos e estabelecer alianças com vistas a garantir certos domínios. Nesse sentido, convém assinalar a crítica que Magnoli (2008) faz ao modo europeu moderno de lidar com as rivalidades, calcada no princípio filosófico maquiavélico, moralmente é uma etapa que se

¹⁸ No original: War is nothing but a duel on an extensive scale. If we would conceive as a unit the countless number of duels which make up a War, we shall do so best by supposing to ourselves two wrestlers. Each strives by physical force to compel the other to submit to his will: each endeavors to throw his adversary, and thus render him incapable of further resistance

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

pauta na possibilidade de envolver conflitos bélicos como meio de garantir os interesses internos. “Os europeus nunca acreditam que a liberdade, a justiça ou qualquer outro valor universal possa servir de norte para a política externa da nações” (Magnoli, 2008, p.10).

O uso da guerra como ferramenta primária para assegurar o interesse interno dos Estados-nações não é apenas característica de um povo na contemporaneidade como pode se deixar pensar a crítica de Magnoli (2008). Embora não seja o objetivo aqui detalhar a história das guerras que de certa maneira moldaram às civilização atuais, é importante assinalar que a História tem sido pródiga em registrar o uso da força para garantir a dominação de algumas sociedade sobre outras. Romanos, persas e gregos inauguraram versões mais elaboradas das máquina de guerra - ainda no século em 500 A.C. Estes últimos usaram e aperfeiçoaram técnicas e táticas bélicas possivelmente influenciados por instrumentos de inspirações orientais Cummins (2012). Os gregos¹⁹ não se furtaram em dominar e garantir a existência de um modo de vida usando para isso a conflagração militar. Não se pode dizer que o essas pelejas não foram responsáveis pela permanência da cultura helênica que claramente influenciou o mundo moderno.

Nesse sentido, este trabalho trata agora de situar alguns antecedentes que acredita-se podem contribuir para situar o contexto que prevaleceu a Grande Guerra. Esta seção se ocupa de recuperar alguns cenários na Europa nos anos que antecederam o 1914. Não se pretende entrar em níveis de detalhamento que dê conta de todas as nuances que envolveram os eventos finais que levaram o mundo à Grande Guerra, mas tece-se algumas linhas que amiúde já estão devidamente registradas por historiadores e alguns contrapontos sobre as noções mais consensuais. Trata-se também de um esforço para tentar compreender o conflito para além do evento inicial, os assassinatos do herdeiro do trono austríaco, o Arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa. A ideia é lançar dados para a cadeia de eventos que entrelaçam os protagonistas nos acontecimentos que resultaram no conflito.

¹⁹ Sobre as guerra gregas, a mais importante delas é a “Guerra do Peloponeso” – acontecimento registrado pelo historiador Tucídides. Cf: Tucídides. (1982). História da Guerra do Peloponeso. Coleção Clássicos Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais - IPRI. Brasília, UnB. Disponível em <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0041.pdf>>, consultado em 07.out.2015.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

A título de oferecer um contexto um pouco mais abrangente, optou-se aqui por recuar no tempo e registrar brevemente alguns momentos de transformação na Europa entre os séculos XVII e o XX. Por uma questão metodológica e seguindo a linha do tempo de eventos de maior impacto, discute-se nesta seção as mudanças mais significativas em países como a França, a Alemanha e a Inglaterra, três dos protagonistas do conflito de 1914, bem como as contendas na região dos Bálcãs, para onde de alguma forma convergiram a disputa de interesses locais e externos como os da Austro-Hungria e da Rússia. Por questão de escolha metodológica não há aprofundamentos nas questões específicas da Rússia, não que este país não seja importante para se compreender as causas e as consequências da Grande Guerra, entretanto, optou-se por não se aprofundar nos temas específicos do império russo por motivos de delimitação dos temas que compõem o pano de fundo antecedente ao conflito.

Corre-se aqui algum risco em focar em demasia na historiografia ao se recuar demais no tempo para contextualizar tensões e ressentimentos que resultaram na conflagração europeia, contudo, acredita-se ser importante situar acontecimentos como, por exemplo, a Guerra Franco-Prussina – Unificação Alemã (1871). Este trabalho assume a influência da narrativa do historiador Eric Hobsbawn e a trilogia que o autor produziu para explicar o século XIX: *A era das revoluções*. 1789-1848 (1998); *A era do capital*. 1848-1975 (1977) e *A era dos impérios*. 1875 – 1914 (2015) e *A era dos extremos*. 1914-1991 (1995). A escolha por seguir a orientação proposta por Eric Hobsbawn pareceu adequada para um certo encadeamento de eventos considerados importantes para a contextualização das condições nas quais eclodiram o conflito mundial de 1914. Obviamente que as seções e subseções deste capítulo - antecedem a abordagem mais direta da I Guerra Mundial - não pretendem esgotar todas as nuances que desenharam o “longo século XIX”, como mesmo nomeou Hobsbawn ao se referir ao período compreendido entre 1776-1914 (Hobsbawn, 2015, p. 23).

Outras disputas importantes que decorreram nos três séculos anteriores à Grande Guerra tais como a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), a Revolução Americana (1775-1783), a Guerra Civil Americana (1861-1865), a Guerra da Criméia²⁰ (1854-1856), a

²⁰ Eric Hobsbawn (1977, p.90) afirma que a Guerra da Criméia foi a que mais se aproximou de uma guerra de proporções mundiais entre os anos de 1815 e 1914, por ter o envolvimento de um lado a Rússia e do outro Inglaterra, França e Turquia do outro.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Guerra Italiana de 1859-1860 e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) serão mencionadas quando necessário, porém não são objeto de detalhamento, não por não serem dignas de apresentação, mas porque importa aqui recortar brevemente alguns eventos que impactaram mais diretamente França, Inglaterra e Alemanha.

1. Europa: guerras e revoluções que antecedem a Grande Guerra

A Primeira Guerra Mundial não pode ser pensada de forma isolada sem o pano de fundo de outros combates travados na Europa no século que antecedeu a batalha iniciada em 1914. Os tensionamentos entre França e Alemanha, por exemplo, talvez antecedam a Guerra Franco-Prussiana e tenha raízes ainda na “Guerra dos 30 anos”²¹, de 1618-1648, conflito com supostas base religiosas, entre reinos católicos e protestantes, mas que ao fim e ao cabo pretendiam garantir possessões de territórios a nações do Velho Continente. A linha tênue que separava os interesses religiosos dos interesses políticos fez com que durante esse período reinos católicos se aliassem a outros protestantes (Carneiro, 2008, p.164).

A Primeira Guerra Mundial não foi o primeiro conflito envolvendo países da Europa e suas extensões além-mar. Disputas pelo poder sucessório do trono austríaco²² – perduraram oito anos entre 1740-1748 – acabaram por desencadear conflitos que resultaram em uma guerra que durou sete anos e consolidou ao final a Grã-Bretanha como potência mundial. O conflito Austro-Prussiano desencadeado em 1756 extrapolou os

²¹ Destaca-se que um desses episódios remonta exatamente à questão da Alsácia-Lorena (que será novamente objeto de ressentimento a partir de 1871), levada da Alemanha pela França ao final de 1648 com a assinatura da “Paz de Vestefália”. Esse conflito consumiu seres humanos e a produção europeia à época. O século XVII é tido como um intervalo de intolerâncias e regressão – tendo em vista as descobertas oriundas das grandes navegações nos 100 anos que antecedem os anos 1600 e as revoluções que aconteceram no século XVIII. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que na Alemanha haviam disputas internas que se exacerbaram durante esses 30 anos. A porfia entre regiões que não aceitavam a predominância de um monarca católico proveniente da dinastia de Habsburgo (tal qual o regente Espanhol) em contraste com regiões protestantes. Carneiro (2008) aponta a Guerra dos Trinta Anos como o período mais baixo do século XVII, cujas motivações religiosas de países como França, Espanha, Suécia e o Sacro Império Romano Germânico teve uso “empresarial da guerra”. Cf. Parker, G. (1998). (Org). *La Guerra de Los Treinta Años*. Barcelona, Editorial Crítica.

²² Sem sucessores homens ao trono, o rei da Áustria Carlos VI deixou à filha Maria Teresa o poder sobre o Império. Com a morte de Carlos VI, o rei da Prússia Frederico II resolveu invadir a região austríaca da Silésia. Frederico saiu vitorioso por meio do *Tratado de Aquisgrano* ou *Tratado de Aix-la-Chapelle*. A rainha Maria Teresa conspirou para ter de volta a região cedida no tratado e para tal se aliou à França e à Rússia com o objetivo de retomar a Silésia. Os ingleses financiaram a Prússia.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

limites da Europa. França e Inglaterra²³ e expandiram as batalhas para as colônias ultramarinas. A briga pelo domínio na América do Norte, Ásia e África. A polarização final colocou de um lado França, Áustria, Rússia, Espanha e Saxônia (um estado germânico) e do outro Inglaterra, Portugal, Prússia e Hanover. O conflito ficou conhecido como “Guerra dos Sete Anos”²⁴ e durou de 1756 a 1763. O processo de independência das 13 colônias começou a ser desenhado no segundo “Congresso Continental”, ocorrido em 1776, também na Filadélfia, ou como afirma (Aquino *et al*, 1992, p. 102) “quando a burguesia das 13 colônias comandou a luta contra a metrópole”. Nesse segundo encontro, a tônica já era a independência. A Declaração de Independência foi redigida por Thomas Jefferson no dia 04 de julho de 1776 e foi prontamente rejeita pelos ingleses, que declaram guerra à colônia.

O que seguiu foi uma guerra que durou sete anos, entre 1776 e 1783²⁵, com batalhas dentro do território dos hoje Estados Unidos e do Canadá. Franceses e espanhóis se

²³ A força da marinha britânica foi um dos fatores determinantes para que ao fim do conflito a Grã-Bretanha fosse vitoriosa. A França, derrotada em batalhas no Canadá e na Índia, saíra da guerra com parte da frota de navios mercantil e militar destruída pela Marinha Real. A Prússia de Frederico II experimentou um bom crescimento estrutural com a Guerra dos Sete Anos. Valendo-se de um reinado como “desposta esclarecido”, o imperador prussiano tinha clara ambições expansionistas quando invadiu o território austríaco. O temor potencialmente representado por esse desejo de expansão aglutinou forças em dois lados de disputas e levou a contenda a outros continentes. O saldo sangrento em função das inúmeras mortes deixadas, resultando no avanço de instrumentos a serviço da guerra como os mosquetes de pederneira, que transformaram “o campo de baralha em abatedouros” (Cummins 2012, p.137).

²⁴ Apesar das pautas mais localizadas em território europeu como, por exemplo, o temor pela figura expansionista que Frederico II representava (também conhecido como Frederico, O Grande), esse conflito sintetizava as disputas por dominar os novos territórios descobertos pelas navegações. Toda guerra tem um preço não apenas em vidas humanas. A Guerra dos Sete Anos – ou na realidade a Primeira Guerra Mundial (Lozano, 2011) – deixou de legado à vitoriosa Grã-Bretanha altos custos que precisavam ser cobertos. A solução encontrada foi o aumento dos tributos nas colônias localizadas na América do Norte. Durante três anos, entre 1764 e 1767, a Coroa Britânica criou diversos tipos de impostos para taxar os produtos oriundos da América. O descontentamento foi grande e ocorreram diversos conflitos entre colonos e britânicos, sobretudo na cidade de Boston. Em 1774 ocorreu na Filadélfia o primeiro “Congresso Continental”, quando 12 colônias discutiram a situação e exigiram que a Coroa inglesa repensasse as medidas de austeridade para com a colônia. Em resposta, no ano seguinte, o rei George III da Grã-Bretanha endureceu ainda mais as relações com as colônias americanas. Os conflitos foram inevitáveis e colonos e britânicos se enfrentaram em Connecticut, Lexington, Boston, dentre outros locais.

²⁵ Alguns historiadores demarcam o período da Guerra de Independência Americana entre os anos de 1775 a 1783, por considerar os primeiros conflitos entre colonos e ingleses como fazendo parte da guerra, contudo, neste trabalho adota-se como ponto referência para o começo da guerra quando em junho de 1776 a Grã-Bretanha enviou a Nova Iorque o maior contingente de soldados já destacado para território americano, cerca de 32 mil homens (Cummins, 2012, p.140).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

juntaram aos colonos contra os ingleses. A Guerra de Independência Americana²⁶ seria apontada por Hobsbawn (1998) como uma forte inspiração para que os franceses – descontentes com a situação econômica no país – engendrassem uma revolução que seria responsável por influenciar o pensamento dos séculos XVIII e XIX.

Se por um lado a Guerra de Independência Americana deixou o sabor de derrota para os ingleses, por outro lado pode ter contribuído para inspirar uma revolução no país vizinho, a França. Considerada por Eric Hobsbawn (1998, p.71) como um dos movimentos que ajudaram a moldar o pensamento político-ideológico, a Revolução Francesa²⁷ extrapolou as fronteiras e serviu de mote para que outros países sonhassem com a noção de liberdade e participação popular idealizadas pelos protagonistas revolucionários. A burguesia chegou ao poder, acabando com o feudalismo e iniciando o fim do antigo regime monárquico, inspirada pelo espírito das luzes. Aliás, Le Goff (1996, p. 245) afirma que a noção de progresso surge também no bojo do aparecimento da imprensa no século XV e da Revolução Francesa.

Lewis Seaman (1977) afirma que as Revoluções Francesa e Americana provocaram uma ruptura até então ainda não vista na Europa, o fato inédito de que o povo poderia lutar contra seus governantes e vencer a luta. E a isso, soma-se a justificativa política para “essa guerra de súditos contra os governantes. As Revoluções Americana e Francesa não

²⁶ As lutas travadas em Saratoga, Tincodcora, Benis Heights foram algumas das que demandaram estratégias de ambas as partes. Figuras como Benedict Arnold, Daniel Morgan, George Washington, dentre outros, entraram para a história como os heróis da Guerra de Independência. Este último foi o primeiro presidente dos Estados Unidos, tendo governado o país por dois mandatos.

²⁷ Ainda segundo Hobsbawn, tão importante quanto à revolução de ideais que a Revolução Francesa deixou como herança à humanidade, a mudança na fisionomia econômica trazida no bojo da Revolução Industrial Inglesa modificou para sempre a forma como as nações conduziram as práticas e condutas na produção de bens e nas trocas comerciais. Essas duas importantes rupturas transformaram o ocidente no século XIX. Diz Hobsbawn: “Pois o mais formidável legado da própria Revolução Francesa foi o conjunto de modelos e padrões de sublevação política que ela estabeleceu para uso geral dos rebeldes de todas as partes do mundo”. (Hobsbawn, 1998, p. 130). Do ponto de vista francês, o descontentamento com as crises econômicas que atingiam o país, no final de século XVII, aliado às insatisfações com as medidas impostas pelo rei Luís XVI, formaram algumas das bases de insurgência revolucionária. Ao longo dos anos e das fases vivenciadas nas guerras revolucionárias francesas, as instabilidade econômica e política, envolveram também outros países europeus. A importância do movimento revolucionário francês é, na visão de Hobsbawn, um dos eventos cruciais para outros movimentos mais hodiernos. O historiador elenca três razões para tal. A primeira delas é o fato de que a agitação aconteceu em um dos países mais populosos da Europa à época; segundo porque tinha como cerne mudanças mais radicais, mais profundas do ponto de vista social que qualquer movimento antecedente; e por fim, foi a única revolução contemporânea de caráter “ecumênico”, pois “seus exércitos partiram para revolucionar o mundo” (Hobsbawn, 1998, p.72).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

havia simplesmente sido bem sucedidas: haviam sido moralmente justificadas” (Seaman, 1977, p.38). Ou seja, a partir desses movimentos, a insurgência deixou de ser crime, pois os revolucionários se tornaram “os porta-estandartes cujas bandeiras e emblemas proclamavam uma nova filosofia do homem. Pareciam afirmar que todas as tentativas para derrubar reis através da violência eram boas (...)” (Seaman, 19977, p. 38)

Na esteira que seguiu às primeiras lutas da revolução francesa, ascendeu um líder, que nos dizeres de Afrânio Peixoto “explora e organiza a catástrofe, em proveito próprio” (Peixoto, 2008, p. 193), Napoleão Bonaparte. Alçado ao posto de capitão do exército francês, Napoleão teve uma atuação determinante na linha de frente da Itália por ocasião das guerras revolucionárias e isso o levou a posto de vice-cônsul e em seguida ao de imperador. Ao assumir o posto de imperador em 1804, Napoleão Bonaparte colocou em prática um ambicioso plano de expansão territorial, imprimindo ataques e invasões às nações vizinhas. Entre os anos de 1803-1815, a França invadiu países, travou batalhas na Europa e impôs bloqueio econômico ao maior rival, a Inglaterra.

O Brasil foi diretamente atingido na esteira das ações de Napoleão na Península Ibérica. Com a eminente invasão de Portugal pelo exército francês, a família Real mudou-se para a colônia e as transformações que se seguiram influenciaram o rumo da História do país. Peixoto (2008) conta que D. João VI deixou Portugal:

Partindo com a Família, a Corte, 15.000 pessoas, o imenso recheio de seus paços, o que pode salvar em dinheiro, jóias, valores, para o Brasil, a 29 de Novembro de 1807. Mais um dia, e Junot, em Lisboa, teria impedido a partida. Os Ingleses comboiam até certa altura os viajantes, e, até o Brasil vêm ainda quatro naus inglesas (Peixoto, 2008, p. 194).

De certa forma, foi por causa de Napoleão que o Brasil se consolidou como a maior e mais importante colônia ultramarina do império português. O processo de abertura dos portos às nações amigas beneficiou sobretudo a Inglaterra, parceira de longas datas de Portugal, assim que D. João VI prontamente chegou ao Brasil.

Em setembro de 1815 o “Congresso de Viena” reuniu os países europeus para redesenhar a geopolítica do continente, assim como criar as bases para a volta da monarquia. O temor provocado pela Revolução Francesa fez com que os governos da Rússia, da Prússia, da Áustria e da Inglaterra decidissem pela restauração do absolutismo. Os Bourbons

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

voltaram ao poder na França pelas mãos de Luis XVIII e, embora o regime monárquico tivesse retornado, havia também o desejo de estabilizar apaziguar as nações europeias.

Nesse sentido, ao destacar os aspectos positivos do acordo de Viena, Seaman (1977) refere que, apesar de ser criticado por historiadores por ter desconsiderado as premissas do liberalismo e do nacionalismo, o tratado manteve de certa forma a paz entre os países no continente europeu por quase 50 anos. Para o autor, as nações da Europa não recorreram à guerra nesse período por uma opção política “facilitada pelo fato de que o acordo de Viena não envolveu injustiças maiores para qualquer uma delas, nem mesmo para as derrotadas. A causa da paz não foi seriamente ameaçada até Luís Napoleão se tornar Napoleão III” (Seaman, 1977, p.16).

Entre os anos 1815 e 1830, a fase da Restauração, a Europa viveu um período de equilíbrio de forças políticas na Europa, contudo, o germe da revolução se proliferava entre os círculos de pequenos burgueses cultos. Agrupados em irmandades internacionais, o desejo era lutar contra um dos resultados o Congresso de Viena, “a união dos príncipes absolutistas sob a liderança do czar” (Hobsbawn, 1998, p.133).

Nova onda revolucionária atingiu o continente europeu entre os anos de 1830-1848. Divididos em dois grupos principais, mas que em comum desejam o fim da aristocracia e da hierarquia sanguínea. Acresce-se às inquietações sociais as intranquilidades econômicas do período, o resultado foi uma avalanche de insurgências na Europa Central e do Leste. A polarização entre radicais e moderados dividia os movimentos, que congregavam também o nascente grupo de operários inclinados ao socialismo, estes últimos nos centros urbanos ingleses e franceses. Sobre a amplitude e a permanência dos efeitos das revoluções de 1848, Hobsbawn comenta que:

Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e poucos anos depois na remota Colômbia. Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de "revolução mundial" com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos como no após-guerra das duas conflagrações mundiais, eles pensaram poder reconhecer. De fato, explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras. 1848 na Europa foi a única a afetar tanto as partes "desenvolvidas" quando as atrasadas do continente. Foi ao mesmo tempo a mais ampla e a menos bem sucedida deste tipo de

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

revoluções. No breve período de seis meses de sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; dezoito meses depois, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com a exceção da República Francesa que, por seu lado, estava mantendo todas as distâncias possíveis em relação à revolução à qual devia sua própria existência (Hobsbawn, 1977, p.26).

Não convém deter-se aqui em todos os movimentos que se espalharam pela Europa nas revoluções de 1830, contudo, cabe mencionar brevemente os conflitos que resultaram na reunificação alemã, a saber, a Guerra Franco-Prussiana tendo em vista também a reverberação dos ressentimentos que essa guerra levou até à Primeira Guerra Mundial.

1.1. A guerra Franco-Prussiana

Dentre os conflitos que antecederam a criação da nação alemã, cita-se as guerras Austro-Prussiana (1866) e Franco-Prussiana (1870-1871). Na segunda metade do século XIX, a França cedeu o posto de país mais importante na Europa Central à Alemanha unificada. Nessa última, a França saiu derrota e no Tratado de Frankfurt – selando a paz – os franceses perderam para a Alemanha a região da Alsácia e Lorena. Território perdido, terreno para o ressentimento que mais tarde se externaria entre as várias motivações para a entrada no conflito.

O ano de 1848 talvez não tenha apenas deixado marcadamente no Oeste da Europa, o termino de um período de crenças aparentemente imutáveis tais como a monarquia e toda ordem de ‘certezas’ que envolviam o poder hereditário, absoluto e sacramentado pela religião, como bem assinala Eric Hobsbawn (1977). Na França, mesmo após o fracasso dos movimentos de trabalhadores daquele ano, as eleições que se realizaram em seguida levaram ao poder um tipo que não representava a ala revolucionária, nem as mais conservadores. Luís Napoleão foi escolhido pela maioria e venceu “porque os camponeses votaram solidamente no slogan: ‘Abaixo as taxas, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o imperador’ ” (Hobsbawn, 1977, p. 41). Luís era sobrinho de Napoleão Bonaparte e tal qual o tio, não demorou muito tempo se autoproclamar imperador.

Ao longo dos oito anos seguintes a 1848 de alguma forma os arranjos políticos, econômicos e territoriais promoveram um tempo de acomodação entre e nas principais potências mundiais. A segunda metade da década de 1850 marcou o início de um período de recessão que:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Economicamente falando, tratava-se apenas de uma interrupção da era de ouro do crescimento capitalista, que continuou numa escala até maior na década de 1860 e atingiu seu clímax em 1871-73. Politicamente, transformou a situação (Hobsbawn, 1977, p. 48).

Mas se do ponto de vista do capital a tendência foi de crescimento, com alguma diferença de ritmo mais acentuada em regiões de tardia industrialização, o cenário político confirmava a predominância do liberalismo. Porém, esse cenário aparentemente harmônico sofreria mudanças que alterariam novamente a história do continente europeu. O conflito entre a França e a Prússia em 1870 resultou não apenas a perda da região francesa da Alsácia-Lorena, para unificação dos aliados da Prússia e a formação da Alemanha, mas para o redesenho da correlação de forças na Europa no último terço do século XIX, como claros efeitos no conflito de 1914. Howard (1981) e Wawro (2003) traçam uma boa recuperação dos acontecimentos em torno do confronto Franco-Prussiano, bem como as consequências para ambas nações e para a Europa.

i. Duas Prússias e uma França

Se na França de 1848 Luís Napoleão se tornou o primeiro presidente eleito pelo voto direto e a comandar a segunda fase republicana do país, é preciso referir que nesse momento, ainda no bojo dos movimentos de renovação, os revolucionários alemães desejavam que uma nação parlamentarista e menos dependente do atrelamento à Áustria na Confederação Germânica – um dos resultados do Congresso de Viena.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar que foi nesse ambiente do fluxo de algumas ideias que norteavam a Alemanha em 1848 que surgiu do Manifesto do Partido Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, dois jovens alemães. No Manifesto, Marx e Engels conclamava a união dos proletários, pois:

A história de toda a sociedade até aqui é a história de luta de classes. (...). A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrentam: burguesia e proletariado (Marx e Engels, 1997, p.30).

O Manifesto foi traduzido para outras línguas e se espalhou por países da Europa, tornando evidente as potencialidades em torno do proletariado cuja força “mesmo que

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

jovem e imaturo como força social, começando, como estava, a ter sua consciência enquanto classe” (Hobsbawn, 1977, p. 38). Contudo, a classe trabalhadora não logrou o êxito revolucionário desejado. Na verdade, como afirma Eric Hobsbawn (1977, p. 45), o mundo ocidental não vivenciaria mais nenhuma grande revolução desde o final de 1848. As transformações liberais, democráticas, nacionais ou radicais que ocorreram até a segunda década do século XX foram realizadas de forma progressiva e sem grandes sobressaltos. E mesmo no território de Marx, as diferenças regionais se faziam sentir.

O professor Geoffrey Wawro (2003) descreve haver em 1870 duas Prússias. A primeira delas, a partir da leitura de Theodor Fontane, desconhecia os efeitos da revolução industrial e vivia na pobreza “uma terra de pântanos e pinheiros” (2003, p.1). A outra Prússia descrita por Wawro é feita a partir da visão de Marx, ainda na década de 1860. Essa última estava representada por Berlim e seus luxuosos palácios, um centro em franco desenvolvimento industrial. Geoffrey Wawro conta ainda que Marx se surpreendera com a rapidez com que as fábricas produziam a partir do uso do carvão e como se expandia a malha ferroviária. E a ordem natural caminhava para que Berlim assumisse a liderança do “German Zollverein”²⁸ (Wawro, 2003, p.2). Nesse contexto, a possibilidade da união de todos os estados germânicos em uma única nação obviamente assustava os vizinhos de continente.

Se por um lado ainda não existia uma unificada nação Alemã na década de 1850, na década seguinte, a Prússia impingiu uma reformulação militar, cuja principal estratégia era o serviço militar obrigatório de três anos na ativa e mais quatro anos na reserva (Kennedy, 1989). O investimento que Guilherme I no exército prussiano resultou em sucessos e falhas. Helmuth von Moltke, o responsável pelo Estado-Maior Geral prussiano, era habilidoso em procurar e escolher os melhores homens na Academia de Guerra (Howard, 1981). Essa habilidade em saber eleger os melhores elevava o padrão do exército da Prússia, o qual mostrou eficaz no conflito austro-prussiano.

O essencial, em relação ao sistema prussiano, não era estar livre de erros, mas sim que o estado-maior estudava cuidadosamente seus

²⁸ *German Zollverein* foi uma política de união alfandegária que beneficiava todos os estados que formavam a coalizão germânica. De acordo com a Enciclopédia Britânica, o estabelecimento dessa união em 1843 ficou a cargo da Prússia e criou uma “zona de livre comércio”. Cf. Encyclopedia Britannica online, disponível em <http://www.britannica.com/topic/Zollverein>. Consultado em 10/11/2015.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

erros e reajustava o treinamento, organização e armas, de acordo com esse estudo. (...) Foi portanto uma combinação de fatores que deu aos prussianos a rápida vitória sobre os austríacos, no verão de 1966, prevista por poucos observadores (Kennedy, 1989, p.182).

Se a Prússia se fortaleceu no decorrer da década de 1860, na França, Luís Napoleão rompeu com regime republicano e instaurou novamente a monarquia, declarando-se imperador, em 1852, como Napoleão III. Como imperador, Napoleão implementou reformas urbanas e militares, o que colocou a França como forte liderança no continente europeu. Do ponto de vista militar, Howard (1981) afirma que o monarca francês tinha como meta um contingente de um milhão de soldados. Além da vantagem numéricas e bélicas diante do inimigo próximo – o exército de Guilherme I, cujo primeiro chanceler constitucionalmente eleito, em 1862, era Otto von Bismark –, a França naquele final de anos 1960 capitalizava um acúmulo de experiências de guerra, o que fornecia aos franceses alguma noção preponderância ante à Prússia.

As tensões entre França e Prússia cresceram. Em julho de 1866, Napoleão III já expressava preocupação com a atuação prussiana no conflito com a Áustria. No final dessa guerra teve como resultado a dissolução do domínio dos Habsburgo exercido há três séculos sobre a Prússia. Wawro (2003) salienta que Bismark habilmente soube aproveitar e aboliu 39 estados da Confederação Alemã e anexou lugares com Saxônia, Bremen, Hamburgo, dentre outros que eram estados ou cidades livres. A habilidade da condução do conflito com a Áustria, tanto do ponto de vista militar e diplomático pareceu espantar o império de Napoleão III.

A França ficou atônita. Praticamente durante o virar de uma noite um pequeno e gerenciável vizinho havia se tornado um colosso industrial e militar. "Alemanha" uma terra inócua de pensadores, artistas e poetas, de paisagens de sonho e estúpidos românticos como (o personagem) Schmucke de Balzac, estava à beira da verdadeira unificação verdadeira sob um resistente, regime militar *no-nonsense*.²⁹ (Wawro, 2003, p.17).

Em julho de 1870, a França percebeu que a Alemanha já demonstrava claro interesse em interferir nas questões relativas à sucessão do trono espanhol, vago desde que Isabel II

²⁹ No original: France gaped in astonishment. Almost overnight a rather small and manageable neighbor had become an industrial and military colossus. "Germany," an innocuous land of thinkers, artists, and poets, of dreamy landscapes and romantic oafs like Balzac's Schmucke, stood on the brink of real unification under a tough, no-nonsense military regime.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

renunciou. A Prússia empreendeu esforços para lançar a candidatura de um herdeiro da Casa de Hohenzollern, Leopoldo, primo de Guilherme I. Para a França esse nível de interferência era insustentável, bem como postura dúbia de Bismark na questão sobre o futuro de Luxemburgo. Paul Kennedy (1989) salienta que poucos franceses duvidavam do resultado desses impasses. As tensões acumuladas entre as duas nações não mais se tornaram passíveis de resoluções no terreno diplomático.

Um dado importante a se referir diz respeito à pressão exercida pela imprensa francesa sobre Napoleão III em função da pretensão alemã em indicar um sucessor para o trono vago na Espanha. Sousa (2008) comenta que os jornais tornaram públicas as intenções alemães e o que acarretou manifestações na França. “A imprensa francesa refletia exacerbadamente esse estado de coisas, apelando à honra nacional, o que obrigou Napoleão III a exigir, insistentemente, uma reparação, não lhe bastando a abdicação pontual do interesse prussiano no trono espanhol” (Sousa, 2008, p. 46). Além disso, Geoffrey Wawro afirma que a guerra com a Prússia também representava um bom pretexto para o monarca francês para resolver questões internas de ordem política, pois tanto republicanos, moderados e absolutista pareciam estar de acordo quanto à decisão de ir à guerra (Wawron, 2003, p. 29).

Sob pressão, Napoleão III declarou guerra à Prússia. No *front*, a França, mesmo com exército numericamente superior e dona de armamentos mais sofisticados sucumbiu em setembro de 1870, em Sedan. Como resultado imediato, Napoleão III se tornou prisioneiro – encerrando seu reinado como monarca. A França lutou em batalhas como, por exemplo, a de Beuagency (08 a 09/11/1870), a de Le Mans (10 a 11/01/1871) e a de Héricourt (15 a 17/01/1871). Paris sofria com a fome e o bombardeio prussiano. O saldo total de mortos ronda cerca de 200 mil mortos, as maiores baixas no lado francês. No decorrer do conflito, a Prússia contou com o apoio dos estados germânicos do Sul.

A guerra, segundo Wawro (2003), havia começado com dois homens, e, no entanto, restava apenas um para selar a paz, Bismark, que “sempre tinha gasto apenas o esforço necessário para fortalecer a Prússia - a mais fraca das grandes potências” (Wawron, 2003, p.300). O Tratado de Frankfurt selou a paz, mas penalizou a França que cedeu à Alemanha a região da Alsácia e Lorena. Um ressentimento que se manterá até 1914.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Foi a habilidade diplomática do chanceler Bismarck, tida como moderada em certos momentos ou mais violenta em outros, que fez dele o responsável pela unificação da Alemanha sob o cetro de Guilherme I. Aquino *et al* (1992, p.152) apontam o fortalecimento político e econômico, influenciados pelo liberalismo e pelo nacionalismo como fatores determinantes para a unificação alemã.

Para historiadores como Geoffrey Wawro “a Guerra Franco-Prussiana surgiu da necessidade de Napoleão III em ensinar aos prussianos uma lição e da necessidade de Bismarck para fomentar uma guerra com os franceses, a fim de concluir a unificação alemã” (Wawro, 2003, p.22)³⁰. Do lado francês, o ressentimento provocado pela derrota na guerra e pela perda da Alsácia e Lorena – considerado por Clark (2014, p.152) como “o santo graal do culto francês da revanche” – alimentou a débil relações França e Alemanha. A aliança entre Franco-Russa se constituiu como uma forma de fazer frente ao crescente poder militar e econômico de uma Alemanha unificada.

Se as causas apontadas por Wawro foram os estopins da Guerra Franco-Prussiana, a vitória da Alemanha no conflito talvez se deva ao que Howard (1981) e Kennedy (1989) referem como além de uma vitória do sistema militar aperfeiçoado a partir do aprendizado com os erros e acertos. Para ambos os autores alguns diferenciais como o desenvolvimento industrial alemão, a maior malha ferroviária da Europa, a produção de energia, o produto nacional bruto próximo do francês e, sobretudo, uma sociedade cuja o nível educacional era superior ao dos vizinhos de continente tenham sido elementos combinados que descompensaram a correlação de forças na guerra.

No final do século XIX, França e Alemanha montavam estratégias militares, bem como incrementavam industrialmente ferramentas de guerra, formando posteriormente alianças distintas que seriam determinantes para o equilíbrio de forças e no desenrolar da I Guerra Mundial – que ao fim e ao cabo também colaborou para o desfecho de outros conflitos de ordem interna, como será apresentado em seções mais adiante.

A rivalidade entre França e Alemanha foi o cerne das preocupações do governo francês nos últimos anos do século XIX, ao ponto de interferir no financiamento da construção

³⁰ No original: Therefore, the Franco-Prussian War arose from Napoleon III's need to teach the Prussians a lesson and Bismarck's overlapping need to foment a war with the French in order to complete the process of German unification.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de caminhos de ferro entre Berlim e Bagdá, projeto do kaiser, pois a ferrovia necessariamente passaria pelo Marrocos (Fogarty, 2014, p.212). Bismark, o arquiteto da unificação alemã, perdeu o posto de chanceler em 1890, quando Guilherme II assumiu o trono. A seguir, recua-se um pouco na cronologia para tratar na próxima seção em apresentar brevemente como o capitalismo se consolidou a partir da industrialização.

1.2. E o capital se industrializou

Se a Revolução Francesa foi determinante para a proliferação do ideário político e social que se traduziram na célebre sentença “Igualdade, Fraternidade, Igualdade”, do ponto de vista econômico o mundo não foi mais o mesmo com a consolidação das ideias liberais e da Revolução Industrial engendradas pela Europa, sobretudo pela Inglaterra. A alteração que essa revolução provocou no modo de produção de bens e de serviços, fruto do avanço tecnológico também nos meios de transporte e de comunicações, difundiu para além das fronteiras europeias as bases do capitalismo contemporâneo.

Pode-se situar historicamente a Revolução Industrial no século XVIII, quando parte a produção manual passou a ser substituída pela mecanização. As transformações vivenciadas pela Grã-Bretanha antecederam seus pares na Europa, embora a própria França tivesse mais condições de estar adiante dos ingleses nesse processo.

Nas ciências naturais os franceses estavam tecnologicamente à frente dos ingleses, vantagem que a Revolução Francesa veio acentuar de forma marcante, pelo menos na matemática e na física, pois ela incentivou as ciências na França enquanto que a reação suspeitava delas na Inglaterra (Hobsbawn, 1998, p.45).

O incremento que o comércio experimentou, desde a implementação da locomotiva e dos navios a vapor alimentados a carvão, ajudou com que a Inglaterra se destacasse como a pioneira na primeira fase da Revolução Industrial, situada entre 1760 – 1860. A partir de 1860, outros países despontaram no segmento. Alemanha, Rússia, França e Itália também se desenvolveram industrial e comercialmente, ajudados pela inovação nos setores energético, metalúrgico e petrolífero. O capitalismo industrial chegou e se consolidava nos grandes países da Europa. Não se pode afirmar que o sistema se consolidou da mesma forma em nações mais periférica do continente. Essas diferenças também irão se materializar nas tensões vividas nos anos antecedentes à Grande Guerra, pois como refere

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Hannah Arendt “ (...) a revolução tecnológica, enquanto revolução da produção de instrumentos, teve especiais consequências sobre a guerra. (Arendt, 2014, p.4).

Paul Kennedy (1989) observa que as convulsões ocorridas na Europa entre 1793-1815 geraram tantos custos e antagonismos que o continente ansiava por paz. Nesse sentido, Kennedy elenca algumas características que de modo transitivo ou não ajudaram a delinear a segunda metade do século XIX.

A primeira característica diz respeito à forma como as relações comerciais se alargaram e tomaram proporções mundiais. A Inglaterra era a protagonista dessa nova economia.

A erosão das barreiras tarifárias e outros recursos mercantilistas, juntamente com a propagação da ideia de livre comércio e harmonia internacional.(...) Essas condições estimularam, naturalmente, o investimento comercial e industrial a longo prazo, estimulando com isso o crescimento de uma economia global. (Kennedy, 1989, p.143).

Como uma segunda característica, Paul Kennedy (1989) aponta a permanente existência de conflitos de ordem menor, localizados regionalmente na Europa ou além-mar, independentemente de boa parte das nações europeias lutarem entre si ou não. Esses combates embora não tivessem proporções de grandes conflitos ocorreram *pari passu* com desenvolvimento de tecnologias militares. E isso corrobora com o terceiro aspecto elencado pelo autor e está diretamente relacionado ao impacto da tecnologia oriunda da Revolução Industrial na prerrogativa bélica das grandes potências. Contudo, houve um certo *delay* entre o tempo em que a produção de insumos de guerra se desenvolveu e o momento em que efetivamente essa evolução foi incorporada ao modo como os militares pensavam as estratégias de guerra.

Além das modificações no modo de produção, a Revolução Industrial contribuiu para o aumento da população urbana – e consequentemente a diminuição da rural. Hobsbawn (1977) afirma que historicamente em meados do século XIX viveu-se o maior movimento de migração de povos. Para o historiador, essa mobilidade de pessoas entre cidades, países e continentes foram facilitadas pela industrialização. A Europa, continente tradicionalmente rural, vivenciou a partir de 1870 uma movimentação grande rumo às cidades, como explica Hobsbawn:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O século XIX foi uma gigantesca máquina para elevar os homens do campo. A maioria deles foi para as cidades, ou, a qualquer preço, para fora do ambiente tradicional rural, em busca do melhor caminho que pudessem encontrar em mundos estranhos, assustadores mas sobretudo promissores, onde se dizia que o pavimento das cidades era leito de ouro, embora alguns emigrantes não encontrassem mais do que algum cobre (Hobsbawn, 1977, 205).

Para os historiadores Paulo Visentini e Analúcia Pereira (2010) a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra se expandiu pela Europa, na região do Vale do Rhur, por exemplo, área rica em minas de ferro e carvão, as indústrias siderúrgicas e metalúrgicas levaram o desenvolvimento para nações como a França, Alemanha, Bélgica, Áustria, Rússia, dentre outros Estados. “À medida que a industrialização inglesa avançava para etapas superiores, a tendência era a transferência de setores menos lucrativos para outros países europeus. Os investimentos eram facilitados pela acumulação de capital na Inglaterra” (Visentini e Pereira, 2010, p. 89).

Ainda segundo os autores, esse capital acumulado pela Grã-Bretanha possibilitou-a expandir a partir de Londres sua praça financeira, por meio de filiais, para as grandes cidades da Europa.

A Revolução Industrial foi responsável pelos avanços nas comunicações, nos transportes e no desenvolvimento das cidades, contudo, não tardou para as que as longas jornadas de trabalho se transformassem em condições desumanas aos trabalhadores. A burguesia industrial aumentava os lucros na mesma proporção com que impingia aos operários baixos salários, poucos direitos e condições insalubres para o exercício das atividades laborais. A insatisfação da classe trabalhadora em princípio levou à formação de sindicatos e outras formas associativas que visavam a proteção do operariado como ilustram Paulo Visentini e Analúcia Pereira:

O movimento operário, ao lado de sua luta cotidiana dentro do sistema, foi capaz de se organizar também em partidos e estes em associações internacionais, especialmente por iniciativa marxista. Em 1864, foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, ou a I Internacional, que se caracterizou por uma feroz disputa entre Marx e Bakunin. A Internacional tinha por objetivo articular a luta do movimento operário em escala mundial. Seguiu-se a Comuna de Paris, o grande levante popular da capital francesa em 1871, cercada pelas tropas prussianas e versalhesas. A ausência de uma

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

organização centralizada e de uma estratégia definida contribuiu para o esmagamento da Comuna e, consequentemente, para o fortalecimento de certas teses marxistas (Visentini e Pereira, 2010, p.90).

1.3. Europa e tensões entre impérios no início no século XX

Para pensar a Europa no início do século XX convém mencionar o Velho Continente em termos de alcance para além-mar, pois, em termos territoriais, países como Grã-Bretanha, França, Alemanha, Espanha, Portugal e Holanda tinham alargados os seus domínios para outros continentes – o que de certa forma trouxe vantagens materiais e políticas aos que primeiro se lançaram na aventura de desbravar as possibilidades apresentadas pelo novo mundo e descontentamentos entre os que se lançaram mais tardiamente à exploração de novos espaços.

O surgimento dos impérios que chegaram ao século XX foi fruto do intenso desenvolvimento econômico, industrial e social do final do século XIX, o que alterou significativamente a correlação de forças não só na Europa, mas também no continente americano. Eric Hobsbawn (2015) refere que entre 1870 e 1890, os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo, experimentaram intenso desenvolvimento na produção industrial, apesar da crise de lucratividade que alguns segmentos enfrentaram nos anos 1880. A economia à época viveu momentos de instabilidades, sobretudo o setor agrícola. Ainda de acordo com Eric Hobsbawn (2015) na “Era da Depressão” (1873-1890), os produtores rurais foram os que mais sofreram por conta dos preços das mercadorias. Esse fenômeno não atingiu apenas as nações europeias, mas, com a economia em franca globalização atingiu países de outros continentes. Nos anos 1880 houve aumento considerável no número de emigrantes para colônias ultramarinas ou antigas colônias.

Entretanto, ao ingressar no século XX, as grandes nações da Europa e das Américas vivenciavam nas grandes cidade a *belle époque*, um período de progresso científico e material, as nações mantinham a paz a partir do controle das disputas e a democracia liberal se consolidava como o modelo político em franca expansão (Visentini e Pereira, 2010).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O início do século XX anunciava-se no Ocidente como um tempo de perspectivas de progresso material, pelo menos para parte da sociedade incluída nas benesses promovidas pelo modelo citadino expressos mais claramente por Paris, Londres e Berlim.

Havia poucas nuvens no horizonte internacional. O público britânico estava preocupado com a questão irlandesa; os franceses saboreavam um delicioso escândalo, o assassinato do editor do *Le Figaro* pela esposa do ministro das Finanças, depois de ter publicado cartas entre o ministro e sua amante; Relações anglo-alemã parecia estar a melhorar - a *Royal Navy* tinha recentemente feito uma visita a Kiel e foi dada hospitalidade pela marinha alemã; as capitais da Europa estavam esvaziadas com monarcas e estadistas partindo para seus iates ou propriedades, e os cidadãos mais humildes para estâncias balneares; e até mesmo o governo austro-húngaro ainda tinha de tomar um passo decisivo para vingar a morte de Franz Ferdinand. No entanto, um pavio lento tinha sido aceso e que levaria à eclosão da Primeira Guerra Mundial no início de agosto³¹ (McMeenkin. 2013, p.).

Essa aparente tranquilidade foi quebrada com a Grande Guerra, quando um conflito de ordem regional extrapolou os limites da contiguidade próxima e envolveu as grandes nações continentais em uma conflagração que durou mais de quatro anos. As tensões no Velho Continente não surgiram nos acontecimentos que levaram ao conflito de 1914. Os primeiros anos do século passado foram palco de alguns momentos de esgarçamento de relações entre alguns dos países do continente. Como exemplo, cita-se a crise entre França e Alemanha, em 1911, em função da discórdia sobre o livre trânsito que ingleses e franceses franquearam-se mutuamente no território do Marrocos, alijando os alemães dessa prerrogativa. As negociações foram tensas e temeu-se por uma guerra naquele momento. Contudo:

Quando ficou claro que a Grã-Bretanha não permitiria uma partilha do Marrocos (o objetivo inicial de Kinderlan), o chanceler alemão entendeu que calculara mal. A posição

³¹ No original: There were few clouds on the international horizon. The British public was concerned with the Irish Question; the French were relishing a delicious scandal, the murder of the editor of *Le Figaro* by the wife of the finance minister after he had published letters between the minister and his mistress; Anglo-German relations seemed to be improving – the Royal Navy had recently paid a visit to Kiel and been given hospitality by the German navy; the capitals of Europe were emptying as monarchs and statesmen departed for their yachts or estates, and humbler citizens for seaside resorts; and even the Austro-Hungarian government had yet to take a decisive move to avenge Franz Ferdinand's death. Yet a slow fuse had been lit that would lead to the outbreak of the First World War in early August." Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/books/july-1914-countdown-to-war-by-sean-mcmeekin/2007113.article>

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

calma mas firme dos franceses e o inabalável do apoio britânico eram mais do que ele esperava (Blom, 2015, p.508).

À Alemanha restou aceitar como compensação uma área de cerca de 100 mil quilômetros quadrados na África, na região do Congo. É óbvio que a solução encontrada não agradou aos alemães e o país saiu da crise de 1911 com a sensação de derrota. Contudo, dois anos antes da Conflagração Europeia, a tensão na região balcânica já parecia anunciar que o acontecimento que desencadeou a Grande Guerra. A próxima subseção se detém em apresentar alguns apontamentos sobre a Guerra dos Balcãs em 1912.

1.4. A tensão nos Balcãs como anfiteatro da Grande Guerra

Desde as Guerras Napoleônicas, a Europa viveu uma reorganização de forças, muitas delas movidas por querelas nacionalistas. Conforme já apresentado anteriormente neste capítulo, o Congresso de Viena não trouxe de volta somente os antigos arranjos absolutistas, mas também a indiferença para com a natureza étnica dos povos que foram forçadamente reunidos debaixo de um só império ou nação.

A região dos Balcãs era um desses ambientes de intenso descontentamento e divisão, sobretudo quando da anexação da Bósnia-Herzegovina pelo Império Austro-Húngaro³² em 1908. O espólio territorial do Império Otomano virou objeto de disputas entre a Turquia, Sérvia, Grécia, Montenegro, Bulgária e Romênia. José Alves (2001) ressalta ainda o fato de que debaixo do antigo Império Otomano mulçumanos, judeus, cristãos e ortodoxos viviam em relativa indulgência.

O *millet*³³ permitia aos gregos, búlgaros e demais povos que se compunham o Império mantinham entre si de vínculo com as tradições dos estados os quais faziam parte, respeitando as diferenças nacionais. Aliás, Alves (2001) também chama a atenção para a noção de “nacionalismo” não existir na época do auge do Império Otomano, “foi no

³² Áustria e Hungria se tornaram uma só monarquia em 8 de junho de 1867 sob o reinado de Francisco José I e Elisabeth da Baviera, conhecida com a imperatriz Sissi.

³³ *Millet* (do árabe, Nação, pelos fiéis e viviam segundo as leis e preceitos de cada denominação). Foi implementado no Império, no século XVI.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Ocidente que emergiu a noção de Estado nacional homogêneo, inspiradora de todos os nacionalismo e ‘limpezas étnicas’ no mundo” (p. 59).

É nesse sentido, Hooton (2014) registra que no caldeirão multicultural da época na região dos Balcãs, havia também uma porfia religiosa em questão. Essa tese de tolerância religiosa cai por terra, já que apenas aos mulçumanos era dado o direito de propriedade da terra, os cristãos, por exemplo, viviam em grupos segregados, em guetos. Para Hooton, isso tornava a região “extremamente volátil”.

No passado, os inúmeros guetos cristãos rebeldes tinham dificultado a resistência unificada. Os Balcãs foram um pote borbulhando de algumas dúzias de grupos étnicos, muitos dos quais optaram por seguir o Islã, e mesmo os cristãos foram divididos, a Igreja Ortodoxa acabou dividida em búlgaro, grego, sérvios e russos elementos, cada um com seu próprio patriarca.³⁴ (Hooton, 2014, Capítulo 1, posição 212).

O estriamento regional era pouco percebido por boa parte das grandes potências, (Hooton, 2014) refere que a opinião pública na Áustria, na França, na Grã-Bretanha e Rússia desconhecaram os massacres cristãos de muçulmanos, oriundos das forças Otomanos,

Como já mencionado anteriormente, ao anexar a Bósnia e a Herzegovina, ambas de origem turca, a Áustria³⁵ assumiu o papel outrora ocupado pelo Império Otomano como agente dominador e contra o qual merecia a insurgência de grupos radicais. A Bósnia era administrada pelo Império desde 1878 e formalmente anexada à monarquia desde 1808 (Joll, 1984). Há também que se considerar que essa região também era objeto de interesse por parte da Sérvia e da Rússia. Esta última, aliou-se com a França para que Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro formassem uma aliança contra os turcos na Macedônia, à época território pertencente à Sérvia e que também ambicionava incorporar a Albânia.

Há que se ressaltar que havia no desejo de expulsar os turcos daquela região continha também uma denotação religiosa e étnica. Contudo, não se pode excluir o fato de haver motivações expansionistas no conflito, pois o pan-eslavismo tinha por objetivo reunir

³⁴ No original: In the past the myriad fractious Christian ghettos had hampered unified resistance. The Balkans was a bubbling pot of some dozen ethnic groups, many of whom opted to follow Islam, while even the Christians were divided, the Orthodox Church alone being split into Bulgarian, Greek, Serbian and Russian elements each with their own patriarch.

³⁵ O Congresso de Berlim em 1878 permitiu que a Áustria ocupasse a Bósnia-Herzegovina.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

todos os estados da região em uma grande nação Sérvia. Ao final do conflito de um ano na região do Leste europeu, a Sérvia saiu vitorioso na questão que envolvia a Turquia e a Albânia se tornou independente graças à intervenção da Áustria.

A vitória da Sérvia na Primeira Guerra dos Balcãs contra a Turquia, em 1912, foi um revés para a Alemanha. O sucesso militar e territorial desse pequeno estado eslavo ameaçou não só a predominância da Áustria nos Balcãs, mas também o desejo da Alemanha de ser potência predominante na Turquia. A perda de território turco na Europa, em proveito da Sérvia, foi uma vitória para o sentimento russo (Gilbert, 2013, p.33).

A Guerra dos Balcãs de 1912 não foi o primeiro episódio de tensão na península balcânica. Conflitos envolvendo outros países ainda no século XIX. A crise do começo da segunda década na região poderia ter dado algumas pistas para o que aconteceria no verão de 1914, contudo, como as grandes potências da Europa não tivessem ignorado a força do nacionalismo, sobretudo entre os mais jovens, que crescia dentro do próprio continente. Do ponto de vista militar, o conflito desenhou as estratégias entre os vários serviços e armas que seriam aplicados na I Guerra Mundial (Hooton, 2014).

A hipótese de que a estreita parceria entre a Áustria e a Alemanha possa ter contribuído para que o império de Francisco José declarasse guerra à Sérvia, dois anos depois os alemães desejavam que o conflito não passasse de um combate de proporções locais, pois sabiam que a ordem natural levaria a Rússia a entrar no conflito em favor dos sérvios (Ferguson, 2014, p.249), o que fatalmente envolveria outras potências na guerra como a França, que já refeita da derrota de 1871, implementou um sistema formal de recrutamento para criar um exército nacional, além da construção de fortificações nas fronteiras.(Hart, 2013, p.15).

2. Brasil: notas para compreender a formação do Estado-Nação

Para melhor ilustrar o pano de fundo no qual se situava o Brasil no início da segunda década do século XX se faz necessário recuperar primeiramente alguns aspectos de ordens política e econômica vividos pelo país à época, bem como situar de forma genérica acontecimentos como a Independência e instalação da República, ainda no século XIX. Em um segundo momento, no próximo capítulo, alinha-se a esse contexto o papel e o lugar ocupados pela Amazônia, e mais especificamente o Estado do Pará como parte

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

integrante do panorama histórico que se busca reconstituir, mesmo em linhas gerais, nas próximas seções.

Do ponto de vista do Brasil, quando a I Guerra Mundial eclodiu passavam-se apenas 25 anos da mudança do regime Monárquico para a Republicano; e na Amazônia, o período coincide com o começo do declínio da próspera “Era da Borracha”. Essa época foi nacionalmente denominada de Primeira República, período compreendido entre 1889 a 1930. Contudo, há que retroceder ao período imediato à proclamação da República, com algumas pontuações ainda ao período do Império, para melhor localizar aspectos importantes para a compreensão dos períodos de flutuação e desequilíbrio pelos quais o país passou no antes mesmo do alvorecer do século XX. Nesse sentido, o declínio da monarquia no Brasil, intensificado sobretudo nos 20 anos que antecederam a proclamação da República, evidenciaram contradições que permitem desvelar o modo como o país chegou ao regime republicano.

O século XIX foi particularmente importante no que se diz respeito às transformações políticas. O país tornou-se sede da coroa portuguesa em 1808, deixou de ser colônia de Portugal, em 1822; abandonou a Monarquia, em 1889, fruto de uma dinâmica cujo o auge do pensamento republicano no Brasil foi representado pelo que ficou conhecido como a “Geração de 1870”. Além disso, a libertação dos escravos em 1888 corroborou para que o último terço dos anos 1800 fossem demarcadamente de grandes transformações na História do Brasil. Ou como afirma Sérgio Buarque de Holanda “é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável (Holanda, 1995, p.172).

A família real, ao fugir do cerco de Napoleão e se refugiar na colônia brasileira reconfigurou a ordem política, social e econômica no país. O Rio de Janeiro passou a ser a nova sede oficial da Coroa Portuguesa. D. João VI e sua comitiva inauguraram um período de mudanças na infraestrutura do país tais como implantações de escolas e bancos, abertura de estradas, instalação de tribunais. Do ponto de vista comercial, uma das mais importantes alterações foi a abertura dos portos às nações consideradas amigas, o que permitiu ao país negociar diretamente com outros países. E ainda, em 1815, quando a aproximação da comemoração de 81 anos da rainha Maria I, o rei D. João VI elevou a

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

condição da colônia ao patamar de Reino Unido de Portugal e Algarves. Laurentino Gomes (2014b, p. 191) afirma que um dos objetivos da decisão de D. João VI era demarcar o espaço de voz e de voto de Portugal no Congresso de Viena, quando seriam discutidos os rumos da Europa pós-Napoleão. Em termos gerais, com a vinda da Família Real para o Brasil, “A colônia passou a usufruir de prerrogativas idênticas àquelas da parte europeia do Império” (Coser, 2014, p.81).

Em diferentes momentos da história do país, havia grupos que expressavam as insatisfações contra as diversas forças políticas e econômica que atuavam no Brasil. Não raramente, as tensões internas levavam ao temor de que um conflito interno acabasse por minar a ideia de um país integrado. A nação brasileira nasceu sem dinheiro (D. João VI quando retornou a Portugal levou consigo todas as reservas que havia no Banco do Brasil) e sob a heterogeneidade de raças e povos. Mas, sobretudo, fruto das divergências entre portugueses, muito mais do que oriunda de movimentos que antes mesmo de 1822 aqui ou acolá ansiavam pela desvinculação de Portugal como, por exemplo, o Inconfidentes³⁶, no século XVIII, em Minas Gerais. Embora não se pretenda discutir aqui todas as nuances que levaram à independência, porém é importante frisar que a constituição de um país soberano ainda se deu sob o cetro de um rei nascido além-mar e que a Independência não ocorreu de maneira uniforme em todo o território. A fidelidade à Coroa se manteve em algumas províncias, dentre elas o Pará, que aderiram tardiamente ao país soberano que surgiu do com a independência que foi proclamada por D. Pedro I.

Como é sabido, o caminho à independência foi praticamente inevitável e a própria transferência da sede da Coroa para o Brasil colaborou para que certos segmentos ansiassem por cortar os laços dependentes de Portugal. Por isso, D. João antes de retornar a Portugal instruiu que o filho – o príncipe regente D. Pedro I – se antecipasse aos “aventureiros”, ou seja, aos republicanos, cujas vozes já se materializavam em alguns dos países vizinhos na América do Sul. D. João temente que o mesmo ocorresse com o Brasil

³⁶ A Inconfidência Mineira foi um movimento que envolvia intelectuais, mineradores e representantes de camadas populares. Além de lutar contra os impostos cobrados por Portugal sobre a produção mineradora, o movimento visava a independência de Minas Gerais. Sobre o movimento, Murilo de Carvalho (2002, p. 24) afirma que: “A mais politizada foi a Inconfidência Mineira (1789), que se inspirou no ideário iluminista do século XVIII e no exemplo da independência das colônias da América do Norte. Mas seus líderes se restringiam aos setores dominantes - militares, fazendeiros, padres, poetas e magistrados -, e ela não chegou às vias de fato.” Mais sobre a Inconfidência Mineira ver também Piletti, N. (1991). *História do Brasil*. São Paulo. Ática.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

e isso provocasse a fragmentação do país como ocorreu na América hispana, advertiu ao filho: “Pedro, se o Brasil tiver de se separar, antes seja pra ti, que me hás de respeitar (...)” (Gomes, 2010, p.65).

A constituição do Brasil Nação pode então ser demarcada a partir da Independência. O processo de ruptura com condição de colônia, embora tenha tido um caráter pacífico, é apontado pelo sociólogo Florestan Fernandes como um evento de caráter revolucionário: “A Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil (Fernandes, 1976, p. 31). O autor aponta ainda que o processo de independência evidenciou-se de caráter ambivalente. Ao mesmo tempo que pretendia ser a materialização do desejo de romper com a velha ordem colonial, embarrava em fatores circunstanciais de ordens material e deontológicos que dificultavam o caráter de total ruptura com o vigente anteriormente.

Portanto, a Independência foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (Fernandes, 1976, p.33).

A ruptura com a condição de colônia trouxe repercussões inclusive financeiras para o nascente país. Para indenizar o Reino de Portugal por causa da independência, o Brasil teve que tomar empréstimo aos ingleses. Embora apenas em 1925 Portugal tenha reconhecido oficialmente a independência do país – com a mediação inglesa – as relações entre o Brasil e o Reino de Portugues não foram de modo algum desfeitas imediatamente. E nem havia como. A influência europeia sobre a nascente nação brasileira era percebidas não só do ponto de vista da presença do imperador D. Pedro I nos negócios de Portugal (após a morte de seu pai, D. João VI, em 1824), mas também nas referências culturais que a nova corte brasileira usava como modelo.

Nesse sentido, Schwarcz e Starling (2015) apontam, por exemplo, aspectos interessantes que adornaram o ato de coroação de D. Pedro I e que talvez reflitam as ambivalentes nuances que desenharam a fisionomia do país. Para as autoras, desde a escolha das principais cores da bandeira brasileira, o verde e amarelo, que representavam as casas dos Braganças e a casa de Lorena respectivamente, até a cerimônia de coroação de D.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Pedro I, ocorrida em 1º De dezembro de 1922, data na qual se comemorava “a restauração portuguesa e da União Ibérica e início do reinado do Braganças: mais uma vez a festa aglutinava datas e vinculava a realeza independente à monarquia destituída” (Schwarcz e Starling, 2015, p.225).

O Império brasileiro perdurou por quase sete décadas. Nesse período, o país teve a sua primeira Constituição, atravessou guerras e teve seu reconhecimento enquanto nação reconhecido primeiramente por países da África, de onde o Brasil importa uma massa enorme de escravos, base da mão-de-obra nas fazendas do país. Trajetória diferente da dos vizinhos hispanos na América do Sul. Os custos financeiros compensatórios a Portugal e as despesas com as guerras levaram o país a crises e descontentamentos em alguns setores civis e militares.

Parte da elite brasileira não admitia o fim do Império (apesar de desgastado) e desejava a permanência de D, Pedro II, apenas ansiava por sutis mudanças., a manutenção dos latifúndios e a escravidão, basicamente os que compunham a classe dominante no Brasil, que efetivamente eram protagonistas das lutas políticas:

(...) em suma, eram ligadas quase exclusivamente à classe dominante, que ditava as regras, e às camadas mercantis e de pequena burguesia, estas com uma consciência precária do processo (Sodré, 1989, p. 52).

A noção de que a instauração da República fora obra exclusiva do exército, sem participação popular, delegando ao povo, o papel de assistir a tudo “bestializado” é contestada por Nelson Werneck Sodré (1989) afirma que é uma forma simplificadora de explicar o processo histórico pelo qual o Brasil passou da Monarquia à República.

Mudanças como a Independência, a Abolição da Escravidão e a República são interessantes para compreender porque o Brasil chegou ao século XX cindido por forças que de um lado defendiam a autonomia, a modernização e a soberania brasileiras; e, por outro lado, advogavam a permanência de alguns poucos privilegiados como latifundiários e escravagistas, alinhados às posturas mais conservadoras e reacionárias e que pretendiam manter privilégios conquistados e mantidos pela Monarquia. A essa elite não interessava um país republicano, no sentido contemporâneo do termo, e muito menos que ascendessem politicamente alguns segmentos sociais considerados menos importantes na

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

época tais como pequenos agentes mercantis. Afinal, a colonização brasileira se deu muito em função de atender as necessidades de expansões mercantis de Portugal (Almeida, 2013).

O Brasil teve apenas dois monarcas no período no qual foi Império. Na próxima seção, apresentar-se-á em termos sucinto alguns dos aspectos mais relevantes que resultaram no declínio e fim da monarquia no país.

2.1. O ocaso de um Império

O Império no Brasil vivenciou na segunda metade do século XIX as aflições de um sistema capitalista e os ranços que o regime colonial deixou de herança à monarquia brasileira. Alguns aspectos são dignos de nota para desenhar o pano de fundo no país imediatamente anterior a República:

- O desgaste de um governo que no últimos anos se assentava na escravatura.
- A existência de vastas extensões de terras destinadas a poucos.
- Única monarquia nas Américas, o que coloca o Brasil na contramão do cenários dos vizinhos de Continente, todos republicanos.
- Os ecos de revoluções como a Francesa e o ideário iluminista se inundava o imaginário liberal.
- E os descontentamentos de alguns segmentos das oligarquias rurais. Esses são fatores que não podem ser desconsiderados no bojo dos processos que levaram o país ao ato da Proclamação da República.

Outro fator importante, a Guerra do Paraguai³⁷ contribuiu para a descapitalização do Império, cujo déficit cobrou sua fatura por escassez de recursos para investimentos no país. Além disso, os militares, sobretudo o Exército, fortaleceram após o conflito e foi no

³⁷ A Guerra do Paraguai foi um conflito que envolveu não só Brasil, mas também os vizinhos Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Durou mais do que cinco anos – de dezembro de 1864 a março de 1870 e custou a morte de cerca de 300 mil pessoas do lado paraguaio (entre civis e militares), em decorrência dos combates, falta de alimentos e doenças. Cf: Silva, J. (2007). *Recordações da Campanha do Paraguai*. Edições do Senado Federal, vol. 72. Brasília, Senado Federal.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

seio da armada que o desejo de tornar o Brasil um país republicano. Estavam dadas algumas das mais importantes condições para a queda da Monarquia e a consequente proclamação da República.

O Brasil Império teve duração de 67 anos. No cenário da América do Sul, diante de vizinhos cujas repúblicas eram instáveis, o país mantinha uma imagem de solidez e, de, alguma forma também impunha um certo temor pelo tamanho e força diante das fragmentas outrora colônias hispânicas.

Contudo, imputar o fim da monarquia no Brasil em decorrências dos gastos e conflitos oriundos da Guerra do Paraguai é reduzir o contexto no qual a nação estava inserida em termos mundiais. A emergência de questões como, por exemplo, a abolição da escravidão, que foram relegadas a segundo plano, deixavam o país em posição delicada diante do cenário internacional. Os fatores foram diversos, mas não obstante as D. Pedro II ter sido o “voluntário número um” para a guerra na região do Prata, nos momentos que antecederam a República, o monarca representava um rei frágil física e politicamente. É importante lembrar que a monarquia brasileira:

O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores cujo peso não é idêntico. Duas forças, de características muito diversas, devem ser ressaltadas em primeiro lugar: o Exército e um setor expressivo da burguesia cafeeira de São Paulo, organizados no PRP. O episódio de 15 de novembro nasceu da iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno mas decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia (Fausto, 2001, pp.132-133).

A questão da participação popular na mudança de regime no país tem gerado alguma discordância entre historiadores, contudo, não há como não observar que registros jornalísticos apresentam algum desapontamento imediato sobre a forma como o regime foi implantado. Murilo de Carvalho (2014) recupera a fala de um grande propagandista da República, Aristides Lobo, três dias após o 15 de novembro, para pontuar que o povo não foi o protagonista do movimento. O discurso francamente inspirado na Revolução Francesa contrastava com o fato de quem a República no Brasil ter sido engendrada. “Embora proclamada sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às possibilidades de participação” (Carvalho, 2014, p.12).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Nesse sentido, convém lembrar que não as ideias da França ecoavam no desejo de constituição de país republicano. Para Starling e Lynch (2014), a Guerra dos Mascates, em Olinda (1817) e Confederação do Equador³⁸ (1824), em Pernambuco, bem como também em Vila Rica - Minas Gerais, ainda no começo do século XVIII, já antecipavam o descontentamento como a forma como a Coroa tratava os negócios com a colônia brasileira. Os colonos à época se inspiravam no modelo de Veneza para dar forma aos anseios por tratamento mais justo no trato dos negócios. Essa noção de república advogada pelos colonos pernambucanos e mineiros nada mais do que defendia os interesses de uma elite representada pelos grandes produtores, em nada incorporava o desejo de participação democrática e mais espelhava a noção de que a república deveria ser constituída a partir de “grupos detentores de bens na capitania – os portadores de virtudes, privilégio dos homens principais da terra” (Starling e Lynch, 2014, p.193).

O protagonismo dos eventos que levaram à República devem ser devidamente situados na condição de que o envolvimento decisivo de um setor militar, o Exército, se somou à formação da opinião diante dos rumores que tomavam conta do Rio de Janeiro às véspera do 15 de novembro. “Dizia-se que o governo havia ordenado a prisão de Deodoro da Fonseca e determinado a transferência de várias unidades militares para outras regiões do país, em uma tentativa de conter os focos de rebelião nos quartéis” (Gomes, 2104, p.45). Além disso, de origem inglesa, francesa e estadunidense, a política liberalista era perfeitamente compatível com o desejo de ruptura de tutela com o governo por parte da crescente elite rural (Faoro, 2001).

A Monarquia brasileira não resistiu a despeito da noção de ser considerada duradoura. Dentro da Corte brasileira o desgaste do Imperador era tamanho que figuras como Floriano Peixoto, que ocupava um alto posto no escalão dentre os militares do imperador, se encontrava com o Deodoro da Fonseca, o general, que a despeito da frágil condição de saúde, foi alçado à figurante principal dos eventos de 15 de novembro de 1889. Ao fim, a movimentação das tropas do exército que tomaram de assalto o Rio de Janeiro naquele

³⁸ Boris Fausto (1995) assinala que a Confederação do Equador foi um movimento ocorrido em Pernambuco liderado por Frei Caneca e pretendia. O movimento era republicano, de caráter separatista e não reconhecia o domínio absolutista de D. Pedro I.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

novembro, foi subestimada por D. Pedro II, cuja demora em tomar providências para conter o movimento culminou com um triste exílio na França.

A instauração da República é relatado como um acontecimento ocorrido de forma pacífica, talvez porque nem mesmo o Imperador acreditasse que o país sofresse uma mudança de regime tão profunda sem o derramamento de sangue. Um observador da época registrou que:

Ninguém; nem os próprios representantes do poder decaído, pois que pouca importância deram aos boatos com visos de verdade que lhes foram levados por quem sabia do descontentamento que ia pelo exército, e o firme propósito em que estavam as forças de mar e terra de levantar barreira ao antigo estado de cousas (Porto, 1990, p.86-87).

O Brasil deixou de ser República por meio da ação importante do Exército. Cerca de 75 anos depois disso, em Brasília, novamente o país sofreu mudanças no modo de governo a partir da ação direta dos militares, implantando um regime ditatorial e redução dos princípios democráticos, situação que perdurou de 1964 até 1989, quando da primeira eleição direta para presidência da República. Uma era conhecida como “Anos de Chumbo”, cujo período mais endurecido levou a prisões de pessoas, cassação de direitos civis e políticos.

Os primeiros anos de República no Brasil apresentou, de certo modo, as fragilidades e as cisões que se faziam presentes desde os tempos da monarquia. Nesse sentido, é importante ressaltar que o papel do pensamento da “Geração de 1870”, de franca inspiração republicana, teve ao longo dos 29 anos que antecederam a proclamação. É importante ainda ressaltar que no país daquele período predominavam nos meios intelectuais as influências positivistas, evolucionistas, cientificistas e liberais (Viscardi, 2012).

Nesse terreno proliferaram as raízes do federalismo (de inspiração estadunidense), da emancipação econômica da tutela estatal e da democracia. O adubo dessas ideias era composto por defensores de matizes moderadas até os liberais mais radicais. Os instrumentos usados pelo pensamento dessa geração se materializava em publicações como o “Opinião Liberal”, o “A Reforma”, o “Correio Nacional”, para citar apenas alguns dos periódicos que emergiram nos anos que antecederam 1970. Além disso, não foi apenas no seio de intelectuais dos principais centros urbanos que o pensamento

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

republicano floresceu, mas também nas vastas extensões rurais de Estados como São Paulo, trazendo para a causa o apoio das oligarquias agrícolas (Faoro, 2001).

A expressão pública do pensamento da Geração 1870 foi registrado no “Manifesto Republicano”, documento que foi publicado em jornal cujo nome sintetizada o norte daqueles que assinaram a manifestação, “A República”. O documento contou com assinatura de figuras como, por exemplo, membros dissidentes do Partido Liberal, profissionais liberais . Além de deixar clara rejeição à monarquia, o manifesto³⁹ também pontuava o isolamento que o Brasil vivia diante das outras nações e clama à necessidade de adesão o sentido de ser ‘americano’:

Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpetua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam (Brasil, 1870, p.01).

O movimento representado pela Geração de 1870 surgiu em meio à crise do segundo reinado no Brasil Império e, apesar de representar uma ruptura com o modelo de formador do estado nação no Brasil de inspiração fracamente europeu, não apresentava do ponto de vista das ideias um pensamento homogêneo. Ângela Alonso afirma que não havia o predomínio dessa ou aquela inspiração teórica, antes eram submetidas ao que melhor se amalgamasse a partir do crivo políticos. “Argumentos e conceitos de teorias estrangeiras não foram adotados aleatoriamente” (Alonso, 2002, p.39).

Esse momento significou para o Brasil a demarcação da criação de um base conceitual que pode ser nomeado posteriormente como a “História das ideias no Brasil” (Alonso, 2002, p.24). A noção de que o pensamento intelectual da geração de 1870 proliferou apartado do campo político no qual ele se processava não dá conta da dimensão que o movimento alcançou, até porque muitos dos intelectuais envolvidos no debate exerciam também cargos na estrutura de Estado o que por si só contribuía para a interface entre o campo cognitivo e o campo prático. Ângela Alonso afirma que nesse período os

³⁹ O Manifesto Republicano está disponível para consulta no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=138916&pasta=ano%20187&pesq_ Consultado em 11/08/2015.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

protagonistas desse movimento no Brasil não se organizavam em carreiras exclusivamente intelectuais, alguns migraram para o jornalismo ou mesmo o serviço público. Almeida (2013) refere que a desilusão da classe intelectual com a forma como a República foi se constituindo no país também levou muitos intelectuais a criarem espaços de demarcação mais ligados à literatura do que à política. Um bom exemplo disso foi a criação da Academia Brasileira de Letras por nomes como Machado de Assis e Joaquim Nabuco, entretanto, a sobrevivência dessa classe não encontrava muitas alternativas como explica João Almeida.

As condições de sobrevivência material destes intelectuais eram o mecenato – ainda menos provável numa República sem barões e viscondes – ou o funcionalismo público. (...) A outra alternativa de sobrevivência era o jornalismo, como veremos, marco de alternativa de expressão dos intelectuais da *belle époque*, ainda que significativamente concentrados no sudeste, sobretudo na Capital Federal. Aos poucos, vão se criando os primórdios de uma indústria cultural e de um mercado editorial que passaria a permitir ganhos capitalistas para aqueles que a explorassem, e, eventualmente, meios de subsistência para aqueles poucos corajosos o bastante e talentosos o suficiente para poderem viver de suas obras (Almeida, 2013, p. 344).

Apesar de não ser objeto deste trabalho a discussão de aspectos culturais brasileiros é relevante pontuar o papel da geração de 1870 também representava a busca da constituição, mesmo que simbólica, de uma identidade nacional moderna alinhada à noção civilizatória de países colonizadores (Brito, 1996 e 2010) e Santiago (2004). Como se observará na próxima seção, esse ideário republicano moldar-se-á ao viés mais positivista. O início republicano no Brasil terá o predomínio de flutuações econômicas, conflitos regionais e algumas incertezas políticas.

2.2. O Brasil e os primeiros anos de República Velha

Sob a égide da primeira Constituição Brasileira Republicana⁴⁰, o Brasil buscava se afirmar como Nação, bem como buscava no modelo federalista estadunidense, com influência da Constituição da Argentina e da Suíça, uma Carta Magna que expressasse a modernidade almejada pelos republicanos. O período entre 1889 e 1932 foi denominado

⁴⁰ A Constituição de 1891 foi segunda do Brasil. A primeira ainda era da época do Império, promulgada por D. Pedro I. A Constituição Republicana foi publicada em 24/02/1891 e vigorou até 1932, sofrendo a primeira alteração em 1923. Foi elaborada principalmente por Prudente de Moraes e Rui Barbosa.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

por alguns historiadores como República Velha. Essa foi predominantemente comandada por representantes das oligarquias latifundiárias.

As transformações que culminaram com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, levaram o Brasil a sonhar com a afirmação enquanto nação e capaz de sustentar a abertura para o mundo. O modelo de civilização que norteava o espírito daquele tempo era o francês (Schwarcz, 2012), tendo como objetivo alcançar a modernidade propalada além-mar “muito menos por opção e mais por etapa obrigatória e incontornável (idem, p. 19), o país livre da condição de colônia e da escravatura, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana, aspirava ser como as sociedades do Velho Continente (idem, ibidem). Ou como acrescenta José Murilo de Carvalho, “A imagem da Primeira República se confundia quase com a da Revolução de 1789, da qual se salientava principalmente a fase jacobina” (1999, p. 86).

Mas, esse processo não se deu de forma homogênea e sem focos de conflitos. Nos primeiros anos da República, o país enfrentou problemas econômicos e sociais e, crises não só relacionados com as mudanças políticas e econômicas, mas também ideológicas, resultado também da ambivalência entre tradição e modernidade, característica que provocava mais tensões no Brasil no início do século passado. Para Pilagallo (2009), no período compreendido entre 1900 e 1920, o Brasil não era uma nação de limites nitidamente claros, “tudo é um pouco indefinido, como num salão enfumaçado da *Belle Époque*” (p. 8). A essa noção, soma-se a descrição de Schwarcz para o período da Primeira República brasileira. Para ela, essa época foi um período no qual:

Estouraram muitos conflitos e não foram poucos os movimentos autoritários que procuraram assegurar o novo regime na marra – na base de muita eugenia e estado de sítio –, e igualmente não se desconhece o processo de institucionalização jurídica, legal e estatal que passou a Primeira República (Schwarcz, 2012, p.24).

A nova ordem política que se instaurou desde 15 de novembro não foi apenas o resultado da rebelião de uma camada inferior hierarquicamente no seio da caserna, mas, e, sobretudo, foi articulada pelos altos escalões militares, a ter como o maiores expoentes Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Deodoro de Mendonça.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Oliveira Lima registra que D. Pedro II possuía atitudes dúbias, que tanto desagradavam ao Exército, aos produtores rurais e a alguns segmentos sociais como os professores até parte do clero que percebia na figura do imperador um monarca pouco acético da Igreja. “A força, a violência, a ideia, a fé e a apatia puseram-se fortuitamente de acordo para derrubar um trono que não soube fincar raízes no solo republicano da América” (1990, p.16).

Esse país que entrou na era da republicana supostamente inaugurava uma era de possibilidades a todos. Contudo, a realidade se mostrou distante desse ideário igualitário. O sectarismo estava presente não no racismo que tomava corpo, como também no distanciamento entre as cidades mais desenvolvidas e as áreas de periferia como a região amazônica e os sertões. Schwarcz aponta “Aí estavam ‘dois Brasil’ que eram na verdade um só, mas a conviver de maneira ambivalente e conflituosa” (Schwarcz, 2012, p. 24).

Nesses primeiros anos, a alternância no poder da presidência do país era feita entre políticos que sustentavam os interesses dos grandes produtores de café e leite, respectivamente os Estados de São Paulo e Minas Gerais, o que rendeu o apelido de “República Café com Leite”, sugerindo uma gestão francamente ligada às oligarquias. A centralização do poder no eixo da região Sudeste visibilizava o distanciamento regional dentro da Federação brasileira, problema que perdura, de certa forma, até hoje e desafia a gestão e o respeito ao pacto federativo.

Do ponto de vista das relações internacionais, o historiador Boris Fausto (2001) assinala que a proclamação da República no Brasil teria desagradado a Coroa inglesa e aproximado o Brasil dos EUA. Mais tarde, essa aproximação seria apontada como uma das causas que fez com o que país decidisse por tomar parte na Grande Guerra. Além, claro, do caso do vapor brasileiro “Paraná”, torpedeado na costa francesa em abril de 1917, que culminou com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha. Essa fisionomia de República pautava-se por altos investimentos em reurbanização das capitais, sobretudo o Distrito Federal, Rio de Janeiro, cujo modelo era inspirado também no ideal europeu parisiense. Em Belém, capital do Pará, juntamente com Manaus, capital do Amazonas, o fenômeno não foi diferente. A Arquitetura dessas cidades guarda até hoje a memória da opulenta fase de mimetização de um padrão europeu de costumes.

2.3 – Cenários político e econômico no Brasil do raiar do Século XX

Não é objetivo deste trabalho detalhar todas as possíveis causas que levaram ao fim da monarquia brasileira e de um Império, que em princípio parecia duradouro, bem como o cenário no qual se proclamou a República. Contudo, é importante assinalar alguns fatos que compuseram o pano de fundo dos primeiros anos de República no Brasil e que foram considerados tempos difíceis em termos políticos. O país enfrentou pelo menos três revoltas importantes entre 1889 e XXX. A “Revolta Armada”, “Revolução Federalista” e “Guerra de Canudos”. Ambas deixaram em conjunto cerca de 35 mil mortos.

A ideia de uma federação não surgiu primeiramente com o Brasil republicano. Ainda no século XVIII, D. Rodrigo De Souza Coutinho pensou que a saída para que país se desenvolvesse sem perder os laços que o atrelavam à Portugal era transformar a colônia em uma entidade federativa com dois pontos de governança a partir do Rio de Janeiro e do Pará. “Tratava-se de elevar o status do Brasil alçando-o ao patamar de província do Reino, como as situadas no continente europeu” (Coser, 2014, p. 89). Para Coutinho, um burocrata português, dessa forma, a noção federativa era um arranjo administrativo que faria do Brasil, a colônia mais lucrativa e importante de Portugal, tivesse um certo grau de autonomia econômica sem romper os laços coloniais com o Reino português. Essa ideia não prosperou e o Brasil percorreu o caminho de colônia, monarquia e república a carregar as consequências das dificuldades em ser constituir como uma economia sólida e de distribuição mais igualitária das riquezas.

O Brasil que adentrou ao século XX era uma país republicano, mas ainda essencialmente agrícola. O Rio de Janeiro, capital, era o grande centro urbano do país, onde também concentravam-se as discussões e decisões políticas, econômicas e administrativas do país (Carvalho, 2014). A Constituição de 1891, francamente inspirado no modelo Norte-Americano, continha 99 Artigos, mudou o desenho político e o país passou a ser uma República de Estados Unidos do Brasil, transformou as antigas províncias em Estados, cujos negócios não poderiam ser passíveis de intervenção federal. Observa-se nesse documento a garantia de direitos individuais, objeto de 31 parágrafos, dentre eles, o direito à liberdade de pensamento por parte da imprensa:

§ 12 - Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato (Brasil, Constituição Federal de 1891).

A capital federal concentrava o maior número de habitantes. No final do século XIX a população do Rio de Janeiro ultrapassava 500 mil pessoas, composta por uma parte considerável de imigrantes. Entre os anos de 1887-1914, o Brasil recebeu cerca de 2,74 milhões de estrangeiros, (Fausto, 2001, p.155). Esse aumento demográfico em curto espaço de tempo provocou o surgimento de indivíduos subempregados ou sem ocupação definida, o que na primeira metade do século XX atingia cerca de quase a metade da população da capital (Carvalho, 2014). Posteriormente, relaciona-se a vinda do contingente de imigrantes à influência no movimento operário brasileiro resultando em formação de ligas e partidos operários (Del Piore e Venâncio, 2013).

Os problemas oriundos desse período no qual havia abundância de mão-de-obra (muitos antigos escravos e estrangeiros), poucos empregos, carência de habitações e infraestrutura de saneamento e saúde formaram um cenário de crise que veio à reboque da bolha especulativa e da emissão de dinheiro sem lastro – prática herdada da época do Império.

Na concepção de Carvalho (1999) e Backes (2009) não havia um consenso sobre que modelo republicano deveria ser implantado no Brasil. Há três grupos de interesses se destacam na defesa de posições sobre o padrão de República a ser implantado. Alguns aspectos convergiam entre esses principais segmentos sociais.

Os donos de vastas extensões territoriais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro defendiam a referência norte-americana de poder, sobretudo, divisão espacial na forma de estrutura federalista. Esse grupo queixava-se desde os tempos monarquistas sobre as dificuldades impostas pela centralização do poder. Esse segmento “evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da república” (Carvalho, 1999, p.93).

Um segundo segmento representava o grupo urbano formado por professores, jornalistas, pequenos comerciantes etc. para quem o liberalismo extremado – defendido sobretudo pelas oligarquias rurais – não estavam em sintonia com o ideias de liberdade e participação. Além disso, a falta de algum controle sobre as questões sociais e econômicas colocava em desvantagem competitiva.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O terceiro grupo apontado por Murilo de Carvalho era composto pelos defensores de uma república totalmente positivista, defensor de uma ‘ditadura republicana’, no qual o poder Executivo deveria adotar uma postura francamente ingerente em todas as esferas, “o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira” (idem, p.95). O maior expoente desse segmento foi o intelectual Joaquim Nabuco, forte defensor do abolicionismo.

Contudo, desde o começo da República duas vertentes se predominam sobre as discussões sobre o modelo a vigorar no país. Fausto (2006) aponta que a primeira delas alinhava-se ao pensamento positivista e apostava na indústria “e frequentemente especulativa, inflacionista e cavadora de negócios” (p.39).

Os anos que seguiram à Proclamação da República foram tempos de ambivalência. Euforia e decepção se alternaram conforme o andar da flutuação econômica e política. As frentes que foram abertas por meio do avanço da indústria e do comércio, bem como o liberalismo econômico (Prado, 2014), ampliaram as perspectivas do país enquanto fornecedor de matéria-prima. Por outro lado, a emissão de títulos por parte de qualquer banco – que emprestava dinheiro facilmente – elevou o consumo e a alta dos preços. O fenômeno ficou conhecido como “Encilhamento”⁴¹ e marcou o fim da era de animação econômica e financeira características dos anos iniciais da República, pois o período a seguir foi de ajustes que levaram o país à recessão. Sobre a fase de crescimento e especulação, Oscar Pilagallo afirma que “A espiral de preços no mercado acionário, no entanto, logo se mostraria insustentável” (2002, p.18).

Os primeiros dois anos de República ficaram conhecidos como “Governo Provisório” e foi exercido por militares. As inspirações positivistas norteavam os líderes da época. A expressão máxima disso talvez seja a frase que foi cunhada na bandeira nacional: “Ordem e Progresso”. O primeiro presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, eleito indiretamente pelo Senado e Câmara de Deputados, tomou posse em 1891. Deodoro teve como ministro da Fazenda, Rui Barbosa, notável intelectual brasileiro, que pensava o país também do ponto de vista industrial e como produtor de outros insumos para além da economia cafeeira. A ideia de Barbosa era que o desenvolvimento do país poderia

⁴¹ A expressão “Encilhamento” foi como ficou conhecido esse período de alta especulação financeira no Brasil republicano.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

gerar melhor aproveitamento da abundante mão-de-obra. Boris Fausto afirma que o ministro “não sem certa ingenuidade, acreditava estar impulsionando a base econômica indispensável para o florescimento da democracia” (2006, p.38). Os planos de Rui Barbosa não resultaram como o esperado e ele renunciou pouco mais de um ano após sua posse.

A recessão, a crise política entre os Poderes e revoltas isoladas em alguns Estados levaram o presidente Deodoro da Fonseca a renunciar à presidência apenas nove meses depois de sua posse. O vice-presidente, o também militar, Marechal Floriano Peixoto (militar de alta patente no Brasil Império) assumiu o Executivo até 1894. Ainda nos anos seguintes à renúncia de Deodoro, o governo Florianista enfrentou, além dos problemas econômicos, conflitos como a “Revolta da Armada”, no Rio de Janeiro e “Revolução Federalista”, no Rio Grande do Sul, insurgência de militares insatisfeitos e movimentos contra a República. Os primeiros anos republicanos foram anos tensos, nos quais velhas oligarquias de pensamento republicano tinham dificuldades em aceitar a presidência do país nas mãos de um não-civil. Oliveira Lima explica que:

A inexperiência do novo regime presidencial num país de tradições parlamentares, habituado às crises ministeriais, às interpelações ruidosas, a todo mecanismo liberal do Império, assim como às picuinhas de um Congresso inorgânico, sem partidos e sem líderes, se uniam para inflamar as desavenças impedir sua solução pacífica; mas o que se pode desde já crer é afirmar, é que os erros não estão do lado do governo, cuja existência se tornou impossível devido à hostilidade do Congresso (Oliveira Lima, 1990, p.36).

Pode-se arriscar afirmar que Oliveira Lima imprime um olhar de soslaio sobre as inquietações que dominaram os primeiros anos republicanos. Há que se observar que a forma como no novo regime fora implantado contribuiu para a permanência das desigualdades que deixavam à margem brasileiros e estrangeiros, estes últimos, atraídos para o país para o trabalho como colonos sobretudo na cultura do café. A esse respeito, Franco e Lago (2012) avaliam que, do ponto de vista econômico, o Brasil experimentou nos primeiros anos de República que antecederam à Grande Guerra um desempenho fraco, sobretudo, quando comparado em termos de PIB *per capita* com seus vizinhos latino-americanos como, por exemplo, a Argentina, que em 1913 já apresentava 3.797 dólares, contra os 811 dólares do Brasil, daí a percepção da situação de pobreza que havia

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

no país “A enganosa noção de prosperidade, decorrente do desempenho das principais *commodities* exportadas pelo país, contrastava, porém, com a permanência de bolsões de pobreza absoluta, notadamente nas antigas regiões exportadoras do Nordeste” (Franco e Lago, 2012, p.200).

No aspecto político, a falta de consenso sobre que tipo de república o país adotaria já evidenciava as divergências entre os grupos defensores do novo modelo de governo. As diferenças se materializaram-se nos recorrentes atritos entre os Poderes Executivo e Legislativo. No mais notável desses embates, o Congresso foi fechado por Deodoro da Fonseca, como resposta à rejeição do plano econômico de Barão de Lucena. Em um golpe de Estado que durou 20 dias (de 03 de novembro a 23 do mesmo mês) e provocou a renúncia do então chefe do Executivo.

De modo geral, a ruptura com o modelo europeu dominava a tônica das ideias dos republicanos. José Murilo de Carvalho (1999) assinala os republicanos ansiavam por criar uma identidade americana, alinhada ao novo. O regime monárquico representava o atraso ligado à Europa. A América – representada pelos Estados Unidos – simbolizava a modernidade traduzida no ideal de República. “Esse país representava o espírito da iniciativa, o liberalismo, o industrialismo, o pragmatismo (...)” (Carvalho, 1999, p.110). Esses eram atributos que se contrapunham a tudo que representava à noção de monarquia que perdurou no Brasil durante o tempo do Império.

O primeiro presidente civil no Brasil tomou posse em 1894. Prudente de Moraes representava a elite cafeeira de São Paulo e um segmento que se manteve presente no comando do país até os anos 1930. Há duas perspectivas a se observar com a partir da eleição de um civil após anos de protagonismo militar na condução da República no Brasil. Do ponto de vista econômico, uma das preocupações de Prudente foi garantir que o Tesouro e emissão de moedas para torná-la uniforme em todo país, já que nesse período o Réis (mil-réis) tinha valores distintos ao longo do território nacional. Do ponto de vista político, Prudente de Moraes inaugurou a presença duradoura de uma oligarquia que defendia um modo de vida burguês que se alternava no poder e era baseada sobretudo na região Sudeste do país. A pouca participação popular em todo o processo político decisório no Brasil é interpretada por Murilo de Carvalho como uma “cidadania em negativo”, cuja participação era restrita a poucos segmentos sociais, como relata Murilo

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de Carvalho: “O Brasil era ainda para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido”. (Carvalho, 2002, p. 83).

A disputa para sucessão de Prudente de Moraes se deu a partir de duas polarizações políticas. O governador do Pará Lauro Sodré era engenheiro militar e representava os militares republicanos, herdeiros de Floriano Peixoto. O outro polo era protagonizado pelo paulista Campos Sales, do Partido Republicano Paulista, que acabou por ser o eleito.

A negociação das dívidas do Brasil só foi consolidada na gestão do presidente Campos Sales, governante do país de 1898 a 1902. O grande credor brasileiro eram os ingleses. A valorização cambial e a renda alfandegária do porto do Rio de Janeiro foram algumas das imposições dos ingleses para emprestar recursos para a que o Brasil pudesse honrar o pagamento dos juros da dívida. Os efeitos da ingerência externa nos negócios brasileiros perduraram ao longo de todo século XX e se estendeu até à primeira década do século XX, o que levou o país a alternar períodos de recessão, inflação e crises financeiras de toda ordem, com prejuízos sentidos até à contemporaneidade.

O preço pago pela Nação para conseguir a negociação das dívidas pouco se diferenciou daqueles impostas no dia atual aos países endividados no mundo inteiro. Aumento da carga tributária, corte nas despesas, aumento de impostos, valorização cambial foram algumas das imposições dos ingleses para sanear as finanças brasileiras. À época, o ministro da Fazenda de Campos Sales, Joaquim Murtinho, seguia à risca essa política rigorosa. Murtinho desvalorizava o setor industrial do país e acreditava mesmo que o Brasil deveria apostar unicamente no setor agrícola. Além disso, o ministro de Campos Sales era um defensor do Estado mínimo e não associava diretamente os problemas das finanças ao fator econômico. “se o governo conseguisse sanear a moeda, elevando taxas cambiais e equilibrando os orçamentos, as forças econômicas reconstituíram-se naturalmente, livres da intervenção do Estado” (Costa e Schwarcz, 2000, p. 64).

Um aspecto importante a se destacar no tocante à política brasileira nos primeiros anos republicanos diz respeito à forma como os Estados se relacionavam localmente e de que maneira isso conferia à União o aval do Congresso. O pacto federativo estabelecido pela Constituição dotou de autonomia as antigas províncias. Os governadores gozavam de

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

poderes de intervir no apoio ao Executivo por meio de eleições de parlamentares afinados com a gestão em presidencial. A forma como isso se dava era por meio de fraudes nas votações, currais eleitorais e troca de favores. Além disso, uma manobra no regimento da Câmara, no governo de Campos Sales, passou exigir que a diplomação dos deputados se pertencessem à situação. Obviamente que parlamentares da oposição, mesmo que legitimamente eleitos, não eram diplomados.

A forma como as lideranças políticas regionais – donas de vastas áreas de terras – controlavam parte da população rural que dependia dos favores e benefícios desses proprietários levava ao voto de cabresto, ou seja, troca de favores que comprometia a isenção dos processos eleitorais, sempre atrelados aos desejos de um coronel, que por sua vez atendia aos interesses dos governadores, alinhados aos interesses do presidente da República.

Essa prática conhecida como coronelismo era a antítese do pensamento republicano defendido pelos mais utópicos defensores desse modelo de regime. Autores como Bakers (2009), Pilagallo (2002) e Piletti (1991) mostram os coronéis como lideranças que criavam ao redor de si um vastos grupos com os quais estabelecia de relações para além do domínio político, expandindo-se para as áreas econômicas e sociais.

O pacto coronelista estancou o desenvolvimento não só dos direitos políticos como dos direitos civis – a maioria da população, que vivia no campo, permanece submetida aos coronéis nas fazendas, que controlavam o delegado, a professora, o padre, o juiz, além da apuração da eleições (Bakers, 2009, p. 37).

Guardadas as devidas proporções, infelizmente, essa prática ainda funciona no Brasil contemporâneo. A implantação da Justiça Eleitoral, o voto secreto e eletrônico dentre outros mecanismos de controle dos processos eleitorais não são o suficiente para livrar todo o país da compra de votos e da eleição de representantes pouco alinhados com a democracia e a defesa do ente público acima de interesses particulares. A percepção que se tem após 115 anos de República é que as cicatrizes deixadas por anos de ausência de efetiva linearidade no processo de regime democrático abrem-se constantemente impedindo, enfim, que o efetivo exercício republicano seja a tônica das práticas políticas na nação brasileira.

2.4. Modernidade à brasileira

Sob um ponto de vista simplista, o termo modernidade remete à noção daquilo que é contemporâneo, novo, atual. Diz-se que algo é moderno se está sintonizado a um conjunto de práticas e condutas alinhadas com os movimentos de seu tempo. Essa ideia inicial poder ser melhor situada se somada à perspectiva histórica de ser um modo de viver específico na Europa do século XVII e que se espalhou pelo mundo em seguida (Giddens, 1991). Ou como melhor situa Fredric Jameson “uma dialética da ruptura e do período, que é mesmo um momento de uma dialética mais ampla da continuidade e do corte”⁴² (Jamenson, 2004, p.31).

É nesse sentido que se pretende aqui localizar o que se entende genericamente o sentido de modernidade⁴³ no Brasil republicano, uma ruptura não só com um regime, o monárquico e as amarras que um modelo mais conservador em relação às iniciativas liberais, mas a inauguração de uma fase na qual a busca pelo enriquecimento e pela prosperidade passaram a ser não só aceitas como estimuladas social e por que não dizer também politicamente. “A proclamação da república e, pouco antes, a abolição da escravidão, configuram indiscutível e notável transformação das condições políticas, institucionais e sociais precedentes” (Ricupero, 2013, p.333).

Floriano Peixoto tentou quando presidente atuar como “Guardião do Tesouro”, agindo contra a prática especulativa e a sanha voraz de banqueiros. Contudo, a austeridade na gestão sucumbiu à força dos interesses particulares. “A corrupção e a negociata voltaram a caracterizar o novo regime”, afirma Carvalho (1999, p.98).

E foi um caminho sem volta. A crítica à monarquia como um regime tradicional e ultrapassado, no qual o indivíduo enquanto homem de negócios exercia um papel secundário, na República passou a ser protagonista de um modelo de modernidade

⁴² No original: una dialéctica de la ruptura y el período, que es misma un momento de una dialéctica más amplia de la continuidad y el corte.

⁴³ Não é o objetivo aqui fazer uma discussão sobre o pensamento social brasileiro que possa explicar modernidade que se instaurou no Brasil desde as raízes coloniais. Sergio Tavoralo detém-se sobre esse assunto e sistematiza em duas principais abordagens esse pensamento social: Sociologia de Dependência e Sociologia da herança patriarcal-patrimonial. Cf: Tavoralo. S. (2005). *Existe uma modernidade Brasileira?* Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiros. In Revista Brasileira de Ciência Socias. Vol. 20. No.59. Outubro. Em linha: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a01v2059.pdf>.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

animadamente estimulado pelos entusiastas das novas possibilidades abertas pelo estímulo à prosperidade individual. Sobre esse aspecto, Caio Prado Júnior afirma que:

Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma super estrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambas agora se acordavam. (...) Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social (Prado Júnior, 2014, p.209).

Do ponto de vista social, o modelo de substituição da mão-de-obra escrava pela dos imigrantes que alargou ainda mais as desigualdades sociais. Não havia política de inclusão dos diversos setores. A nação atraiu em princípio estrangeiros para as atividades no campo, mas não demorou para que parte dessa massa de estrangeiros se direcionasse aos centros urbanos, o que só fez aumentar o grupo de desempregados e subempregados. Em alguns casos, imigrantes que trabalhavam apenas para pagar suas dívidas, o que de certa forma reproduzia o mesmo sistema de exploração humana vivido na época da escravidão institucionalizada (Schwarcz, 2012).

Aos antigos escravos o novo regime não ofereceu nada que pudesse colocá-los em condições de se qualificar ao posto de cidadãos. Libertos, porém sem condições de disputar em pé de igualdade com os estrangeiros os postos de trabalho no setor rural ou mesmo nas cidades, a população negra no Brasil do início da República muitas vezes se viu relegada ao retorno em antigas propriedades onde outrora foram cativos ou destinados aos trabalhos mais duros nos centros urbanos. “A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis mas negada na prática” (Carvalho, 2002, p. 53).

Contraditoriamente, a noção de modernidade que visava criar no Brasil uma República que ao mesmo preconizava o respeito aos direitos individuais, tirava dele a participação política pessoal, substituída pela representatividade⁴⁴. Como mencionado anteriormente,

⁴⁴ Essa perspectiva foi defendida pelo intelectual francês Benjamin Constant. No famoso discurso “Da Liberdade Dos Antigos Comparada à Dos Modernos” proferido em 1819 no Athénée Royal de Paris. 7 Nessa fala, Benjamin argumenta sobre a impossibilidade do exercício das práticas republicanas como na antiguidade e das vantagens do exercício representativo. Disponível em linha: <http://caosmose.net/candido/unisinos/textos/benjamin.pdf>. Consultado em 15/08/2015.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

desde o Império o país herdou a prática de emissão de papel moeda para aplacar as demandas oriundas da abolição dos escravos (Carvalho, 1999).

A sanha especulativa gerava enriquecimento de determinadas camadas sociais, determinando à grande maioria a condição de desigualdade. Uma República que replicava os hábitos outrora condenados no Brasil Império como a corrupção e o favorecimento de alguns em detrimentos da grande massa de pessoas. Práticas incompatíveis com o ideário republicano. “Simplesmente não havia preocupação com o público. Prenominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante” (Carvalho, 1999, p. 98), ou no máximo “definir o público como a soma dos interesses individuais”, (Carvalho, 2002, p.18). Ou ainda, como assinala Faoro, a distância do Estados dos negócios da sociedade:

Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do século XX, estar em dia com as ideias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso (Faoro, 2000, p.76).

A premissa republicana também implicou em um amplo projeto de urbanização de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Novos modos de ocupação urbana e de hábitos sociais. Surgiram novas escolas, hospitais e instituições voltadas para a pesquisa. As mudanças na fisionomia dos principais centros urbanos no final do século XIX reconfiguraram cidades e cumpriam a missão de retirar as marcas daquilo que não era considerado “moderno”.

Nesse sentido, após dois governos militares e dois civis, o liberal Rodrigues Alves, que governou de 1902 a 1906, foi um dos expoentes da reforma urbana e da saúde pública no Brasil – neste último aspecto, é digno de nota a luta contra doenças típicas como a febre amarela. O presidente contou com o trabalho do médico sanitarista Oswaldo Cruz, um dos pioneiros nas pesquisas de moléstias tropicais, sendo o protagonista de um episódio curioso na historiografia da saúde pública no Brasil a forma como Cruz empreendeu forte combate à peste bubônica e à varíola, neste último caso, valendo-se do recurso legal da obrigatoriedade de toda população do Rio de Janeiro de vacinar-se contra o mal. O

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

emprego da força policial para efetivar esse empreendimento causou descontentamentos e culminou com a “Revolta da Vacina”⁴⁵.

Eleito para conduzir o país em uma época mais próspera economicamente, sobretudo, pela exportação da borracha, o governo de Rodrigues Alves não poupou esforços – e por isso foi criticado – por usar métodos poucos democráticos para reformar a paisagem da capital federal. O Rio de Janeiro não possuía prefeito, a cidade ficava sob a responsabilidade de alguém nomeado pelo próprio presidente. E foi assim que Alves delegou a Pereira Passos, um engenheiro que se inspirou na reforma de Paris, a reestruturação da cidade. Muitas casas foram derrubadas para dar lugar a grandes avenidas de inspiração francesa, portos reformados para servir melhor como local de entrada e saída de produtos, etc.

A elite e a grande imprensa saudaram a ‘regeneração do Rio, mas a aprovação estava longe de ser unânime. Centenas de proprietários perderam renda, milhares de inquilinos foram desalojados. Em meio ao canteiro de obras em que a cidade se transformara, muitos cariocas não escondiam o descontentamento (Pilagallo, 2002, p.31).

O propósito era demarcar do ponto de vista da fisionomia urbana uma capital que representasse o sepultamento das marcas do Brasil colonial e imperial; e com isso inaugurar um tempo de modernidade, claramente inspirado em capitais europeias. O custo dessa reconfiguração foi um modelo imposto pelo Estado de modo vertical de cima para baixo (Pires, 2014).

Ao longo do restante da década de 1910, o Brasil teve mais dois presidentes, o mineiro Afonso Pena, de 1906-1909, que morreu antes mesmo de completar os quatro anos de mandato e se notabilizou pela política protecionista em relação à produção do café e pela inauguração em 1897 da atual capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Afonso foi substituído pelo vice-presidente Nilo Peçanha, que conduziu o país até a eleição e posse do substituto em 1910, o marechal Hermes da Fonseca, em uma disputa acirrada

⁴⁵ A Revolta da Vacina foi um episódio no qual desinformação, práticas tradicionais moralista e oportunismo político se juntaram para fazer frente às políticas públicas de saúde implementadas por Osvaldo Cruz no governo de Rodrigues Alves. CF: Shevchenko, N. (1983) *A Revolta da Vacina, mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

com Rui Barbosa, jurista, notável intelectual e ex-ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca.

O governo de Hermes da Fonseca foi marcado economicamente pela decadência da era da borracha. A questão do apogeu do látex será objeto de discussão no próximo capítulo, contudo convém apontar que desde o século XIX o Brasil aumentou gradualmente a produção de *Hevea brasiliensis*, nome científico da árvore de seringa, sendo que nos primeiros 10 anos do século XX, o país vendeu ao exterior cerca de 34, 5 mil toneladas do produto por ano, ocupando o percentual de 28% do total de exportações (Prado Junior, 2014).

O declínio da borracha brasileira não se deveu somente ao contrabando de sementes de Hevea para a Ásia, provocando aumento da oferta do produto e a consequente queda nos preços no mercado internacional. Um outro importante foi o fato do Brasil não ter conseguido avançar para além do lugar de produtor da matéria-prima bruta. Nesse cenário de decadência econômica, Hermes deixou o Palácio do Catete no Rio de Janeiro em 1914 sob a sombra do encolhimento dos investimentos internacionais no país. O sucessor de Hermes, Wenceslau Braz Pereira Gomes, tomou posse em 15 de novembro de 1914 e foi o presidente do Brasil durante o período da I Guerra Mundial. Braz assumiu a presidência do país diante de um cenário de inquietações de ordem interna e externa.

A seguir, delineia-se alguns aspectos históricos do surgimento da imprensa brasileira até o período que culmina com a Primeira Guerra. O objetivo não é abordar profundamente todas as nuances que descrevem o percurso da atividade no Brasil, posto que obras como Sodré (2004), Barbosa (2001; 2008 e 2013), Melo (2003), Romancini e Lago (2007), Martins e De Luca (2013) oferecem uma boa recuperação histórica do tema. A finalidade da seção a seguir é apenas sinalizar, sempre que possível, de modo cronológico para o pano de fundo no qual irá se desdobrar a imprensa no Brasil por ocasião da eclosão da Grande Guerra.

2.5. A diplomacia brasileira se apresenta ao mundo

Em 1899 realizou-se a I Conferência de Paz de Haia entre 18 de maio e 29 de julho daquele ano. Curiosamente, embora o primeiro item do documento final se ocupasse da proposição de encaminhamentos para as soluções pacíficas para as discordâncias

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

internacionais, algumas cláusulas constantes da resolução da conferência eram direcionados às condutas a serem adotadas assinada pelos presentes em casos de guerra: como, por exemplo, as declarações abaixo:

- 1. Para proibir o lançamento de projecteis e explosivos a partir de balões ou por outros novos métodos semelhantes.*
- 2. Para proibir o uso de projecteis o único objectivo é a difusão de gases asfixiantes ou deletérios.*
- 3. Proibir o uso de balas, que expandem ou achatam facilmente no corpo humano, tais como balas de revestimento duro, de que o envelope não cobre totalmente o interior ou possui incisões.*⁴⁶

O Brasil foi convidado pelo Czar russo para participar, contudo não enviou representante para a I Conferência de Paz de Haia. O país vivia naquele ano momentos delicados e de preocupação com as questões internas. “Conforme Oliveira Lima e Rui Barbosa depois demonstraram, o Chanceler do governo Campos Sales, Olinto de Magalhães, não percebera a relevância para o Brasil da convocatória russa” (Cardim, 2014, p. 14).

Em 1907 mais uma vez parte do mundo se reuniu para mais uma conferência em Haia. À II Conferência de Paz de Haia compareceram 44 países soberanos. Naquele começo de século os Estados se preocupavam em discutir temas em comum ao mundo em rápidas modificações. E foi na II Conferência o Brasil entrou para o anais internacionais por conta de duas figuras ilustres o intelectual Rui Barbosa e o Barão de Rio Branco (Compagnon, 2013). Um dos temas de grande debate dessa conferência foi a proposta estadunidense de criação de uma nova corte de juízo arbitral internacional. A proposição também foi apoiada pela Alemanha e pelo Reino Unido. Essa nova corte seria formada em caráter permanente por juízes oriundos dos Estados Unidos e da Europa. Outras vagas

⁴⁶ No original: 1. To prohibit the launching of projectiles and explosives from balloons or by other similar new methods.

2. No original: To prohibit the use of projectiles the only object of which is the diffusion of asphyxiating or deleterious gases.

3. No original: To prohibit the use of bullets, which expand or flatten easily in the human body, such as bullets with a hard envelope, of which the envelope does not entirely cover the core, or is pierced with incisions Final Act of the International Peace Conference; July 29, 1899. The Avalon Project. Yale Law School. Em linha: http://avalon.law.yale.edu/19th_century/final99.asp

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

seriam ocupadas em forma de rodízio por outros países. O Brasil travou um duro embate e foi o principal opositor dessa proposta (CHDD, 2006).

Os países cujas delegações estiveram presentes ao encontro reconheceram a presença marcante do Brasil como negociador e defensor de sua soberania. Após mais de quatro meses de negociações o país foi reconhecido pela forma como conduziu a defesa de seus interesses. O discurso final do representante brasileiro foi contundente para reafirmar a necessidade de manter-se a premissa de igualdade entre as nações. “Visto como porta-voz dos pequenos Estados, o Brasil tinha conquistado nessa ocasião uma imagem de país com capacidade para influir nos debates internacionais” (Compagnon, 2013, p.46). As atuações de Rio Branco e Rui Barbosa, foram dignas de menções na imprensa internacional. “(...) um brilhante discurso do senhor Barbosa que culmina o triunfo da América Latina. (...) Uma magnífica defesa da América Latina e do Brasil em particular⁴⁷” (Cardim, 2014, p.22).

A atuação de Rui Barbosa na II Conferência de Paz de Haia o inscreveu de vez na historiografia brasileira não só como homem de notável inteligência, mas como sinônimo de um país que se afirmava no cenário internacional. Barbosa e Barão de Rio Branco trocaram ao longo da conferência dezenas de telegramas que, segundo Cardim (2013), serviram para consolidar “a posição brasileira de oposição a esse tratamento diferenciado somente pelo critério do poder. Obtêm o apoio das nações latino-americanas, e logram esvaziar a proposta estadunidense de seu conteúdo discriminatório (Cardim, 2013, p.494).

No quesito relações internacionais, o Brasil dos anos 1900 foi uma nação que procurou no seio da América Latina estimular parcerias que visassem a criação de uma noção de cooperação pan-americana, bem como atuar de certa forma como mediador como, por exemplo, na Revolução Mexicana. Além disso, sob a batuta de Barão de Rio Branco, entre 1902 a 1912, o país adotou como marca na política externa a afirmação de nação moderna, autônoma e soberana. Nesse sentido, Rubens Ricupero (2013) explica que o desenvolvimento da diplomacia brasileira se deu em momentos de transformações do ponto de vista exterior. Os primeiros anos de República no Brasil coincidem em parte

⁴⁷ No original: (...) a brilliant speech by *senhor* Barbosa which culminates the triumph of Latin America (...) a magnificent vindication of Latin America in general and of Brazil in particular”.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

com a Era Vitoriana; depois quando havia 25 anos do novo regime eclodiu a I Guerra Mundial, e, por último as modificações ocorridas no mundo pós-guerra, fruto do Tratado de Versales. Há, para Ricupero, três fatores importantes para a afirmação na política externa brasileira:

O primeiro consistiu na emergência e afirmação do poder político e da irradiação econômica dos Estados Unidos. O segundo tem a ver com a intensificação de um relacionamento mais intenso e cooperativo entre países da América Latina, seja sob a modalidade do pan-americanismo patrocinado por Washington, seja por iniciativas latino-americanas autônomas. Finalmente, o último reside no aprendizado de novo tipo de ação diplomática nas instâncias do incipiente multilateralismo da Liga das Nações, estágio inicial de uma forte tradição de diplomacia multilateral que se desenvolveria nas fases seguintes (Ricupero, 2013, p. 335).

Conclui-se que não só que os Estados Unidos inspirou fortemente os anseios republicanos no Brasil, mas também ajudou a dar forma à diplomacia brasileira naqueles primeiros anos do século XX. O conflito que se desenrolou na Europa em 1914 serviu como ensaio para colocar à prova o papel internacional que o país teria também no desenrolar da II Guerra Mundial. O país já tinha demonstrado essa posição neutra em outros conflitos internacionais anteriores à Grande Guerra ainda no século XIX tais como, por exemplo, a Guerra da Criméia em 1854, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos em 1861 e a guerra Franco-Prussiana, datada de 1870, neste último caso, o Brasil “admitiu a entrada de embarcações francesas no porto do Rio de Janeiro por razões humanitárias”. (Pereira, 2014, p. 241). O Brasil, uma nação que tardiamente livrou-se da escravidão, apresentou na Primeira República um país disposto a mostrar que havia adentrado definitivamente em sintonia com seus pares civilizados.

3. O Pará: um “Brasil” esquecido na floresta

Se no alvorecer do século XX o Brasil experimentava o desejo de modernização, internamente havia questões que podiam ser tidas como contradições típicas de um país que se industrializava e atravessava instabilidades tais como embates em torno da sucessão presidencial, organização de sindicatos, movimentos anarquistas, dentre outros. (Fausto, 2001, p.169). Cabe aqui mencionar o que se admite neste trabalho como conceito de *belle époque* é o já mencionado ainda na Introdução desta tese e diz respeito ao período

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

experimentado na Europa - e expandido para cidades de outros continentes - de intensa atividade econômica, social etc. O historiador Geraldo Mártires Coelho destaca que:

A belle époque, entendida como manifestação da Idade de Ouro da cultura urbana da burguesia contemporânea, e cujos quadros tradicionais, como visto, remetem para a Paris do final do século XIX e começo do XX, sempre foi um domínio visitado pela narrativa social brasileira. As próprias transformações urbanas de cidades como Belém e Rio de Janeiro no mesmo período foram tratadas como dimensões especulares da *belle époque* matricial, parisiense, nas latitudes sociais e mentais do trópico brasileiro (Coelho, 2011, p.142).

No plano regional, no Pará essa época corresponde ao final do século XIX e a primeira década do século XX, quando o estado viveu a era de ouro da produção da borracha. Os Estados do Pará e do Amazonas, na região amazônica, concentravam no período entre 1850 a 1920, a base de comercialização da produção da borracha. O insumo brasileiro na forma bruta alcançou altos preços no mercado internacional. Mas, o contrabando de sementes da árvore de Hevea para o continente asiático e o sucesso do cultivo das árvores de seringa na Malásia baixou os preços da produção brasileira (Dean, 1989), levando ao declínio da economia da região e assinalando a decadência de um período de riqueza e opulência experimentado pelas elites que se concentravam nas capitais desses Estados.

Mesmo sendo curto o período de desenvolvimento econômico e social, a economia da borracha atraiu um bom fluxo de imigrantes para a região amazônica. Esse fluxo, em alguns casos temporários ou definitivos, teve início ainda no final do século XIX, e era composto basicamente por europeus, sobretudo portugueses. Estudos como os de Emi (2013) e Fontes (2009) analisam em profundidade os grupos predominantes e as razões desses fluxos migratórios que ocorreram desde 1850 a 1950, a ter inclusive atraído pessoas do continente asiático, mais propriamente do Japão – posteriormente, criaram uma forte colônia no Estado e colaboraram já na segunda metade do século XX para colocar o Brasil como grande produtor de pimenta-do-reino, dentre outros produtos agrícolas.

Não há uma concordância entre autores sobre o período exato da expansão e da decadência da “Era da Borracha”, como ficou conhecido essa próspera época na Amazônia. Para Barbara Weinstein, essa periodicidade compreende cerca de 50 anos,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

partindo da premissa de que o início na expansão ocorreu no final da década de 1870 (Weinstein, 1993, p.89) a ir até 1920. Por outro lado, Fábio Castro assinala que o domínio brasileiro perdurou até 1912, quando a produção do látex na Malásia passou a concorrer fortemente e por fim determinar a extinção da exportação amazônica (Castro, 2010, p. 25).

Quando se deflagrou o conflito mundial, em 1914, havia na capital paraense – principal entreposto de comercialização do látex – uma burguesia ascendente e que pensava viver em uma ‘*petit Paris*’, expressão muito usada pela imprensa local à época (Castro 2010, p. 180) para se referir a Belém, capital do Pará. E é um pouco sobre essa cidade tropical que ora vivenciou revoltas como a Cabanagem, e ora se imaginava viver na Europa o objeto tratado por este capítulo. Considera-se fundamental para efeitos de compreensão mais alargada da forma como a imprensa local refletiu a Grande Guerra que se inicie por contextualizar como o Estado se formou e como as contradições entre os ideais de liberdade e cidadania, nacionalismo e permanência colonial se conflitaram internamente ao longo dos anos, invadindo simbólica e materialmente sociedade local.

3.1. Uma capital na foz do rio Amazonas

Belém, capital do Estado do Pará, em 2016 completa 400 anos de existência. Na ausência de documentação que assegure exatamente a data quando o capitão português Francisco Caldeira Castelo Branco aportou na cidade, considera-se o marco oficial de 12 de janeiro de 1616 para demarcar a sua fundação. Nessa época, a colônia portuguesa vivia sob constante ameaça de invasão nas hoje conhecidas como regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ingleses, franceses e holandeses intentaram diversas vezes tomar posse de parte do território brasileiro. Na Amazônia, Emmi (2013) traça um panorama das principais imigrações para a região, sobretudo a partir de 1850.

Nos anos 1600, a Capitania Hereditária do Maranhão englobava também o Pará, e esteve durante algum tempo sob domínio francês, tendo, inclusive, a capital São Luís sido fundada pelo francês Daniel de La Touche, também conhecido como La-Ravadière.

O capitão Francisco Caldeira Castelo Branco empreendeu jornada pela capitania vindo do Maranhão onde ajudou na tarefa de expulsar os franceses que lá pretendiam montar uma colônia. De São Luís partiu rumo à cidade onde ergueu uma fortificação chamada de

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

“Forte do Presépio”. Na margem de um dos afluentes do rio Amazonas⁴⁸ nasceu a capital da futura província do Grão-Pará.

Belém, elevada à categoria de cidade em 1655 (Di Paolo, 1990), então, surgiu da necessidade estratégica de resguardar e de ampliar a ocupação do território nacional – situada justamente na mais vasta região e distante do centro político e econômico da colônia. Os esforços empreendidos pela Coroa portuguesa para estar efetivamente presente na região amazônica visavam a fundação de centros de povoação e impedir que estrangeiros se apossassem de terras e de gêneros produzidos na área, conhecidos como drogas do sertão tais como castanhas, cacau, café, dentre outros (Gregorio, 2012, p.154).

Ainda nesse sentido, Valcir Santos (2011) situa o processo de ocupação do espaço amazônico dentro do modelo “rio-várzea-floresta”. Esse modelo de se caracterizava, do ponto de vista econômico, pela exploração do trabalho indígena, pelo extrativismo de recursos naturais e pelo sistema de aviamento, que era a forma pela qual o produtor pagava suas dívidas contraídas juntos aos comerciantes, entregando a esses aos proprietários (aviadores) sua produção. Do ponto de vista da miscigenação, Santos afirma que o europeu e o índio resultaram no caboclo, que era:

um novo tipo de “homem amazônico” resultante do processo adaptativo às atividades extrativistas, sobretudo no que tange ao aproveitamento de recursos de rios, várzeas e florestas, mesclada à herança cultural, riqueza e diversidades ambientais de civilizações anteriores à colonização portuguesa, em um processo socioeconômico análogo à formação do “mulato” no restante da América portuguesa (Santos, 2011, pp.2-3).

Maria Tavares (2008) observa que efetivamente a ocupação da região se deu com a fundação das cidades que hoje são as capitais dos Estados como é o caso do Maranhão (São Luís em 1615), do Pará (Belém, em 1616), do Amapá (Macapá, em 1636) e do Amazonas (Manaus, em 1665). Com exceção desta última, esse processo ocorreu ainda no tempo quando Portugal e Espanha formavam a União Ibéricas, entre 1580 a 1640⁴⁹.

⁴⁸ Vânia Torres assina que há registros que dão conta que ainda no século XV os espanhóis teriam registrado a existência de uma grande rio na Amazônia, denominando-o de “Santa Maria de la Mar Dulce”. Cf. Torres, V. (2011). *Os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁴⁹ Para uma análise mais detalhada sobre o processo de demarcação territorial, Cf. Guerra, Amanda e Santos, Márcia (2011). O “Atlas do Império Brasil”: Por uma proposta de definição dos limites do Brasil

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Embora não seja objetivo deste trabalho recuperar os fatos que envolveram o controverso papel de Castelo Branco na fundação de Belém, convém sublinhar alguns aspectos importantes para melhor compreender a história social da Amazônia, mais especificamente o caso do Pará. Não se tratou apenas de expulsar ou bloquear os estrangeiros que estivessem na região. A consolidação da ocupação portuguesa e da capital Belém se deu a partir da guerra que Francisco Caldeira empreendeu contra os índios Tupinambás habitantes daquela área. Barata (1973, p.212) se vale da crônica do Padre Jacinto para descrever a natureza das ações de Francisco Caldeira Castelo Branco, considerado um homem imprudente e tirano que não poupava práticas pouco justas para com aqueles que considerava inimigo. Foi deposto do cargo no Pará e enviado à Lisboa por causa da forma como agia, foi preso e terminou seus dias no cárcere.

Cabe aqui mencionar que alguns historiadores foram zelosos em registrar o surgimento do Pará e a participação de Castelo Branco para lançar as bases daquela que mais parte seria a mais importante província da Amazônia. Dois trabalhos chamam atenção, Domingos Raiol (1865) cita a inserção de Castelo Branco nos primórdios da fundação de Belém, entretanto se encarregou mais em narrar os fatos políticos ocorrido entre 1821 e 1835 na obra “Motins Políticos” dedicado ao Imperador D. Pedro II. Ribeiro do Amaral (2004) produziu em dezembro de 1915 o “Fundação de Belém do Pará. Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616”. Nesse livro, cujo intuito era comemorar o tricentenário da capital paraense em 1916, Ribeiro se encarregou de recuperar documentos e narrativas que aproximassem Castelo Branco como patrono de Belém e da importância de Pedro Teixeira como “consolidador da obra de Francisco Caldeira” (Ribeiro, 2004, p.96). Interessante observar que em pleno Brasil já republicano em 1915, o livro de Ribeiro do Amaral também é dedicado a uma figura da nobreza, Gastão de Orleans, o Conde d’Eu. Fato que chama a atenção e pode ser um indicador do quanto as elites intelectuais, econômicas e políticas se sentiam ainda súditos de um império que não mais existia.

Ainda sobre documentos que surgiram no bojo dos 300 anos de fundação de Belém, em dezembro de 1915, um grupo de intelectuais da época, sob a coordenação do engenheiro

no século XIX. In. *Anais do IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto, Universidade do Porto.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Ignácio Moura, lançaram o *Annuário de Belém*. O documento com 260 páginas pretendia recuperar a memória de Belém do ponto de vista histórico, literário e comercial; e foi publicado pela imprensa oficial do Estado. As primeiras linhas do prefácio, assinado pelo governador na época, Dr. Enéas Martins, chamava a atenção o momento delicado quando parte do mundo era lançado em uma guerra que já durava quase dois anos. Contudo, um aspecto interessante e que surge como tônica no prefácio é a preocupação com a exatidão da chegada de Castelo Branco a Belém.

Desde o cumprimento da função em ajudar na expulsão dos estrangeiros no Maranhão até a incerta data da chegada à margem do rio onde Belém foi fundada, o *Annuário de Belém* faz ao todo 28 menções ao nome do capitão Caldeira, na grande maioria delas elevando sua importância e tratando-o como intrépido, denotando a ele um caráter de desbravador glorioso e responsável pela devida demarcação do território colonial na Amazônia.

Vitor Gregório (2012, p.148) afirma que em termos geográficos, até 1850 o Grão-Pará ocupava um terço do território nacional, constituindo assim na maior província que o Império brasileiro passou a ter a partir 1822. É importante salientar que em função da importância que o Pará econômica passou, houve novo recorte na região e a futura província do Grão-Pará (em 28 de fevereiro de 1821) passou a ser a sede, incorporando o Amazonas e o Maranhão. Aliás, Portugal procedeu diversas mudanças nas configurações das capitanias e províncias, mas até meados de 1772 o Pará respondia diretamente à sede da Coroa portuguesa.

Dois aspectos merecem destaque nessa relação entre a Amazônia e a Coroa portuguesa. O primeiro diz respeito à interferência do Marques de Pombal na região⁵⁰ na futura província do Grão-Pará ainda no século XVIII. Nesse sentido, Pinto (2015) afirma que Pombal ajudou a criar uma espécie de divisão entre o Pará e o restante do país, o que mais tarde se evidenciaria na resistência da província em alinhar de imediato ao modelo de império que se instalaria no Rio de Janeiro a partir de setembro de 1822.

Ele mandou para a Amazônia missões geopolíticas, científicas e culturais, construiu palácios e igrejas, consolidou a separação do

⁵⁰ Para melhor compreender a ação do Marquês de Pombal no Brasil cf.: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Algumas observações sobre a ação política pombalina. Instruções de governo para garantirem a ‘multiplicação de povoações civis e decorosas’ na América portuguesa. *VI Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEDPE, 2006. p. 149-170.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Brasil em dois, elevou o status de Belém (e de São Luiz), imaginando que o elo entre Lisboa e a subcapital nos trópicos resistiria aos movimentos nativistas no “outro Brasil”, que dificilmente seria mantido lusitano (Pinto, 2015, p.4).

Esse dado pode revelar o quanto o processo de integralizar a região amazônica tenha sido muito mais formado por descontinuidades, tendo a capital Belém como protagonista da “centralidade sócio-política, bem como “também sua mediação absolutista, imposta pelos grupos dominantes para explorar as riquezas regionais” (Coelho, 1993, p.17).

O segundo aspecto que não se pode deixar de mencionar nos processos de ocupação e demarcação territorial amazônico é presença da Igreja na sedimentação de populações na área. Responsáveis pelas missões, representante de denominações como jesuítas, carmelitas, capuchinhos foram os principais envolvidos na catequese e educação de índios e filhos de soldados.

Eles criaram as primeiras escolas primárias, e dedicada e pacientemente não só os filhos dos companheiros e dos soldados do capitão-mor Francisco Caldeira Castello Branco, como também os índios de todas as idades, fazendo estes adorar a Deus, balbuciar a custo os vocábulos de língua portuguesa, incutindo-lhes os mais rudimentares preceitos da moral social (Pará, 1815, p.48).

Naquele tempo, às vésperas de comemorar 300 anos de existência, a deduzir pelos textos produzidos pelos intelectuais da época, há um reflexo daquilo que Fábio Castro (2014) adverte como uma lógica histórica que dogmatiza a história local sob “a perspectiva de uma história nacional” (2014, p.2), que utiliza para periodizar a História da Amazônia as mesmas fases usadas para todo o restante do país, a saber de três períodos: colonial 1611-1623; imperial 1823-1889 e republicano desde 1889. Entretanto, para Castro, o entendimento do processo histórico amazônico não poder ser feito de modo mais alargado negligenciando dois aspectos:

Negando sempre o fato de que colonizadores europeus não portugueses estiveram no território e nele estabeleceram feitorias desde mais de um século antes da chegada dos portugueses, ou seja, mesmo antes de o Brasil ter sido “descoberto” e a omissão ingênua e simplista de todo um passado pré-colonial de pungente ocupação do território, o que acaba por criar uma categoria atemporal para a explicação histórica, uma espécie de limbo pré-europeu, muitas vezes dito como “o tempo dos índios” (Castro, 2014, p.1-2).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Em 1821 a Coroa Portuguesa transformou as antigas capitanias em províncias, Belém se tornou a capital do Grão-Pará. Essa condição permaneceu até 1889, quando da proclamação da República e da criação do sistema federativo e o transformou em Estado do Pará. Apesar das modificações administrativas pelas quais passou entre o século XVII e o XVIII (em 1751 passou a ser sede do Maranhão e Grão-Pará), Belém manteve sempre uma estreita ligação com a Coroa portuguesa até 1822⁵¹, e tal aproximação dificultou a adesão do Pará à Independência do Brasil que só ocorreu quase um ano depois.

As elites do Pará possuíam fortes relações com a Corte Portuguesa. Veloso (2009) alude que:

É fato que o Pará, naquele período, comunicava-se muito mais com o reino transoceânico do que com a capital da colônia, o Rio de Janeiro. Por essa razão, logo se fizeram sentir, na província nortista, os efeitos do chamado *vintismo* – a revolução liberal e constitucionalista portuguesa de 1820 (Veloso, 2009, p.3).

Não se tratavam apenas de laços comerciais, mas também políticos e afetivos. De fato, no Grão-Pará, pelo menos a elite se sentia muito mais próximo à Lisboa do que ao Rio de Janeiro.

Os comerciantes do Grão-Pará lucraram muito com a abertura dos portos, decretada no ano anterior, e se empolgaram com a Revolução do Porto de 1820, em defesa de uma Constituição liberal, com a volta do rei para Portugal. Se por um lado acompanhava de perto a política lusitana, a elite paraense não demonstrava muito interesse pelo que acontecia no Rio de Janeiro. Em 1820, fez questão de mandar representantes para discutir a nova Constituição em Lisboa. Três anos depois, não enviou nem mesmo um deputado para a Assembleia Constituinte convocada por D. Pedro I na Corte (Ricci, 2009, p.1).

Nesse sentido, André Machado (2006, p.9) ao analisar o trabalho de Luís Felipe de Alencastro sobre a formação do Brasil enquanto Estado-nação, afirma que isso só se tornou possível porque o Império obteve a colaboração das elites nas províncias. O

⁵¹ O jornalista e pesquisador Lúcio Flávio Pinto (2015, p. 04) deposita no Marquês de Pombal a responsabilidade pela cisão no Brasil pós-colonial. “No século anterior, o último suspiro do colonialismo português foi dado através do também derradeiro déspota esclarecido, o marquês de Pombal. Ele mandou para a Amazônia missões geopolíticas, científicas e culturais, construiu palácios e igrejas, consolidou a separação do Brasil em dois, elevou o status de Belém (e de São Luiz), imaginando que o elo entre Lisboa e a subcapital nos trópicos resistiria aos movimentos nativistas no “outro Brasil”, que dificilmente seria mantido lusitano”.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

raciocínio de Alencastro faz todo sentido quando se pensa nas revoltas populares que eclodiram após o 7 de setembro de 1822 do país. A respeito disso, Pasquale Di Paolo refere que no “ No resto do Brasil, a repercussão da independência não foi pacífica. Em geral, nas províncias, que tinham sido separadas do Rio de Janeiro pelas Cortes de Lisboa, a adesão foi marcada pelas Guerras de Independência (1822-1823)” (Di Paolo, 1990, p.49). E, no Pará, a Cabanagem mesmo não tendo ocorrido de imediato após o período às Guerras de Independência, não está de todo modo desconectada desses movimentos e o representou uma importante revolta, como se verá mais adiante.

A relutância do Pará em aderir à independência levou o imperador D. Pedro I à decisão de enviar um navio de guerra que veio desde o Nordeste até o Grão-Pará para pressionar a adesão à nova condição de nação autônoma. Sob o comando do oficial inglês John Grenfell, a função desse oficial era intimidar os locais com a afirmação de que outras naus estavam a caminho do Pará, o que não era verdade. Domingos Raiol conta o desenrolar dos acontecimentos que ocorreram à época:

Depois de tão feliz sucesso, obtido no Maranhão, lorde Cockrane julgou dever quanto antes submeter também o Pará, que ainda permanecia debaixo da minação da metrópole. Mandou para este fim preparar e guarnecer o brigue de guerra D. Miguel com o nome mudado para o de Maranhão, e dando o comando deste navio ao capitão-tenente John Pascoe Greenfell, lhe determinou, que partisse com ordem de intimar aquela cidade, que se rendesse, fingindo estar ancorada perto da barra a esquadra imperial, pronta a auxiliá-lo. Entregou-lhe, para mais facilmente ser acreditado, ofícios assignados por ele, com lugar em branco para datar com o dia da sua chegada ali. como se defeito ele estivesse na capitania (Raiol, 1865, p.17).

E assim, os paraenses foram enganados por um inglês, que cumpria ordens de um recém imperador, nascido em Portugal. Diante das supostas “ameaças” não tardou para que as elites do Pará aderissem à Independência assinada em 15 de agosto de 1823 – essa data hoje é considerada feriado estadual.

Mas se as elites paraenses rapidamente mudaram de opinião e aderiram ao Brasil independente, dentro da província não havia consenso. Parte da população discordava da forma como o processo de adesão se deu e segmentos civis e militares desenvolveram um espírito de rejeição aos europeus, sobretudo contra portugueses e ingleses. As tropas

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

locais iniciaram uma rebelião contra seus comandantes nascido na Europa, os baixos soldos recebidos e o que parecia a defesa da expulsão de todo e qualquer estrangeiro.

A situação se agravou em meados de outubro de 1823 quando os rebeldes cercaram o Palácio do Governo. Foram duramente reprimidos e cinco dos rebeldes foram sumariamente assassinados por ordem de John Grenfell – chamado por D. Pedro I para controlar a revolta. Além disso, cerca de 400 pessoas foram presas entre civis e militares, a tensão subiu e na véspera do dia 20 de outubro houve uma tentativa de arrombamento da cadeia e o posicionamento de artilharia em frente ao local onde os presos estavam.

A decisão em transferir boa parte dos rebeldes para o porão de uma pequena embarcação de guerra, chamada de *brigue*. Como que para acalmar os rebeldes, a guarda do navio disparou alguns tiros para dentro do diminuto recinto, como consequência uma grande quantidade de cal se espalhou no local, no intuito de acalmar os presos (soldados e civis) que sofriam com sede e calor (Figueiredo, 2009). No dia seguinte, ao se abrir o porão a cena demonstrava o resultado macabro da forma como aqueles homens foram tratados: mais de 250 mortos.

Domingos Raiol, também conhecido como Barão do Guajará recuperou vários fatos da História do Pará na obra em três volumes “Motins Políticos”. No volume um, Raiol repõe por meio do relato um dos poucos sobreviventes da tragédia e de outras fontes os acontecimentos que culminaram com a morte dos rebeldes presos no porão da pequena embarcação. Parte da sucessão de eventos cruéis podem bem ilustrar a forma como as autoridades da época tratavam os discordantes.

Diversos foram os meios á que recorreram o estado em que se abrasavam depois que se que nada havia que pudesse mover aos seus guardas estando eles decididos a vê-los nus agitaram o ar com os chapéus e roupas; lançaram se á tina d agua atiraram se ao costado do navio no intento de achar alguma humidade e no meio desta violenta desordem e frenesi muitos caíram desfalecidos e inanidos de forças e alguns deles acabaram espezinhados e comprimidos pelos seus companheiros de infortúnio Acabando se a agua da tina que logo se tornou imunda pediram nova deu se lhes porém ar mando se uma furiosa contenda sobre quem primeiro beberia os mais fracos foram derribados e sucumbiram pouco depois. A água ainda não pode matar a sede dos que a puderam beber devorava os uma febre ardente que crescia com espantosa rapidez. Após dela seguiu se um violento frenesi sucedido logo por

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

acessos de raiva e furor que os levou a lançarem se uns contra os outros a darem se reciprocamente punhadas e a se dilacerarem com as unhas e com os dentes entre gritos ameaças e horríveis vociferações. A barbara guarnição do navio que presenciava tudo isto e que comum sorriso infernal comprazia se dever aquela horrorosa cena de desesperação e furor dirigiu alguns tiros de fuzil para o porão e derramou dentro uma grande porção de cal cerrando se logo a escotilha e ficando o porão hermeticamente fechado á pretexto de que por este meio atroz se aplacaria o motim e os presos ficariam sossegados. Por espaço de duas horas ainda se ouviu um rumor surdo e agonizante que se foi extinguindo aos poucos e às três horas de encerramento completo que foi ao escurecer reinou no porão o silencio dos túmulos (Raiol, 1865, p.84-85).

A historiografia amazônica registra esse acontecimento ligado ao processo de independência como a “Tragédia do Brigue Palhaço” - anteriormente esse pequeno navio de guerra era chamado de “Diligente”. Para Ricci (2009), as mortes no porão do Brigue Palhaço estão relacionadas com a forma como ingleses e portugueses percebiam os rebelados paraenses. Para o comando, as vozes de soldados e de civis descontentes eram ecos de ameaças e temiam que pudessem agir de forma violenta para defender o imperador D. Pedro I, nem para isso tivessem que matar os estrangeiros.

O massacre do brigue Palhaço rompeu de modo contundente com a adesão inicialmente pacífica do Grão-Pará à Independência do Brasil. Após outubro de 1823, a possibilidade de uma adesão sem rebeldia extinguiu-se definitivamente. A província viveria uma década de turbulência política culminando com a Cabanagem, movimento de revolta que explodiu na Amazônia em 1835 (Ricci, 2009, p.3).

A junta provisória procurou justificar o massacre ao imputar aos mortos o papel de provocadores do mal que os abateu. O texto publicado pela junta à época conclamava a população a não ceder ao ressentimento, sentimento de vingança e buscar a ordem. Domingos Raiol (1865) reproduz essa proclamação e relata que longe de gerar tranquilidade na população, gerou ainda mais temores, sobretudo, no interior da província. Cidades como Cametá, Marajó, Beja, Anapu dentre outras, onde as tropas se mobilizaram, o que causou o envio de navios e tropas para intimidar insubordinados – que temiam que estivessem em curso nova subordinação à Portugal. À Cametá foi enviada dois navios comandados por Joaquim José Jordão. O Barão do Guajará relata que o:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

(...) comandante desta expedição em vez de restabelecer ordem pública irritou ainda mais o povo cametaense ao tenente da armada Victor James Subirá comandava aqueles dois navios de guerra lhe tiros de bailas e de metralhas sem ter havido alguma ficando pouco tempo depois obrigado a manter se na simples defensiva por não ter força para fazer frente ao povo reunido quase em havendo lhe morrido em um imprudente encontro com os revoltosos parte da sua pequena força e foi-lhe o resto (Raiol, 1865, p. 96).

Ora, se o objetivo do Império era assegurar a ordem e a garantir a união política do Brasil – e mesmo que a independência em si tenha sido fruto de arranjos quase ‘domésticos’, como visto no capítulo anterior - as várias revoltas que eclodiram de norte a sul do país denotavam o quão difícil seria manter a unidade pretendida por D. Pedro I e seu gabinete. O Brasil, país escravocrata, de dimensões continentais, socialmente excludente e cuja elite também era composta por proprietários de imensas áreas rurais e posteriormente por uma burguesia composta por comerciantes portugueses (Prado Jr. 2012), era uma nação que desconhecia as insatisfações da massa da população alijada da qualquer participação em termo decisórios, dentre outros graves problemas, pouco adiantava se o recente Império se inspirou politicamente no modelo constitucional inglês e administrativamente nos moldes portugueses e franceses (Carvalho, 1990, p.23), a centralização e a necessidade de manter a ordem social para se consolidar como nação, continuou a desconhecer a especificidades regionais.

Assim, as insatisfações da sociedade paraense se tornaram mais visíveis e maiores depois da tragédia do brigue. A independência do Brasil não tornou mais próxima a capital do país da província paraense e, nesse sentido, Costa (2011) e Machado (2006) apontam que os atores sociais envolvidos nos acontecimentos futuros no movimento da Cabanagem expressavam descontentamentos de várias ordens:

Com a derrota da elite escravocrata paraense, pró-Portugal, em 1823, a Amazônia entra para o Brasil pela porta dos fundos. O governo imperial pouco se importou com a região, inclusive chegou oferecê-la ao governo inglês, no período da Cabanagem. Com a tentativa do governo dos EUA de internacionalizar o rio Amazonas a partir de 1823, o governo imperial volta suas atenções para a região; duas ações marcam este período, a divisão da província do Grão-Pará, com o surgimento da província do Amazonas, e a inauguração da navegação a vapor no rio Amazonas, no ano de 1852 (Costa, 2011, p.1).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Os anos que se seguiram à adesão do Pará à Independência não foram tempos tranquilos e culminaram com a explosão do movimento da Cabanagem, em 1835, expandindo-se para além das fronteiras da província. Além disso, outras províncias viveram movimentos semelhantes. O caso de Pernambuco, importante polo comercial do Brasil sintetizava um certo anseio de separação. E é sobre o movimento revolucionário que dizimou milhares de vidas e durou cinco anos que se atém a próxima seção.

3.2. Cabanagem: 180 anos da revolta que enfrentou o Império

Já foi mencionado anteriormente neste capítulo que o Pará mantinha relações muito mais próximas com Portugal do que com restante do país. Belém possuía mais afinidades com o Porto do que com o Rio de Janeiro. Um dos fatores que pode explicar essa relação pode residir no longo período em que o Grão-Pará se reportava direta e administrativamente a Portugal.

André Machado (2006) propõe analisar a questão sobre o desejo do Pará aderir ou não à Independência do Brasil e as consequências políticas advindas desde 7 de setembro de 1822 a partir de um contexto mais complexo, até porque, segundo Machado, não havia uma posição consensual sobre a questão. Havia na verdade uma multiplicidade de posições que não tornava fácil afirmar a resposta sobre que lado os paraenses poderiam aderir à época, desde:

(...) a crise do Antigo Regime português, a sociedade paraense dividiu-se em múltiplos partidos, cada qual defendendo diferentes projetos políticos que não estavam reduzidos simplesmente à escolha entre o Império do Brasil o Português. Além disso, essa pergunta de parte da historiografia paraense não faz sentido porque não havia uma posição hegemônica na província. Ao contrário: justamente a característica marcante daquela sociedade é a profunda cisão entre homens, traduzida pelo embate entre diversos projetos de futuro que pretendiam ser a resposta a problemas que muitas vezes transcendiam escolha entre o alinhamento ao Rio de Janeiro a Lisboa (Machado, 2006, p. 39).

O tema da Cabanagem tem sido objeto de trabalhos mais recentes que tentam repor novos aspectos e atores envolvidos na mais importante revolta popular na Amazônia “Ao longo dos anos de 1920 e 1930, delinearam-se outras histórias e o movimento cabano foi ganhando outros sentidos” (Ricci, 2006, p.8). Destacam-se os estudos de Domingos Raiol (1865) – um pioneiro na questão -, de Salles (1992), Magda Ricci (2006 e 2009), Luís

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Balkar Pinheiro (2009), Harris (2010) e André Machado (2006). Por isso mesmo, não se pretender aqui detalhar todos os aspectos do movimento, contudo, cabe pontuar algumas notas para compreender algumas das motivações da Cabanagem, os principais líderes do movimento e o quão ambivalente podem parecer as relações que o Pará manteve com resto do Brasil e com a Coroa Portuguesa, denotando a complexidade de uma região tardiamente colonizada e socialmente desigual desde as origens.

i. O povo no poder?

Belém foi o epicentro de onde se expandiu para outros lugares na região amazônica o movimento revolucionário denominado Cabanagem, cujas fronteiras avançaram até o centro do país e ecoou até na América Caribenha (Ricci, 2006). Quando se olha com mais acuidade o processo de Independência no Brasil percebe-se que o fato de deixar de ser colônia de Portugal não trouxe, em princípio, benefícios diretos para o grosso da população pobre formada basicamente por mestiços, negros e índios na Amazônia. Esse contingente compunha a maioria dos que participantes do movimento revolucionário, contudo, a Cabanagem também contou com a participação de pessoas de classes mais favorecidas. Ou seja, o movimento não foi fruto apenas de insatisfações dos segmentos sociais menos favorecidos e contou também com a participação de fazendeiros e antigas lideranças que perderam posições após a adesão, isso pode sinalizar que essa confluência de interesses tão distintos também tenha resultado em tensões e efeitos diversificados ao longo dos anos em que movimento se manteve no poder (Pinheiro, 2009).

O termo Cabanagem deriva do adjetivo cabano e referia-se àqueles que moravam em cabanas de madeira e cobertas de palhas, sobretudo nas beiras dos rios, era a moradia típica do interior da província. E como já referido, a Cabanagem não foi um movimento apenas de camadas populares, pois a revolta era uma síntese de diversos anseios. Luís Balkar Pinheiro explica que:

A Cabanagem não deve ser entendida como um movimento episódico, sendo antes um processo de múltiplas tensões que encerram percursos, demandas, ideários e objetivos distintos. Percorrendo trajetórias diferenciadas, arrastando-se por temporalidades múltiplas, tais tensões imbricam-se num dado momento, produzindo ações e reações de grande impacto no conjunto da sociedade do Grão-Pará (Pinheiro, 2009, p.1).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Ou como explica Lúcio Flávio Pinto:

A cabanagem foi uma explosão de indignação, de revolta política, de insubmissão social, de protesto contra a centralização do poder, mas a marca mais impressionante é a miopia do governo imperial, sua incapacidade de compreender a região e o seu povo” (Pinto, 2015, p.1)

A observação de Lúcio Flávio é sugestiva da continuidade dessa política do governo federal em relação ao Norte do Brasil até os dias de hoje. O próprio processo de colonização brasileiro, cuja expansão se baseou na economia agrária, foi impulsionado por uma parcela de colonos enriquecidos e o uso massivo de mão-de-obra de escravos, resultou numa massa enorme de excluídos dos quais. Como sintetiza Caio Prado Junior. ‘A sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária” (Prado Jr, 2012, p. 16)

ii. Das causas

A diferença de demandas e de objetivos em relação aquiescência do Pará à Independência já ficara evidente quando no dia 15 de agosto de 1823 a adesão cristalizou-se muito mais como um ato das lideranças políticas e econômicas do Grão-Pará - muitos deles estrangeiros que se “nacionalizaram” para continuar a exercer os papéis de líderes – do que a materialização de uma aspiração popular. O povo, como afirma Pinto (2015), havia se antecipado e foi a público expressar o desejo de nacionalismo quatro dias antes, em 11 de agosto, porém, na ocasião foram duramente reprimidos pelas autoridades. E até hoje, a data oficial da adesão do Pará à Independência mantém-se em 15 de agosto e é feriado estadual.

Vicente Salles oferece uma síntese que pode ajudar a compreender o que levou à Cabanagem ao relacionar o que moveu as massas ao pensamento dos líderes do movimento. “Ideologia e revolução estariam de qualquer modo interdependentes, assim como as múltiplas tendências do liberalismo francês, de algum modo também refletido em Portugal, donde boa parte procede, trazendo a marca do *vintismo*” (Salles, 1992, p. 101).

Já Paquale Di Paolo (1990, p.148) divide as causas das Cabanagem em três níveis. “As causas remotas e próximas”; “As causas imediatas e a escalada militar”; e “A Revolução

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de 7 de janeiro”. Esse conjunto de causas estão detalhadas por Di Paolo na obra “Cabanagem. A Revolução Popular da Amazônia”.

Na primeira ordem de causas, “as remotas e próximas”, remotamente destacam-se desde os processos de desintegrações das populações nativas, as ações da política pombalina na Amazônia (dentre elas, a expulsão dos jesuítas no século XVII, o que para Di Paolo deixou um vácuo na formação “cultural-pedagógica”) e a formação de uma classe de indivíduos apartados privados de cidadania composta maioritariamente dos caboclos (Di Paolo, 1990, p. 149-150). No aspecto próximo, chama a atenção a Tragédia do Brigue Palhaço (já mencionada anteriormente neste capítulo), a prisão do líder cabano Batista Campos e a sucessão de golpes e vacâncias no poder da província, entre outras elencadas.

Dentre o conjunto de elementos que formavam a segunda ordem de causas, “as imediatas e a escalada militar” destaca-se a prisão do líder cabano, Eduardo Angelim, que em 1834 era parte da Guarda Municipal Permanente. Explica Pasquale, “A prisão de Angelim tocou no fundo da alma de todo o corpo da guarda municipal, que era de origem popular” (Di Paolo, 1990, p. 152-153). Nessa fase, o desejo de uma luta armada já se encontrava em franca expansão inclusive no interior da província. Além disso, a morte de Batista Campos, ocorrida repentinamente, foi um elemento catalizador da revolta que eclodiu em 7 de janeiro de 1835, iniciando um período de quase quatro anos de tentativas, acertos, erros, derrotas, vitórias e um saldo de mortos em torno de um terço da população da província

iii. Das lideranças

Do ponto de vista dos principais atores envolvidos, nomeadamente os principais líderes, o movimento tomou corpo ainda com a formação da opinião pública de intelectuais influenciados pelas ideias que moviam o Movimento Vintista de Portugal. A imprensa nesse caso teve papel importante. Embora o próximo capítulo recupere em linhas gerais a História do jornalismo paraense, convém mencionar a importância de um periódico paraense – *O Paraense*, o primeiro a ser impresso e editado em Belém – no conjunto relevante de fatos, pessoas e acontecimentos que antecederam o movimento cabano.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O jornal *O Paraense* era editado por um desses expoentes, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente⁵², um paraense que foi estudar Direito em Portugal e ao regressar ao Pará trouxe consigo não só uma gráfica para o editar o jornal, mas sobretudo as ideias que circulavam na Europa nas décadas iniciais do século XIX, muitas delas ecos do pensamento revolucionário do final do século anterior. Além disso, convém referir, como já mencionado no Capítulo I, que Guerra de Independência na América do Norte também inspirava os propósitos dos que pensaram a Revolução Francesa e por consequentemente o desejo tornar o Brasil – e no caso de Patroni e seus companheiros, o Grão Pará – independente.

Dentre algumas das bandeiras defendidas por Patroni estavam o fim da escravatura e a independência do Pará do reino de Portugal. Vicente Salles ressalta que Felipe Patroni teve um importante papel em acontecimentos antecedentes e posteriores a adesão do Pará à Independência (Salles, 1992, p.19). Além de Patroni, o cônego Batista Campos (que a certa altura se tornou responsável pela edição de *O Paraense*), Francisco Vinagre, Antônio Vinagre, Eduardo Angelim e Félix Clemente foram as lideranças de destaque no movimento (Ricci, 2006, p.11). Dessa lista, apenas Patroni e Batista Campos não exerceram a função de presidente cabano.

O fato é que os ideais da Revolução Francesa atravessaram o oceano Atlântico e aportaram na foz do rio Amazonas. E não se pode deixar de mencionar que as agitações das populações negras em Caiena, na Guiana Francesa, tiveram participação nesse processo. O historiador Vicente Salles (1992) refere que o pensamento de François Émile Babeuf chegou à Guiana trazendo a propagação da noção de igualdade social.

A doutrina de Babeuf começou a ser divulgada no Pará, em 1815, pelo franciscano Luís Zagallo, apóstata e pedreiro livre, fanático da Revolução Francesa, instruído na praça de Caiena. Ele surge repentinamente na crônica histórica do Pará e depois de marcar sua passagem com uma série de atitudes irreverentes e afrontosas para

⁵² Lúcio Flávio Pinto esclarece que antes mesmo de voltar ao Pará Felipe Patroni imprimiu em Portugal o jornal *A Gazeta do Pará*. O jornal circulou na capital portuguesa ainda em 1821. Sobre Patroni, Pinto escreve que: “É fascinante a trajetória de um humilde caboclo do interior paraense, que consegue chegar à famosa Universidade de Coimbra, faz um curso brilhante até o bacharelato, assume a representação do seu Estado junto à corte, é poliglota, domina uma vasta série de temas, assume uma militância política solitária, desafia convenções e percorre uma trajetória acidentada até sucumbir à apoplexia, a mesma doença que fulminaria um mês depois sua única companheira de vida, sem deixar sucessores” (Pinto, 2015, p.5).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

a burguesia local, e causar vexames ao sétimo bispo, Manuel de Almeida Carvalho, acabou expulsou em 1817 (Salles, 1992, p.16).

Historiadores como Luís Pinheiro (2009) costumam adotar uma certa flexibilidade para posicionar cronologicamente a Cabanagem. Para Pinheiro, o movimento se iniciou em meados 1830 como um resultado um “processo de múltiplas tensões” (2009, p.1). Abaixo uma síntese feita pelo autor para situar o principais pontos de demarcação cronológica sobre a Cabanagem:

Embora haja certa unanimidade em reconhecer este interstício como um momento crucial da rebelião, logo cedo apareceram importantes variações: Moreira de Azevedo e Pereira da Silva, cronistas políticos do Império, entenderam o movimento cabano estritamente enquanto rebeliões do período regencial (1831 - 1840); Caio Prado Júnior registrou duas outras datas: 1833 e 1836; Jorge Hurley, reforçando o caráter nativista da Cabanagem, a atrelou de forma pontual ao movimento de emancipação política, recuando suas origens à 1823; Pasquale Di Paolo sugeriu um recorte cronológico/temático alternativo, com datas precisas (dia, mês e ano) e consecutivas para cada uma de suas distintas fases: “revolução cabana: luta política (jun/1834 - 20.6.1835)”, “revolução cabana: luta social (20.6.1835 - 13.5.1836)” e “revolução cabana: luta de resistência (13.5.1836 - 22.8.1848)” (Pinheiro, 2009, p.4 apud Di Paolo, 1990, p.11).

Mesmo o esforço empreendido por Pinheiro para situar os diferentes momentos do processo da Cabanagem traçados por alguns investigadores do tema, ele mesmo reconhece que não é tarefa fácil ao historiador definir uma determinada cronologia, posto que esta surge após “as reflexões que o pesquisador empreendeu” (Pinheiro, 2009, p.4).

Entretanto, é consenso que a sucessão de tensões no Pará teve o ápice em 7 de janeiro de 1835 quando a revolta popular se materializou. Os revoltosos tomaram o Palácio do Governo da Província do Grão Pará. O grupo liderado por Antônio Vinagre tomou posse do Quartel da capital. Presos políticos foram soltos das cadeias, estrangeiros ligados ao poder da província foram assassinados, incluindo o presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa. Iniciou-se assim o primeiro governo revolucionário tendo como primeiro governante cabano Félix Antônio Clemente Malcher.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Entre janeiro e fevereiro de 1835, Belém viveu tempos de tensões, sobretudo com as disputas entre a família Vinagre, da qual vários eram membros ativos na revolução cabana. Magda Ricci ressalta que:

As disputas entre as lideranças cabanas geravam um clima de pavor entre os conservadores e ânimo entre os justiceiros presentes na massa cabana. Neste contexto, uma peça importante foi o retorno de Eduardo Angelim à terra firme. Depois de ter sido preso e remetido para um navio imperial atracado em Belém, Angelim foi libertado por Malcher e voltou à terra firme para tentar um acordo de paz com Vinagre, no dia 21 de janeiro. A ideia era entregar a presidência ao membro mais votado do conselho do governo, ou a quem o povo reunido designasse (Ricci, 2006, p.20).

As disputas e os desentendimentos desenharam um pouco a tônica dos primeiros dias de governo cabano. Malcher não se manteve no cargo e em 21 de fevereiro um cabano de origem camponesa, Francisco Vinagre, deu início ao segundo governo, por meio do voto popular, cuja duração foi até 20 de junho do mesmo ano (Di Paolo, 1990, p. 181). Malcher acabou por ser morto. Magda Ricci afirma que após esse fato, Vinagre assentiu a autoridade da Regência, que governava em nome do Imperador D. Pedro II (Ricci, 2006, p.21).

Se no curto período do primeiro governo cabano ocorreram conflitos e tentativas de implementar alguns novos atos, o segundo governo avançou no sentido da reorganização político-administrativa e na “defesa cabana” (Di Paolo, 1990, p. 226). A gestão de Vinagre enfrentou crises de várias ordens, desde desentendimentos com a Câmara Municipal, interferências externas à província enviadas por ordens da Regência, mudança da sede da presidência da província de Belém para Cametá (no imbróglio da posse do vice-presidente, Ângelo Custódio), problemas com o clero e até a dificuldades em avançar politicamente pela ausência de quem pensasse a revolução do ponto de vista intelectual (Di Paolo, 1990, p.185). Um grande número de infortúnios minou o segundo governo cabano, em síntese dita pelo historiador que:

Concluía-se assim uma fase da Cabanagem, a fase marcada pela dimensão política da luta. No primeiro período do Governo Vinagre, tal dimensão era mais acentuada, embora ficasse logo combatida pelos protestos de grupos sociais interessados em manter o *status quo*, como os comerciantes portugueses e segmentos e grandes proprietários e negociantes paraenses a eles

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

vinculados, que utilizavam como porta-voz a Câmara Municipal. A divisão do interior do Pará, onde várias vilas optaram pelos legalistas (como Cametá e Abaeté) dificultou a realização do projeto independentista da Amazônia (Di Paolo, 1990, p. 223).

Assim, após tantas crises internas e interferências, os cabanos cederam em 20 de junho de 1835. Em seguida tomou posse no governo Manoel Jorge Rodrigues, um marechal português. Em agosto daquele ano, novamente os cabanos tomaram o poder na capital do Grão-Pará. Di Paolo (1990) e Ricci (2006) apontam o retorno ao despotismo, o revanchismo por parte do novo governante e a prisão de Francisco Vinagre como alguns dos elementos que colaboraram para que os conflitos sangrentos se espalhassem por Belém e pelo interior, onde legalistas e cabanos se enfrentavam. Os cabanos venceram e Eduardo Angelim iniciou o terceiro governo cabano em 23 de agosto de 1835, ficando no cargo até meados de maio de 1836.

Esses acontecimentos iniciais no primeiro ano de poder dentro do período revolucionário não foram exceções. A partir de maio de 1836 o regime militar foi implantado e, no dizer de Pasquale Di Paolo, o início do genocídio na Amazônia. “Eliminados os principais chefes, foram organizadas de Belém expedições de morte até o rio Negro e o rio Madeira, tornando toda a Amazônia um imenso campo de concentração” (Di Paolo, 1990, p. 333).

Depois de três anos de “manutenção da ordem”, mantidas por conta de lei marcial, prisões, formas de resistência e muito derramamento de sangue, a Cabanagem se encerrou. O paraense Bernardo Souza Franco recebeu a presidência da província, em abril de 1839, das mãos do maior algoz da revolução, o general português Francisco José de Souza Soares Andreia. Os números de mortos nesses anos apontam para algo próximo a 40 mil mortos entre cabanos e legalistas, desses, afirma Di Paolo, 30 mil foram cabanos (1990, p. 352).

iv. Algumas notas atualizadoras sobre a revolução

As releituras mais recentes sobre a Cabanagem ajudam a perceber o quanto o movimento também se tratava de uma revolução separatista e/ou uma adesão à independência aos moldes do projeto de independência de D. Pedro I e seus asseclas. A investigação de Mark Harris (2010) acrescenta uma leitura talvez mais próxima dos ideários dos revolucionários que por algum tempo estiveram no poder da província do Grão-Pará.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Harris parte da análise da historiografia dos conflitos em torno do fim da fase colonial e início do Império brasileiro para compreender dentro do conjunto heterogêneo que formava os revolucionários cabanos quais eram as suas motivações.

Consistente com os estudos mais recentes sobre a rebelião no pós-independência do Brasil, eu também argumento que cabanos não eram separatista. Em vez disso, eles eram defensores do seu modo de vida e motivados pela sua própria interpretação do liberalismo. Na época, os rebeldes usavam o termo pátria, ou terra natal, para se referir ao lugar que queriam protegê-lo (Harris, 2010, p.3).⁵³

Contudo, o historiador Vicente Salles faz a ressalva de que a revolução cabana foi fruto de lideranças burguesas de origem urbana, cujas intenções patrióticas e nacionalistas estiveram presentes em segundo plano. “Digo realmente secundários porque o verdadeiro conteúdo do movimento repousa nas profundas contradições existente nesse contexto. O Pará se integrara ao Brasil pela adesão à Independência, mas conservava inalterado o *status quo* colonial” (Salles, 1992, p. 129-130).

Nesse sentido, há que se problematizar algumas lideranças que colocam em causa os interesses particulares. Nesse perspectiva, cita-se o caso do cônego Batista Campos, além de padre era um importante intelectual, exerceu a função de jornalista e um dos mais importantes expoentes do movimento - morreu antes de ver a materialização da revolução. De acordo com Salles, as ações de Campos não eram totalmente alinhadas à ideologia propalada, tendo em vista que o cônego apregoava as ideais de liberdade e igualdade, contudo, era dono de terras e de escravos (Salles, 1992, p.131).

Entretanto, está claro que a Cabanagem representou, sim, uma luta de classes (Salles, 1992) e a peleja pela independência social (Di Paolo, 1990), não apenas na capital, mas espalhada pelos rios, pela floresta e pelas cidades do interior. E não é pertinente lembrar que não foi apenas no Pará que ocorreram levantes semelhantes nas décadas iniciais dos

⁵³ No original: Consistent with recent scholarship on most rebellion in post-independence Brazil, I also argue cabanos were not separatist. Rather, they were defenders of their way of life and motivated for their interpretation of liberalism. At the time, the rebels used the term pátria, or homeland, to refer to the place they wanted to protect.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

anos 1800. Há ainda muito para se compreender sobre o movimento cabano, que ultrapassou fronteiras numa troca que a historiadora Magda Ricci chama de:

(...) movimento tão vasto e complexo que só pode ser entendido dentro de uma perspectiva internacional. Nas fronteiras com os mundos inglês, holandês, hispânico e francês, o antigo Grão-Pará sempre foi alvo de disputas políticas e territoriais. A revolução cabana foi o estopim para contatos e trocas mais intensas de mercadorias (armas e alimentos), mas também de ideias e práticas revolucionárias. É neste rico mundo que os cabanos criaram seus próprios mecanismos construtores de sua cidadania (Ricci, 2006, p.28).

Ou como bem coloca Mark Harris ao delinear alguns aspectos sobre o que a Cabanagem representou no contexto da região amazônica:

Como podemos interpretar os acontecimentos no Pará dentro do contexto de turbulências início do século XIX no Brasil. Uma breve comparação vai permitir uma visão geral do rolamento onda revolucionária extraordinário sobre o Brasil na década de 1830. A segunda questão é perguntar sobre o lugar da rebelião no contexto do desenvolvimento da Amazônia. As duas preocupações são, de facto intimamente ligados. Seguindo a década de 1830 a Amazônia tornou-se uma parte mais convincente da nova nação. O medo da fragmentação potencial do Brasil soou o sino da morte democrática. O resto do século XIX na Amazônia, com extração da borracha dominante, não teria sido possível sem o "abrasileiramento" política do Pará mais ou menos alcançado em 1840. O problema não era missionários obstrutivas, nativos preguiçosos ou colonial corrupto, como o Português supôs, em vez das próprias ideias políticas. Enquanto as elites no Pará se resignaram à dominação central, a vontade popular permaneceu desafiador suspeito daqueles em posição de autoridade, e da própria região teimosamente difícil de colonizar (Harris, 2010, p. 287-288).⁵⁴

⁵⁴No original: How can we interpret the events in Pará within the context of early nineteenth century upheavals in Brazil. A brief comparison will afford a general overview of the extraordinary revolutionary wave rolling over Brazil in the 1830s. The second question is to ask about the place of the rebellion in the context of Amazonian development. The two concerns are in fact intimately connected. Following the 1830s the Amazon became a more convincing part of the new nation. The fear of the potential fragmentation of Brazil sounded the death bell of democratic. The rest of nineteenth century in the Amazon, with rubber extraction dominating, would not have been possible without the political "Brazilianization" of Pará more or less achieved in 1840. The problem was not obstructive missionaries, lazy natives or corrupt colonial, as the Portuguese has supposed, rather the political ideas themselves. While the élites in Pará resigned themselves to central domination, the popular will remained defiant suspicious of those in position of authority, and the region itself stubbornly difficult to colonize.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O movimento cabano pode ter representado essa necessidade de ruptura tal qual os similares como a Sabinada, na Bahia e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, só para citar dois desse levantes de cunho revolucionário e de até de cunho separatista. Simbolicamente, um monumento em concreto foi erguido à entrada da capital paraense para representar essa quebra. O projeto foi do arquiteto Oscar Niemeyer.

A Cabanagem por si só mereceria muito mais aprofundamentos neste trabalho, contudo o objetivo aqui era destacar alguns aspectos considerados relevantes e que pudessem dar o pano de fundo de como a política, a economia e a cultura no Pará se desenvolveram após os anos de revolução. Os desdobramentos dos acontecimentos após o movimento cabano influíram na forma como o Pará e, sobretudo, sua capital Belém se transformou de palco de revoluções sociais ao cenário pacífico de prosperidade mimetizada nas ruas e salões luxuosos da Europa.

3.2. A Paris dos trópicos, a capital do Grão-Pará

O Intendente segura o braço do Secretário, solta, falta em frente, detém o rapaz, ficam parados, o Intendente contando: Os grandes da terra davam o baile quando chega o gaiola que ninguém esperava e salta a notícia, aquela, o Ceilão, ia tomar conta do mercado da borracha. Baile e champanha, perfumes e vestidos de Paris, depois do banquete gordo. Pelo salão adentro corre o alarma, quem que acreditava? As valsas sucediam-se, orquestra de Belém, mais champanha! O pé-rapado, este, batucava na Ramada, o pessoal preto, brancos sem condição, corria o frasco. Lá no Trapiche o navio apitava, pelas ilhas apitando, rio acima apitando, até que no Solimões pegou fogo. Apitava a calamidade (Jurandir, 1978, p.15).

Assim o escritor paraense Dalcídio Jurandir descreve no romance “Ribanceira”, publicado em 1978, o complexo cenário da Belém, outrora próspera, em seguida decadente, capital da “Era da Borracha”, a autodenominada *Petit Paris*. A cidade dos sonhos das elites e dos acobertamentos dos pobres. Desvelada na memória Sebastiana daqueles que ansiavam pelo momento em que haveria de regressar aquele que a salvaria da sua malograda sorte, usurpada que foi em sua maior representação de riqueza, o fruto da seringa. Na Belém da *belle époque* diversos universos se cruzavam não como vias percorridas pelo bonde, mas pelas desigualdades conservadas desde os tempos de fundação da cidade. Desigualdades essas que impediam que todos desfrutassem do banquete da riqueza da época de ouro.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Por volta de 1850, no contexto pós-cabanagem e no “apaziguamento” que se seguiu ao movimento revolucionário, as capitais do Pará e do Amazonas, sobretudo, vivenciaram o processo de desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, esse desenvolvimento foi proporcionado pela economia do látex – cujo apogeu verifica-se entre 1870 e 1910. Vânia Torres (2011) explica que foram os viajantes do século XIX os responsáveis por tornar conhecido na Europa os usos possíveis para a borracha, cujo nome científico é *Hevea brasiliensis*. No final da década de 1870, a demanda internacional pela borracha cresceu, ao mesmo tempo em que há um grande fluxo de retirantes da seca. “São os cearenses que vão servir de mão-de-obra nos seringais, mas são os coronéis da borracha que enriquecem” (Torres, 2011, p.51).

Com isso, nas capitais do Pará e do Amazonas viveu-se uma época de opulência material e cultural, sobretudo, pelas elites locais. O ciclo da borracha também alcançou outras áreas na região amazônica, entretanto, o Pará concentrou a maior parte da população e dos investimentos. Daniel Klein (2012) realizou um estudo da evolução demográfica na Amazônia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Para Klein demonstra que o Estado concentrava o maior fluxo de migrações e o que tornou Belém a cidade referência entre os anos de 1872-1940, boa parte desse fluxo era composta por nordestinos fugidos da seca na região e que viravam mão-de-obra nos seringais . “O Pará era de fato a principal zona econômica do ciclo da borracha, não encontrando na região amazônica concorrente à sua altura” (Klein, 2012, p.173).

Figura 01 – Processo de fabrico artesanal da borracha



Fonte: vídeo: História da Ocupação na Amazônia

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Nesse sentido, a historiadora Nazaré Sarges (2010) afirma que por volta de 1890 já havia em Belém fábricas que produziam desde sabão, óleos, louças de barro, olarias, arroz, café, artefatos de borracha, cal, dentre outras. Os donos de seringais, comerciantes e os ligados ao setor financeiro demandavam uma cidade mais próxima do ideal europeu.

Guardadas as devidas diferenças e relação a Rio de Janeiro e São Paulo, a cidade de Belém do Pará apresentaria, assim, a partir da segunda metade do século XIX, tentativas de adaptação aos modernos costumes europeus, num profundo contraste com a realidade amazônica, além das tensões sociais geradas por uma nova ordem social capitalista emergente (Sarges, 2010, p.33).

O contraste a que se refere Nazaré Sarges diz respeito à diferença entre a riqueza da *Belle Époque* trazida à capital paraense, dotando-a de ares europeus, e a grande massa de caboclos, nordestinos e demais setores da população que não usufruíam dessas benesses. Esse dado, em particular, não parece tão distantes do que se passavam desde a Revolução Industrial – que beneficiou de imediato com a riqueza apenas determinados segmentos sociais nos países da Europa. Ainda no sentido dos contrastes presentes à época, Tavares (2008) afirma que embora haja uma certa valorização do período da borracha, a riqueza que esta produziu não contribuiu para o desenvolvimento do Pará, localizando na capital Belém os excedentes da economia do látex, deixando de fora boa parte dos municípios - muitos dos quais concentravam grandes áreas de seringais nativos.

Essa aproximação com o continente europeu não se restringia apenas ao desejo de imitar os costumes. A fisionomia da cidade precisa também se espelhar em grandes avenidas e construções monumentais como, por exemplo, o *Teatro da Paz* (Imagem XX), inaugurado em 15 de fevereiro de 1878 e inspirado no *Teatro Scalla* de Milão. Adornado com detalhes em ferro inglês, lustres de cristal, espelhos franceses, dentre outros detalhes que fazem com que seja considerado ainda hoje um dos teatros mais luxuosos do Brasil, o Da Paz é a expressão simbólica de uma cidade tropical que não media esforços para agradar aos ricos moradores da época. Grandes óperas, orquestras, espetáculos internacionais eram frequentes. No começo do século XX, no auge da “Era da Borracha”,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

o *Teatro da Paz* (Figura 02) passou por uma reforma⁵⁵ que o deixou ainda mais luxuoso e em sintonia com a opulência da época.

Aliás, anteriormente ao período da borracha, Belém recebeu grandes construções na era pombalina. Datam do século XVIII as intervenções do arquiteto bolonhês Antonio Landi⁵⁶ pela cidade para onde veio em 1750, época em que governava o Pará e o Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Em princípio, a função de Landi era ajudar a construir cartas geográficas da região, participando de várias expedições pelo Rio Negro, entretanto, as qualidades de arquiteto levaram a Corte a delegar a ele diversas obras dentre elas a finalização da Catedral e o Palácio dos Governadores (hoje Museu do Estado do Pará).

Giuseppe Antonio Landi, conhecido como o Bibiena do Equador, foi o principal artífice, em terras brasileiras, do encontro de duas tradições culturais: aquela dos anos Setecentos bolonhês e aquela da Amazônia lusitana, entrelaçando sua vida com os acontecimentos das colônias portuguesas ultramarinas (UFPA, S/D).

O processo de criação de uma burguesia local originada pela riqueza da atividade gomífera levou ao intenso processo de urbanização da parte central de Belém, bem como a uma grande efervescência cultural. Sarges (2010) enfatiza que o processo de mudanças na capital paraense foi acelerado com autonomia dada aos Estados após a proclamação da República. Com maior participação nos impostos oriundos da exportação do látex, a Belém ingressou no grupo de cidades modernas tal qual Paris e Viena. “Desse modo, o conceito de modernidade está intimamente ligado ao de progresso expresso através do desenvolvimento da vida urbana, da construção de ferrovias, de intensificação das transações comerciais e da internacionalização de mercados (Sarges, 2010, p.150).

As modificações na paisagem urbana, bem como as repercussões culturais que tornaram Belém referência de cidade moderna na Amazônia no final do século XIX e na primeira

⁵⁵ A jornalista e historiadora Roseane Silveira traça um percurso sobre as remodelações sofridas pelo teatro e suas repercussões na sua história. Cf. Silveira, Rose. *Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará. Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 93-121. jul.- dez. 2010.

⁵⁶ Antonio Landi é considerado uma das figuras mais importantes na história da arquitetura do Pará. Sua obra hoje é estudada por vários campos do conhecimento e ganhou um fórum permanente mantido pela Universidade Federal do Pará. Cf: <http://www.forumlandi.ufpa.br/>.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

década do século XX estão também relacionadas ao ideário positivista e à noção de progresso que nele se embute. Entretanto, como enfatiza Soares (2008), as modificações ocorridas nesse período criaram “várias Belém”, onde o poder público orienta-se para a implementação de políticas de urbanização para atender às necessidades das elites locais – em bairros notadamente centrais – e pela pouca atenção dada à periferia onde residiam o contingente de pobres.

As mudanças urbanísticas mais consideráveis foram implementada na gestão do intendente Antônio Lemos⁵⁷, cuja lógica sintonizava a tríade salubridade, higienismo e embelezamento (Andrade, 2003). O intendente governou a cidade entre os anos de 1897 a 1912 e é nesse período que se melhor visibiliza as transformações na fisionomia urbana e na cultura de Belém. Sarges (2010) enfatiza que o caráter higienista empreendido por Lemos na paisagem da capital paraense era transvestida de beleza. A pavimentação de vias, criação de redes de esgoto, drenagem de áreas pantanosas (que recortavam toda a cidade), tudo isso vigorava sob a batuta de normas e políticas de vigilância. “Para isso, impunha-se a ordenação do espaço urbano através do disciplinamento soa hábitos da população, do emprego de mecanismos de controle como a Fiscalização, a Polícia Municipal e as Leis e Posturas Municipais, tudo em nome do interesse público” (Sarges, 2010, p.160).

Antônio Lemos foi o responsável por diversas construções e reformas que perduram na paisagem da cidade até hoje tais como o Mercado de Ferro – hoje faz parte do Complexo do Ver-o-Peso) e é um exemplar da arquitetura de ferro (Figura 03), a arborização de vias com o objetivo de amenizar o calor tropical da cidade (Belém é conhecida como Cidade das Mangueiras), criação de áreas verdes e praças como, por exemplo, a Batista Campos (Figura 04). Além disso, Lemos criou bairros com vias alargadas, introduziu uma rede de trilhos para os bondes, estrutura para fornecimento de distribuição de água e esgotos, bem como coleta de lixo. Para além de atender a demanda da nascente elite da borracha, o intendente procurou pensar a cidade de Belém de modo ordenado e seguro.

⁵⁷ Antônio Lemos era político, jornalista e administrador. Como jornalista, foi dos fundadores do jornal A Província do Pará no período mais próspero da capital paraense, a “Era da Borracha”. O jornal de Antônio Lemos foi um dos mais importantes veículos de imprensa no Pará e, entre períodos de ausência de circulação, durou 125 anos, até deixar de ser editado em 2001. Cf: Roque, C. (1973). *Antonio Lemos e sua Época*. Belém, Amazônia Edições Culturais.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 02– Teatro da Paz em Belém, em 1875



Foto: Felipe Augusto Fidanza, 1875, acervo Biblioteca Nacional.

Convém mencionar que esse desejo de modernização da metrópole amazônica alinhava-se pelo que se percebia nas grandes cidades do outro lado do Atlântico. O modelo a ser copiado era o apresentado por Paris, Viena, Lisboa, dentre outras cidades europeias que expressavam fortemente esse espírito de civilização e progresso. Essa inspiração é reputada por Coelho (2013) como um elemento presente no imaginário brasileiro que relacionava esse espírito de civilização a uma certa negação da mestiçagem típica do país. Afirma o historiador que “Desde os anos finais do Império que a europeização e o branqueamento do Brasil, pensados como imagens e decorrências do Progresso e da Civilização, assumiram, por força de uma identidade discursiva, a face visível e relevada da nação brasileira” (Coelho, 2013 p. 143).

A elite paraense à época da *belle époque* assumia o discurso e os elementos simbólicos típicos de uma cidade imaginária da Europa expressos desde o modo de se vestir até o gosto por manifestações artísticas refinadas e típicas de grandes centros urbanos no Velho Continente. O Poder Público em sintonia com essa discursividade cuidava para que os contrastes como pobreza, sujeira e o não-belo estivessem fora do alcance da visão da elite endinheirada que circulava pelos cafés, praças, saraus e óperas como se fossem *flâneurs* da Paris abaixo da linha do Equador.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Ainda no sentido de “branqueamento” do país, é pertinente citar os estudos de Fontes (2009) e Emmi (2009; 2013) que procuram investigar o fluxo migratório de populações europeias nos final do século XIX e início do século XX para o Pará. Emmi refere que os portugueses lideravam esse fluxo seguido por espanhóis, ingleses, turcos-árabes e italianos. A presença portuguesa na região amazônica já era marcante anterior ao Brasil Império e no Pará reflete-se não apenas na arquitetura e alguns costumes, mas até mesmo no nome dos municípios que compõem o Estado como, por exemplo, Belém, Bragança, Chaves, Aveiro, Óbidos, Santarém, Viseu, dentre outros que encontram seus homônimos em Portugal.

Muitos dos estrangeiros que vieram para a Amazônia foram incentivados pela propaganda que prometia prosperidade na nova terra, financiados pelos governos ou por iniciativa individual. Como ressalta Marília Emmi:

Esses fluxos resultaram da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais do grande contingente de camponeses expulsos de suas terras em decorrência do desenvolvimento das relações capitalistas e respondiam, por outro lado, à solicitação de mão-de-obra assalariada para substituição da escrava, pelos países da América (Emmi, 2009, p. 264).

Embora não seja o objetivo aqui desenhar a trajetória da presença portuguesa na Amazônia, cabe mencionar especificamente no caso dos trabalhadores portugueses, foco do estudo de Edilza Fontes (2009). A historiadora conta que o fluxo migratório⁵⁸ se deu não só como forma de substituir a mão-de-obra escrava, após 1888, mas como tentativa de implementar uma sociedade pautada nos moldes civilizatórios da Europa. Os portugueses que chegaram ao Pará não necessariamente foram destacados para o trabalho no campo, boa parte deles se adequou às atividades mais urbanas como comércio, fábricas e portos. Fontes conta que no tempo do Império, os governantes da Província se queixavam da política implementada pelo imperador, estimulando a vinda de estrangeiro

⁵⁸A “Era da Borracha” na Amazônia atraiu não imigrantes e retirantes da seca do nordeste, mas também atraiu um certo brasileiros de São Paulo que viram na possibilidade de explorar as vasta áreas de seringais nativos uma forma de constituir família e enriquecer. O caso de Antônio Pinheiro da Silva Prado é um desses casos. Mudou-se para a região amazônica na companhia de primos. Estabeleceu-se no Marajó, entretanto, foi vencido pelas dificuldades geográficas e pelas doenças tropicais. Prado perdeu filhos, primos, cunhados. Morreu sem conseguir atingir seu sonho. (Prado, S/D). Cadernos de Notas.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

para as regiões Sul e Sudeste, deixando de lado a Amazônia desse processo. A “Era da Borracha” exerceu uma forte atração para os emigrantes portugueses, a grande maioria se concentrou na capital do Pará.

Figura 03 – Arquitetura de Ferro: Mercado do Ver-o-Peso, em 1910.



Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional Brasileira

Figura 04 – Arquitetura de Ferro: Praça Batista Campos, em 1910



Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional Brasileira

3.3. Amazônia e a decadência da economia da borracha

A “Era da Borracha” na Amazônia resultou da finalidade em atender ao mercado exterior pelo produto. Internamente, o látex já era utilizado por grupos indígenas tupi-guarani. Os portugueses teriam aprendido com os índios o uso da borracha (Santos, 1980), (Dean, 1989). Entretanto, como já mencionado anteriormente alguns viajantes que empreenderam expedições científicas pela região teriam sido os responsáveis por divulgá-la em outros continentes.

Roberto Santos conta que a invenção do navio a vapor e a abertura do Amazonas à navegação despertou o interesse de outras nações na região ainda já no começo da segunda metade do século XIX.

Em plena fase de conquistas territoriais, o imperialismo das grandes potências destroçava impiedosamente quaisquer obstáculos que se opusessem aos seus interesses econômicos. Os Estados Unidos estavam dispostos, como a Inglaterra e a França, a obter a livre navegação no Amazonas, tanto pela suspeita de ‘riquezas fabulosas’ como pela necessidade imediata e crescente da borracha (Santos, 1980, p. 54).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Já foi mencionado anteriormente que a produção de borracha amazônica chegou a contribuir para um terço das exportações brasileiras. Entre os anos 1889 e 1898 o preço do produto experimentou crescente aumento, entretanto, Roberto Santos (1980) frisa que a crise econômica em países consumidores do látex, aliada à desvalorização da moeda brasileira foram fatores que colaboraram para queda nos preços da borracha amazônica no começo do século XX, mas a recuperação veio em seguida, o que em síntese significou que: “De 1866 a 1888, verifica-se uma ascensão moderada das cotações; de 1889 a 1910, um aceleração no seu crescimento; e de 1911 a 1920, o declínio” (Santos, 1980, p. 223).

Autores como (Mahar, 1978), (Dean, 1989), (Moraes, 1960, (Santos, 1980) e (Weinstein, 1993) são praticamente unânimes em apontar duas causas para o declínio da economia da borracha na Amazônia se deve não só a alta dos preços ainda em 1910 e para o sucesso do cultivo da seringueira na Ásia, a partir de sementes da planta contrabandeada pelo inglês Henry Wickham⁵⁹ em 1876. Das 70 mil sementes de *Hevea brasiliensis* apanhadas por Henry na região entre os rios Tapajós e Madeira, cerca de sete mil mudas nasceram em viveiros e foram levadas para o Ceilão (Santos, 1980). Entretanto, para além da questão do contrabando de sementes Dean (1989) e Santos (1980) avaliam que cedo ou tarde, a produção de borracha nativa entraria em colapso em função de fatores como o longo tempo de maturidade que a árvore de seringa leva para atingir o pico produtivo (longo tempo de espera e investimentos) e a pequena densidade de plantas por hectare, o que também faz cair o rendimento.

A fragilidade do sistema brasileiro não pode impedir o que hoje é conhecido como “biopirataria” de sementes das melhores espécies de seringueiras da Amazônia para cultivo e produção de borracha bruta nas colônias inglesas na Ásia, que em 1910 já eram responsáveis por 12% da produção mundial (Weinstein, 1993). As condições naquela época eram altamente favoráveis para a Inglaterra, pois para aumentar a produção, o Brasil necessitava expandir as coleta gomífera para seringais localizados em áreas distantes e de difícil acesso. Como bem compara Barbara Weinstein.

⁵⁹ Henry Wickham foi condecorado pelo feito, recebendo o título de cavaleiro do Império Britânico mais de 40 anos depois de ter levado clandestinamente as sementes de seringa para a Ásia. O governo brasileiro criticou os ingleses ao conceder honraria para um cidadão que – na visão do Brasil – agiu de má fé.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Em contraposição, a borracha cultivada quase não apresentava obstáculo algum à expansão, após o período de cinco a oito anos para as árvores atingirem a maturidade. E, em termos gerais, as condições nos protetorados britânicos da Ásia eram extremamente favoráveis às atividades de cultivo: enormes extensões de terra podiam ser ocupadas sem qualquer burocracia; direitos de exportação eram baixos ou inexistentes; o transporte se fazia sem dificuldades e a custos relativamente baixos; e a mão-de-obra era abundante e sabidamente barata (Weinstein, 1993, p. 248).

O resultado da concorrência britânica solapou os preços do produto do Brasil, em pouco tempo o Pará deixou de ser o grande produtor de borracha do mundo e iniciando assim derrocada de era de abundância e inaugurando uma longa fase de estagnação econômica no Estado. As elites locais talvez não tivessem se dado conta da ameaça que a presença de certo aventureiros na região amazônica pudessem significar para a soberania e economia; bem como não agiu a tempo para evitar o colapso da produção. Assistiu ao desfecho de uma era próspera sem se movimentar para antecipar-se ao declínio, pois era evidente que em algum momento, a extração da borracha silvestre sofreria natural declínio. Para Moraes (1960, p.22), o negócio do látex foi perdido porque faltou aos governantes brasileiros “mais bom senso” e menos “demagogia”.

Santos (1980) avalia que os piores anos para o Pará foram justamente os que compreenderam a Grande Guerra, com retração econômica, falta de recursos, finanças em declínio. Para ele, a mão-de-obra da atividade seringal se deslocou para outras segmentos como o setor madeireiro, coleta de castanhas e outras área da agricultura. A situação das populações nos municípios do interior não modificou muito, pois, como já mencionado anteriormente, a riqueza da borracha se concentrava na capital, deixando-as na pobreza. Contudo, foi nas capitais que se sentiu o maior “desassossego”.

O governo brasileiro ainda tentou reagir com o Plano de Defesa da Borracha, em 1912, bem como legislações que proibiram a exportação de sementes para o exterior. Houve alguma recuperação do setor devido a maior participação do Estado do Acre, por volta de 1920. Na década de 1940 tentou-se um novo ciclo da borracha, desta feita com em função das necessidades da Segunda Guerra Mundial, mas que pouco durou.

4. Síntese do capítulo

Neste capítulo tentou-se apresentar o pano de fundo vivenciado pela Europa, pelo Brasil e pelo Pará. A intenção desta seção é contextualizar os movimentos políticos, econômicos e sociais que antecedem o começo do século XX, bem como a segunda década do século XX, dando condições para melhor compreender os cenários nos quais o mundo caminhou para a Grande Guerra, bem como no contexto nacional e local se organizavam a nação e o Estado se constituíram.

Do ponto de vista europeu, a recuperação de eventos como a Guerra Franco-Prussiana e os conflitos na região dos Balcãs, por exemplo, desenharam o pano de fundo no qual as nações – por razões diversas – encontram na via da conflagração, o caminho para sanar as tensões. A saída pela via bélica custou às nações europeias um preço alto, não só em custos financeiros, mas também em número de pessoas e idade produtiva, que morreram nos mais de quatro anos de batalhas.

Da perspectiva nacional, na consolidação do Brasil nação, desde a Independência até à República, percebe-se que do ponto de vista das ideias, foi um país fortemente influenciado pelas noções de modernidade, plasmada nos modelos europeus e norte-americanos. O desejo de firma-se como um país civilizado esbarrou em entraves históricos-sociais cujas raízes remontam ao passado escravocrata – desigual e pouco ousado em termos de grandes transformações estruturais. O Brasil chegou a 1914 com o olhar para as intensas dificuldades econômicas, as tensões dos movimentos operários que se consolidavam desde 1910 e para a conjuntura internacional instável e que modificaria o mundo desde então.

Os anos iniciais da República significaram muito mais do que as modificações na infraestrutura física de cidades como a capital, Rio de Janeiro. José Murilo de Carvalho aponta como o maior desafio do governo republicano era a “organização de outro pacto de poder” (2014, p.31), que assegurasse a capacidade de ultrapassar os desafios sobretudo da ordem política. Desde revoltas civis, que ocorriam isoladamente em várias partes do Brasil; problemas econômicos – com destaque para imensa dívida –, até o risco da divisão do país. A saída encontrada foi reduzir a centralização do Rio como palco de todas as

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

decisões políticas e dividir, com os demais Estados da Federação, o poder por meio da adesão das oligarquias locais.

No contexto regional, na Amazônia, especificamente no Pará, trançou-se o percurso histórico desde a fundação de sua capital, passando por um dos maiores movimentos revolucionários vividos no Brasil Império – a Cabanagem – até o auge e a decadência da burguesia do Estado, plasmada com os dividendos oriundos da borracha nativa.

O próximo capítulo propõe recuperar aspectos relevantes sobre a imprensa – especificamente a imprensa capital do Pará. Os recortes partem da contextualização histórica nos níveis internacional, brasileiro e regional.

CAPÍTULO III



Foto: “Menino vende o *The Evening Star*, em Washington, EUA, edição de 07/04/17. Autor: desconhecido Fonte: *Library of Congress Prints and Photographs Division Washington, D.C. 20540 USA*

A maioria dos autores reconhece que a objetividade plena é impossível no jornalismo, mas admite isso como uma limitação, um sinal da impotência humana diante da própria subjetividade, ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade. (Genro, 1996, p.01).

CAPÍTULO III - CONTEXTOS DO JORNALISMO: CENÁRIOS INTERNACIONAL, NACIONAL E LOCAL

Há uma curiosa passagem narrada por Christopher Clark a respeito da função do jornalismo no contexto dos séculos XIX e início do XX. Clark (2014, p.254) refere que certa vez, em 1909, o chanceler alemão Bülow afirmou no Parlamento que a grande parte das crises ocorridas no mundo nos últimos 100 anos não tinham sido frutos de governantes ansiosos por expandir territórios ou movidos por desejos belicosos, para Bülow, as crises foram resultados de uma opinião pública exaltada e de um Parlamento insuflados pela imprensa.

Cita-se essa passagem para exemplificar o papel da imprensa e como era percebido pelas esferas de poder ainda no século passado. De certa forma, Bülow parecia falar do jornalismo como uma atividade capaz produzir importantes modos de apresentar a realidade e a forma como as pessoas se relacionam com ela.

A imprensa do final do século XIX já representava um importante papel na construção da opinião pública e refletia as consideráveis mudanças tecnológicas, sociais e econômicas pelas quais o mundo ocidental passava. O modelo de jornalismo já não mais se limitava aos temas literários e políticos, afinal, o século XIX e o início do século XX foram importantes para a consolidação do jornalismo moderno. Há quem afirme que foi nesse período que a atividade jornalística efetivamente surgiu e nos Estados Unidos, é o que defende Jean Chalaby (2003). Para ele, a profissionalização da atividade profissional e o estabelecimento de um discurso próprio são frutos da emergência de um campo independente e específico, que é marcado historicamente e socialmente.

O jornalismo é, não só uma descoberta do século XIX, mas também uma invenção anglo-americana. Foi nos Estados Unidos, e em menor grau na Inglaterra, que foram inventadas as práticas e as estratégias que caracterizam o jornalismo. É também nestes países que a imprensa industrializada depressa se tornou um campo autônomo de produção discursiva. Outros países, como a França, importaram e adaptaram progressivamente os métodos do jornalismo anglo-americano. (Chalaby, 2003 p.30)

A posição de Jean Chalaby é controversa. Ao afirmar que o jornalismo surgiu no século XIX e no seio anglo-americano, Chalaby desconsidera o que autores como Jorge Pedro

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Sousa (2013b) observam. Sousa percebe o jornalismo como uma atividade dependente da cultura, o autor avança ao afirmar que jornalismo é uma “prática cultural de discurso social com memória” (2013b, p.23). Assim:

Os formatos de enunciação noticiosa que por vezes passam por ser uma invenção do jornalismo anglo-saxônico não são, efetivamente, mais do que uma recuperação – mesmo que continuamente reformulada – das fórmulas de enunciação e de disposição da informação que foram sendo testadas e fixadas pelos mais diferentes povos ao longo da história, desde, pelo menos, a Antiguidade (Sousa, 2013b, p. 23).

A posição de Jorge Pedro é também ratificada por Martin Conboy ao assinalar que antes mesmo de se cunhar a palavra jornalismo, já se identificava aspectos da “cultura da notícia e uma luta sobre o monitoramento do fluxo de conhecimento público, que é essencial para qualquer forma de jornalismo⁶⁰” (2004, p.14). Assim, para melhor contextualizar aspectos relevantes acerca da atividade jornalística, apresenta-se neste capítulo enfoques históricos sobre a imprensa do ponto de vista mais geral, em seguida, sobre o surgimento da atividade no Brasil e no Pará.

1. Imprensa no contexto do final do século XIX e no começo do século XX

A imprensa na Europa – e porque não dizer em outros continentes ocidentais – experimentava franca expansão no final do século XIX e na primeira década do século XX. Florian Keisinger (2014) que a eclosão da Grande Guerra provocou grandes mudanças abruptas no cenário europeu. A antes livre, transnacional e popular imprensa passou a ser submetida aos mecanismos de censura e propaganda pró-guerra. Assim, esta seção ocupa-se de recuar um pouco no tempo para reconstruir um breve relato da imprensa entre a segunda metade do século XX até a Grande Guerra. Resiste-se aqui em tratar em profundidade a História do Jornalismo, pois, isso seria ceder, sem sombra de dúvida, à construção de um relato deficiente e questionável, posto que a matéria tem sido muito bem documentada por autores como Barrera (2004), Chalaby (2003), Conboy (2004), Schudson (1978) e Sousa (2008, 2015a; 2015b) só para citar alguns em nível mundial. No Brasil, cita-se Barbosa (2013), Melo (2003), Hohlfeldt e Strelow (2008),

⁶⁰ No original: news culture and a struggle over the control of the flow of public knowledge, which is fundamental to any form of journalism

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Romancini e Lago (2007), dentre outros. Além disso, temas como o papel da propaganda e da censura à imprensa na época se encontram bem documentados em estudos como, por exemplo, o de Noêmia Novais (2013) e Troy Paddock (2004; 2014). E por fim, destaca-se também o trabalho de Alejandro Quintero (1999), cujo foco gira em torno da interface entre propaganda política e guerra.

1.1. O jornalismo no longo século XIX

Do ponto de vista histórico, a imprensa ocidental moderna surgiu no século XIX. Sousa (2008, p.41-42) sistematiza sete eixos para caracterizar a maioria do jornalismo: expansão e consolidação do capitalismo industrial; ascensão educacional e social das populações; democracia da vida política; incremento dos processos coloniais; formação de grandes correntes ideológicas; eclosão e massificação dos conflitos armados e transfiguração da imprensa e das relações entre jornalismo e política.

Pode-se destacar aqui dois aspectos da análise realizada por Sousa. O primeiro dá conta de que a imprensa se desenvolveu *pari passu* ao crescimento dos centros urbanos e do alargamento das fronteiras geográficas. O segundo aspecto revela-se na forma como o jornalismo se acomodou facilmente às tecnologias oriundas da revolução industrial – a impactar diretamente na velocidade e na abrangência da circulação de informações. Ou seja, a imprensa moderna acompanhou o crescimento do próprio capitalismo não só do ponto de vista do modelo de mercado, mas na perspectiva dos ideais liberais. Essa capacidade de mobilidade fez com que a atividade jornalística se profissionalizasse e alargasse o foco de interesse para além da política partidária. A imprensa rapidamente virou um negócio e a talvez a expressão inicial desse modelo tenha sido o surgimento no final do século XIX do *penny press*, nos Estados Unidos.

Como muitos estudos têm mostrado, era a moeda de um centavo de imprensa e sua concepção moderna de 'notícias' que deu origem ao jornalístico que tem suas raízes preocupadas com a exatidão factual. O ideal de objetividade no jornalismo moderno tem sua raiz, portanto, em uma imprensa muitas vezes desprezada por elites, que a chamaram, para desacreditar, a imprensa amarela. Este requisito de imprensa "popular" do século XIX para fornecer informações verdadeiras, exatas e fatos "objetivos" para que, está intimamente ligada à sua preocupação em unificar; agarrava-se aos

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

"fatos" para que pudesse reunir os leitores que poderia muito bem ter opiniões diferentes sobre assunto (Muhlmann 2008, p.2).⁶¹

Além da transformação que atividade jornalística sofreu do ponto de vista de mercado, a consolidação dos Estados liberais influíram sobremodo no papel que os media passaram a exercer. Glória González (1999) ao analisar a formação dos Estados-nações a partir dos movimentos revolucionários de 1848 verifica que a imprensa se transformava não só no sentido de atender às demandas dos leitores, mas também voltava-se para a emergência dos Estados modernos. Nesse sentido, González aponta que o estado liberal necessitava de uma esfera pública em cujo espaço de participação pudesse haver a legitimação de si mesmo em uma movimento de expansão para além do simples do escrutínio. “A participação política envolve também ‘interesse’ na vida pública, um mínimo de contato com os meios de comunicação”⁶² (González, 1999, p. 53).

Dessa forma, como atesta Sousa, uma consequência direta que surgiu a partir da conjunção dos elementos que desenhavam o Estado liberal foi o de ampliar ou mesmo mover para o espaço dos media as discussões sobre os temas de interesse coletivo. Porém, não apenas isso, “mas também a disseminação de ideologias como o nacionalismo, por um lado, e o marxismo, por outro” (Sousa, 2008, p. 43).

1.2. As agências de notícias e a ampliação do jornalismo

E se os media servem tanto quanto ao Estado liberal e às ideologias, não se pode deixar de referir que no bojo da transformação do jornalismo em uma atividade econômica o papel do exercido pelas agências de notícias. A intenção aqui é esboçar os princípios de funcionamento dessas empresas jornalísticas que hoje responsáveis pela distribuição de informações por todo mundo e que surgiram no século XIX e souberam tirar partido dos

⁶¹ No original: As many studies have shown, it was the penny press and its modern conception of 'news' that gave rise to the journalistic has its roots concern to the factual accuracy. The ideal of objectivity in modern journalism has its root, therefore, in a press often despised by elites, who called it, to discredit, the yellow press. This requirement of the "popular" press of the nineteenth century to provide true information, accurate and 'objective' facts so that, was closely linked to its concern to unify; it clung to the 'facts' so that it could bring together readers who might well have different opinions on subject” (Muhlmann, 2008, p.2).

⁶² No original: la participación política implicaba además ‘interés’ por la vida pública, un mínimo contacto con los medios de comunicación.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

avanços nas comunicações e transportes que se desenvolveram largamente naquele século.

O pioneirismo da atividade se deve ao francês Charles Havas ainda na primeira metade do século XIX. Havas, que começou como tradutor de textos oriundos da imprensa do exterior, instalou estrategicamente sua oficina de trabalho no centro de Paris, próximo da sede da Bolsa de Valores e dos Correios e Telégrafos. Em pouco tempo, Charles Havas avançou no negócio em 1835 ele criou a agência que levou o seu nome (Aranda, 2004).

Charles Havas além de precursor também foi solidário ao abrigar na Havas os jornalistas Bernhard Wolf e Paul Reuter. “Lá, eles aprenderam como eles poderiam fazer negócios com a notícia e transformaram suas iniciativas que imitavam o original visto em Paris”⁶³(Aranda, 2004, p. 89). Jose Aranda ainda refere que posteriormente, Wolf e Reuter quando já estavam estabelecidos em seus próprios negócios, firmaram parceria com Havas para com vistas a trocas de informações, delimitações de área de cobertura para não haver competição entre eles.

Em pouco tempo, as agências Havas, francesa; Reuter, inglesa; e Wolf (alemã) dominavam territorialmente o continente europeu e, posteriormente, após o lançamento do cabo submarino que ligou o Brasil à Europa, também chegaram à América do Sul. Sousa (2008) e Rebollo (1999) explicam como essa dinâmica funcionava entre as grandes agências de notícias e os países que apenas produziam conteúdos para consumo local.

De qualquer modo, pelo final do século XIX estava já desenhado um sistema global de fluxos de notícias, controlado pelas três grandes agências europeias, em articulação com as pequenas agências nacionais, que produziam informações sobre seu próprio país, enviando-a em exclusivo para a grande agência com que estavam coligadas, mas beneficiando, como contrapartida, da distribuição exclusiva dos conteúdos da grande agência no seu próprio país. Assim, as agências nacionais aliadas com as grandes agências tronaram-se, nos respectivos países, as principais fornecedoras de notícias (essencialmente políticas, diplomáticas, militares, económicas e culturais) aos órgãos jornalísticos, convertendo-se, por seu turno, num alvo da voracidade controladora dos poderes políticos nacionais (Sousa, 2008, p.50).

⁶³ No original: Allí aprendieron cómo podían hacer negocio con las noticias y, a sua vuelta, lanzaron iniciativas que imitaban al original visto en Paris.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Ou seja, criou-se um mercado venda e/ou troca de informações internacional que para Jorge Pedro Sousa (2008, p.50) fez surgir uma subordinação dos “países informativamente colonizados” sujeitos aos interesses dos “países informativamente colonizadores”. Ao agir dessa forma, as agências estabeleceram “um sistema de censura prévia”. O objetivo era claro, evitar o envio de informações que contrariassem os interesses de países como a França, Inglaterra e Alemanha, essa censura nascia na Havas, na Reuter e na Wolf, respectivamente.

Rebollo (1999, p.102-103) refere que as agências criaram um sistema de oligopólios mundial com a expansão dos negócios, que para a autora se consolidou em duas fases. A primeira visava o fortalecimento interno, ampliando o leque de clientes, com a oferta de serviços de baixo custo e tendo como premissas se a consolidação de um produto cuja imagem perante a opinião pública era de objetividade, de eficácia e de rapidez. A segunda fase, logrou a expansão internacional, que em princípio encontrou como barreiras os altos custos e a competência para atuar em lugares distantes geograficamente, mas os avanços tecnológicos nas comunicações, por exemplo, que reduziram os custos de produção, ajudaram a firmar essas grandes empresas de notícias que tinham a reserva desse mercado quase que exclusivamente.

O funcionamento das agências envolvia uma engrenagem particularmente afinada com o sistema de produção capitalista, pode-se dizer assemelha-se a configuração atual. Maria Rebollo (1999, p.108-113) elenca os elementos da subestrutura informativa de uma grande agência de notícias:

- a) As Fontes informativas (correspondentes, enviados especiais, sucursais, agências nacionais e permutas com jornais locais).
- b) O conteúdo que privilegiava notícias de cunho político, diplomático e militares, além de serviços como cotações das bolsas de valores, preços de mercadorias, etc.
- c) O universo geográfico de abrangência das agências se limitava à Europa e no continente privilegiava países como Grã-Bretanha, França e Alemanha.
- d) Os aparatos tecnológicos usados no início das atividades das grandes agências eram as ferrovias e os correios. Com o passar do tempo, as agências começaram

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

a usar os sistemas militares como o Semáforo e posteriormente os telégrafos e o telefone.

- e) Os clientes se dividiam em dois tipos: clientes media e clientes no media. No primeiro tipo situavam-se os que usam os conteúdos noticiosos e informativos para distribuir para o público, como os jornais. No segundo tipo de clientes estavam homens de negócios, governos e instituições que não eram distribuidores de informações e faziam uso interno e estratégico do que compravam das agências, sobretudo, relativo a temas como economia, política e finanças.

Com o surgimento da *Associated Press* em Nova Iorque, em 1848, a América começou a marcar presença no mercado de agências. A AP foi fruto da junção de seis grandes jornais nova iorquinos e que por contar com o apoio da empresa de telégrafo *Western Union*. Schneider (1999), conta que com a *Associated Press* junto com as agências europeias praticamente detinham o monopólio sobre as informações que circulavam nos Estados Unidos. Ainda de acordo com Schneider, a Guerra de Secessão provocou mudanças no cenário das distribuição de notícias entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos. “A Guerra de Secessão despertou também um enorme interesse no estrangeiro. Muitos periódicos europeus enviaram correspondentes próprios, e dedicaram ao tema quase tanto espaço como os próprios americanos”⁶⁴ (Schneider, 1999, p.147).

1.3. Correspondentes em tempo de guerra

A figura do corresponde de guerra não surge com as coberturas das duas grandes guerras mundiais. Jorge Pedro Sousa (2008, p.45) situa o início da cobertura jornalística pelos correspondentes de grandes conflitos no século XIX ainda com a Guerra da Criméia, em 1854 e, a refere como sendo responsável pela visibilidade da realidade dos conflitos, sem narrativas grandiosas, mas mesmo que ainda de forma amadora, trazia o retrato do sofrimento que imperava nessas batalhas. A cobertura do *The Times* inaugurou esse esforço com o trabalho de Thomas Chenery e William Russell que relatavam as condições nas quais se desenrolavam o conflito (McEwen e Fiskén, 2012).

⁶⁴ No original: La Guerra de Secesión despertó también un enorme interés en el extranjero. Muchos periódicos europeos enviaron corresponsales propio, y dedicaron al tema casi tanto espacio como los propios americanos.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Mas foi na Guerra de Secessão Americana que esse tipo de cobertura começou a se profissionalizar. Sousa diz que “foi o primeiro conflito a ser massivamente coberto por centenas de jornalistas alguns dos quais estrangeiros” (2008, p.45-46). Em tempos de guerra, a figura do correspondente, e consequente o papel da agências de notícias, figuraram com grande importância para o abastecimento dos jornais no mundo inteiro. Nesse sentido, é pertinente mencionar o livro de Robert Patton (2014) *Hell before breakfast*, no qual o autor recupera interessantes relatos de correspondentes de guerra como William Russell, Stephen Crane, Fredric Remington, dentre outros jovens jornalistas que se notabilizaram pela cobertura de eventos de guerra no século XIX. Na Grande Guerra, McEwen (2012) destaca a atuação de Ellis Ashmead-Bartlett, principal correspondente inglês durante a campanha em Galipoli. Paddock (2014) refere que o trabalho dos correspondentes nas frentes de batalhas durante a Primeira Guerra Mundial foi fundamental para trazer a público a violência e a desumanidade do conflito em meio à intensa proliferação da propaganda promovida pelos governantes dos países envolvidos na guerra, inclusive por meio da imprensa.

1.4.. Uma guerra de propaganda

Ao longo da Primeira Guerra Mundial a imprensa foi o principal meio de distribuição de informações noticiosas. McEwen (2012) refere que nesse período os jornais experimentaram um aumento até então sem precedentes nas vendas de jornais. Entretanto, o jornalismo serviria não apenas ao público, mas aos interesses dos Estados. Schneider (1999, p. 166) explica que em um contexto no qual havia se consolidado uma burguesia demandante de informações sobre as ações governamentais e uma imprensa livre e transnacional as autoridades das nações beligerantes foram colocadas em xeque “ante a um sério dilema em silenciar suas atuações militares como forma de não comprometer seus êxitos ou adequar as notícias a seus interesses, falsificando-as sempre que era necessário”⁶⁵.

⁶⁵ No original: ante un serio dilema de silenciar sus actuaciones militares con e fin de no hacer peligrar su éxito o de adecuar las noticias a sus intereses, falsificándolas siempre que era necesario.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

A propaganda⁶⁶ foi uma arma usada amplamente usada pelos países beligerantes não só como recurso inicial para ganhar a simpatia da opinião pública e a adesão de voluntários para os combates. Posteriormente, esse recurso visava garantir o apoio da sociedade e de possíveis parceiros de um lado a outro dos campos de batalha. Jorge Pedro Sousa afirma que “os líderes políticos procuraram convencer os seus cidadãos da justeza da guerra, uni-los em torno de uma ‘causa nacional’ e prepará-los para consentirem no sacrifício de vidas humanas” (Sousa, 2015b, p.14). Ainda de acordo com Sousa, a propaganda de guerra era planejada de tal sorte que atingia as frentes de batalhas, as cidades e no interior dos países (2015b, p.15).

Do ponto de vista exterior, cita-se a propaganda supranacional inglesa. Para Monger (2014) os ingleses desejavam consolidar a imagem de defensores dos valores de civilização não só internamente, mas sobretudo para países considerados aliados e consonantes ao mesmo ideal propagandista britânico representado pelo do NWAC’s (Comitê Nacional dos Objetivos de Guerra) (Monger, 2014, p.32).

O uso da propaganda de guerra correu em paralelo ao processo de censura que os jornais passaram a sofrer no decorrer do conflito. Paddock (2014) refere que se de um lado a censura limitava o quanto os jornais poderiam desafiar as autoridades, por outro lado o apoio da imprensa à guerra no formato de propaganda “tomou uma aparência de mais próxima à uma negociação em vez de manipulação. (...) o jornal tentava mobilizar os cidadãos por meio de propagandas, navegando nas diferenças nacionais entre os grupos rivais”⁶⁷ (Paddock, 2014, pp.9-10).

2. Imprensa brasileira no começo do século XX

No Brasil, a imprensa periódica só começou a funcionar com um atraso de cerca dois séculos em relação à Europa, onde os primeiros a impressos regulares circulavam desde

⁶⁶ O sentido de propaganda aqui é o pontuado por Alejandro Quintero. Para este autor, a propaganda deve ser compreendida como fenômeno comunicativo dividido em dois aspectos, informacional e persuasivo. “Persuasión no es otra cosa que el proceso comunicativo cuya clave está en la respuesta del receptor, es decir, aquél que pretende promover una dependencia interactiva entre emisor y receptor mediante la formación, reforzamiento o modificación de la respuesta del receptor. Es, pues, un proceso comunicativo cuya finalidad u objetivo es la influencia.” (Quintero, 1999, p.146).

⁶⁷ No original: in the form of propaganda, took an appearance that bore a closer resemblance to negotiation rather than manipulation. (...) the newspaper attempts to mobilize citizens through propaganda navigated domestic differences among competing groups.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

o século XVII dando início à fase moderna da publicação de periódicos. Sousa (2008) aponta as mudanças políticas, econômicas e religiosas, bem como os processos de alfabetização que ocorreram na Europa àquela época como elementos impulsionadores da crescente necessidade de informação em uma sociedade imersa em grandes transformações. Esse ambiente era propício para o surgimento de jornais. Já o novo continente teve que aguardar algumas dezenas de anos para que o jornalismo diário começasse a fazer parte da rotina da produção e do consumo de informações.

De modo geral, a historiografia da imprensa brasileira assinala o *Correio Brasiliense* como o primeiro jornal brasileiro, contudo, o periódico de Hipólito da Costa⁶⁸ era editado a partir de Londres em 1808. Mas há que se observar que quase que concomitantemente ao *Correio Brasiliense*, outros periódicos começaram a circular nos principais centros urbanos do Brasil. Barbosa (2013) faz a reconstrução do surgimento da imprensa no Brasil imperial. No Rio de Janeiro, por exemplo, circularam entre 1808 e 1820 a *Gazeta* e *O Patriota*. Sobre o primeiro, Barbosa (2014) conta que ao longo de 14 anos de existência a *Gazeta* publicou cerca de 1765 edições, 192 das quais em forma de edições-extras.

O jornal de Hipólito tinha objetivos políticos e exercia um certo papel crítico em relação às ações da corte portuguesa no Brasil – que se transferiu para o país naquele mesmo ano e implantou ao chegar em terras brasileiras a Imprensa Régia.

João Pedro Rosa Ferreira (1986) frisa que Hipólito gozava de bons relacionamentos em Londres, o que facilitava sua sobrevivência no país como professor de línguas – além da atividade de editor do *Correio*. “O jornal distinguiu-se pela campanha a favor da reforma das instituições políticas da monarquia lusitana e pela luta em prol da emancipação do Brasil” (Ferreira, 1986, p. 14).

Hipólito da Costa publicava da Inglaterra o seu jornal, no Brasil surgiu o *Gazeta do Rio de Janeiro*, editado pelo Frei Tibúrcio José da Rocha. O jornal é tido como uma espécie de “diário oficial”, contudo, convém lembrar que o *Gazeta* era editado no país e por isso

⁶⁸ Hipólito da Costa antes de iniciar a publicação do *Correio Brasiliense* esteve a serviço da Coroa Portuguesa em uma missão diplomática como observador da forma como se organizava a economia da agricultura norte-americana. Hipólito agia “discernindo quais inventos científicos e inovações tecnológicas eram factíveis de transplantação para o Brasil” (Melo, 2003, p. 29).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

mesmo se submetia aos regulamentos de censura impostos pela monarquia. Por outro lado, saudado hoje por alguns segmentos midiáticos como “herói nacional”⁶⁹ (Dines, 2011), Hipólito da Costa era um forte defensor das ideias do liberalismo. Publicado entre os anos de 1808 a 1822 o *Correio* estava imune à censura da Coroa. Aliás, convém referenciar que as tentativas anteriores a 1808 em se publicar no Brasil sempre foram duramente sufocadas por Portugal.

Como aponta Morel (2013, p.24) há uma tendência em reduzir as características dos primeiros de anos de existência dos jornais no Brasil como tempos de atraso, de censura e de oficialismo, contudo, o autor alerta que esses elementos não conseguem alcançar a complexidade do ambiente no qual a atividade surgiu no país.

(...) é possível acrescentar outro elemento para facilitar nossa compreensão: o de que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e forma de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais (Morel, 2013, p.25).

A partir da Independência, o Brasil acumularia uma vasta gama de periódicos, como perfis e objetivos distintos, mas sobretudo, no país se consolida a profusão de jornais não só na capital, mas também nas províncias. Em Recife surgiu em 1826 o *Jornal do Commercio*, editado pelo francês, Pierre Plancher, começou com ainda com o nome de *Espectador Brasileiro*. De fato, o *Jornal do Commercio* voltou a ser editado em 1827 já com o nome que guarda até os dias e hoje. (Martins, 2013, p.52). No Pará, data de 1822 o surgimento do jornal *O Paraense*, editado por Felipe Alberto Patroni, exercia forte oposição à política imperial.

Barbosa (2013) sinaliza que a partir da Independência houve grande multiplicação de jornais, mas a legislação em vigor à época impunha restrições à plena liberdade de

⁶⁹ Uma interessante crítica ao modo como boa parte da imprensa contemporânea percebe o papel de Hipólito da Costa como herói do jornalismo brasileiro foi feita por Mino Carta em editorial no qual problematiza a postura extremamente liberal do jornalista frente aos ideais plurais e democráticos (a participação popular) que devem ser defendidos pelos *media*. Cf. Carta, Mino (2011). Hipólito Costa: o perfeito herói. Disponível em linha: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/perfeito-heroi>.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

imprensa. O Decreto de 18 de junho de 1922 regulamentava o julgamento dos crimes e abusos de liberdade de imprensa”. Em certo trecho, o Decreto determina que:

O Corregedor do Crime da Corte e Casa, que por este nomeio Juiz de Direito nas causas de abuso da liberdade da imprensa, e nas Províncias, que tiverem Relação~ o Ouvidor do crime, e o de Comarca nas que a não tiverem, nomeará nos casos ocorrentes, e ;:t requerimento do Procurador da Coroa e Fazenda, que será o Promotor e Fiscal de tae3 delitos, 24 cidadãos escolhidos de entre os homens bons, honrados, inteligentes e p:üriotas, os quais serão os Juizes de Facto, para conhecerem da, criminalidade dos escritos abusivos (Brasil, 1922, p.24).

Se por um lado a primeira metade do século XIX é considerado pelos estudiosos da história da imprensa brasileira como um período predominante “panfletário de convencimento político” (Romancini e Lago, 2007, p.40) sendo em alguns casos os editores de jornais objeto da força autoritária do imperador Pedro I; por outro lado foi durante o reinado de Pedro II que a imprensa do Brasil-nação gozou de maior liberdade. Marques de Melo (2003, p.21) afirma que essa fase só foi possível graças a sabedoria do monarca. É também nessa época que se inicia o processo de industrialização do setor e os benefícios trazidos pelo uso do telégrafo e da própria profissionalização da atividade jornalística são alguns dos aspectos que contribuíram para o avanço da imprensa. “É dessa fase ainda a confluência que se estabelece entre jornalismo e literatura, no contexto do Romantismo” (Romancini e Lago, 2007, p.53).

A partir dos anos 1870 a imprensa brasileira passou a pautar temáticas que problematizavam o sistema vigente, sobretudo, a escravidão e a monarquia. No Pará, destaca-se o jornal *A Província do Pará*, surgida em 1876 e árdua defensora do federalismo. Barbosa (2008) e Martins (2013) pontuam que esse período era fértil para questionamentos. Do ponto de vista republicano, naquele ano surgiu o Partido Republicano e o jornal *A República*.

Mas a ideia de República foi encampada e por uma imprensa vivaz, onde militaram liberais, jovens oficiais, cafeicultores do sudeste e os quadros do Partido Republicano Paulista (PRP), que fizeram dos prelos o instrumento preferencial da campanha republicana (Martins, 2013, p.73).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Em relação ao fim da escravatura, Barbosa (2008) assinala que antes de 1880 não havia acesso nos grandes jornais para a publicidade contra o regime escravagista, tanto que ainda na primeira metade dos anos 1800 o tema era pautado em pequenos pasquins de circulação pequena e restrita aos centros urbanos. Contudo, a partir dos anos 1880.

A crise do escravismo e a ampliação dos grupos sociais urbanos, contrários ao cativo, permitem a ampliação do espaço nos periódicos para as ideias abolicionistas. [...]. As notícias abolicionistas editadas por esses jornais contribuem para disseminar ideias antiescravistas entre diversos segmentos da população, seja através de suas leituras, seja pelas manifestações públicas que promovem. Com isso, atraem também pessoas que não têm acesso às suas matérias, incluindo-se aí os analfabetos (Barbosa, 2008, p.130).

O processo de modificação mais estrutural no jornalismo brasileiro data do final do século XIX, no começo do Brasil República. Do ponto de vista das transformações editoriais e gráficas, os jornais potencializaram o uso de fotografias e de ilustrações (utilizadas desde 1860 com o surgimento da categoria imprensa ilustrada) em outros formatos como a charge e da caricatura; a ampliação da cobertura que passou a cobrir outras áreas além da política como, por exemplo, o segmento policial, bem como uso de notícias oriundas de agências de notícias. Também datam desse período a criação de algumas funções nas redações tais como repórteres e correspondentes internacionais e a introdução de um modelo de produção jornalístico mais próximo da escala industrial. Mas não apenas a imprensa se profissionalizou, o país também assistia a chegada de vários novos aparatos tecnológicos que influenciariam fortemente as comunicações no país. Sobre esse aspecto, Marialva Barbosa (2007) refere que:

O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguerreotipo, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações no cenário urbano e nos periódicos que circulam na cidade. A entrada em cena desses modernos aparelhos tecnológicos produz alteração significativa no comportamento e na percepção dos que passam a conviver cotidianamente com elas. E nos periódicos multiplicam-se as descrições estupefatas com as transformações que a tecnológica coloca em cena (Barbosa, 2007, p.21-22).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Eleutério (2013) assinala que o estímulo à alfabetização, as transformações técnicas no modo de produção impressa e o fomento ao fabrico do papel como as três bases nos quais as empresas do ramo de publicação se firmavam.

A imprensa tornava-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor. Logo, aquela imprensa periódica resultou em segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz – veículos da palavra impressa – aliavam-se às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem (Eleutério, 2013, p.83-84).

Ainda na viragem do século XIX para o século XX, a burguesia brasileira ainda caminhava no descontínuo compasso do desenvolvimento do capitalismo. Ou como sugere Nelson Werneck Sodré “padece da anormal antecipação do econômico sobre o político” (2004, p. 276) e, nesse sentido, a imprensa refletiria esse descompasso entre o poder econômico e o poder político, se mantendo atrelada a este último e protagonizando turbulências que visibilizam as relações complexas que se alinhavam sobretudo em períodos sucessórios. De fato, desde então, o surgimento e a consolidação da empresa jornalística estava no cerne das contradições e dos conflitos de interesses que opõem o jornalismo enquanto atividade a serviço público e a empresa, cujos interesses capitalistas pretendiam caminhar no ritmo do poder econômico. Ao longo das duas primeiras décadas do século XX, a imprensa brasileira experimentou grande expansão, mesmo com as crises econômicas internas e, posteriormente, após o endurecimento do conflito mundial de 1914, a diminuição na oferta de matérias-primas para impressão.

2.1. A imprensa brasileira na Grande Guerra

Quando a Grande Guerra eclodiu, o Brasil mantinha relações comerciais com as grandes potências europeias. A Inglaterra, fortemente presente no país graças a vinda da Família Real em 1808, continuava a ser principal parceira comercial brasileira. Francisco Vinhosa (1990) refere que a Alemanha além de ocupar a segunda posição como parceira nas ações comerciais também usufruía de prestígio considerável entre os meios intelectuais.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Do ponto de vista da imprensa, assim como o governo, os primeiros momentos da guerra foram tratados com neutralidade. “Uma certa tradição pacifista nacional era evocada a todo momento pra justificar a neutralidade brasileira” (Garambone, 2003, p. 33). O setor sentiu os efeitos do aumento dos custos para a produção do jornal impresso. Mas, como aponta Garambone (2003, p.33), se por um lado a crise europeia proveniente da guerra elevou em 50% o preço de insumos gráficos; por outro no mesmo período o Brasil passou a deter um dos melhores parques de impressão de jornais da América Latina.

Entretanto, a postura de neutralidade não tardou a se modificar e a imprensa veio a servir de ágora para os embates em torno da manutenção do posto de país neutro. Na capital, Rio de Janeiro, revistas ilustradas⁷⁰ como *Revista da Semana*, *Careta*, *Fon-Fon*, dentre outras; e jornais como *Jornal do Brasil* – jornal da capital que eventualmente publicava opiniões de cunho germanófilo; *Correio da Manhã* (jornal de oposição ao governo) e *Jornal do Commercio*. Este último de linha conservadora não raramente publicou textos de admiração ao Império Alemão antes da eclosão do conflito mundial, porém, a partir do desenrolar da guerra, mostrou-se totalmente favorável ao bloco aliado e Inglaterra.

O *Correio da Manhã*, outro importante jornal da capital brasileira, manteve um posicionamento mais crítico e não se absteve em condenar o bloqueio inglês ao maior produto de exportação do Brasil para a Holanda, o café.

Segundo o jornal, não era um ato militar o bloqueio, e sim uma manobra econômica do Reino Unido para afastar a concorrência do café brasileiro, permitindo que o cacau explorado pelos britânicos e o chá da Índia conquistassem sem oposição os mercados da Europa Central (Garambone, 2003, p.55).

A imprensa brasileira e experimentar uma fase de expansão mesmo com a retração econômica resultante da guerra e das dívidas que o país acumulava, sobre tudo em cidades como São Paulo, como assinalam Lago e Romancini (2007, p.83), “Caso específico, em termos de crescimento, devido ao desenvolvimento regional ligado ao café ao início da

⁷⁰ Carlos Costa faz um levantamento sobre as principais revistas brasileiras do final do século XIX e início do século XX. Cf. Costa, C. (2012). *A Revista no Brasil no século XIX*. São Paulo, Editora Alameda.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

industrialização, é o da imprensa paulista onde surgem revistas como *O Pirralho* (1911) e *A Cigarra* (1914)”.

Além disso, notava-se que alguns periódicos procuravam interpretar a natureza das razões que levaram os dirigentes dos países envolvidos diretamente a se lançarem numa saga bélica uns contra os outros. A Revista fluminense *Fon-Fon*, cujo material ilustrativo era de alta qualidade, reservou as nove primeiras páginas da edição No. 52 (de 25 de dezembro de 1914) apenas para falar sobre acontecimentos relacionados à guerra como, por exemplo, o temor de uma invasão em Paris, a participação russa, a invasão Belga, as reações nos Balcãs e a tradução de um texto publicado 22 anos antes na revista *Contemporary Review* de autoria anônima e que descrevia o imperador alemão, ainda quando era príncipe . Com o título “Guilherme II” o material descrevia a personalidade do soberano como um homem superficial, vaidoso, indiferente aos demais seres humanos e muito mais dedicado à vida social do que propriamente aos interesses intelectuais.

O recursos intelectuais do imperador consistem em perceber prontamente os aspectos exteriores de um grande número de cousas. Constata-se, por isso, nele uma afetação especial de competência literária, de questões militares e navais, embora desde muitos anos não tenha pousado a vista sobre um livro (Brasil, 1914, p.3).

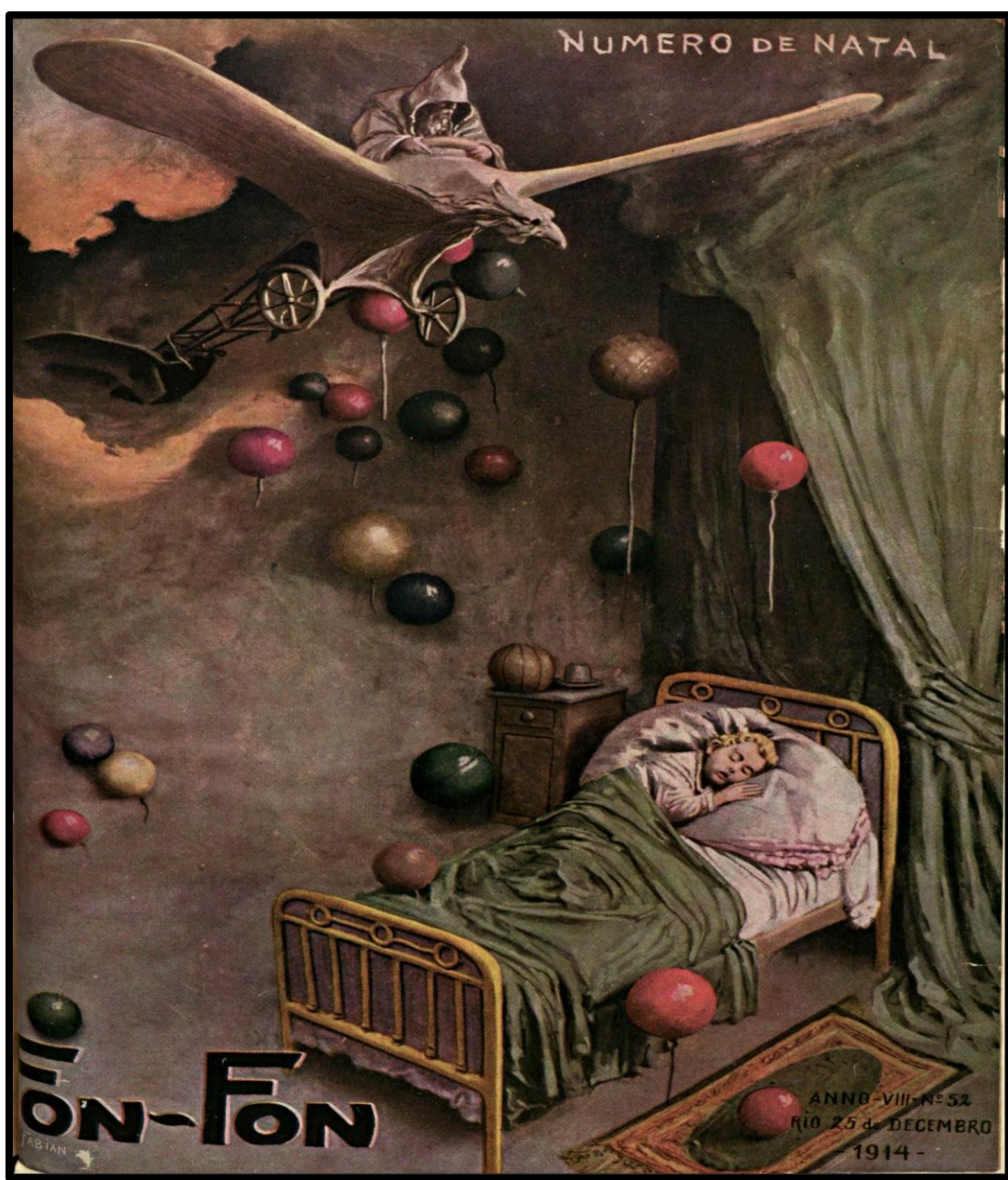
Um aspecto que chama a atenção na imprensa na época da Grande Guerra foi o surgimento das revistas ilustradas. Jorge Pedro Sousa refere que a imprensa ilustrada ocupou um lugar de destaque “na luta simbólica” que se travou, nos vários países, em torno da formação de correntes de opinião pró e contra a guerra (Sousa, 2015b, p.15). Ainda de acordo com Sousa, com vistas a atingir o público de língua portuguesa, “foram publicadas em França e em Inglaterra, três revistas ilustradas propagandísticas relacionadas a Portugal e Brasil” (Sousa, 2015b, p.15).

Embora não seja o objetivo deste trabalho analisar a iconografia da revista *Fon-Fon*, contudo, convém mencionar que a figura que ilustra a edição de Natal desse periódico apresenta uma conotação de terror. A criança dorme aparentemente tranquila, mas acima dela uma figura sinistra irrompe de dentro de nuvens a voar em uma aeronave que mistura máquina e animal, no caso uma grande ave. A aparência da figura que está sobre a criança possui traços macabros como um anjo da morte. A ilustração pode também demonstrar o terror que se abatia aquele primeiro Natal em um mundo em guerra. Quiçá um certo

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

assombro profético sobre aqueles geograficamente distantes do palco de batalhas, mas nem por isso indiferentes e minimamente inquietos quanto ao futuro incerto. Os balões coloridos pareciam antever a tática de guerra posterior de lançar bombas por meio de aviões e zeplins. O verde do cortinado e do lençol que cobre a criança que dorme lembra em muito a cor dos uniformes dos soldados que pelejavam nos campos de batalha. A ilustração da revista *Fon-Fon* (Figura 05) em nada lembra o repertório de imagens de Natal.

Figura 05 – Capa da Revista *Fon-Fon* de 25 de dezembro de 1914



Fonte: Arquivo Hemeroteca da Biblioteca Nacional – Brasil.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

A imprensa brasileira refletia naquela altura também um debate importante sobre a decadência do projeto de civilização que parte da Europa impetrava pela via alemã, (bem como, o perigo representado pelo possível avanço do Império Alemão) e o anseio para a criação de identidade nacionalista brasileira como base em aspirações racionais.

Nesse sentido, (Pires, 2012) aponta que o *Jornal do Commercio* foi um das arenas nas quais se debatiam os pontos de vistas dos intelectuais ligados à *Liga Brasileira dos Aliados* e daqueles que acreditavam que ampla defesa da causa aliada feria a posição de neutralidade adotada pelo Brasil. Para os primeiros, a “guerra traduzia-se pela oposição entre a civilização latina e a cultura germânica” (Pires, 2012, p. 8). O contraponto residia justamente naquilo era entendido por civilização latina simbolizado pela racionalidade francesa e a barbárie refletida pela Alemanha. Os defensores do projeto latino de civilidade identificam o Brasil como essa imagem e “O apoio moral decretado aos Aliados não significava a defesa de ideais estrangeiros, mas nacionais” (Pires, 2012, p.9).

Em todo caso, não se pode considerar que imprensa brasileira - inicialmente neutra – tenha se convertido totalmente à causa aliada. O país não vivia sob censura da imprensa, por isso mesmo, periódicos de afeição germânica surgiram, sobretudo, em Estados brasileiros de maior concentração de imigrantes alemães. É o caso do *Tribuna* (no Rio de Janeiro), *O Dia* (da capital de Santa Catarina, Florianópolis) Mas não só lá, como no capítulo sexto deste trabalho apresentará, no Norte do país surgiram periódicos de adesão alemã como o paraense *A Tarde*. Compagnon (2013, p. 68) observa que é na imprensa comunitária que se expressa a inquietude daqueles que imigraram para o Brasil e observam de longe suas nações originárias travarem as sangrentas batalhas no conflito mundial.

Independente do alinhamento tardio ou antecipado à neutralidade, ao lado dos aliados ou à defesa do Império Alemão, a imprensa da época no Brasil exerceu papel de barômetro do movimento da guerra, bem como exerceu considerável pressão sobre o governo a tomar decisões que impulsionaram o país a participar a I Guerra Mundial. A adesão brasileira muito mais um ato solidário aos Estados Unidos do que à Inglaterra, inaugurou de modo prático a noção de pátria-irmã americana. Garambone (2003) assinala quem em 1914, do ponto de vista diplomático, o Brasil era um país distanciado do Reino Unido.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Quando a Grã-Bretanha entra diretamente na Primeira Guerra, não se cogitou, nem oficialmente nem nas páginas dos jornais, uma atitude solidária brasileira, como se observou depois na tinta carregada enaltecendo a amizade e os laços Brasil-Estados Unidos (Garambone, 2003, p.104).

E são os intelectuais os responsáveis pela visibilidade que a imprensa deu ao teatro da guerra. Em 1914, essas figuras tornaram-se responsáveis por pautar a discussão em torno do conflito mundial. Ainda não havia o jornalismo como conhecemos hoje, mas é mister ressaltar que o *Estado de S.Paulo*I (Figura 06), jornal paulista que surgiu em 1875 como *A Província de São Paulo*, exerceu papel fundamental na mudança e modernização do jornalismo. Júlio Mesquita, diretor do jornal, manteve uma coluna diária que reportava sobre os acontecimentos na I Guerra intitulada “Boletim Semanal da Guerra”.

(...) o jornalista tomou posição inequívoca em favor dos aliados, mostrando-se a favor da democracia e contra o militarismo alemão. Em represália, indústrias alemãs cortaram os anúncios que faziam no jornal. Com o boicote, o jornal passa a enfrentar dificuldades financeiras. Apesar das pressões, o **Estado** mantém sua posição contrária ao militarismo. (*Estadão* Acervo, em linha).⁷¹

Ainda sobre a tendência da imprensa brasileira em aderir aos Aliados, sobretudo, em textos como artigos e editoriais (convém lembrar que há uma certa dificuldade em diferenciar esses dois gêneros naquela época). Oliver Compagnon (2013, p.71) observa que boa parte dos donos das empresas jornalísticas eram pessoas que pertenciam às camadas mais abastadas economicamente e parte dos negócios da época eram realizados com um importante parceiro, o Reino Unido. Além disso, não se pode esquecer que com a invenção do telégrafo sem fio, a imprensa brasileira se abastecia dos fatos ocorridos em outras regiões a partir do que era produzido pelas agências de notícia anglo-francófonas.

⁷¹ O jornal *Estado de S.Paulo*, também conhecido como *Estadão*, disponibiliza em linha todas as edições publicadas. O acervo constitui uma importante contribuição e fonte para estudos nos campos do Jornalismo e da História. Cf: <http://acervo.estadao.com.br/>. Consultado em 30.nov.2015.

NOS DARDANELLOS

O coraçoado inglês «Majestico», posto a pique nos Dardanellos. Os tripulantes salvaram-se quasi todos.

Quarta de Maio — A respeito da
Pescanovisão e da segunda, escreve X
"Na pag. seguinte, há uma errata. O
título da reportagem deveria ser: "Pescanovisão, futuro?". Faltava o "o".

De nada valerão 30 números, se continuarmos a ser ignorantes. E hoje não há ninguém que não saiba o que é a "Pescanovisão". Mas o que a "Pescanovisão" tem a ver com a vida da "Pescanovisão"? Não a ver com a vida da "Pescanovisão".

De nada valerão 30 números, se continuarmos a ser ignorantes. E hoje não há ninguém que não saiba o que é a "Pescanovisão". Mas o que a "Pescanovisão" tem a ver com a vida da "Pescanovisão"? Não a ver com a vida da "Pescanovisão".

De nada valerão 30 números, se continuarmos a ser ignorantes. E hoje não há ninguém que não saiba o que é a "Pescanovisão". Mas o que a "Pescanovisão" tem a ver com a vida da "Pescanovisão"? Não a ver com a vida da "Pescanovisão".

[illegible][illegible]

3. Notas sobre o surgimento da imprensa paraense

É importante situar, mesmo que em linhas gerais, alguns apontamentos sobre o surgimento da imprensa no Grão-Pará. Há estudos aprofundados sobre o tema situados tanto no campo da História como, por exemplo, Barata (1973), Coelho (1993), Rocque (1968) e Salles (1992) e no campo do Jornalismo tais como Veloso (2009 e 2014), Seixas (2011a e 2011b).

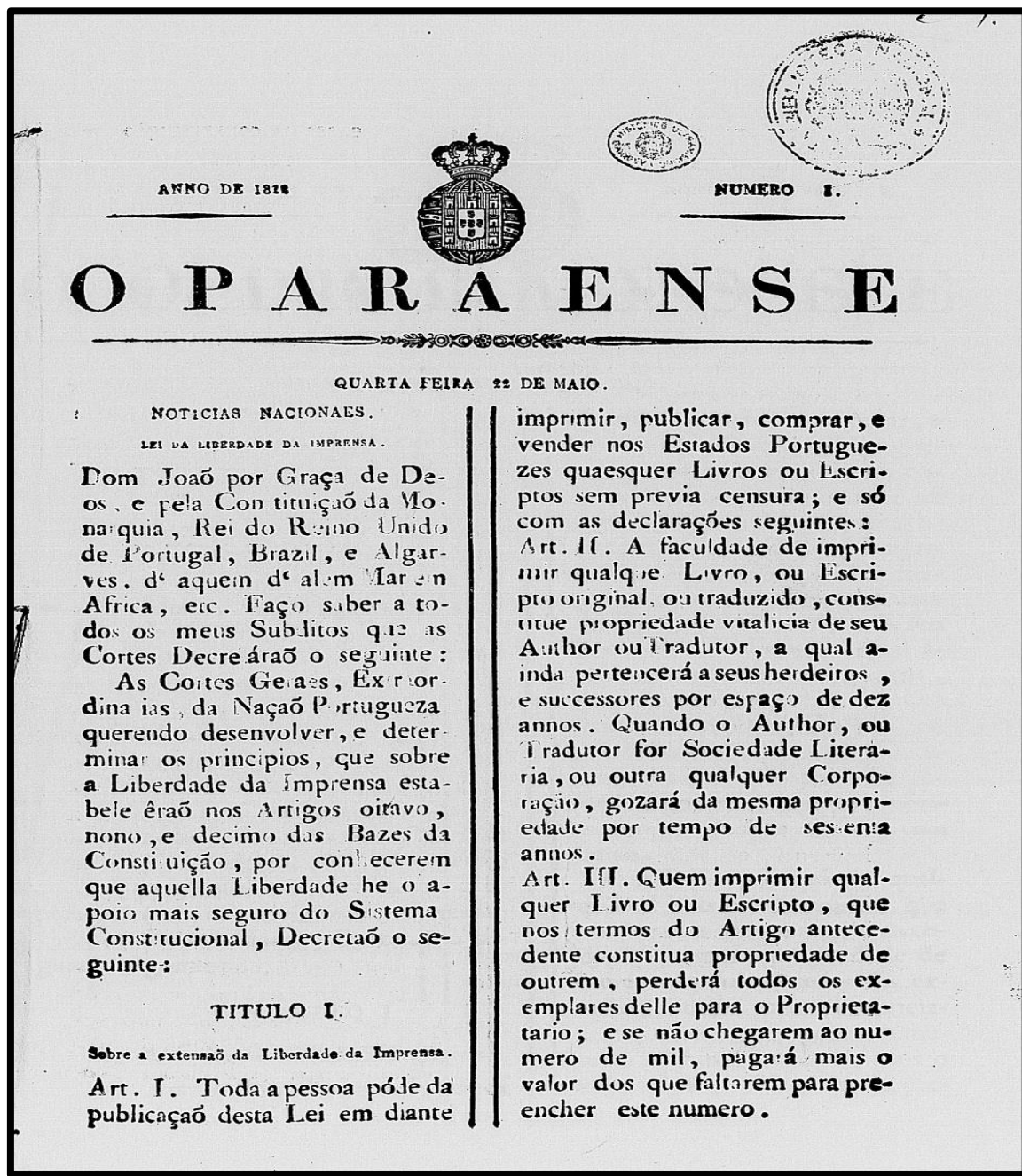
A primeira tipografia no Pará surgiu por volta de 1821. João Francisco Madureira produzia tipos e manjava o tipografo. Ele foi o responsável pela impressão da primeira edição de documentos oficiais da Junta Provisória do Governo da Província do Grão-Pará, o embrião do que viria a ser a Imprensa Oficial do Estado. (Pará, 1815). Contudo, Socorro Veloso (2009) frisa, a partir da leitura de Vicente Sales e Gerado Mártires Coelho, que João Francisco Madureira teria usado seu maquinário ainda em 1820 para imprimir o panfleto intitulado “O despotismo desmascarado ou a verdade denodada” (Veloso, 2009, p.2).

Já o primeiro jornal a circular com regularidade na província do Grão-Pará foi *O Paraense* (Figura 07), entre 1822 e 1823. Barata (1973), Veloso (2009) e Seixas (2011b) referem que o primeiro periódico surgido no Grão-Pará foi editado por Felipe Patroni e surgido no bojo dos ecos do movimento de 1820 ocorridos na cidade do Porto, em Portugal. Conhecido com movimento “Regenerador”⁷² ou “Vintista” surgido em 24 de agosto de 1820. De fundamentação nas ideias liberais que se originaram sobretudo no seio das Faculdades de Direito em Portugal e propondo uma nova ordem constitucional, os liberais desafiaram a ordem econômica e social do reino de Portugal, pondo em causa a autoridade de D. João VI e que a própria Independência do Brasil não fora senão “queda de braço” entres os liberais portugueses o monarca obrigado a retornar ao seu país (Malerba, 2006, p.34).

⁷² Sobre os ideais liberais do movimento regenerador ou vintista e seus reflexos no Brasil Cf: Costa, Jaime Raposo (1997). *O Liberalismo Vintista e o Brasil (1820-1822)*. In: Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol 43, Coimbra. p. 47-66.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 07 – Capa da Primeira Edição de *O Paraense* em 22 de maio de 1822



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

As ideias vintistas refletiram-se no perfil do primeiro jornal da região amazônica. Felipe Patroni lançou fogo sobre pólvora com publicação de *O Paraense*, em 01 de março de 1822, cujo teor político viria a agitar os momentos que se seguiram. Nesse sentido, Veloso refere que:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O jornal de Patroni inaugura a imprensa no Norte do Brasil e antecede o surgimento de jornais nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde os impressos só apareceriam pela primeira vez nos anos de 1823, com o *Compilador Mineiro*, e 1827, com o *Farol Paulistano*. Também está na raiz dos acontecimentos que conduziram a uma das mais importantes rebeliões populares da história do país, a Cabanagem, movimento de independência deflagrado em 1835 (Veloso, 2009, p.2).

Entretanto, *O Paraense* não foi o único jornal a ter participação na mobilização da Cabanagem. O historiador Aldrin Figueiredo (2008) cita o acirramento entre as posições políticas no anos 1830 no Pará. Do lado governista havia o *Correio Official Paraense*, de propriedade do presidente da província Bernardo Lobo de Sousa; já o periódico *Sentinella Maranhense na Guarita do Pará* empreendia forte oposição e era claramente republicano. “As severas críticas dirigidas por esse jornal ao presidente Lobo de Sousa, ocasionaram sua suspensão já na edição do seu segundo exemplar, mas consta que foi decisiva a sua contribuição para a agitação política que deu contornos ao movimento cabano” (Figueiredo, 2008, p. 37).

Mesmo sob censura e repressão, os jornais que circularam naqueles agitados anos 1830 na província representaram um marco na história da imprensa paraense, não só serem responsáveis pela introdução de ideias políticas de vanguarda – ao desempenhar parte dos anseios de uma camada intelectualizada sob influência do movimento vintista (o caso de *O Paraense*), os anseios de liberdade, maior protagonismo de uma região relegada ao segundo plano pelo nascente império brasileiro e por aglutinarem em torno de seus propósitos camadas populares que se envolveram na Cabanagem.

No que toca especificamente *O Paraense*, convém mencionar que antes mesmo da Independência advogava manutenção da ligação do Grão-Pará com Portugal – o que ficava claro já na primeira página onde se localizavam os escudos de armas de Portugal, Brasil e Algarve (Barata, 1973). Outros jornais surgiram na mesma linha de defesa do atrelamento do Pará ao Reino de Portugal, é o caso do *Luso Paraense*, em 1823, e do seu substituto, *O Independente*.

Ao longo da primeira metade do século XIX surgiram na imprensa paraense panfletos e folhetins de cunho político, entretanto, foi após 1870 que a atividade se ampliou, segmentou e se modernizou. De acordo com Aldrin Figueiredo (2008), nessa época,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

chegou a circular no Pará aproximadamente 300 jornais, incluindo capital e municípios do interior, o que para o historiador contribuiu para encurtar as grandes distâncias entre as cidades da região amazônica.

Como já mencionado no capítulo anterior, a economia da borracha atraiu um grande número de pessoas para o Pará. Veloso (2104) assinala que o contingente de imigrantes vindos da Europa e os nordestinos que fugiam da seca contribuíram para a criação de espaço se as questões sociais nos jornais do Estado. Foi nesse contexto que surgiu a imprensa operária paraense.

A imprensa operária surgiu no Pará em 1870, por meio de *A Tribuna*. Este jornal exprimiria a inquietação reinante nas relações sociais. Ideias republicanas e nativismo estavam presentes em suas páginas, a exemplo dos jornais comandados pelo cônego Batista Campos quatro décadas antes. Inspirado pela Comuna de Paris, em 1871. (...) Outros jornais de tendência republicana circulavam no Pará como o *Tira-Dentes* (1871-1872) e *O Futuro* (1872-?) (Veloso, 2014, p. 57).

No começo do século passado, a modernização técnica da imprensa também chegou ao Pará, entretanto, como frisa Veloso (2014, p. 59), no Estado, “até a primeira metade do século XX, a luta política seria a principal razão da existência da maioria dos veículos”. Nessa altura, jornais como *A Província do Pará* e *Folha do Norte* representavam os polos de disputas políticas no Pará. O primeiro pertenceu ao intendente de Belém, Antônio Lemos, notabilizado por implementar reformas urbanas importantes na capital paraense. Barata (1973, p. 250) registra que o primeiro número do jornal foi publicado em 25 de março de 1876. Teve como fundador por Joaquim José de Assis - também foi o primeiro redator do periódico – e como diretor Francisco de Souza Cerqueira.

A *Folha do Norte* surgiu em 1 de janeiro de 1896 sob o comando de Cipriano Santos e Enéas Pinheiro. Veloso (2014) afirma que o jornal foi lançado para dar apoio ao Partido Republicano Federal, ao qual pertencia o político Lauro Sodré.

A *Folha do Norte* foi o mais influente jornal do Pará. O diário liderou as maiores campanhas já promovidas na imprensa paraense contra homens públicos, dentre eles o intendente Lemos e o interventor Magalhães Barata. À frente dessas campanhas, primeiro como redator, depois como proprietário, estava Paulo Maranhão, um modesto revisor de originais que, depois de

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

assumir a chefia do jornal, conseguiu adquiri-lo em 1916. O próprio Enéas Martins, após eleger-se governador do Pará em 1914 e de vender sua cota na Folha, passaria a ser alvo da pena ferina de Maranhão. O motim que, em 1916, derrubaria Martins teve apoio decisivo do jornalista (Veloso, 2014, p.62).

A partir da primeira década e começo da segunda do século XX o Pará presenciou o surgimentos de gazetas, panfletos, revistas e diários não só na capital, mas também nas cidades do interior. Alguns tiveram vida longa como é o caso do *Estado do Pará*, da *Província do Pará* e da *Folha do Norte*, outros, contudo, se limitaram a apenas um exemplar, o caso do *A Nação* (1906). No interior, a cidade de Santarém teve entre 1855-1906 cerca de 23 jornais⁷³ que surgiram e deixaram de circular nesse período. Ao longo da Primeira Guerra mundial dois grandes jornais paraenses se destacaram na cobertura, *Folha do Norte* e *Estado do Pará*. Além deles, surgiram jornais circunstanciais em torno de um lado ou outro do conflito. O *A Tarde* é um desses exemplos.

4. Síntese do Capítulo

Neste capítulo teceu-se um panorama da imprensa a partir de meados do século XIX até o começo do século XX, tendo como recorte os aspectos mais genéricos. Procurou-se retratar a profissionalização da atividade não só em função do avanço tecnológico daquele período, mas, também, passando por etapas de aperfeiçoamento dos mecanismos de difusão de informações como, por exemplo, a criação de agências de notícias, bem como a importância do papel do correspondente de guerra.

Na perspectiva brasileira, atentou-se para elementos que dos primórdios da imprensa, com o trabalho de Hipólito da Costa e o posterior surgimentos de outros jornais na capital brasileira, desde a Independência do Brasil. Também buscou-se subsídios generalista para desenhar a atuação dos jornais do Brasil por ocasião da Grande Guerra.

Por fim, os aspectos relativos ao surgimento do jornalismo paraense, sua ligação com o movimento revolucionário da Cabanagem, a modernização ocorrida no segmento e a ligação a grupos políticos locais. A seção seguinte trata das questões metodológicas aplicadas à análise do *corpus* de estudo.

⁷³ Contagem realizada a partir do levantamento de Barata (1973).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

CAPÍTULO IV



Foto. Detalhe de cartão postal enviado por Guido Ciprian sargento italiano, após aprovado pela censura.
Acervo: <http://encyclopedia.1914-1918-online.net/themes/media/>

O conhecimento da vida concreta dos percussores do homem atual sempre preocupou o pré-historiador, mas os métodos, para escolher o que o solo onde eles viveram guardou...

CAPÍTULO IV – DOS OBJETOS DE ESTUDO EM QUESTÃO E MÉTODOS DE ANÁLISE

Esta tese tem por objeto de análise a cobertura da Grande Guerra a partir de jornais paraenses. Três publicações foram escolhidas dentre as que circularam entre 1914-1918, a saber: *Folha do Norte* e o *Estado do Pará*, jornais diários e de perfil generalista. O terceiro jornal, *A Tarde*, foi um periódico ocasional e os arquivos sobre sua periodicidade dão conta que circulou entre setembro de 1915 a setembro de 1916, contudo, esta investigação obteve apenas parte desse acervo – como mencionado anteriormente – que ainda se encontra muito malconservado no Arquivo Público do Pará. A seguir, detalha-se o histórico de cada um dos jornais estudados, bem como a abordagem metodológica usada para analisá-los.

1. Estado do Pará.

Antes de mesmo de entrar da descrição específica do jornal *Estado do Pará*, objeto de análise desta tese, convém fazer a diferenciação entre outros dois jornais praticamente homônimos surgidos no final do século XIX. Toma-se por base aqui os arquivos da Hemeroteca Digital disponíveis na Biblioteca Nacional do Brasil – BN.

No acervo da BN registra-se a existência de um periódico intitulado “O Estado do Pará” em 1890. O único número presente nos arquivos digitais data de 17 de fevereiro daquele ano. Entretanto, esse único exemplar refere ser o número 6, do Ano II, portanto, deduz-se que *O Estado do Pará*, de “propriedade de uma associação”, teria surgido em 1889, ano da Proclamação da República. Ainda de acordo com o registro da BN o periódico teria circulado até 1899. Informação que se ratifica com o registro de Manoel Barata na catalogação de jornais e revista entre os anos 1822 a 1908 (Barata, 1973, p. 257).

Uma segunda referência a um outro periódico com nome *Estado do Pará* também disponível na BN, foi lançado em agosto de 1895. Embora mesmo com a disponibilidade de apenas um exemplar digitalizado no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, há o registro de que o referido jornal teve periodicidade até 1899. O *Estado do Pará* era uma revista mensal, publicado sempre no dia 14 de cada mês, cujo conteúdo era totalmente dedicado retratar o movimento de entrada e de saída de exportações, rendas etc. A edição estava sob a responsabilidade da Administração da Recebedoria de Rendas

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Públicas, portanto, uma publicação oficial. A primeira edição circulou em 14 de agosto de 1895 trazendo os dados da movimentação relativa ao mês anterior.

Como se pode perceber, é possível confundir-se as origens das publicações em função de homônimos. E esse esclarecimento inicial se fez necessário para situar que o *Estado do Pará*, objeto de análise nesta tese, surgiu num domingo, 09 de abril de 1911 e circulou por 50 anos ininterruptos, até 30 de dezembro 1961, quando foi suspenso. O “Jornais Paraoaras” (1983) registra que o *Estado do Pará* voltou a circular em 1976 sob propriedade de Lopo de Castro, em novo endereço e novos equipamentos *off-set*, contudo, o jornal encerrou-se definitivamente em 31 de dezembro de 1980.

O *Estado do Pará* tinha como identificação abaixo do nome do jornal a frase “Propriedade de Sociedade Anônima”. No editorial do primeiro número, sob o título de “Nosso Programa”, o jornal afirma que “surge balbuciante e débil, como um produto tardio do surto irreprimível de progresso amazônico”. O editorial segue ainda a dizer que apesar do Pará possuir importantes órgãos de imprensa, ainda havia espaço para mais um “batalhador extremo em prol dos interesses desta imensa região as justificativas do lançamento de mais um periódico”.

Com esse discurso mais voltado para os problemas econômicos e tratando a política apenas quando estivesse estreitas relações com as grandes questões do país, o *Estado do Pará* nasceu diagramado em seis colunas (o que se verá mais tarde não é uma divisão fixa, podendo ter sete colunas) com quatro páginas no tamanho 41,5 x 50 cm. Na primeira edição já há o uso de notas telegráficas e ilustrações na última página, que é dedicada aos anúncios.

Chama a atenção o fato de que no editorial está escrito que o jornal “relegará para plano secundário cogitações político-partidárias”, tratando o tema de modo mais genérico. O foco do jornal seriam as questões econômicas que naquele momento pareciam demandar mais atenções, com a função de ser “o órgão dos humildes e oprimidos”. Entretanto, o jornal foi fundado pelo político Justo Chermont, ex-governador do Pará. O *livro Jornais Paraoaras* (1985) registra que o *Estado do Pará* foi um jornal que logo no primeiro ano de existência exerceu forte oposição política ao Intendente Antônio Lemos, posicionando-se ao lado do adversário de Lemos, Lauro Sodré. Carlos Rocque (1968,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

p.651) refere que após o período de predominância de Lemos na política local o jornal “deu apoio integral ao governo de Enéas Pinheiro, que a partir de 1914 passou a sofrer violentos ataques dos adeptos de Lauro Sodré (*lauristas*)”. Enéas Pinheiro foi um dos antigos fundadores do jornal *Folha do Norte* e sofreu um golpe pouco antes de deixar o governo.

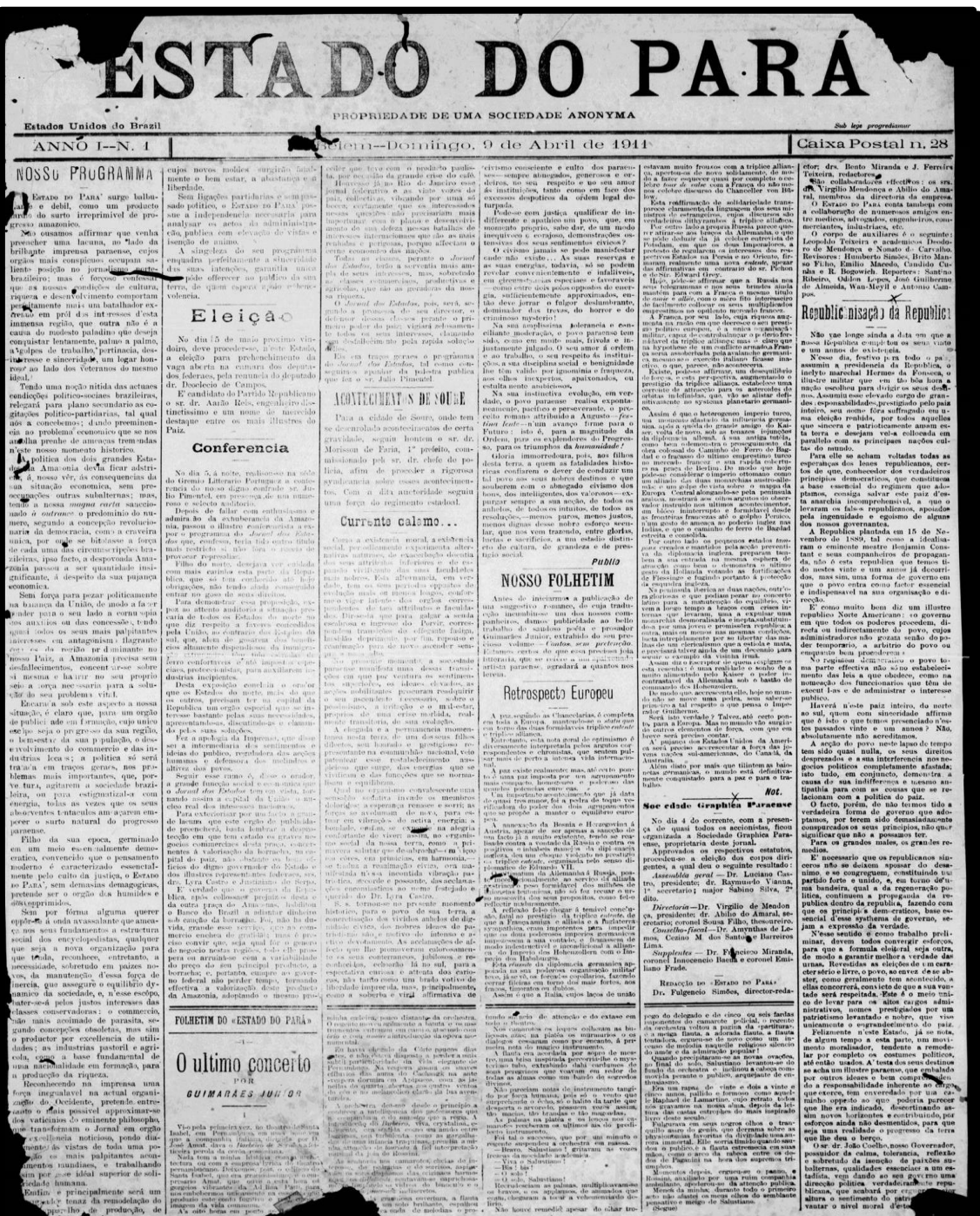
Ao surgir em 1911, o *Estado* já apresentava inovações em termos de design e do uso e recursos iconográficos como gravuras, ilustrações e fotografias, além de detalhes gráficos como tabelas, fios e linhas, estes últimos para separar as seções e assuntos em uma mesma página. O *Estado do Pará* em julho de 1914 era um jornal já era maior do que no início da circulação, continha entre e seis ou oito páginas, dessas pelo menos três páginas eram dedicadas às informações jornalísticas que se apresentavam em forma de artigos, editoriais, notas telegráficas. Além disso, era comum a apresentação de poesias nas páginas iniciais do jornal. O restantes da publicação era dedicado à publicidade e colunas fixas como, por exemplo, a “Comercio e Navegação”. De modo geral, *Estado do Pará* apresentava entre 1914 e 1918 a distribuição de seções de acordo com o quadro XX. Mas por ocasião da Grande Guerra, essas colunas variavam muito. Algumas como a “Política Portuguesa” se fundiu no mesmo espaço dedicado a cobrir as ações de Portugal na guerra. Assim como a seção surgida em 1914 “Conflagração Europeia” se transformou posteriormente em “A Grande Guerra” (Quadro 01).

Quadro 01 – Seções e temas do *Estado do Pará* distribuídos por páginas

Página	Seções Fixas/Temas	Seções Flutuantes
Primeira	Editorial, Correio da Europa, Artigos de Fundo.	Navegação na Amazônia; Tópicos&Notícias. Notas Telegráficas.
Segunda	Expediente, Dia Social, Folhetim do Estado do Pará, Cinema Odeon, Correio da Europa, Conflagração Europeia	Correio da Europa, Telegramas”, Publicidade.
Terceira	“Telegramas” dividido em dois: (notas do Interior e do Exterior), Tópicos e Notícias.	Dia Social, Cinema Odeon
Quarta	“Comércio e Navegação”, “Avisos Comerciais”, Editais	Publicidade, Política Portuguesa. Notícias do Congresso.
Quinta	Publicidade	“Comércio e Navegação”
Sexta	Publicidade	-
Sétima	Publicidade	-
Oitava	Publicidade	-

Imprensa brasileira no ocase da belle époque: a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 08 – Primeira edição do Estado do Pará em 09 de abril de 1911



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

2. *Folha do Norte*

O jornal *Folha do Norte* foi um dos jornais mais importantes da história da imprensa paraense. O primeiro exemplar da *Folha* foi publicado em 01 de janeiro de 1896, sob a direção de Enéas Martins e Cipriano Santos, circulou por cerca de 78 anos, até 1974, quando foi encerrado. A publicação teve grande relevância nas vidas política e social da capital paraense (Seixas *et al.*, 2013) e (Veloso, 2014). Quando surgiu, a *Folha do Norte* era composta de quatro páginas, diagramadas em seis colunas. As duas primeiras páginas eram dedicadas aos artigos, editoriais e notícias; as duas últimas para a publicidade.

Como já mencionado anteriormente, a *Folha do Norte* foi fundada para fazer frente ao jornal comanda pelo político Antônio Lemos e seu grupo (*lemistas*), *A Província do Pará*. Tinha como identificação abaixo do nome do jornal a frase “Jornal da manhã, quotidiano e independente”. Rocque (1968) explica que quando Cipriano Santos assumiu a direção da *Folha* o jornal passou a funcionar em um prédio localizado na área central de Belém. A construção em estilo *art nouveau* até hoje chama a atenção na capital paraense (Figura XX).

Figura 09 – Vista do prédio da *Folha do Norte* em 1895, a mais alta construção na rua Gaspar Viana, esquina da rua Primeiro de março.



Fonte: Álbum “Belém da Saudade”. Autor desconhecido. Disponível em linha: <http://portalmatsunaga.xpg.uol.com.br/BelemSaudade.html>

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*: a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

A Figura 10 apresenta o exemplar de número 5 da *Folha*, o primeiro disponível em condições de ser digitalizado e que consta no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Contudo, esse acervo só conta com alguns exemplares até o ano de 1903.

Figura 10 – Capa da Edição No. 5 do jornal *Folha do Norte*



Quando Paulo Maranhão comandou a *Folha*, o jornal se notabilizou por exercer fortemente a veia panfletária (Veloso, 2014). Maranhão começou a carreira como redator

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

e chegou a proprietário. Carlos Rocque (1968) descreve que no alvorecer do século XX, a *Folha do Norte* já militava fortemente contra os *lemistas*.

Governava o Estado o dr. Paes de Carvalho, sucedido pelo dr. Augusto Montenegro, que administrou o Pará oito anos consecutivos. A oposição que lhe fez a *Folha* foi cerrada: seus redatores eram espancados, suas edições apreendidas pela polícia. Não havia garantia nenhuma, tanto que Paulo Maranhão vítima de covarde agressão, ficou durante todo período de lutas, por anos a fio, vivendo com sua família nos altos do prédio do jornal, pois caso contrário seria silenciado pelos capangadas do *lemismo* (Rocque, 1968, p.729).

O viés político da *Folha* era tido como capaz de derrubar governos e instalar outros. Ainda no começo da segunda década do século XX, o jornal esteve diretamente ligado ao golpe da polícia militar que depôs o antigo sócio do jornal e governador do Pará, Enéas Martins, no final de 1916. O governador que tomou posse em 1917 foi Lauro Sodré, apoiado pelo jornal. (Rocque, 1968). Sobre a trajetória sucessória na gestão da *Folha do Norte*, Lúcio Flávio Pinto conta que:

Em 1917 foi a vez de Cipriano pular o muro, se elegendo senador estadual (o equivalente atual do deputado estadual) e intendente (prefeito) de Belém. Seu lugar foi ocupado pelo então revisor de provas do jornal, Paulo Maranhão, que comandaria a *Folha do Norte* durante meio século, até morrer, em 1966. Sete anos depois, seu jornal, em franca decadência, foi vendido a Romulo Maiorana, que comprou *O Liberal* exatamente em 1966. A gloriosa *Folha* se manteve por apenas um ano: foi fechada em 1974. A partir daí circularia episodicamente para que seu dono não perdesse o título (Pinto, 2013, em linha).

Mas não só de polêmicas e de disputas políticas o jornal ficou notabilizado. Uma das características da publicação era servir de espaço de reverberação para a produção intelectual e artística influenciada pelo movimento modernista. O “Suplemento Literário” da *Folha* começou a ser publicado em 1946, aos domingos, já sob o comando de Haroldo Maranhão. Nesse sentido, Júlia Maués (2002) explica que o “Suplemento Literário da *Folha do Norte* em Belém expunha o espírito de um grupo de intelectuais, poetas e jovens sonhadores, ávidos de conhecimento, não apenas restrito ao campo da literatura, mas exercendo o direito à pesquisa estética no campo da crítica de arte.” (Maués, 2002, p28).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O Suplemento Literário da *Folha do Norte* circulou até 1951 e contava com a colaboração de nomes como o filósofo Benedito Nunes, os poeta Max Martins e Ruy Barata, dentre outros nomes de referência local. Maués (2002) assinala ainda que as contribuições de outros escritores de renome nacional também participaram tais como Aurélio Buarque de Holanda, Otto Maria Carpeaux, Cecília Meireles.

Em 1914, a *Folha do Norte* era diagramada no tamanho 49 X 50 cm, dividida em sete colunas, com número de páginas variando entre quatro e seis. As três primeiras páginas eram dedicadas à informação jornalística e literária. O serviço de notas e notícias via telégrafo era concentrado na seção “Serviço Telegráfico”. Assim como no Estado do Pará, percebe que o jornal também mantinha criava colunas ou seções por temas e que eventualmente era eliminadas e/ou substituídas. É o caso de “Conflagração Europeia” que depois se tornou “A Guerra em Sete Dias”. De modo geral, as seções era divididas conforme o Quadro 02.

Quadro 02 – Seções/temas da *Folha do Norte* distribuídos por páginas

Página	Seções Fixas/temas	Seções Flutuantes
Primeira	Comentários, Editorial, Artigos de Fundo, Conflagração Europeia, Cartas, Poesias, Conversa Fiada, A Guerra em Sete Dias, Floricultura	Serviço Telegráfico
Segunda	Notas Mundanas, Cinema	Serviço Telegráfico
Terceira	Serviço Telegráfico	
Quarta	Publicidade	
Quinta	Publicidade	-
Sexta	Publicidade	-

3. A Tarde

O *A Tarde* surgiu em 24 de setembro de 1915, em Belém, editado em quatro páginas, em seis colunas, fundado por Raymundo Moraes. A publicação tinha como identificação logo abaixo do título a frase “Diário Independente”. O estado de conservação do *A Tarde* é péssimo. Páginas rasgadas, edições incompletas ou inteiramente em falta sinalizam que em breve o jornal irá desaparecer, até porque não passou pelo processo de microfilmagem

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

como o *Estado do Pará* e a *Folha do Norte*. O acervo apenas contém edições compreendidas entre 01 de outubro de 1915 a 30 de setembro de 1916. Admite-se que o *A Tarde* por conta da curta duração e do período no qual surgiu, em plena Grande Guerra, jornal possuía caráter ocasional. Em geral, procurava enfatizar os feitos da Alemanha no conflito e desmerecer os Aliados.

Contar a história do *A Tarde* não é tarefa das mais simples. Primeiro, como já mencionado, a má conservação e a ausência do primeiro exemplar dificultam contextualizar, de modo fundamentado na própria publicação, as motivações que a fizeram surgir. Segundo, porque os catálogos de jornais disponíveis em Belém não acrescentam mais informações para além da data de lançamento do jornal. Além disso, sequer o periódico consta do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

Alguma elucidação sobre o principal editor do periódico, Raymundo Moraes, foi conseguida por meio dos trabalhos de Carlos Rocque (1968) e de Salomão Laredo (2007) intitulado *Raymundo Moraes na Planície do Esquecimento*, dissertação de mestrado que trata da obra literária do escritor que julgamos ser o mesmo jornalista que editava o jornal. Laredo não diz em sua dissertação que Moraes tenha sido editor do *A Tarde*, embora afirme que ele era jornalista.

Todos os exemplares disponíveis do *A Tarde* que constam em três volumes encadernados disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Artur Viana, em Belém, foram fotografados para esta investigação, nomeadamente as páginas um e dois, visto que as demais- três e quatro – foram sempre destinadas à publicidade e à propaganda.

Manoel Barata (1973, p.276) faz referência a um jornal intitulado *A Tarde*, que circulou apenas por três números (23, 24 e 25 de abril), em 1908, em substituição ao *Diário do Commercio*, também um diário vespertino, editado por Américo Rodrigues e que publicou 65 edições. Manoel Barata registra igual identificação usada por Raymundo Moraes nesse *A Tarde*: “Folha independente”. Pode-se deduzir que trata-se do mesmo jornal analisado aqui nesta tese, contudo, como não há informações suficientes que possam sustentar com toda certeza ser mesma publicação – possivelmente descontinuada

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

e retomada no período da guerra por outro editor – apresenta-se esse dado apenas para título de registro.

Ainda no sentido de tentar desvendar um pouco mais sobre o editor Laredo (2007) refere que Raymundo Moraes viveu entre 1872 e 1941. Além de escritor e jornalista, Raymundo Moraes teria sido prático e piloto fluvial. Rocque (1968) conta que Moraes chegou a colaborar com o jornal *A Província do Pará*. Na carreira literária publicou 17 livros, dentre eles *Notas de um jornalista*, *Meu Dicionário de Cousas da Amazônia*, *Na Planície Amazônica*.

Ainda de acordo com Laredo (2007), Raymundo Moraes como comandante de navio era bastante rígido, fruto da disciplina com a qual fora educado. A vida de Moraes sofreu um revés quando para se defender de dois homens que o agrediram em um bonde de Belém, teria assassinado um deles. Julgado e beneficiado por um alvará de soltura, Raymundo Moraes se retirou da capital paraense e foi viver em Manaus até 1930, quando retornou ao Pará.

Sabe-se pelos relatos do filho de Raymundo Moraes e que constam no trabalho de Salomão Laredo que o escritor ao retornar a Belém e com o movimento político de 1930, tornou-se secretário do interventor do Pará, Magalhães Barata, de quem era amigo. Consta ainda, de acordo com Laredo (2007), que Moraes teve contato e admirava alguns pesquisadores e naturalistas alemães que estiveram na Amazônia, muitos dos quais trabalharam no Museu Paraense Emílio Goeldi⁷⁴. O *A Tarde* era dividido em seções relativamente fixas (Figura 11 e Quadro 03), contudo, eventualmente havia mudanças e nem todas eram publicadas na mesma edição, tal como a *Folha* e o *Estado*.

⁷⁴ A Amazônia recebeu nos séculos XIX e início do XX um certo número de naturalistas e cientistas de origem germânica que atuaram de forma importante na descoberta e catalogação de elementos da fauna, flora e populações da Amazônia. Alguns deles atuaram significativamente em uma das instituições de pesquisa mais antigas do Brasil ainda em funcionamento, o Museu Paraense Emílio Goeldi. Cf; Sanjad, N. (2010) *A coruja de Minerva: O Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*, Belém, MPEG.

Imprensa brasileira no ocaso da belle époque:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 11 – Primeira página da edição do dia 02/10/15.



Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Quadro 03 – Seções/temas do jornal *A Tarde* distribuídos por páginas

Página	Seções Fixas/temas	Seções Flutuantes
Primeira	Musa Vadia, Políticos em Travesti, Folhetim da Tarde, Artigos, Editoriais, Estrela do Mar, Ecos Políticos	-
Segunda	Serviço Telegráfico (incluída a subseção A Guerra), Notas Sociais.	-
Terceira	Publicidade	-
Quarta	Publicidade	-

O Quadro 03 demonstra que o *A Tarde* dedicava metade da edição para informações jornalísticas que de modo geral não sofriam variações quanto à disposição de temas. As duas páginas dedicadas à publicidade eram fixas e, em um olhar genérico sobre o tipo de anunciante, percebe-se a presença de empresas de origem germânica, dentre as demais de procedência nacional.

4. Sobre a metodologia

Uma investigação científica no campo da Ciência da Informação, especificamente em Jornalismo, arrola conhecimentos de outros campos das Ciências Humanas e Sociais. No caso desta tese, que transita principalmente nos campos da História e do Jornalismo, os paradigmas que pretendem balizá-la do ponto de vista conceitual e metodológico se pautam numa tentativa de situá-la na tradição interpretativa, sem, entretanto, abrir mão de uma abordagem quantitativa para visualizar na totalidade do objeto as ocorrências que ratificam o elemento qualitativo da análise. Nomeadamente, pode-se dizer que esta investigação se situa na perspectiva da *grounded theory*.

Para Clara Coutinho (2014 p.17), a *grounded theory* parte da gênese do positivismo de Comte, do empirismo de Locke e das aproximações interpretativas da fenomenologia de Husserl e Schutz. “De uma forma sintética pode afirmar-se que este paradigma pretende substituir as noções científicas de *explicação*, *previsão* e *controle* do paradigma positivista pelas de *compreensão*, *significação* e *ação*. ” Ora, do ponto de vista desse paradigma, Coutinho refere ainda que para analisar os significados dos atos humanos é preciso situá-los a partir de um pano de fundo, “num dado contexto social”, tendo como

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

premissa que aquele que se propõe a tarefa de interpretação sempre a faz duplamente a partir de si de mesmo, ou nas palavras da autora “investigar implica interpretar ações de quem é também intérprete, envolve interpretações de interpretações (...). Além de parciais e perspectivadas as interpretações são circulares” (Coutinho, 2014, p. 18).

Assim, esta investigação surgiu do problema que indagava como se caracterizou a cobertura da Primeira Guerra Mundial a partir de jornais brasileiros, mais particularmente, em três jornais do estado do Pará, na região Norte do Brasil. A escolha pelos jornais em tela nasceu da pesquisa exploratória inicial, a qual apontou para três jornais. *A Folha do Norte* e o *Estado do Pará* e o *A Tarde*. Os critérios utilizados para a seleção dos periódicos se deram a partir das seguintes premissas: 1) jornais generalistas de circulação regular durante o período da Grande Guerra, 2) longo tempo de permanência no cenário da imprensa local, 3) o uso de elementos gráficos como imagens e fotografias, e 4) incorporação de conteúdo proveniente de agências de notícias e/ou correspondentes. Nesse caso, os dois primeiros jornais atendiam plenamente a esses critérios. O terceiro jornal, de caráter ocasional, de periodicidade circunscrita a determinado período, faz um contraponto aos dois anteriores, pois surgiu em 1915 e cessou em 1916, com linha editorial visivelmente germanófilo. A análise do *A Tarde* presta-se à verificação do surgimento de uma imprensa pontual e que destoava de boa parte do jornalismo do período, mas que compunha o fenômeno de abundância de publicações no Pará nos final do século XIX e início do século XX, conforme já mencionado no capítulo anterior. O próximo capítulo trata de detalhar o histórico de cada um dos jornais.

Certamente havia outro jornal de referência que se julga preencher os mesmo pré-requisitos no tocante ao perfil generalista e de longo tempo de permanência, o *A Província do Pará*, entretanto, esta deixou de circular em 1912 e só retornou em 1919, portanto, não cobria o período compreendido pela Grande Guerra.

Além da análise da natureza da cobertura de cada jornal ao longo da Grande Guerra, o capítulo cinco ainda se atém às análises cruzadas com o objetivo de perceber-se as aproximações e distanciamentos entre as coberturas, mesmo que isso signifique em certa medida deixar de fora um ou outro aspecto que possa traçar as diferenças, para tal a

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

pesquisa que ora apresenta-se nesta tese orientou-se por uma análise longitudinal que permitirá identificar as oscilações na cobertura.

Também utiliza-se secundariamente nas análises o material iconográfico, nomeadamente as fotografias, as fotos-legendas e as ilustrações. Nesse quesito, a iconografia serve para completar a interpretação do material jornalístico, portanto, basicamente é um acessório descritivo, por isso mesmo não se utiliza o ferramental semiótico – que seria o mais adequado se o objetivo principal deste estudo fosse o estudo iconográfico.

4.1. A opção pelas análises quantitativa e qualitativa do discurso

Nesta investigação, optou-se por analisar o universo dos jornais paraenses usando as ferramentas de análise de discurso. Jorge Pedro Sousa (2006) oferece uma sistematização pertinente sobre os tipos desses dois tipos de análise. A primeira diz respeito à análise quantitativa do discurso, ou a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma ferramenta bastante utilizada pelas ciências sociais para investigar o comportamento de um dado fenômeno, notadamente perceptíveis por meio de análise de textos. Martin Bauer afirma que a análise de conteúdo “reduz a complexidade de uma coleção de textos. (...) É uma técnica para produzir inferências de texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (Bauer, 2002, p. 191).

i. Análise quantitativa do discurso

Pode-se dizer que a AC adequa-se bem aos estudos dos *media*. Sousa (2006; 2015), Hohlfelt e Strelow (2008); Wimmer e Dominick (1996) e Bauer (2002) assinalam que a AC é um método sistemático, objetivo e que tem por finalidade de dimensionar determinadas variáveis de um determinado fenômeno de investigação. O uso de ferramentas estatísticas para definir as amostras de um amplo *corpus* de estudo possibilita a delimitação, a identificação e a descrição de um comportamento ou elementos referencias para uma análise quantitativa. Assim, do ponto de vista quantitativo, utilizou-se técnica estatística de *Estratificação Amostral Sistemática*⁷⁵, que possibilita verificar o

⁷⁵ A técnica de *Estratificação Amostral Sistemática* baseia-se na definição do número de unidades de análise. A amostra estratificada diz respeito a separar parte da amostra que possuam determinadas características de investigação, nesta pesquisa o estrato da imprensa paraense no período está relacionado aos três jornais selecionados.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

comportamento do fenômeno a partir do uso de uma amostra randômica dentro da estratificação proposta.

Dentro dos estratos amostrais, identificou-se num recorte mais macro duas categorias principais: Gêneros Informativos e Cobertura Dedicada. A primeira procura identificar elementos de cunho opinativo como: os artigos de fundo, os editoriais; e os noticiosos tais como: as reportagens, as notas telegráficas (seção que em geral se concentravam as últimas notícias via agências de notícias) e as fotos-legendas. Sabe-se que a noção de gêneros jornalísticos tal qual se conhece na atualidade ainda não estava bem delineada na primeira década do século XX, pois a própria evolução do conceito de jornalismo tratou de defini-la posteriormente, sobretudo após as duas Guerras Mundiais. Entretanto, é possível adequar a ideia de gênero informativo, pois os achados nos jornais já apontavam para a presença desses formatos jornalísticos nos anos 1910. Nesse sentido, Sousa (2006), afirma que a própria definição de gêneros não possui “fronteiras rígidas” e a linha que separa um formato de matéria de outro nem sempre está bem definida, portanto, não se pode dissociar a noção de gênero jornalístico do seu contexto. “Os gêneros jornalísticos existem em determinados momentos e contextos sócio-histórico-culturais. Há, certamente, gêneros jornalísticos que ainda não viram a luz do dia e outros que já não se praticam” (Sousa, 2006, p. 706).

A segunda macro categoria denomina-se Cobertura Dedicada e foi idealizada a partir da análise exploratória e diz respeito ao espaço dedicado para informações dedicadas que surgiram conforme o conflito se intensificou e a cobertura ampliou-se. Identificou-se que quatro modalidades nessa categoria: Portugal na Guerra, Estados Unidos na Guerra, Brasil na Guerra e Conflagração Europeia. Esta última aglutinava informações de modo sistemática e quase que diário sobre o desenrolar dos acontecimentos nos *fronts*. Assim, a seleção de unidades de análise foi dividida da seguinte forma:

- 1) Gêneros Informativos
 - Opinião
 - Artigo de fundo
 - Editorial
 - Notícia
 - Reportagens
 - Notas telegráficas

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

- Fotolegenda
- 2) Cobertura Dedicada
 - Portugal na Guerra
 - Estados Unidos na Guerra
 - Brasil na Guerra
 - Conflagração na Europa.

Como a análise de conteúdo adotada nesta investigação utiliza para o cálculo amostral a distribuição das proporções e a correção para pequenas amostras a partir da seguinte população-alvo (universo de análise), tendo como foco as páginas onde se localizavam o material informativo sobre a Grande Guerra. Para os jornais *Estado do Pará e Folha do Norte*, considerou-se desde a edição do dia posterior ao assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando e esposa, 29 de julho de 1914 até o dia 11 de novembro de 1918, quando foi declarado feriado no Brasil para comemoração do armistício. Para o jornal *A Tarde*, parte desde o dia 01 de outubro de 1915 - a primeira edição disponível no Arquivo Público do Pará e que se trata da sétima edição, conforme registro no topo da página – até a edição do dia 30 de novembro de 1916, última disponível no Arquivo. Não serão objeto de análise as notícias locais ou nacionais (apenas quando da análise qualitativa para algum contraponto necessário) e nem as páginas de propaganda e publicidade. Os três jornais juntos contabilizam um total de 3.589 edições, aproximadamente 13.626 páginas, que estão divididas da seguinte forma:

- *Folha do Norte*, de 30 de junho de 1914 a 28 de novembro de 1918, 1.612 edições e 6.448 páginas que serão subdivididos para análise, Capas – 1.612 páginas e Outras folhas – fl2 a fl4 – 4.836;
- *Estado do Pará*, de 30 de junho de 1914 a 28 de novembro de 1918, 1.612 edições e 6.448 páginas que serão subdivididos para análise, Capas – 1.612 páginas e Outras folhas – fl2 a fl4 – 4.836;
- *A Tarde*, de 01 de outubro de 1915 a 30 de setembro de 1916, 365 edições e 730 páginas que serão subdivididos para análise, Capas – 365 páginas e Outras folhas – fl2 – 365.

Para o cálculo do tamanho da amostra, utilizou-se o proposto por Anderson *et al.* (2002). Os autores sugerem que a partir de cada estrato, calcula-se o tamanho amostral considerando intervalo de confiança de 95% e admitindo-se 10% de erro para cada um deles individualmente, quando considerados no conjunto, espera-se um erro de 3,84% no total. Tendo em vista os estratos terem uma quantidade estatisticamente finitas, ou seja,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

estão abaixo de 10 mil, utilizou-se a fórmula de correção das populações finitas ($N-n/N-1$) para o cálculo do tamanho da amostra nas Distribuições das Proporções, conforme (Bracarense, 2012, p. 109). Então, para o cálculo amostral considerou-se:

n = tamanho da amostra (a ser calculado)

D = Erro permitido ou aceito (10%)

p = porcentagem do sucesso (adotou-se 50% para cálculo amostral)

Z = variável padronizada => intervalo de confiança adotado 95%

$Z = 1,96$ => intervalo é de 95,000%

σ^2 = variância

$\sigma^2 = p(1-p)$ [nas distribuições das proporções]

Assim:

$$D^2 = \frac{\sigma^2}{n} Z^2 \left(\frac{N-n}{N-1} \right), \quad D^2 = \frac{p(1-p)}{n} Z^2 \left(\frac{N-n}{N-1} \right) \text{ ou } n = \frac{N}{1 + \frac{(N-1)D^2}{p(1-p)Z^2}}$$

Para os estratos:

- *Folha do Norte* e Estado do Pará

$N = 1.612$, $Z^2 = 1,96^2 = 3,8416$, $P = 50\%$ e $D = 10$

Assim temos:

$$n = \frac{1.612}{1 + \frac{(1.612-1)10^2}{50(100-50)1,96^2}}, \quad n = \frac{1.612}{1 + \frac{(1.612-1)}{25 \cdot 3,8416}} = 91$$

- A Tarde:

$N=204$

$$n = \frac{204}{1 + \frac{(204-1)10^2}{50(100-50)1,96^2}}, \quad n = \frac{204}{1 + \frac{(204-1)}{25 \cdot 3,8416}} = 66$$

Para a seleção de cada observação da amostra em cada estrato, utilizou-se a técnica da *Amostragem Sistematizada*. Assim, nos dois jornais (*Folha do Norte* e *Estado do Pará*) com $N=1.612$ e $n=91$, teremos um $k=1.612/91=17$ e para o jornal (*A Tarde*) com $N=204$ e $n=66$, teremos um $k=204/66=3$. Na seleção da primeira amostra dos dois jornais maiores encontrou-se aleatoriamente entre um a 17, o número 10, assim a décima edição contando do dia 30/06/1914 é a do dia 09/07/1914 encontrando-se as demais de 17 em 17 edições. Na amostra do jornal *A Tarde*, o número sorteado entre um e quatro foi o dois. Assim, a amostra foi selecionada a partir da segunda edição disponível após o dia 25/09/1915 é a do dia 02/07/1914 encontrando-se as demais de três em três edições disponíveis (Ver Apêndice 2 - Tabela de Categorias Quantitativas).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

ii. Análise qualitativa do discurso

Aliado à análise de conteúdo, busca-se nesta tese uma leitura interpretativa do fenômeno da cobertura jornalística dos jornais paraenses sobre a Grande Guerra, a partir da análise qualitativa do discurso e tendo como pano de fundo o contexto histórico internacional, nacional e regional. Sousa (2015; 2006) explica que o uso de dados quantitativos aliado à análise do discurso concedem mais consistência aos estudos. Para o autor, ao se propor a usar a análise qualitativa do discurso, o investigador deve “localizar, identificar, selecionar, recolher, descrever e analisar elementos de interesse para a sua pesquisa (...) e procurar individualizar, circunscrever e definir os itens que vai analisar nos documentos que se propõe analisar” (Sousa, 2006, p. 679-680).

Neste estudo identificou-se uma grade de análise a partir das seguintes perguntas de investigação:

P1) A cobertura sobre os fatos e desdobramentos que culminaram com a I Guerra Mundial foi realizada de modo sistemático pelos principais jornais impressos de capital do Pará?

P2) A cobertura dos jornais paraenses tendeu a se enquadrar de modo neutro, pró-Aliados, Germanófilo ou Germafóbico conforme o conflito se acirrou?

P3) A partir do “endurecimento” do conflito, a imprensa ocasional surgiu como contraponto Germanófilo, corroborando, de certa forma, com manifestação de admiração pelas noções de “raça forte”, “disciplinada” comuns no ideários eugênicos que persistiram no Brasil pós-colonial até em cidades não povoadas com imigrantes alemães?

P4) A cobertura no período se deteve mais em temas como a eleição para o governo do estado em pleno conflito, demonstrando o quanto a imprensa local, a despeito de se cobrir eventos internacionais preteria-os diante da cultura do jornalismo local que era essencialmente panfletário?

P5) Os jornais, eventualmente, apontavam os efeitos da crise no abastecimento de gêneros de primeira necessidade, preços da borracha, escassez de carvão mineral (e efeitos na devastação da floresta pra produzir carvão vegetal), papel e demais produtos afetados pela guerra e o bloqueio marítimo?

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

iii. Categorias analíticas qualitativas

A análise qualitativa surge a partir das grades de análise que estão divididas quanto ao Tema, Enquadramento, Adjetivação de Atores e Assuntos Tangenciais. Essas categorias estão relacionadas e com fatos que marcaram os anos da guerra, numa tentativa de abarcar os principais eventos de forma cronológica. Obviamente que não será possível cobrir todo conflito e os vários episódios que conduziram a guerra por mais de quatro anos. Contudo, acredita-se que ao pinçar as batalhas, os massacres, as armas químicas e os esforços de paz criar-se-á um fio condutor para compreender os enunciados presentes nos jornais. Quanto aos aspectos recortados para a análise, usou-se nos temas uma redução dos e

Com a clareza de que em um corpo de trabalho de mais de 13 mil páginas, é provável que partes relevantes possam estar de fora da análise, espera-se compreender minimamente a cobertura dos jornais paraense a respeito da Grande Guerra. Entretanto, procurou-se a partir da eleição de categorias já dimensionadas em outros trabalhos de análise qualitativa do discurso avaliar o comportamento dos jornais em relação aos eventos pré-guerra e pós-armistício.

A escolha temática refere-se praticamente aos tópicos discutidos no segundo capítulo desta tese, no qual o contexto da guerra se desenvolveu, tendo em conta oito macro temas, mas que não impediram a análise de outros aspectos ao longo do estudo dos textos e imagens dos jornais tais como dificuldades da cobertura a distância, esclarecimentos de boatos e horizontes de análise do pensamento militar das potências envolvidas, dentre outros. O enquadramento é o que permite visualizar as duas dimensões do discurso (Sousa, 2015). A primeira que dá conta do caráter objetivo dos fatos, em geral, segue a linha da descrição pura e simples. A segunda diz respeito às interpretações que surgem a partir dos sentidos que emergem do discurso ao contextualizá-lo historicamente e socialmente. A categoria de Adjetivação dos Atores é complementar ao enquadramento, pois a partir da identificação das formas enunciativas que qualificam os países, os governantes e os comandantes de destaque ao longo do conflito é possível estabelecer maior percepção dos posicionamentos que os jornais assumiram ao longo de mais de quatro anos de cobertura.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Quadro 04 - Categorias de análise qualitativa quanto aos temas

Temas
Eventos pré-guerra
Mobilização e movimentação de guerra
Guerra terrestre, submarina e aérea
Neutralidade brasileira
Portugal e Estados Unidos na guerra
O Brasil vai à guerra

Quadro 05 - Categorias de análise qualitativa quanto aos enquadramentos

Enquadramento
Neutros
Pró-Aliados
Pró-Potências Centrais

Quadro 06 - Categorias de análise qualitativa quanto à adjetivação dos atores

Adjetivação dos Atores
Franceses
Ingleses
Russos
Portugueses
Norte-Americanos
Alemães
Austro-Húngaros
Brasileiros

Quadro 07 - Categorias de análise qualitativa quanto aos assuntos tangenciais

Assuntos Tangenciais
Borracha
Abastecimento e carestia de preços
Política Interna
Gripe espanhola
Outros

Os quadros acima se propõem a estabelecer um norte para a coleta de informações para a análise qualitativa objeto do próximo capítulo. Convém esclarecer que na seção que se atém ao estudo do jornais na abordagem os temas surgirão na forma da discussão entre os achados no corpus de investigação e o pano de fundo histórico e conceitual que sustenta o diálogo entre a História e o Jornalismo.

5. Síntese do Capítulo

Esta seção ocupou-se de apresentar os caminhos metodológicos que nortearam os caminhos para as análises sobre o corpus de pesquisa. Acredita-se que ao se trabalhar de modo conjugado análises quantitativas e qualitativas do discurso, obtêm-se resultados mais eficientes e um grande número de dados que podem ser posteriormente ampliados em desdobramentos de investigação para além desta tese.

CAPÍTULO V



Ilustração na capa do Estado do Pará
em 01/01/1918.

*Não há conhecimento sem verdade,
isto é, todo conhecimento é
verdadeiro ou não é conhecimento.*
(Tambosi, 2007, p.36).

CAPÍTULO V – ANÁLISE DA COBERTURA DOS JORNAIS PARAENSES NO CONTEXTO DA GRANDE GUERRA

Esta seção se detém em analisar a cobertura da Grande Guerra pelos jornais *Estado do Pará*, *Folha do Norte* e *A Tarde*, no caso deste último, apenas constará as análises a partir de outubro de 1915 até setembro de 1916, período disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública do Pará. Aqui recupera-se categorias apresentadas no capítulo anterior, nas perspectivas quanti e qualitativas, que se mesclam ora para descrever o comportamento mais numérico como, por exemplo, em termos de números de peças, ocorrências de formas de informação jornalística, dentre outros, e o esforço interpretativo dos textos apresentados pelos periódicos à luz da revisão da historiografia sobre a Grande Guerra no contexto internacional, brasileiro e paraense.

Assim, inicia-se a análise dos jornais a partir da perspectiva do conteúdo, para isso, são apresentados dados estatísticos que demonstram como se deu a cobertura do *Estado do Pará*, *Folha do Norte* e *A Tarde* do ponto de vista quantitativo. Em seguida a História e o Jornalismo caminham de forma paralela, em um exercício de complementação entre os fatos descritos e interpretados pelos historiadores e a análise qualitativa do discurso da cobertura sobre a Grande Guerra pelos jornais paraenses. O esforço interpretativo que se faz caminha no sentido de estabelecer um diálogo entre o relato jornalístico e a percepção posterior elaborada pela literatura sobre a Grande Guerra. Sabe-se que esse esforço esbarra na limitação que há ao se pôr lado-a-lado duas perspectivas tomadas de modo distanciado no tempo, porém, esse é o desafio analítico que de certa forma toda análise desse tipo comporta.

1. Panorama quantitativo da pesquisa

Nesta subseção procura-se analisar de modo quantitativo os dados colhidos de forma amostral, o intuito é verificar o comportamento dos jornais quanto aos aspectos mais frequentes que revelem o conteúdo do *Estado do Pará*, *Folha do Norte* e *A Tarde*. No aspecto geral, a Tabela 01 apresenta uma visão panorâmica quanto ao número de peças (f) e o percentual (fr) dentro da amostragem dos três jornais analisados. A expressiva presença de material jornalístico nos diários denota a forte cobertura que os diários paraenses dedicaram à Grande Guerra.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

TABELA 01 – Quantidade de Edições que contém peças jornalísticas ou não sobre a I Grande Guerra, por localização, quanto ao tipo da peça, por jornal na amostra estudada.

Jornal	Local	Ocorrência	Nota Telegráfica		Artigo de Fundo		Editorial		Foto Legenda		Reportagem		Total	
			f	fr	f	fr	f	fr	f	fr	f	fr	f	fr
Estado do Pará	1P	Há peça	35	38,5	5	5,5	23	25,3	16	17,6	7	7,7	56	61,5
		não há	56	61,5	86	94,5	68	74,7	75	82,4	84	92,3	35	38,5
	Pi	Há peça	78	85,7	10	11,0	2	2,2	2	2,2	3	3,3	79	86,8
		não há	13	14,3	81	89,0	89	97,8	89	97,8	88	96,7	12	13,2
	tot	Há peça	86	94,5	14	15,4	25	27,5	16	17,6	9	9,9	88	96,7
		não há	5	5,5	77	84,6	66	72,5	75	82,4	82	90,1	3	3,3
Folha do Norte	1P	Há peça	18	19,8	17	18,7	8	8,8	0	0,0	15	16,5	47	51,6
		não há	73	80,2	74	81,3	83	91,2	91	100,0	76	83,5	44	48,4
	Pi	Há peça	88	96,7	0	0,0	1	1,1	0	0,0	3	3,3	88	96,7
		não há	3	3,3	91	100,0	90	98,9	91	100,0	88	96,7	3	3,3
	tot	Há peça	88	96,7	17	18,7	9	9,9	0	0,0	16	17,6	89	97,8
		não há	3	3,3	74	81,3	82	90,1	91	100,0	75	82,4	2	2,2
A Tarde	1P	Há peça	8	12,1	5	7,6	21	31,8	17	25,8	0	0,0	36	54,5
		não há	58	87,9	61	92,4	45	68,2	49	74,2	66	100,0	30	45,5
	Pi	Há peça	11	16,7	43	65,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	65	98,5
		não há	55	83,3	23	34,8	66	100,0	66	100,0	66	100,0	1	1,5
	tot	Há peça	62	93,9	44	66,7	21	31,8	17	25,8	0	0,0	65	98,5
		não há	4	6,1	22	33,3	45	68,2	49	74,2	66	100,0	1	1,5

1.1. Estado do Pará

Desde o começo dos eventos que compõem os cenários de antessala da guerra, bem como a partir de 1914 quando o conflito se consolidou, o *Estado do Pará* reafirmou em editoriais a defesa da neutralidade e, não raramente, publicou algumas reflexões quanto aos possíveis efeitos negativos de uma guerra de grandes proporções naquela altura. Em reportagens e artigos de fundo há uma dificuldade em especificar quem os escreve, pois a grande parte está sem assinatura, portanto, supõem-se oriundos da própria redação. Recordar-se que para a análise quantitativa do discurso usou-se a *Técnica de Amostragem Sistemática*, conforme explicado na seção anterior; já para a análise qualitativa do discurso foram analisadas 1.612 edições, disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional do Brasil no período de 30 de junho de 1914 a 28 de novembro de 1918, configurando 6.448 páginas subdivididos para análise primeira página 1.612 páginas e outras páginas

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

(fl2 a fl4) que perfazem 4.836 páginas. Há eventualmente uma ou outra edição de deixou de ser analisada por estar pouco legível ou não constar no acervo, contudo, não é uma ausência relevante para o contexto da análise.

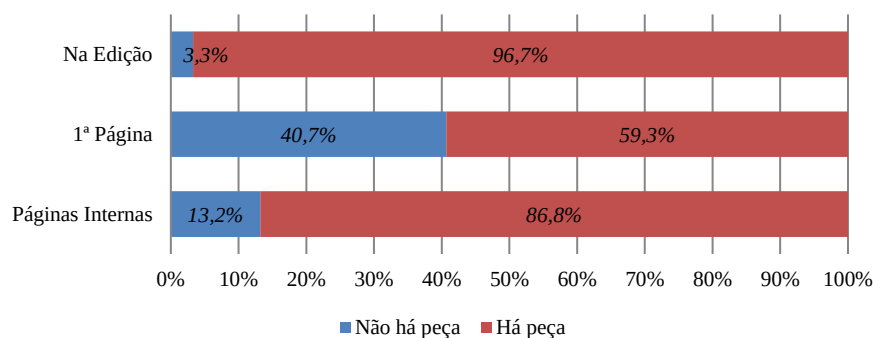
Ao longo da Grande Guerra, o *Estado do Pará* manteve uma cobertura sistemática do tema. Entende-se como cobertura sistemática (Gráfico 01 e Tabela 02) a presença constante de assuntos relacionados direta ou indiretamente aos acontecimentos na guerra, seja em forma de artigos de fundo, editoriais, reportagens e, sobretudo, em forma de notas telegráficas (Gráfico 02). A partir da Técnica de Amostragem Sistemática foram analisadas 91 edições do Jornal Estado do Pará, sendo a primeira, por sorteio, a do dia 09/07/1914, encontrando-se as demais de 17 em 17 edições, ou edição subsequente disponível, conforme a técnica amostral apresentada no capítulo anterior, sendo a última do dia 16/09/1918. Das 91 edições amostrais analisadas apenas três edições, dos dias 09/07/1914, 04/01/1916 e 29/01/1917, não trouxeram peças jornalísticas sobre a guerra, o que totaliza uma frequência relativa de 3,3% de jornais sem nenhuma referência à Grande Guerra, contra 97% de achados de referências ao tema. A Tabela 01 mostra que frequência do assunto na primeira página foi encontrado em 88 edições.

TABELA 02 – Frequência da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização da peça, no *Estado do Pará*.

Local	Não há peça sobre a guerra		Há peça sobre a guerra		Amostra
	f	fr	f	fr	
1ª Página	37	40,7	54	59,3	91
Páginas Internas	12	13,2	79	86,8	91
Na Edição	3	3,3	88	96,7	91

Obs: f – frequência; fr – frequência relativa.

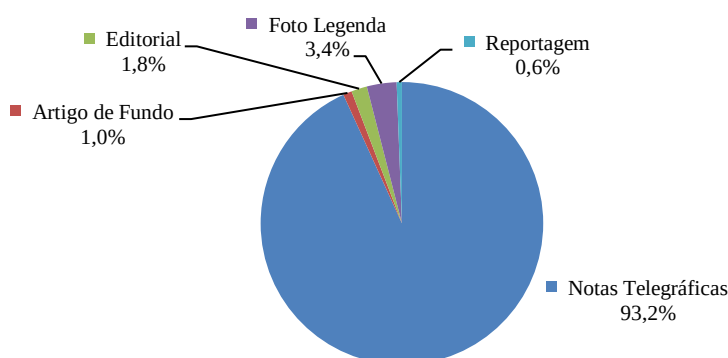
GRÁFICO 01 – Frequência relativa (em %) da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização no jornal *Estado do Pará*.



Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Em relação ao formato da informação publicada pelo Estado do Pará percebe-se a predominância das Notas Telegráficas, com frequência relativa de 93,2%. Esse dado demonstra que o envio de notícias pelo telégrafo dominava a atualização dos últimos fatos sobre temas ao redor do conflito. Quanto ao espaço onde as peças jornalísticas eram publicadas, nota-se que apesar do grande percentual de destaque dado à Grande Guerra na primeira página, 59,3%, no Estado a grande maioria, 86,8%, estava localizada nas páginas internas, nomeadamente na seção “Telegramas” como mostra o Gráfico 01.

GRÁFICO 02 – Frequências relativas (em %) amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, no jornal *Estado do Pará*.



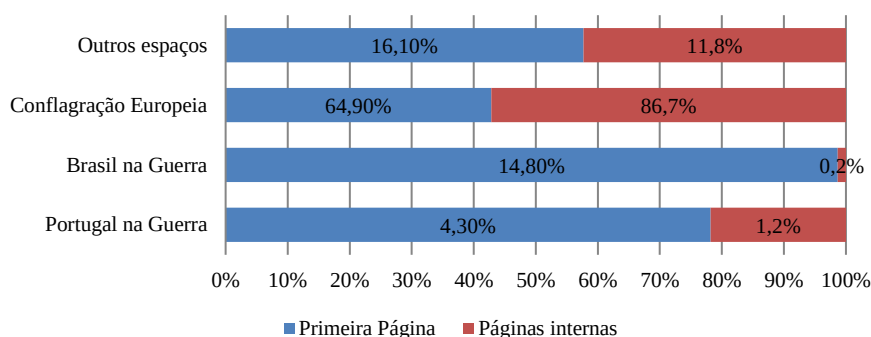
Um dado interessante no *Estado do Pará* é a presença de um percentual marcante de peças do tipo Fotolegenda, com 3,4% (Gráfico 02), índice maior do que formatos como, por exemplo, Editorial com 1,8%. A frequência relativa de Fotolegenda ficou em segundo lugar dentro do total de formatos jornalísticos analisados. Isso demonstra o esforço que o jornal empreendia em utilizar ferramentas iconográficas como complemento de textos ou mesmo como informação isolada, o que também aponta para a incorporação de recursos mais avançados à época, voltados não só para a diversificação da informação, mas também como proposições mais modernas em termos gráficos e visuais. Além disso, 3,4% do material publicado pelo Estado se voltou para textos mais analítico e de contexto, representado em formatos como Reportagem, Artigo de Fundo e Editorial.

Um outro aspecto que convém mencionar é que com a evolução do conflito surgiram seções dedicadas ao tema da guerra tais como Conflagração Europeia, A Guerra, Conflito Teuto-Ianque. Nesses espaços eram aglutinados textos analíticos, notas telegráficas e outros tipos de formatos jornalísticos. O Gráfico 03 mostra, por exemplo, três colunas dedicadas que surgiram no decorrer do envolvimento de países no conflito. Conflagração

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Europeia foi uma das primeiras, criada assim que a Grande Guerra iniciou e que esteve bastante presente tanto na primeira página quanto nas páginas internas, nesta última como uma frequência relativa maior, 86,7%. Quando Portugal entrou no conflito mereceu por parte do jornal cobertura dedicada e muito presente nas edições e surgindo percentual maior na primeira página do que em páginas internas. Aliás, o *Estado do Pará* cobria de perto a vida em terras lusas. Uma seção intitulada “Cartas de Portugal” costuma retratar episódios da vida política, social e cultura portuguesa.

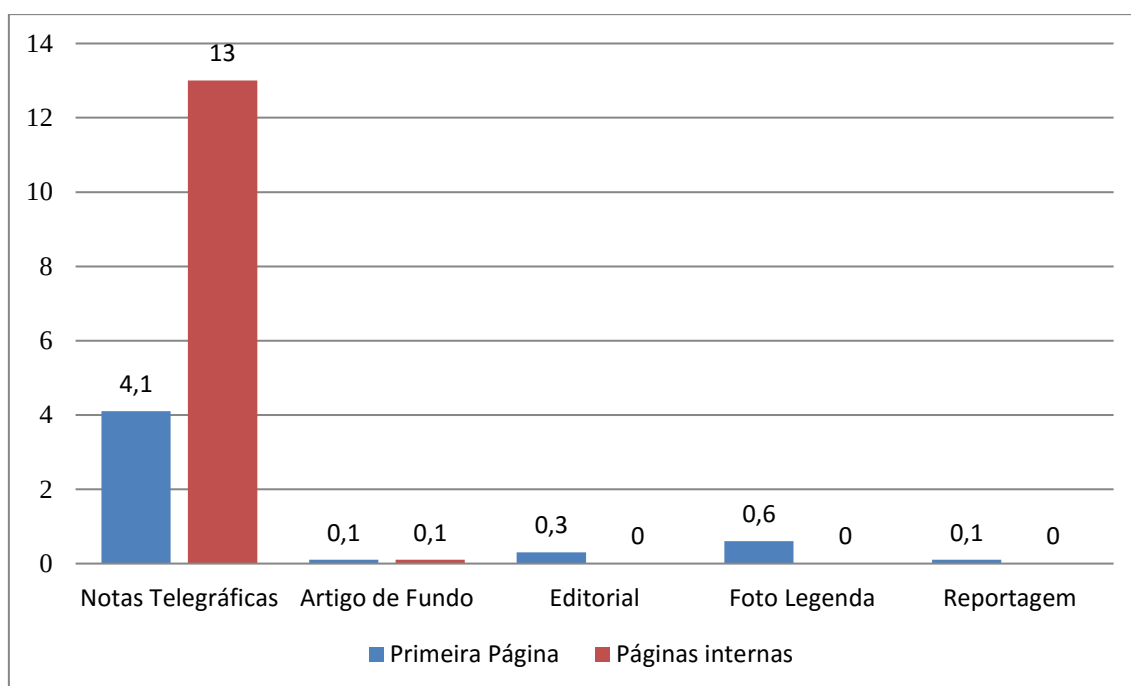
GRÁFICO 03– Frequências relativas das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados (em colunas dedicadas ou não), por localização no jornal *Estado do Pará*.



Em termos de formatos jornalísticos e a localização no espaço do *Estado*, o Gráfico 04 mostra que os formatos de pequenas notícias, do tipo notas telegráficas, ainda predominam na primeira página com média de 4,1 frente aos editoriais, às reportagens e aos artigos de fundo, portanto, formatos mais contextualizados, embora presentes praticamente só na capa do jornal, pareciam ser preteridos aos tipos de textos curtos e supostamente de conteúdos mais atualizados, pois as notas telegráficas, com o avanço do conflito, costumavam ser datados do dia anterior, sinalizando a cidade de onde era enviada, mas com pouca identificação da agência que a forneceu. No caso do Estado do Pará, as notas identificadas pela *Western* além da cidade e data, possuíam o registro da hora, que supõe-se ser a do envio da notícia.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

GRÁFICO 04 – Médias amostrais das quantidades de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística e por localização no jornal *Estado do Pará*



1.2. *Folha do Norte*

Na *Folha do Norte* foram analisadas 91 edições da *Folha do Norte*, sendo a primeira, por sorteio, a do dia 09/07/1914, encontrando-se as demais de 17 em 17 edições, ou edição subsequente disponível, conforme a Técnica de Amostragem Sistemática, sendo a última do dia 16/09/1918. Das 91 edições amostrais analisadas apenas duas edições, dos dias 02/12/1915 e 10/07/1918, não trouxeram peças jornalísticas sobre a guerra. A *Folha do Norte* mostrou-se, em princípio, não atentar para os fatos que ocorriam na Europa, para as consequências possíveis do assassinato do arquiduque e as primeiras tensões que se desenrolaram em boa parte do mês de julho de 1914, por isso mesmo o discurso inicial apresenta-se puramente informativo e pouco analítico.

TABELA 03 – Frequência da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização, na *Folha do Norte*.

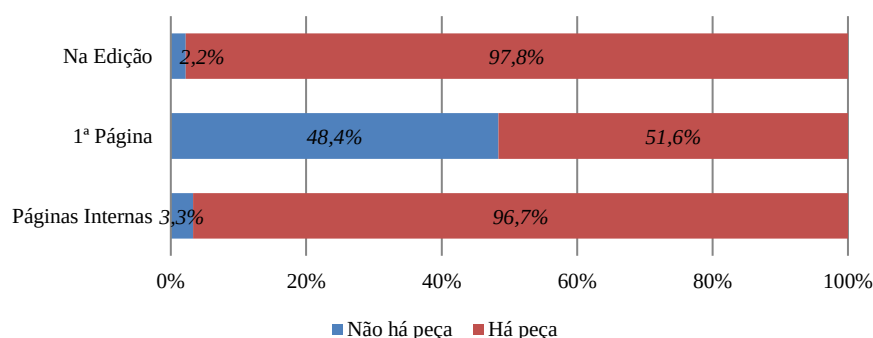
Local	Não há peça sobre a guerra		Há peça sobre a guerra		Amostra
	f	fr	f	fr	
1ª Página	44	48,4	47	51,6	91
Páginas Internas	3	3,3	88	96,7	91
Na Edição	2	2,2	89	97,8	91

Obs: f – frequência; fr – frequência relativa.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

No que se refere à *Folha do Norte*, utilizou-se para a análise qualitativa as edições de 30 de junho de 1914 até 28 de novembro de 1918, totalizando 1.612 edições e 6.448 páginas, subdivididos em primeira página 1.612 páginas e outras páginas (fl2 a fl4) que totalizam 4.836. Do ponto de vista quantitativo, a *Folha* apresentou a frequência de 89 edições com peças sobre a guerra, uma a mais que o *Estado do Pará*. Apesar de ter se dedicado à cobertura sobre o conflito já quando as tensões entre Áustria-Hungria e Sérvia praticamente caminhavam para a guerra, a *Folha*, em termos de frequência relativa, publicou mais sobre o tema com 97,8% de peças dedicadas ao conflito dentro da amostra. Além disso, no tocante à localização das peças no jornal também seguiu o mesmo movimento do *Estado do Pará*, ou seja, 96,7% do material publicado se concentrou nas páginas internas com 96,7%, índice maior que o do *Estado* (Gráfico 03). A localização das peças na *Folha* aponta para a concentração de informações sobre temas relacionados à guerra nas páginas internas, mais especificamente na seção “Serviço Telegráfico” com 96,9% (Gráfico 06).

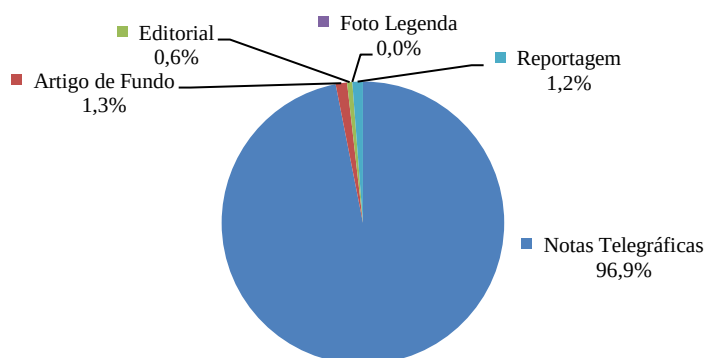
GRÁFICO 05– Frequência relativa (em %)da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto à localização no jornal *Folha do Norte*.



Um aspecto que merece ser referenciado sobre o formato da informação jornalística na *Folha do Norte* diz respeito à ausência de peças do tipo Fotolegenda, indicando que o jornal ainda não conseguia fazer uso de recursos mais avançados da informação visual como complemento ou informação isolada (Gráfico 06). A seguir ao formato de notas telegráficas segue-se o artigo de fundo com 1,3% de frequência relativa dentro da amostra pesquisa, somados ao 1,3% de Artigo de Fundo, 1,2% de Reportagem e 0,6 de Editorial, tem-se 3,2% de material informativo mais analítico e contextualizado dentro da cobertura da *Folha* sobre a Primeira Guerra Mundial.

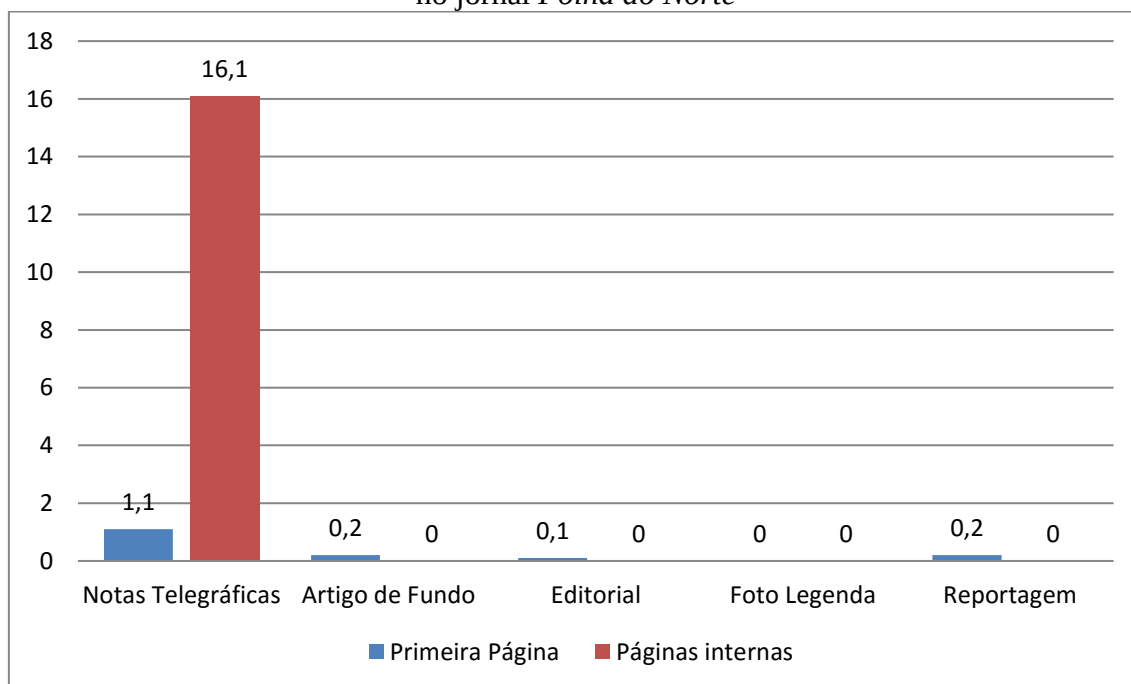
Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

GRÁFICO 06 – Frequências relativas amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, no jornal *Folha do Norte*.



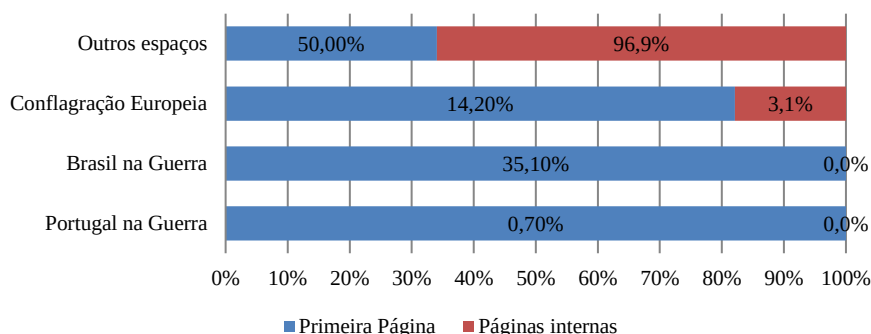
Na *Folha do Norte* a média da publicação de notícias do tipo notas telegráficas nas páginas internas é bem marcante, com a presença 16,1 (Gráfico 07). A baixa presença desse tipo de formato jornalísticos na principal página do jornal mostra que o jornal procurava aglutiná-los na seção específica para esse fim, o “Serviços Telegráficos”. Nesse sentido, a *Folha* procurava manter uma certa organização temática nas suas edições, quase sempre a separar as seções em páginas específicas.

GRÁFICO 07 – Médias amostrais das quantidades de jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados se em colunas dedicadas ou não, por posição, no jornal *Folha do Norte*



Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

GRÁFICO 08– Frequências relativas das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados (em colunas dedicadas ou não), por localização no jornal, no jornal *Folha do Norte*



Quanto à criação de seções dedicadas, a *Folha do Norte* dedicou um bom espaço na primeira página ao Brasil quando o país caminhou para a guerra. O percentual de frequência relativa de 35,10% (Gráfico 08) demonstra que o tema tinha tal relevância que não foi encontrado nas páginas internas, bem como “Portugal na Guerra”, embora em percentual, 0,7%, bem menor as demais seções, mas sempre reportado na capa do jornal. O que sinaliza para a relevância que a cobertura portuguesa no conflito representava para a *Folha*. Além disso, percebe-se que “Conflagração Europeia” nem sempre dominou as principais manchetes, em 3,1% da amostra a seção foi deslocada para as páginas internas, integrando-se ao “Serviço Telegráfico”.

1.3. A Tarde

Do ponto de vista do *A Tarde*, pelo o que se pode levantar, o diário começou a circular pouco mais de um ano após o início da conflagração, portanto, o foco do jornal já era em grande parte a Grande Guerra, expresso, especialmente, em editoriais e artigos de fundo na primeira página. O jornal comumente usava enunciados visivelmente germanófilos e, em muitas vezes, esse tipo de discurso pôde ser percebido até nas notas. A última edição disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública do Pará data de 30 de setembro de 1916, edição de nº 298, antes de países neutros como Estados Unidos e Brasil entrarem na guerra. se o que se deduz que ao longo de sua existência o jornal *A Tarde* publicou 298 edições. O número de Edições disponíveis para análise (incluindo as rasgadas e parcialmente disponível, em diversas a imagem digital está ilegível)

- 70 edições em 1915 (da edição de nº 07 à 78)
- 134 edições em 1916 (da edição de nº 79 à 298)
- Total de 204 edições disponíveis.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Conforme já mencionado no capítulo anterior, sobre metodologia, analisou-se a amostra de 66 jornais que compreende a edição de 02/10/1914 até a de 18/09/1916, e foram encontradas as seguintes informações: das 66 edições analisadas apenas a edição de véspera do natal de 1915 não trouxe nenhuma matéria sobre a guerra, e em 30 edições (44,45%) não houve nenhuma peça sobre a guerra na primeira página. Das 66 edições amostrais analisadas apenas uma, a edição do dia 24/12/1915, não trouxe peças jornalísticas sobre a guerra.

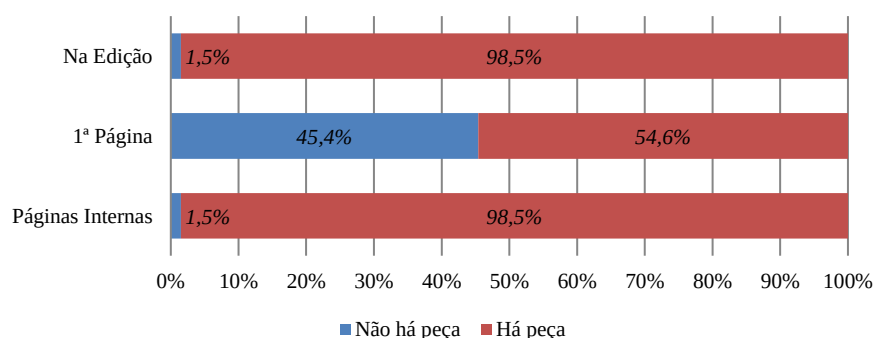
TABELA 04 – Frequência da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto ao local, no jornal *A Tarde*.

Local	Não há peça sobre a guerra		Há peça sobre a guerra		Amostra
	f	fr	F	fr	
1ª Página	30	45,4	36	54,6	66
Páginas Internas	1	1,5	65	98,5	66
Na Edição	1	1,5	65	98,5	66

Obs: f – frequência; fr – frequência relativa.

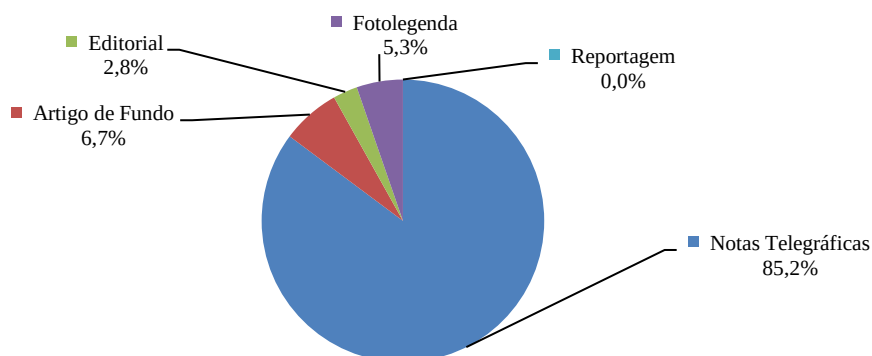
A Tabela 04 demonstra que boa parte das informações relativas à Grande Guerra situavam-se nas páginas internas do jornal concentrando 98,5% de frequência relativa de peças jornalísticas do *A Tarde*, o que está em ressonância com o conteúdo proveniente de notas telegráficas, 85,2% (Gráfico 10) e compatível com os achados nos jornais *Estado do Pará* e *Folha do Norte*. Ainda sobre o *A Tarde*, chama a atenção que apesar de ser uma publicação menos robusta em termos de tamanho e de apresentação mais simples graficamente, houve bastante uso do recurso de Fotolegenda.

GRÁFICO 09 – Frequência relativa da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto ao local, no Jornal *A Tarde* na amostra estudada entre os dias 02/10/1914 à 19/09/1916.



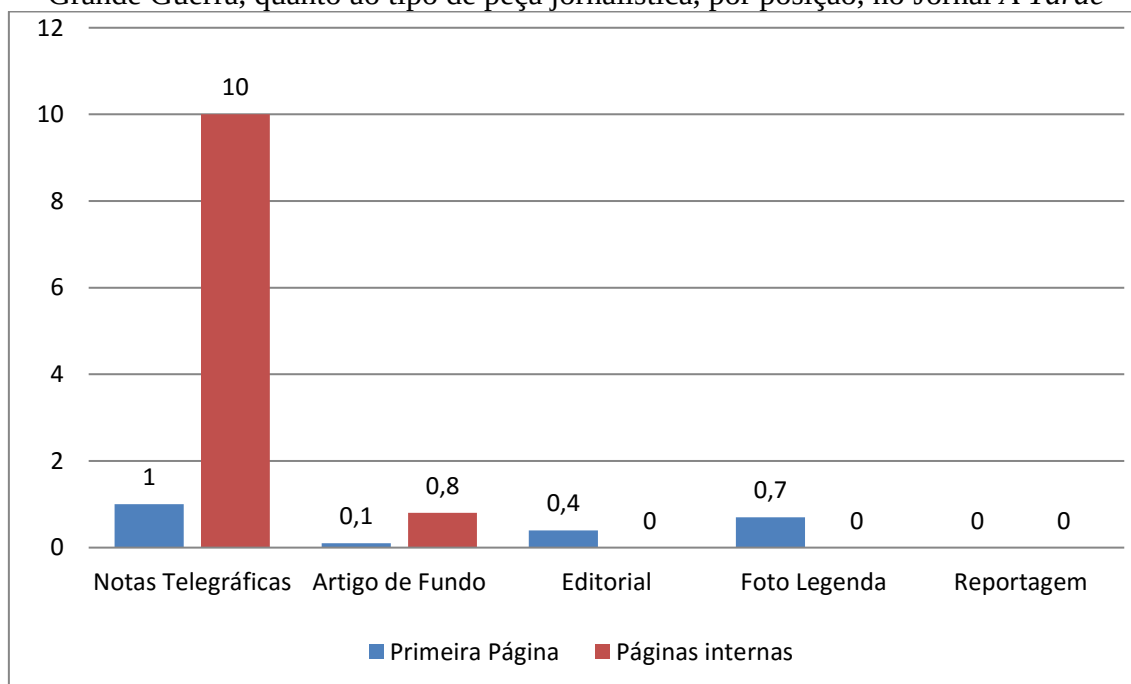
Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

GRÁFICO 10 – Frequências relativas amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, por posição, no Jornal *A Tarde*.



O caráter mais personalista do jornal *A Tarde* fica evidente quando não se verifica a presença de reportagens na amostra e, ainda mais, quando se percebe o percentual de 6,7% de artigos de fundo (Gráfico 10), seguido de 2,8% de editoriais. Na análise qualitativa o enquadramento a um dos lados do conflito fica evidente o posicionamento germanófilo do jornal, daí, por exemplo, o percentual de quase 10% de artigos de fundo e editorial, formatos jornalísticos que permitiam demonstrar mais claramente argumentos a favor desse lado.

GRÁFICO 11 – Médias amostrais das quantidades de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto ao tipo de peça jornalística, por posição, no Jornal *A Tarde*

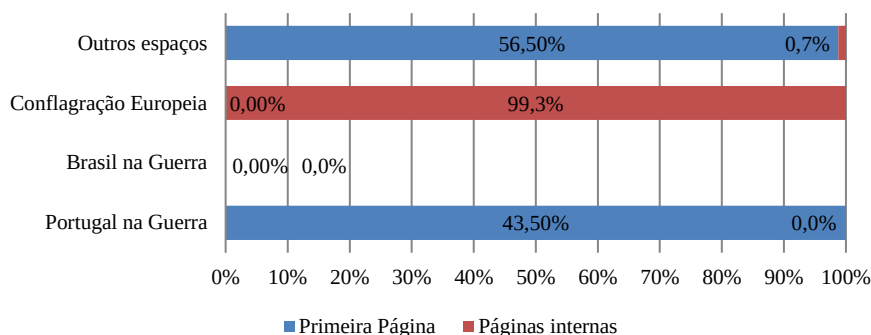


No Gráfico 11 é possível verificar as médias de peças tipo artigo de fundo, editorial e Fotolegenda presentes na primeira página é relevante. Percebe-se que as notas

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

telegráficas praticamente concentravam-se na página dois, visto que as duas últimas páginas eram dedicadas à publicidade.

GRÁFICO 12 – Estatísticas amostrais das peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados se em colunas dedicadas ou não, por posição, no jornal *A Tarde*



2. Panorama qualitativo da pesquisa: a Grande Guerra ou a guerra que não acabou

O início o verão europeu de 1914 aparentemente não anunciava o conflito em proporções que foi vivenciado a partir de agosto daquele ano. Para os sérvios, o dia 28 de junho era o aniversário da batalha de Kosovo, em 1389, quando foram submetidos ao domínio turco. Álvaro Lozano (2011) e Marc Ferro (1993) assinalam que o dia escolhido por Francisco Ferdinando para visitar a Sarajevo sou como uma forma de provocação a alguns grupos ultranacionalistas como o “Mão Negra”, da qual fazia parte Gravilo Princip. A primeira tentativa de assassinato de Ferdinando – pertencente a casa dos Habsburgo – ocorreu ainda quando a comitiva do arquiduque percorria uma das ruas da capital da Bósnia e uma bomba foi atirada por um jovem também pertencente ao “Mão Negra” atingindo a parte traseira de um veículo do cortejo, sem, no entanto, atingir diretamente o herdeiro do trono Austro-Húngaro.

O fracasso desse atentado não demoveu Francisco Ferdinando de prosseguir com a visita e nem tão pouco os jovens que pertenciam ao “Mão Negra” em concluir o plano inicial.

No entanto, um dos terroristas, Gavrilo Princip, se encontrava na antiga rota desapontado com o fracasso do primeiro atentado. O motorista do arquiduque se virou para ir para a rua que estava na rota original. O general que acompanhou o arquiduque gritou ao motorista para corrigir, e este parou bem na frente de Princip.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Raramente um erro teve consequências tão trágicas. Princip fez dois precisos tiros mortais que alcançaram o arquiduque e sua esposa, que se tornaram as duas primeiras vítimas da Primeira Guerra Mundial (Lozano, 2011, p.20-21).⁷⁶

2.1. Eventos pré-guerra

No dia 29 de julho de 1914, dia seguinte ao assassinato de Francisco Ferdinando e sua mulher Sofia, ainda não há qualquer menção ao acontecimento nos jornais *Estado do Pará* e *Folha do Norte*. Curiosamente, nesse dia, são publicadas duas notas na seção de “Telegrammas”, do *Estado*, informando que oficiais da marinha alemã e inglesa trocaram gentilezas em águas da Alemanha e que o Kaiser visitou o almirante inglês que comandava o navio que estava em Hamburgo, o que em nada parecia evidenciar a situação beligerante na qual as duas nações seriam lançadas a pouco mais de um mês depois.

Oliver Compagnon refere que os jornais brasileiros no dia seguinte ao assassinato de Francisco Ferdinando o fato é recebido com “um tratamento estritamente anedótico no *Jornal do Commercio*, em meio a outras notícias internacionais.” (Compagnon, 2013, p.38). Porém, a tônica nos jornais paraenses foi outra. Pelo menos no *Estado do Pará*, dois dias após ao assassinato de Francisco Ferdinando e sua esposa, 30 de junho de 1914, o jornal publicou artigo de fundo, ocupando uma coluna e meia na primeira página, no qual procurava contextualizar os acontecimentos em Sarajevo a partir de um pano de fundo familiar. O título do artigo no *Estado do Pará* já anunciava esse enquadramento “Dinastia Infortunada” e no desenrolar do texto o jornal recupera eventos da vida do imperador da Áustria-Hungria, do herdeiro do trono assassinado, Francisco Ferdinando e até sobre a morte do imperador do México (da mesma família, os Habsburgo⁷⁷). O artigo

⁷⁶ Sin embargo, uno de los terroristas, Gravilo Princip, se encontraba en la antigua ruta decepcionado por el fracaso del primer atentado. El conductor del archiduque giró para adentrarse en la calle que figuraba en la ruta original. El general que acompañaba al archiduque gritó al conductor para que rectificase, y este frenó justo delante de Princip. Pocas veces un error ha tenido unas consecuencias tan trágicas. Princip realizó dos certeros disparos que alcanzaron mortalmente al archiduque y a su mujer, que se convirtieron en las dos primeras víctimas la guerra mundial.

⁷⁷ Não se pode esquecer que fazia parte dessa mesma família *Caroline Josepha Leopoldine von Habsburg-Lothringen*, conhecida no Brasil como Maria Leopoldina, esposa do primeiro imperador brasileiro, D. Pedro I e mãe de D. Pedro II. Os *Habsburgo* foram durante séculos uma das mais fortes e influentes dinastias do mundo, com extensões desde a América Latina (México e Brasil) e na Europa (Sacro Império Romano Germânico, Áustria-Hungria, Portugal, Espanha).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

sublinhava que o imperador Francisco José vivia uma existência de má sorte, expressos em termos como “atormetado”, “trágica sorte”, “vida semeada de luto” adjetivos que surgem ao longo do texto, no qual é visível o tom de lamento. Ao mesmo, no artigo são usadas expressões que sinalizavam certa cautela ao relatar o ocorrido como, por exemplo, “conta telegrama” e “o laconismo do despacho não nos permite antever as circunstância”. O texto iniciava da seguinte forma.

Mais um tremendo infortúnio acaba de cair sobre a atormentada vida de Francisco José I imperador da Áustria e rei da Hungria: conta telegrama, ontem por nós recebido, e mais abaixo inserto, haverem sido assassinados em Sarajevo, uma das capitais da Bósnia Herzegovina, o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono dos Habsburgos, e sua esposa a princesa de Hohenberg (...). O laconismo do despacho não nos permite antever as circunstâncias em que se desenrolou o trágico sucesso e nem o intuito do assassino. (*Estado do Pará*, 30/06/14)

Nesse mesmo artigo, o jornal também registra que acionou o encarregado do vice-consulado da Áustria em Belém, demonstrando interesse em confirmar o ocorrido em Sarajevo. No caso em tela, é a imprensa que atua como fonte a um órgão oficial.

Logo que chegou o despacho infra, seriam 9 horas, telefonamos para o sr. encarregado do consulado da Áustria, sr. Frederic Steiner (...). O encarregado do vice-consulado da grande nação europeia não havia recebido notícia alguma oficial. Entretanto, fez hastear a bandeira do seu país a meio pau. (*Estado do Pará*, 30/06/14,p.1).

Em editorial no dia 02 de julho de 1914, o *Estado* novamente se atém ao assassinado, sem contudo, oferecer mais informações sobre as circunstâncias do acontecimento. Chama a atenção nesse texto é o enfoque dado ao problema político criado pelo fato do herdeiro do trono austro-húngaro ser casado com uma plebeia, situação pouco tolerada por parte da Corte, desejosos de um divórcio entre Francisco Ferdinando e Sofia (princesa Hohenberg). O último parágrafo do texto: “Subitamente chega-nos a terrível notícia do seu assassinato e de sua esposa e ao espírito vem nos a ideia de que talvez fosse esta a única solução achada para uma complicada situação política” (*Estado do Pará*, 02/07/1914, p.1). Naquela altura, sem dominar os detalhes do assassinato do herdeiro trono Austro-Húngaro, o jornal sutilmente sugere que o ocorrido pudesse ter sido obra de

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

gente de dentro do próprio Império, com vistas a impedir a ascensão de uma imperatriz plebeia ao trono (Figura 12).

Figura 12 – Recorte do artigo sobre a Tragédia em Sarajevo no jornal Estado do Pará.



Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O jornal *Folha do Norte* repercutiu a notícias sobre o assassinato de Francisco Ferdinando, entretanto, dois dias depois do ocorrido, no dia 30 de junho de 1914 em uma nota telegráfica (seção Serviço Telegráfico).

Toda capital fremiu de dolorosa surpresa, pela manhã de hoje, com o assassinato bárbaro e odioso do arquiduque Francisco Ferdinando, príncipe herdeiro do trono, e de sua esposa, a princesa Sofia. Este fato alarmou profundamente a população, sendo largamente explorado por todos os jornais. O telegrafo está sofrendo rigorosa censura. (*Folha do Norte*, 30/06/14, p.3)

A *Folha* retornou ao assunto na mesma seção no dia 03/07/14, três grandes notas descrevem o ocorrido e uma quarta mostra repercussão na Alemanha. A *Folha* continuou a publicar sobre o tema nos dois dias seguintes. No dia 07 de julho 1914 o jornal trouxe em uma nota na seção “Serviço Telegráfico” a informação da chegada do corpo do arquiduque e esposa, bem como o fato de que no testamento de Francisco Ferdinando há a proibição de que parentes assistam o seu funeral. No dia seguinte detalhes sobre o complô para matá-lo.

Viena,². Diversas personalidades que faziam parte da comitiva do infortunado arquiduque Franz Fernando, referem que o complô conta a vida dos herdeiros do trono austríaco estava há muito preparado e que as vítimas, em caso algum, poderiam sair com vida da capital da Bósnia. Sob a mesa em que deveria ser servido um *lunch* aos arquidukes, quando estes regressassem da recepção no edifício da municipalidade, foram encontradas duas bombas de dinamite, e outra no fogão da casa do conde Ildije, onde a arquiduquesa Sofia permaneceu durante algum tempo. A polícia de Sarajevo prendeu uma mulher que conduzia sete bombas de dinamite. (*Folha do Norte*, 08/07/1914, p.3)

Cinco dias após o assassinato, o *Estado do Pará* publicou em quase duas colunas completas (das sete diagramadas na primeira página) todo o relato dos eventos em torno do assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em um artigo de fundo com várias notas telegráficas todas de Viena, com exceção de quatro oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo e que fazem referência aos envios de condolências ao rei da Áustria-Hungria. Curioso é perceber naquela altura que já se noticiava a repercussão do atentado em Sarajevo em outros jornais. Uma nota específica, datada de 30 de junho de 1914, originada na capital do Brasil, parece ratificar a cobertura do *Estado do Pará*, dando conta

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de que o assunto foi abundantemente publicado pela imprensa, que se supõe ser a do Rio de Janeiro, de onde a nota se origina.

Ao longo de quase todo o mês de julho de 1914, o *Estado do Pará* acompanhou o desenrolar dos ânimos na região dos Balcãs, sobretudo por uso de notas na seção “Telegrammas” em uma subseção dedicada à Áustria e um ou outro artigo de fundo ou reportagem. Essas notas cobriam desde as manifestações de ruas contra a Sérvia, os funerais do arquiduque e esposa, a confissão de Grávo Princip, a invasão servia na Albânia, o ultimato dado à Sérvia, a mobilização de forças, dentre outras pequenas informações a respeito das relações tensas entre a Sérvia e o Império Austro-Húngaro após o incidente. Em 22 de julho de 1914, o jornal volta a estampar na primeira página o tema do assassinato, em uma reportagem de duas colunas, bem como as repercussões que o crime causou na Europa, sob o intertítulo “Os Grandes Crimes Políticos”. Ao que parece, o *Estado do Pará* estava a criar um argumento - desde o início da publicação de artigos de fundo e editoriais nos primeiros dias de julho um - para definir o caráter político do atentado em Sarajevo, como se de alguma forma as tensões no Balcãs e o desconforto com a situação matrimonial de Francisco Ferdinando tivesse criado a ambiência para um complot de natureza política. Sem pôr em causa diretamente a questão étnica que tomava conta daquela época a região, o trecho abaixo reflete a fala do poder imperial.

Causou, na Europa, verdadeiro assombro a negligência com que a polícia de Sarajevo assegurou a vigilância do príncipe durante a sua permanência na capital bosniana. Em seguida ao primeiro atentado, a polícia não tomou nenhuma providência extraordinária. Acredita-se, em Viena, em cumplicidade d’alguns policiais de Sarajevo. (*Estado do Pará*, 22/07/1914, p.1).

O mesmo sentimento de desventura retornou no dia 26/07/1914, à primeira página do *Estado do Pará*, ao publicar da imagem da família imperial (Figura 13), sugerindo certa empatia ao imperador e, aliado ao texto da legenda que reforça a ideia de “infortúnio” ao contar os mortos da família de Francisco José - a esposa, o filho, o irmão -, presentes no discurso desde o início da cobertura dos fatos, demonstra pesar pelas perdas pelas quais a família tinha passado. A tônica da fala do jornal desde o início quando se refere aos acontecimentos em Sarajevo é relacioná-lo ao contexto de lutos vividos pelo imperador em um tom quase fatalista, ou seja, o assassinato do arquiduque e esposa tratava-se de mais uma fatalidade ao qual o clã estaria destinado sempre a vivenciar.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 13– Fotolegenda publicada no *Estado do Pará*, edição de 26/07/1914, identifica os membros da família imperial da Áustria-Hungria.



A *Folha da Norte* levou algum tempo para publicar material mais analítico e ainda no mês de julho de 1914 limitou-se a se referir ao tema em notas telegráficas. Os bastidores do que ocorria na Europa no verão de 1914 parecia não anunciar o conflito que chegaria em menos de um mês. Assim, a *Folha* publicou uma nota originária da Berlim relatando que em 17 de julho um aeroplano francês havia aterrado na Alsácia por engano. Os militares alemães convidaram a tripulação francesa para um “almoço fraternal” (*Folha do Norte*, 19/07/14, p.3). A possibilidade efetiva de uma guerra entre Áustria e Sérvia foi publicada no jornal no dia 28/07/1914, na página 3, por meio de uma nota oriunda de Londres.

Londres, 25 Nos círculos políticos acredita-se que a Áustria declarará guerra à Sérvia, hoje, à noite. O *Daily Telegraph* reconhece que a Sérvia é, em parte, responsável pelos atuais acontecimentos, que podem ter um desfecho violento, acrescentando que, em caso de guerra, não se sabe se os resultados serão proveitosos à Áustria. O *Standart* manifesta suas simpatias pela causa austríaca e o *Times* adverte à Áustria dos perigos da complicação internacional que a sua atitude pode provocar. O *Daily Mail* assegura que se a Áustria não atender o pedido

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

formulado pela Rússia, relativo à prorrogação de prazo para a resposta ao *ultimatum* enviado à Sérvia, a Tríplice Aliança encontrará pela frente as nações da Tríplice Entente, não sendo fácil prever a quem caberá a vitória desse choque formidável. (*Folha do Norte*, 28/07/1914, p.3).

A repercussão da imprensa londrina, a *Folha* tentou traçar um panorama dos “humores” que ecoavam na capital britânica no período. As notícias com as sínteses de quatro jornais sobre as tensões entre Áustria desenhavam os possíveis cenários a respeito das tensões na Europa. Nessa mesma edição, a *Folha* repercutiu informações de Paris, Berlim e São Petersburgo sobre o ultimato austríaco.

O tom de drama familiar surgiu na *Folha do Norte* no dia 02 de agosto em destaque na primeira página na forma de artigo de fundo com o título. “A Marca dos Hamburgos”. O texto abordou a morte de Francisco Ferdinando e faz referência à francesa *Madame Thebes*, que havia escrito ensaios sobre o futuro soberano e sobre algumas supostas previsões que ela havia feito sobre o ocorrido. O texto da *Folha* segue o fio que também foi usado pelo *Estado de Pará*, narrar as desgraças que os membros da família real austríaca sofreram por gerações, enfoque na tragédia familiar. O tema é novamente retomado no dia seguinte, dia 03 de agosto de 1914, em uma reportagem sobre as causas que geraram a guerra austro-sérvia. Na matéria, o imperador Ferdinando José é descrito como um homem que vê todos “caírem assassinados” ao seu redor e sobre a geração de tantas mortes com as guerras, algo que sempre existirá causado pelas mesmas ambições, ao se referir ao Império Austro- Húngaro. A abordagem das tensões oriundas da tragédia em Sarajevo não eram privilégios do jornalismo paraense, Oliver Compagnon (2013, p.37) assinala que jornal carioca *Correio do Amanhã*, no dia 30/06/1914, também fez uso do drama familiar para reportar o assassinato do herdeiro do trono austríaco.

2.2. Do ultimato à mobilização

Não existiu um fato isolado a caminhar na direção ou à espreita apenas do primeiro passo mal dado rumo à trajetória daquele que seria o primeiro grande conflito armado a envolver a Europa, territórios coloniais e nações do Oriente ao Ocidente. Como mencionado anteriormente, o assassinato do arquiduque Austro-húngaro Francisco Ferdinando foi

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

apenas o pretexto, o *leitmotiv*⁷⁸ para tensões e disputas contidas se revelassem na Grande Guerra. Naquela altura, a conjunção de fatores que faziam da ideia de uma guerra como caminho inevitável mostravam o esgarçamento de algumas relações entre as nações europeias. Seja por questões de disputas territoriais coloniais, do predomínio na corrida militar ou mesmo por predominâncias comercial e industrial, a guerra parecia ser só uma questão de tempo. Além disso, mesmo não sendo o objetivo neste momento discutir o tema do nacionalismo à época, não se pode deixar de mencioná-lo como um elemento importante e visível na posição de boa parte da opinião pública sobre a decisão de ir à guerra, ou como afirma Margaret MacMillan (2014 p.662) “o movimento europeu pela paz desmoronou sob o peso dos sentimentos nacionais sempre latentes” .

Quando em agosto de 1914, pouco antes das grandes nações europeias se atirarem aos campos de batalhas, havia o sentimento na população de que a guerra resolveria esses esgarçamentos entre as principais potências do continente. MacMillan refere que muitos europeus apostavam que seria um conflito de rápida duração.

Apesar dos inúmeros mitos que cercam a Grande Guerra, em agosto de 1914, os soldados de fato disseram a seus familiares que estariam de volta no Natal(...). A maioria, de chefes a cidadãos comuns, presumia que o conflito seria breve, tal como fora a Guerra Franco-Prussiana, quando as forças da aliança alemã precisaram de apenas dois meses para obrigar a França a se render. (...) Financistas, banqueiros e ministros de Finanças tinha como certo que a guerra logo terminaria. (MacMillan, 2014, p. 662).

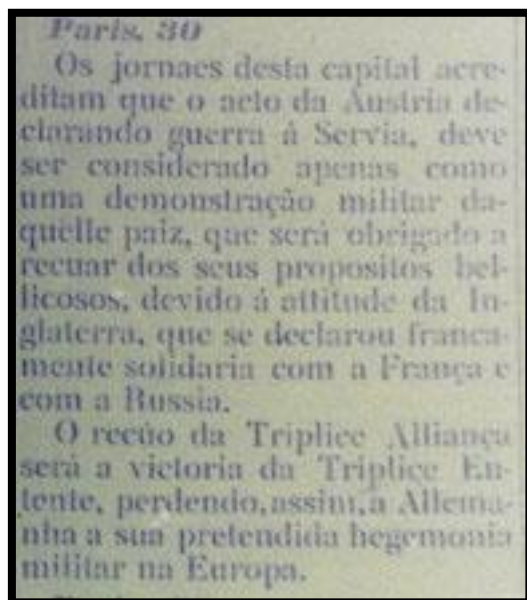
Ainda no final de julho e início de agosto de 1914, a *Folha do Norte* e o *Estado do Pará* em notas telegráficas, repercutiam principalmente das imprensas inglesa, francesa e alemã a intencionalidade de se evitar a guerra. Algumas notas davam conta de movimentações de exércitos enquanto outras falavam em negociações para evitar a conflagração. Uma profusão de informações que de certa forma, por terem origens em diversos países da Europa, poderiam causar uma certa confusão na formação da ideia de quem lesse essas notas, pois não um ordenamento lógico, contudo isso naturalmente reflete ao momento de informações fragmentadas e desencontradas, fontes diferentes e o

⁷⁸ Fronkim (2004) afirma que os assassinatos do arquiduque Francisco Ferdinando e de sua esposa serviram de desculpa para que a Áustria pudesse destruir a Sérvia, “um pretexto em que a Europa acreditaria, e aceitaria, e com que poderia até simpatizar. Era uma justificativa que podia atrair o apoio da Alemanha e impedir a Rússia de fazer oposição”. (Fronkim, 2004, p. 176).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

desafio que os acontecimentos apresentavam ao jornal. No dia 01 de agosto de 1914, uma nota de Paris, datada de 30 de julho, refere ao cenário que já se avizinhava com a declaração de guerra da Áustria à Sérvia (Figura 14).

Figura 14 – Nota publicada na *Folha do Norte* em 01/08/1914, p.3



Na *Folha do Norte*, no dia 30 de julho de 1914, foi publicada a primeira manchete sobre o conflito entre a Áustria e a Sérvia na forma de editorial, em duas colunas, intitulado “Conflito Austro-Sérvio” e subtítulo “A luta das raças”. No editorial, o jornal começa por dizer: “A ninguém, medianamente, conhecedor dos negócios do Oriente europeu, podia escapar a previsão dos acontecimentos atuais que acabam de arremessar o Império dos Habsburgos contra a pátria dos Kara-Georgevitch” (*Folha do Norte*, 30/07/14,p.1). O texto faz uma contextualização histórica dos conflitos na região dos Balcãs e termina ao questionar o interesse da Sérvia em anexar províncias da Áustria, num tom crítico ao movimento de insatisfação e independência que os sérvios desejavam reconstruir “uma lendária Velha Sérvia”, qualificando-os de vingativos e orgulhosos quando remete-os às vitórias do passado.

Dentro dos movimentos iniciais em direção ao conflito, a hipótese de que a Rússia pode ter sido o primeiro país no sistema de alianças mobilizar suas tropas, como defende Sean McMeekin (2013) se ratifica no trecho de um artigo de fundo publicado no *Estado do Pará* no dia 26 de julho de 1914, página 3, dentro da seção de notas telegráfica:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

“Despachos de São Petersburgo para Londres dizem que numerosos navios da esquadra moscovita estão de fogos acesos”. No 29 do mesmo mês, o jornal refere numa reportagem que:

A Rússia é imensamente expansionista. Foi esta tendência inevitável das suas contingências internas que levou ao desastre militar do Extremo Oriente, onde, em terreno chinês entrou em colisão com outro povo eminentemente expansionista – o japonês. A sua força expansionista leva-a conta a Pérsia, contra a Turquia e só encontra barreiras na formidável organização militar alemã. (*Estado do Pará*, 29/07/1914, p.1).

O texto compara, de forma direta, dois impérios que em muito breve estarão em confronto, mas que no momento da publicação da matéria ainda não haviam se contrapostos oficialmente. Ao destacar que contra o desejo expansionista russo, apenas uma Alemanha “formidável” e “organizada” militarmente é capaz de contê-la, percebe-se que o jornal ao utilizar os adjetivos em causa do império alemão induz o leitor a ter em simpatia aquele que poderia – quem saber – evitar a sanha de uma nação que não respeita os limites de outros povos. A *Folha do Norte* noticiou em 01/08/1914, em uma nota na página 3, que a Inglaterra intentava mediar uma saída de paz (*Pax Britannica*), mas logo abaixo relata a movimentação das tropas russa (Figura 10). Garambone (2003) também refere que os jornais cariocas anunciaram que a Rússia teria invadido a Alemanha antes que esta invadisse Luxemburgo. “O *Jornal do Commercio*, nesse mesmo dia 03 (agosto de 1914), é um pouco mais ousado. Notícia e acusa os russos de terem iniciado a Primeira Guerra Mundial por meio de uma invasão terrestre em Warthe, perto de Einchenried, na Prússia do Oeste”. (Garambone, 2003, p.73).

Sean McMeekin (2013) afirma que a noção básica delega aos russos um lugar de passividade na deflagração da Grande Guerra. Em parte, afirma o historiador, esse ponto de vista superficial se deve ao fato de que durante anos os estudos sobre os reais objetivos da Rússia na Grande Guerra não avançaram em função do fato de que boa parte das investigações estiveram restritas à revolução e à guerra civil vivida no país por ocasião do conflito.

Vários estudiosos soviéticos produziram monografias especializadas em operações de guerra, mas o assunto sempre esteve atrás da história social e económica, de acordo com os imperativos ideológicos do marxismo-leninismo. A História

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Militar só agora está voltando à moda na Rússia: há um monte de recuperar o que fazer. (McMeekin, 2013, p. 2)⁷⁹.

A proposição de McMeekin é que de uma perspectiva contemporânea, a I Guerra Mundial não foi apenas um conflito civil entre as nações da Europa, chamado por McMeekin como “narrativa europeia *standart*”, mas um movimento para dismantelar o Império Otomano – o que de fato ocorreu, mas não apenas ao império de poder islâmico, mas após o término da guerra, mais dois impérios foram dismantelados: o Austro-Húngaro e o Alemão. Na concepção de Sean McMeekin, um ponto de partida para analisar os objetivos dos governantes é investigar a correspondência secreta trocada entre aliados e neutros, especialmente na fase que antecede a o início da guerra (2013, p. 76). A aliança Franco-Russa antecede a formação da *Tríplice Entente* e algumas pistas antecedentes podem explicar as intenções e estratégias anti-germânicas que, segundo McMeekin, já balizavam a parceria entre esses dois países.

Nesse sentido, Marc Ferro diz que nos primeiros movimentos que antecederam o caminho da guerra, ainda em julho de 1914, os franceses agiram de modo a acompanhar as decisões dessa aliança. “Nem agiram para fazer eclodir, nem para impedir. Foram responsáveis na medida em que se demitiram das suas responsabilidades” (Ferro, 1993, p.71). Contudo, no tocante aos primeiros movimentos no início de agosto de 1914, convém relembrar que apesar de ser a primeira potência a entrar em estado de mobilização, a Rússia chegou a voltar atrás e algumas vezes considerou que a Sérvia deveria ser punida sem que sua atitude tivesse encontrado eco entre a Alemanha e Áustria-Hungria. (Ferro, 1993, p.70).

A *Folha do Norte* e o *Estado do Pará* publicaram diversas pequenas notícias, oriundas de várias capitais europeias, sobre as tentativas de negociar a paz, sobretudo, a intenção de se ter a Inglaterra como mediadora da discórdia entre Áustria-Sérvia, ao mesmo tempo ocorria a mobilização de tropas russas. A Figura 15, publicada na página 3 da edição do 01 de agosto na *Folha* sinaliza a profusão de informação que chegava às redações, notícias que descaracterizam outras anteriores, publicadas na mesma edição e por vezes na mesma seção como, no caso, no “Serviço Telegráfico”.

⁷⁹ No original: Several Soviet scholars produced specialized monographs on wartime operations, but the subject always took a backseat to social and economic history in accordance with the ideological imperatives of Marxist-Leninism. Military history is just now coming back into fashion in Russia: there is a lot of catching up to do.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 15- Nota publicada na *Folha do Norte* em 01/08/1914, p.3



A mobilização de tropas russas e alemães e francesas naquele final do mês de julho de 1914, cronologicamente, os eventos que se seguiram à declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia apontam para o dia 31 de julho como o momento no qual as tênues relações diplomáticas entre as potências foram esgarçadas. Nesse dia, a Rússia decretou estado de mobilização geral. No dia seguinte, 01 de agosto, Alemanha e França também se declararam em mobilização. No mesmo dia a Alemanha declarou guerra à Rússia

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 16 – Primeira Página do *Estado do Pará* do dia 02 de agosto de 1914



Chama a atenção o caráter analítico de um artigo de fundo publicado no *Estado do Pará* no dia 02 de agosto de 1914, aliás, conforme mostra a Figura 16, a capa toda foi dedicada ao eminente conflito e ainda mais conteúdos em mais duas páginas internas. Nesse artigo que usa como fonte algumas notas telegráficas, o texto faz uma exposição das razões da

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

guerra com ênfase com a “motivação aparente” no assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e refere como motivação:

A nosso ver, essa razão não é outra senão os excessivos sacrifícios pecuniários a que a paz armada tem arrastado, principalmente nos últimos anos, notadamente, do ano passado pra cá, as nações europeias. (...). Do ano passado pra cá, então as despesas militares chegaram a uma elevação febril delirante. (...). Enfim, os maiores motivos de perturbação interna, nos grandes países europeus, filiam-se diretamente à necessidade de arranjar recursos de homens e dinheiro para a sustentação da paz armada ou melhor, para o preparo da guerra. (*Estado do Pará*, 02/08/1914, p.1).

Os boatos e as falsas notícias seriam o grande desafio para a cobertura de uma guerra do outro lado do Atlântico. E foi uma dessas informações é comentada por Marc Ferro.

Os serviços oficiais alemães declararam que aviões franceses tinham bombardeado Nuremberg: esta falsa notícia justificou a declaração de guerra à França, a 2 de Agosto. Só a Áustria continuava a não ter declarado guerra à Rússia, uma situação ‘grotesca’ que só teve fim a 6 de Agosto e que mostra até que ponto Viena andou a reboque de Berlim (Ferro 1993, p.69)

O *Estado do Pará* se apercebeu dessa dificuldade e em um artigo de fundo publicado na seção dedicada “Conflagração Europeia”, em três colunas na primeira página, refere essa onda de incertezas que o jornalismo vivenciaria ao longo de todo conflito.

Estas notícias ainda não foram confirmadas e, nesta época de veemente exaltação de espíritos, em que prolifera intensamente o boato, a confirmação torna-se indispensável. (...) se a notícia do assassinato for verdadeira, a morte de Francisco José constituirá um grande golpe não só para Áustria, mas para o próprio pangermanismo”. (*Estado do Pará*, 04 de agosto de 1914, p.1).

Apesar do cuidado em tratar o tema da possível morte do imperador Francisco José, a informação surgiu em princípio em um dos subtítulos do artigo de fundo “O Assassinato do Imperador Francisco José”. Essa chamada também denota um certo sensacionalismo por parte do *Estado*, pois a própria nota afirma que a notícia não havia sido confirmada, mas ao destacar dessa forma, o enunciado parece voltar-se novamente para a “sina” ou o drama familiar que assombrava a família do imperador da Áustria-Hungria. Além disso, no seguimento do artigo, seguem-se várias notas de agências, duas delas chamam a atenção porque estão separadas entre si por cinco outras que trata de as decisões de fechar

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

os bancos no Brasil por um período e até as primeiras informações sobre batalhas: “Rio, 3 (Western, 9h40). Nenhum jornal ainda recebeu confirmação do assassinato de Francisco José I, imperador da Áustria e rei da Hungria. (...). Rio, 3 (Western) – Corre que foi assassinado o imperador Francisco José I, da Áustria” .(*Estado do Pará*, 04 de agosto de 1914, p.1). De certa forma, ao não reforçar claramente na segunda nota a incerteza total quanto ao assassinato de Francisco José, o *Estado* foi pouco cuidadoso com alguns boatos que proliferaram naquele período.

A *Folha do Norte* o assunto da guerra ocupou de fato lugar de destaque no dia 03 de agosto de 1914 (Figura 17), no qual o jornal dedicou-se ao tema em três colunas, divididas em um artigo assinado por Frederico Villar e uma reportagem. No artigo, intitulado “A guerra europeia. O nobre exemplo americano”, o texto em dividido em dois momentos. No primeiro, o analisa a situação da decisão da Europa ir à guerra.

Os telegramas publicados pela imprensa diária desta capital dão, infelizmente, como fato consumado a declaração de guerra da Áustria à Sérvia e da Alemanha à Rússia! Parece igualmente inevitável a intervenção da França, da Itália e talvez da Inglaterra, nesse horroroso conflito entre as mais prósperas nações do globo! Seria impossível apontar agora quais os verdadeiros culpados das cenas infernais que o mundo vai assistindo atônito e denunciar quem desencadeou essa horrível tormenta de sangue, de morte e de misérias, por sobre as mais cultas e adiantadas nações europeias! (...) Não há nenhum motivo, não pode haver nenhum, motivo que justifique que a guerra no século vinte, SEM QUE ANTES SE TENHA ESGOTADO OS ARGUMENTOS DO CORAÇÃO E DO BOM SENSO PERANTE TRIBUNAIS ARBITRAIS, CONSTITUÍDOS POR JUÍZES CRITERIOSOS, VERDADEIROS REPRESENTANTES DA CONSCIÊNCIA UNIVERSAL! A guerra pode ter seus apologistas! Que importa!? Há muita gente também que prega o “Amor livre”! Há muita gente para quem a moral “é uma mentira”, a honra “uma convenção”, a virtude “uma palavra vã”! (...). (*Folha do Norte*, 03/08/14, p.1)

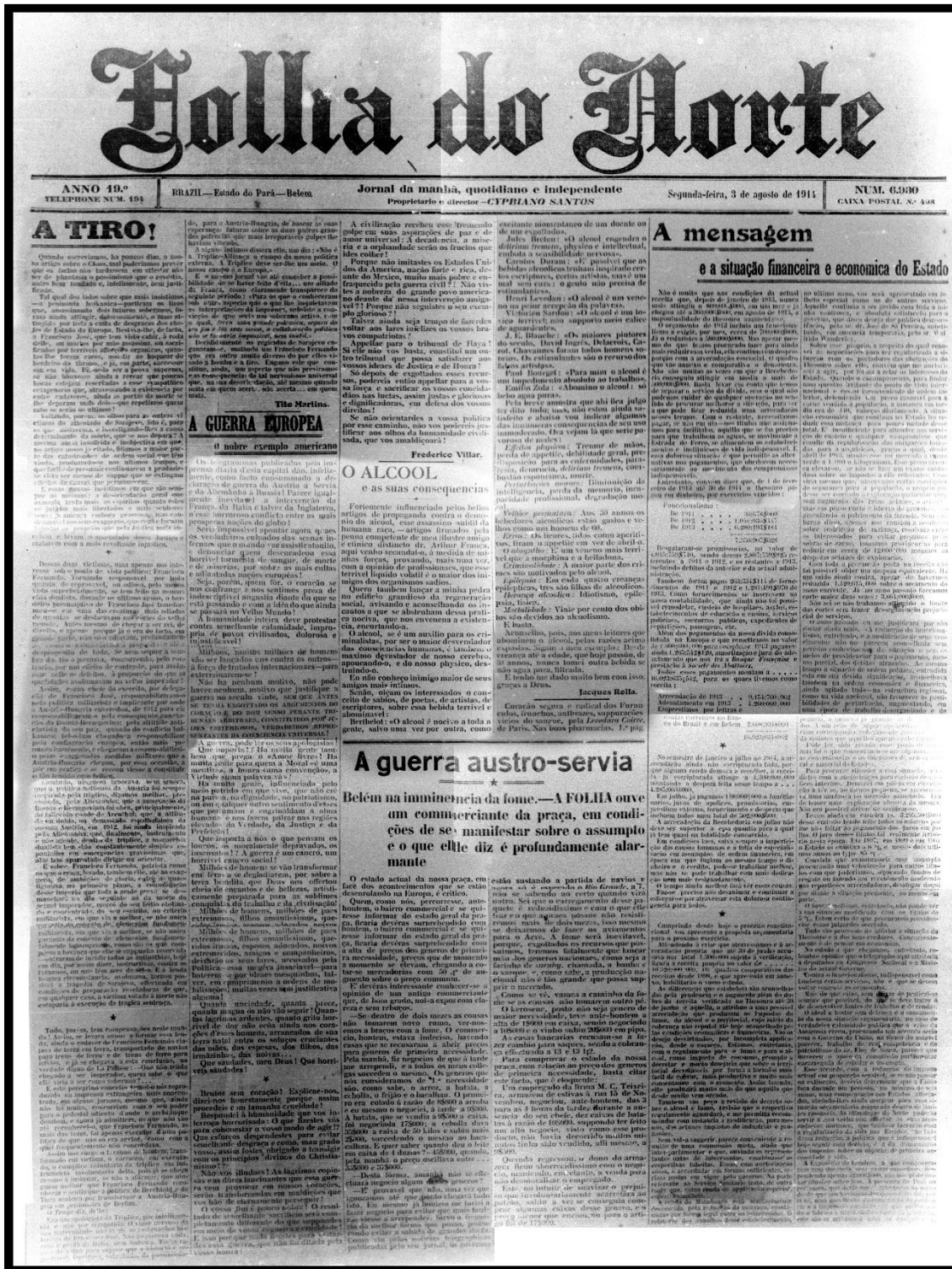
Na última parte, há uma separação por um “*” e então o tom muda para uma forma de exortação usando a comparação entre as nações europeias e os Estados Unidos.

Brutos sem coração! Explica-nos, diz-nos honestamente porque assim procedeis com tamanha crueldade! (...) Porque não imitaste os Estados Unidos da América, nação forte e rica, diante do México, muito mais pobre e enfraquecido pela guerra civil?! Não vistes a nobreza do grande povo americano diante da nossa intervenção amigável?! Porque não seguiste o seu exemplo glorioso?! (...) Apela para o tribunal de Haia! Se ele não vos basta,

Imprensa brasileira no ocase da belle époque: a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

constituiu um outro que tribal para que possa satisfazer aos vossos
ideais de Justiça e honra! (...). (Folha do Norte, 03/08/14, p.1).

Figura 17 – Primeira página da Folha do Norte, dia 03/08/14



Após mais de uma semana de conflito, começaram a circular as primeira notas a mostrar
na França recolhimento de edições de jornais na capital que tratavam do tema do

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

assassinato de um líder sindical, alistamento de voluntários franceses para lutar na guerra, de brasileiros e de outras nacionalidades para servir à Cruz Vermelha. Além disso, as denúncias sobre a censura levar ao desencontro de informações. Em uma nota data de 09/08/1914 e publicada na primeira página do dia 11/08/1914, com origem nos Estados Unidos, o *Estado do Pará* referia que:

A censura política continua a ser exercida com maior severidade sobre os telégrafos e a imprensa de todos os países. As notícias chegam naturalmente desvirtuadas pela crítica e esbarra-se ante frequentes desmentidos. A imprensa está desnorreada e isso dá lugar conjeturas de toda a espécie. (*Estado do Pará*, 11/08/1914, p.1)

Essa preocupação quanto ao teor verídico das informações que chegavam à redação do *Estado do Pará* é percebida pela uso de ressalvas e de condicionantes, como já mencionado anteriormente, sobretudo, em textos mais elaborados como os artigos de fundo. Entretanto, no formato das notas telegráficas a publicação de informações de episódios envolvendo brasileiros no exterior e submetidos a supostas arbitrariedades por parte da Alemanha ajuda a construir o imaginário de intolerância em relação aos germânicos conforme essa duas notas publicadas em seguida uma da outra.

Rio, 11 (Wt, 4h25 p.m).Recebeu-se nesta capital um telegrama de Paris comunicando que o dr. Bernardino de Campos, velho e prestigioso político paulista, há meses na Europa, foi preso pelos alemães na fronteira da Suíça. Adianta o despacho telegráfico que o dr. Bernardino teria sido barbaramente espancado pelos alemães. A vista de tão grave e insólito fato, o ministério acha-se reunido a fim de tomar uma deliberação a respeito. (*Estado do Pará*, 12 de agosto p.1)

A segunda nota já apresenta um desenrolar para a situação do político brasileiro.

Rio, 11 (Wt, 5h30 p.m) Consta haver o ministro das relações exteriores recebido um telegrama do plenipotenciário brasileiro em Berna, capital da Suíça, comunicando haver falecido o dr. Bernardino de Campos, em consequência dos maus tratos que lhe infligiram soldados alemães na fronteira. (*Estado do Pará*, 12 de agosto p.1).

O jornal voltou a se referir ao caso do dr. Bernardino de Campos: “ Rio, 13 (Via Wt). A propósito do dr. Bernardino de Campos não houve mais notícia alguma. Reina, ainda grande exaltação de ânimos contra os alemães. A polícia desenvolve grande atividade

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

para evitar manifestações hostis à Alemanha”. (*Estado do Pará*, 14 de agosto de 1914, p.1). O jornal publica o desfecho sobre o caso em 16 de agosto de 1914 na primeira página e em letras negritadas. O caso do político brasileiro supostamente agredido na fronteira suíça foi objeto de propaganda panfletária no Estado do Rio Grande do Sul. O jornal voltou a falar em Bernardino Campos em 20 de janeiro de 1915 quando de sua morte de causas naturais e recuperou o episódio vivido pelo político quando ficou retido na Europa.

A *Folha do Norte* procurou tratar as informações não confirmadas frequentemente como “boatos”, palavra que aliás figura mais de trinta vezes nas notícias ao longo do mês de agosto de 1914. O cuidado em caracterizar dessa forma as informações não confirmadas ou desmentidas, denota a preocupação da Folha com as consequências que poderiam advir em termos de instabilidade social. O caso do suposto assassinato do imperador Francisco José foi tratado assim pelo jornal: “Buenos Aires, 3: *La Prensa* publica a morte do imperador Francisco José da Áustria, depois foi desmentido, dizendo que era boato dos inimigos austríacos” (*Folha do Norte*, 04/08/14, p.4). Ainda nessa linha de tentar esclarecer os fatos, duas notas sobressaem-se:

Paris, 01 (Via Western): Foi desmentida a invasão das tropas alemães em Nancy, boato causado pelo equívoco de uma patrulha alemã, que penetrou indevidamente território francês, sendo expulsa pela guarnição da cidade. (...). Londres, 31: Mais duas firmas faliram hoje. Bolsa continua parada por causa de alarmantes boatos. (*Folha do Norte*, 02/08/1914, p.4).

A ciência de que longe do teatro de guerra, o jornal pouco poderia fazer ao tentar reportar os acontecimentos, o editorial abaixo apresenta essa angustia:

O que se está passando no teatro principal da guerra, na Europa, não pode mais ser obra do acaso. Cada vez nos firmamos mais na opinião de que os atuais acontecimentos estão ligados a um plano previamente combinado entre os estados maiores das grandes potências coligadas contra a Alemanha. Daí o rigor da censura, o sigilo absoluto em que se tem envolvido o movimento de tropas. Chega a ser cômica a nossa situação aqui, neste recanto do mundo procurando compreender a significação dos movimentos militares que nos chegam em notícias escassas e muitas vezes contraditórias. (*Estado do Pará*, 03 de setembro de 1914, p.1)

2.3. A neutralidade brasileira?

Em 04 de agosto de 1914, o presidente da República Hermes da Fonseca, por meio do Decreto de No. 11.037, de 04 de agosto de 1914, decretou o estado de neutralidade do país no conflito mundial. O decreto continha em 26 artigos com orientações desde como a proibição de recrutamento, passando pela exportação de armamento aos beligerantes até a conduta que a Marinha deveria adotar em relação a embarcações de origem dos países beligerantes. O Artigo 1º da Lei era claro no tocante à postura neutra do Brasil e dos que residiam no país.

Os residentes nos Estados Unidos do Brasil, nacionais ou estrangeiros, devem abster-se de qualquer participação ou auxílio em favor dos beligerantes e não deverão praticar ato algum que possa ser tido como de hostilidade a uma das potências em guerra. CHDD, 2006, p. 30-31).

Para a historiadora Livia Pires (2014), legalmente o governo brasileiro adotou uma conduta prática, que visava resguardar sobretudo o comércio que o Brasil tinha com os países em guerra em ambos os lados do confronto. Aliás, do mesmo modo, na América Latina, oficialmente os países também adotaram medidas que evidenciassem a postura de neutralidade diante do conflito. Na Argentina, por exemplo, mesmo depois que os alemães assassinaram em 1914 dois diplomatas argentinos na Bélgica ocupada, o país manteve-se neutro, apesar das manifestações de protestos populares contra a ação, (Revah, 2014).

Do ponto de vista do embate de ideias, engana-se quem pensa que no período inicial da Grande Guerra o Brasil - assim como em quase toda a América Latina - internamente se manteve unanimemente neutro ou ao lado dos países da Europa Ocidental. Os interesses comerciais do país se dividiam e a Alemanha representava um forte parceiro tanto quanto exportador e importador de produtos. O ideal de modernidade o representado pela França agradava às elites intelectuais e financeiras que expressavam o posicionamento pró-aliados em jornais que não poupavam adjetivos negativos para denegrir a imagem do Kaiser alemão (Abranches, 1917). A formação de ligas pró-Aliados e, posteriormente, ligas pró-Impérios Centrais demonstravam o tom divisório que predominava desde a eclosão do conflito.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Nesse sentido, ainda de acordo com o jornalista e deputado João Dunshee Abranches apresenta no livro *A Ilusão Brasileira (A justificação histórica de uma atitude)*, publicado em 1917, como o Brasil se comportou internamente no período da Primeira Guerra Mundial. No relato de Dunshee, um confesso admirador do Império Alemão, o Brasil tinha bastante aproximação comercial e científica com a Alemanha e considerava antipatriotíssimo os meios pelos quais as manifestações contra os aquele país, bem como contra Áustria – iam desde formações de ligas de apoio aos aliados até a espetáculos protagonizados por meretrizes que usavam de ofensas – se proliferavam sobretudo na capital do país. Artigos de jornais eram publicados com o visto de censura policial.

Por outro lado, os defensores do bloco liderado por França-Inglaterra-Rússia moviam discursos que pretendiam explicar a origem da guerra no espírito pouco virtuoso do povo alemão. Essa linha discursiva extrapolava o domínio de convivência social, da imprensa e se reverberava também no Congresso Nacional. Livia Pires, a partir da análise sobre artigos publicados no *Jornal do Comércio*, observa que havia três arranjos que predominavam discursivamente: os Aliadófilos (favoráveis a adesão total do país ao bloco dos Aliados; os Germanófilos (defensores do bloco liderado pela Alemanha) e os que defendiam a neutralidade do Brasil diante da Grande Guerra, todos:

(...) faziam uso de diferentes estratégias de argumentação e linguagens para convencerem leitores de suas afirmações, numa guerra que, pela primeira vez, usou em larga escala a propaganda como instrumentos (Pires, 2014, p.35-36).

A ainda nos primeiros dias de agosto, além de notas e artigos sobre a guerra, os jornais passaram a publicar informações sobre os ânimos no parlamento do Brasil. Começaram a surgir na Câmara dos Deputados as primeira vozes políticas a se posicionar do lado da França e da Alemanha. Nesses primeiros movimentos de agosto, apesar do conflito já envolver um certo número de países, as discussões iniciais polarizavam-se em dois países França e Alemanha. As tensões entre esses dois países seriam a face mais visível aos jornais, deixando em segundo plano a questão Áustria-Sérvia. Sobre esse tensionamento, O Estado do Pará publicou uma nota no final da primeira semana de agosto e que já denotava o clima que começava a se instalar na Câmara Federal.

Rio, 5. Não houve ontem sessão na Câmara. Parece que se quer evitar que o sr. Irineu Machado fale, pois é certo que um outro

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

deputado pretende responder ao sr. Irineu, defendendo a Alemanha. O sr. Fonseca Hermes declarou numa roda que o voto pela vitória da França, a ser apresentada pelo sr. Irineu Machado é antipático e por isso não será aprovada. (*Estado do Pará*, 07/08/1914, p.1)

Ainda no Congresso Nacional, duas vozes preponderantes alinhavam os discursos entre os “aliadófilos” e o “germanófilos”. A primeira delas era a do deputado Dunshee de Abranches, um árduo defensor da ideia de que a Grande Guerra era uma disputa comercial e não raras vezes ocupou a tribuna da Casa para alertar sobre o fato de que o Brasil não deveria ceder às pressões do Império Britânico e da França para uma adesão imediata à causa dos aliados. “Essa guerra europeia, diante da qual a Grã-Bretanha nos faz mais uma vez lembrar a Roma do mundo antigo, é puramente comercial e econômica” (Abranches, 1917, p28). Dunshee exaltava os feitos de Bismark na consolidação da unificação do Império Germânico e tecia críticas apolítica externa francesa. “O novo governo de Paris seria o governo da guerra” (Abranches, 1917, p. 17), afirmou o parlamentar sobre a eleição de Poncarré para presidente da República Francesa.

Dunshee Abranches à época da deflagração da Primeira Guerra era o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara Federal. Diante da acusação de atentar contra o estado de neutralidade do Brasil, Abranches foi obrigado a renunciar ao cargo. À saída, o deputado justificou seu posicionamento e dizia agir em cumprimento do dever patriótico sem nunca tencionar ferir a neutralidade brasileira:

Em lograr de ferirem a neutralidade brasileira, o mais que se poderia dizer das nossas palavras. Proferidas tão serena e refletidamente, era que, ao contrário, teria restabelecido o equilíbrio de opiniões dentro do parlamento, uma vez que, prestando homenagem à cultura intelectual e à grandeza econômica e social da Alemanha, compensávamos com os nossos elogios, aliás merecidos, as maldições e os insultos a esse grande país amigo dirigidos por outros deputados quando, nos desvarios dos seus rasgos tribunícios, enastravam os mais calorosos hinos para vitória dos Aliados e à civilização francesa, ao liberalismo britânico, ao martírio da Bélgica e ao amor ao culto da Rússia e da Servia ao direito, à justiça, à moral e à ordem. (Abranches, 1917, p. 47).

O posicionamento do deputado Abranches em favor da Alemanha repercutiu na imprensa estrangeira. O *Estado do Pará* publicou uma nota datada de 08 de novembro de 1914: “O

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Matin reproduz os incidentes na Câmara de Deputados brasileira, quando o senhor Dunshee Abranches se pronunciou partidário da Alemanha” (*Estado do Pará*, 10/11/1914, p.2).

O segundo expoente a usar da tribuna do parlamento foi João Pandiá Calógeras, defensor da noção de que a I Guerra Mundial nascera da ambição de expansão do Império Alemão não só do ponto de vista material, mas também cultural. (Bueno, 2003). Calógeras escreveu que o governo brasileiro, não obstante a postura neutra, não poderia

(...) permanecer indiferente quando as provas da intervenção oculta da Alemanha estavam se multiplicando, tais como violações da legislação brasileira, fazendo dos portos nacionais bases de reabastecimento dos cruzadores armados, fomentando paredes operárias, e tentando mobilizar as colônias povoadas com elementos germânicos (Calógeras, 1966, p. 220).

O embate entre esses dois parlamentares na Câmara de Deputados era acompanhado e publicado nas páginas dos jornais da capital e reproduzido pelos diários paraenses como duas notas datadas de 28 e 29 de setembro de 1914, respectivamente, no *Estado do Pará*:

O “Jornal do Commercio”, a propósito do discurso do sr. Dunshee de Abranches, na Câmara dos Deputados, publica uma longa “varia” que assim começa: Fala-se que não se limitará o extemporâneo discurso do sr. Abranches à resposta do sr. Pandiá Calógeras, no incidente de sábado. A seguir mostra a inconveniência da oração do representante maranhense e as lições por S. Ex recebidas do dr. Lauro Muller neste momento. Evidencia a responsabilidade do governo no caso, por tratar do presidente da comissão de diplomacia e faz outras considerações oportunas. Em seu número de hoje o “O Imparcial” ataca violentamente o sr. Dunshee de Abranches e diz que não poderá mantê-lo na presidência da comissão de diplomacia. Por sua vez a “Época” cai impiedosamente sobre o talentoso parlamentar e o próprio “País” não poupa o antigo secretário. (*Estado do Pará*, 30/09/1914, p.2)

Ao repercutir a fala de outros jornais da capital do país, o *Estado* procurou sintetizar o pensamento que norteava os principais diários do Rio de Janeiro. Percebe-se assim de certo modo a condenação do posicionamento de Dunshee Abranches perante à imprensa frente ao cargo que ocupava.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

A *Folha do Norte* procurava dar visibilidade às notícias que demonstravam a preocupação de parlamentares quanto às saúdes financeira e econômica do Brasil como, por exemplo, ao publicar a fala do deputado carioca.

O deputado Antônio Carlos acha que a repercussão sobre a economia e finanças do Brasil e de outros povos será profunda. Caso a guerra se não generalize, o Brasil apenas sofrerá o adiamento do empréstimo que negocia. Se as chancelarias conseguissem evitar a conflagração, as dificuldades financeiras aqui e em São Paulo desvanecer-se-iam em breve, disse. (*Folha do Norte*, 04/08/14, p.3)

Com o desenrolar dos acontecimentos nas frentes de batalhas, tornava-se mais evidente que a causa aliada mobilizava mais simpatia a alguns dos principais intelectuais brasileiros naquele período. Escritores como José Veríssimo, Graça Aranha, Barbosa Lima, Olavo Bilac, por exemplo, se engajavam na defesa do ponto de vista aliado reunidos em uma agremiação denominada *Liga Brasileira dos Aliados* fundada em 1916. Bueno (2003, p. 456) refere que o diplomata Rui Barbosa também participou da *Liga*, tendo sido presidente de honra da entidade, além de ter ido às ruas se juntar aos manifestantes que pediam adesão à causa aliada. Na verdade, um dos objetivos da *Liga* era ajudar a fomentar espírito contrário às Alemanha, Áustria e Turquia (Pires, 2012, p). De fato, não demorou muito para que a rejeição a esses países passasse a ser um pensamento dominante na opinião pública conforme seguia o desenrolar dos fatos e à medida em que a Alemanha atacava os navios da marinha mercante brasileira.

Um aspecto relevante é o fato de que um dos efeitos da Primeira Guerra no pensamento político brasileiro é a exacerbação do nacionalismo. O fenômeno se refletia não apenas no modo com o país se legitimava legalmente como uma nação neutra, mas também a defesa árdua de princípios que legitimam – pelo menos no campo discursivo – as organização da nação com foco na resolução as questões internas (Mello, 1988).

O *Estado do Pará* advogou a conduta de neutralidade em editorial intitulado “O nosso dever como país neutro”, na primeira página, como uma maneira de indicar indiretamente a conduta que jornal adotaria.

A neutralidade oficialmente declarada do nosso país face do movimento guerreiro que, rapidamente se alastrou pela Europa, impõe a todos os brasileiros, principalmente aqueles que

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

representam uma partícula qualquer de poder, ou que têm a responsabilidades na gestão pública, deveres tais constituem grave indisciplina ou criminosa desobediência a sua violação. A nenhum dos povos beligerantes podemos levar aplausos ou censuras, ser irmos de encontro aos princípios que regulam a neutralidade, que são de direito público internacional. (...). Afastados por motivos diversos, ocasionais ou já acumulativos desde longos anos anteriores, essas mesmas nações, que nesse triste momento se entregam à sorte da guerra, armando-se desmedidamente, entrando em lutas escarnicadas como dos Balcãs, o pomo de discórdias atuais ou talvez pretexto para a grande tragédia que povos civilizados estão representando, enquanto na América se firma o edificante exemplo da mediação para solver conflitos entre países do novo mundo. Como quer que seja, porém, a atitude do Brasil, mantendo-se inteira neutralidade entre os beligerantes, está perfeitamente de acordo com os princípios de direito público internacional aceitos pelo congresso de Haya, e impõe a todos os brasileiros o dever de acatar igualmente a esses povos, que mourejam pela vida no nosso país. Nesse acatamento, que também nos está sendo dispensado nessas nações beligerantes, firmaremos mais uma vez a prova da nossa cultura, da nossa civilização e do nosso profundo sentimento de humanidade (...). (*Estado do Pará*, 14/08/1914, p.1).

Esse editorial surgiu logo após a veiculação de informações dando conta que o Congresso Nacional já estaria servir de palco para estado de espírito tomando posição de um lado a outro do conflito. Ainda sobre a decretação do estado de neutralidade do Brasil, a *Folha do Norte* apenas publicou uma nota sem aprofundar a questão sobre a posição brasileira ou tão pouco a do próprio jornal: “Rio, 5. Diário Oficial publica amanhã o decreto que determina neutralidade do Brasil diante o conflito europeu.” (*Folha do Norte*, 07/08/14, p.1). Há uma certa dificuldade em perceber a posição do jornal diante da ausência de textos que deixassem claro naquele momento inicial que conduta o jornal adotaria. Ao que parece, o diário se detinha em reportar os atos do governo, detalhes sobre o poderio militar das nações envolvidas no conflito dentro da rubrica “Conflagração Europeia” e reproduzir o que a imprensa do país publicava. Uma matéria publicada em 29 de agosto de 1914 apresenta o relato de um correspondente do jornal no Rio de Janeiro.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 18 – Matéria sobre medidas do governo na *Folha* publicada em 29/08/14, p.1



Sob o título “Medidas do governo brasileiro”, Figura 18, a matéria discorre sobre o fechamento bancário e as decisões governamentais a respeito dos problemas que as finanças do país sofreria com a eclosão do conflito.

Estamos diante de uma situação que aterra os espíritos mais fortes. Decretando um feriado até o dia 15 (de agosto), o governo espera, nesse intervalo, tomar as providências definitivas que o momento reclama, providências de efeitos práticos e apreciáveis, que venham *desasfixiar* (grifo nosso) o tesouro público e o comércio, o governo e a coletividade, dos males que os afligem nesta crise assestadora, cuja duração será impossível calcular até quando pesará dolorosamente sobre a nação. (*Folha do Norte*, 29/08/1914, p.1)

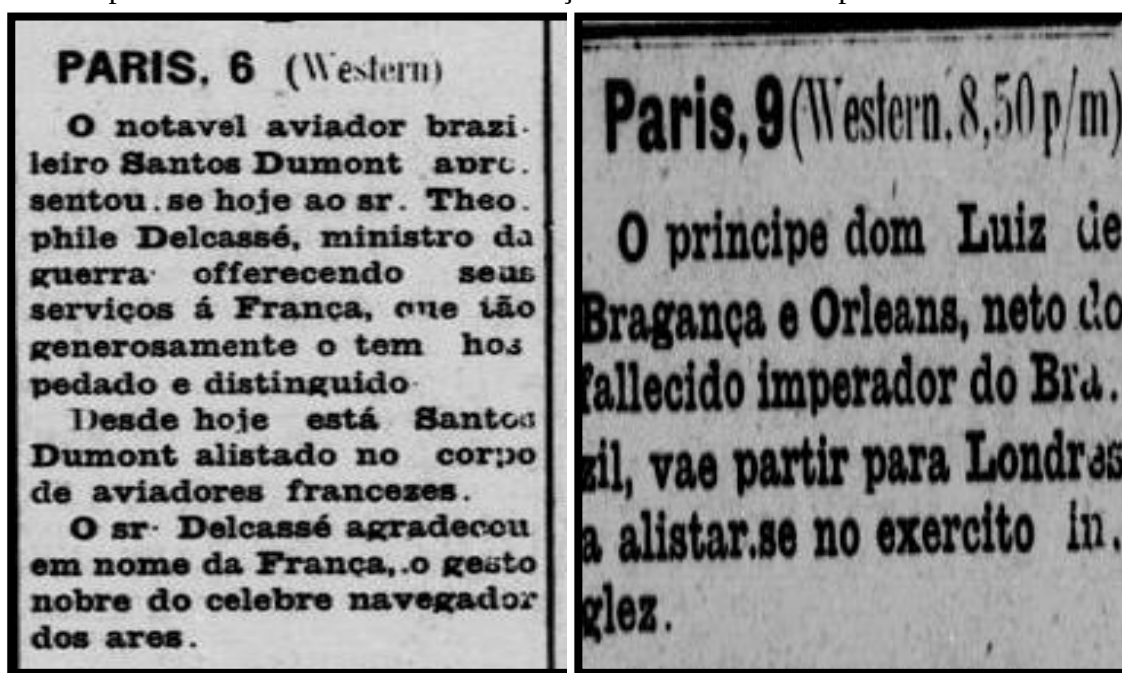
Ao mesmo tempo que se inclui na situação ao iniciar o texto na primeira pessoa do plural, a matéria ao referir aos problemas que afetariam a todos por conta da crise vale-se do distanciamento “dos males que os afligem”, é como se o jornal nesse momento não se incluísse no rol dos afetados. Esse comportamento se alterna ao longo da matéria e pode ser um simples erro de construção textual ou denotar o posicionamento ambivalente da *Folha do Norte*.

Apesar da clara defesa da neutralidade, o *Estado do Pará*, entretanto, publicou duas notas que revelam aspectos interessantes. Um deles se refere à participação de Santos Dumont

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

na guerra como voluntário – ele morava em Paris na época, objeto de uma nota na segunda página do jornal 07 de agosto de 1914. A informação sobre o voluntariado do príncipe D. Luiz foi publicado no da 06/08/14 (Figura 19). Em ambas foram utilizados o recurso gráfico chamado de “negrito”, que destaca a fonte do texto com vistas a chamar a atenção. Mesmo que os detalhes de diagramação de jornais não seja um dos objetivos de análise aqui, não há como ignorar que ao longo da cobertura dos jornais analisados essa estratégia foi posta em uso como forma de destaque para uma determinada informação. Longe de parecer inocentes menções, a utilização desse recurso sobre a participação de brasileiros engajados desde o início do conflito pode denotar duas intenções. A primeira seria o desejo do país de estar envolvido em uma guerra entre grandes nações do mundo, uma espécie de ânsia em se posicionar como um protagonista do nível das potências europeias. A segunda é a adoção de um lado, o Aliado, mesmo que isso esteja sutilmente desenhado na expressão de sobre quem se alistava para lutar. Nesse caso citado, dois brasileiros de destaque.

Figura 19 – Recorte de notas telegráficas: Santos Dumont e o príncipe D. Luiz se apresentam como voluntários à França e Grã-Bretanha respectivamente



A neutralidade não é o termo aplicável para a cobertura do *A Tarde*. Como já referido no capítulo anterior, o jornal surgiu no final de setembro de 1915, o jornal não escondia de que lado estava no conflito. A noção de admiração pela Alemanha era frequente em

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

editoriais e artigos como, por exemplo, o texto publicado em uma coluna e meia, na edição de 02 de outubro de 1915, a oitava edição do jornal, sob o título “Defensiva na Alemanha”.

O velho e formidável Bismarck, o espírito unificador da Alemanha, dizia, nos seus momentos de bom humor, que não se podia morder a pedra. A defensiva atual dos teutos e dos austríacos é bem linha de granito, pronta a quebrar os dentes aos ardorosos Aliados. O valor de um soldado na defensiva, e principalmente de um soldado alemão, rígido, disciplinado e heroico, vale por três aliados na ofensiva. (...) Todavia, para que se verifique ação equilibrada, justa, e que de alguma forma compense os planos de Joffre, são precisos, sem exageros, exércitos tão formidáveis como jamais os conseguirão a França e a Inglaterra. (*A Tarde*, 02/10/1915, p. 1)

Visível a linha comparativa do *A Tarde*, na qual é enaltecido o preparo do exército alemão frente aos dos aniversários. Não só denota clara posição germanófila como também reduzir a qualificação da ofensiva Aliada. Outro exemplo que apresenta o claro viés de ressentimento do jornal foi publicado na forma de editorial sob o título “A borracha brasileira e a guerra europeia. (Com vistas à Liga Pelos Aliados)”.

Sabido é que o maior inimigo da borracha brasileira são as plantações inglesas do Oriente. Foi um verdadeiro e bem estudado roubo à nossa riqueza nacional que o inglês Wickham, - hoje glorificado na Inglaterra, onde lhe deram até uma pensão vitalícia por tão patriótica obra quando clandestinamente, e como ajuda do elemento oficial inglês e da representação do se país no Pará, subtraiu do vale do Amazonas as sementes da preciosa *Hevea*. Ainda como essa mesma ajuda oficial, conseguiram a germinação das sementes em Kew Gardens, na Inglaterra, e a transladação da plantas para o Ceilão, onde se tornaram a base das enormes plantações que hoje deparamos no Oriente (...). Mas se a guerra europeia veio em auxílio à nossa borracha, não foi, de certo pelo amor que a Inglaterra e suas aliadas têm pelo Brasil, e logo que acabar a conflagração, voltará a fazer-se sentir mais do que nunca a pressão da borracha do Oriente (...). Porém, abre-se-nos no horizonte uma possibilidade que pode constituir um fator portentoso em nosso auxílio, para a indústria extrativista do Amazonas nessa luta de vida ou morte. A aquisição para nós, do consumo dos países centrais da Europa, que em tempos normais, monta em 20.000 toneladas de borracha de todas as procedências. A ocasião par atrair a maior parte desse grande consumo não pode ser mais propícia. (*A Tarde*, 14/10/1915, p.1).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Embora revestido de enunciados que denotam ressentimento com a Inglaterra, dentre outros motivos por causa do contrabando de sementes da árvore de seringa para a Ásia, o texto não deixa de recuperar um fato reconhecido como o principal a provocar a queda da borracha brasileira no mercado internacional, tema apresentado no Capítulo dois desta tese. O autor do editorial vale-se desse fato para desqualificar ainda mais a imagem dos Aliados, mesmo que não esteja a cometer falsidade ao contextualizar a guerra e a questão da borracha.

A decepção com o modelo de civilização europeu começou a dar o tom nos artigos e editoriais nos jornais (Figura 20). Aos poucos, o pensamento responsabilizador sobre os males da guerra começa a recair sobre a Alemanha. Dois exemplo disso foram publicados pelo *Estado do Pará*.

Figura 20 – Detalhe do título e dos subtítulos do *Estado do Pará* em 23/09/14, p.1



O texto em forma de editorial tece dura crítica ao conflito. Diagramado em três colunas, faz uma comparação entre os europeus e latinos, entre os civilizados e os selvagens. Remete indiretamente ao incêndio provocado pelas tropas alemães à biblioteca da Universidade de Lovain, na Bélgica e recupera o legado de Ruy Barbosa na Conferência de Haya.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

E éramos nós os selvagens! E eles se presumiam supercivilizados! Sobre nós, povo jovem, nas hesitações, no tateamento dos primeiros passos, caía, pesadamente o orgulho desdém desses super-homens que, marcialmente, arvoravam o estandarte da civilização.(...) Inferioridade de raça, latinos podres, decadentes! Inferioridade de inteligência, de preparo, incapazes de civilização e sem moral! Nós éramos os selvagens! Mas, sopra de súbito um grande vento histórico e mostra-nos o verso do estandarte da civilização que eles orgulhosa e marcialmente arvoravam. E nesse verso, nós, os selvagens, e todo mundo atônito, vemos os emblemas da mais tenebrosa barbárie, da mais violenta crueldade. Caiu a máscara, e apareceu, em toda a sua hediondez a verdadeira fisionomia da RAÇA FORTE! Um continente em fogo e sangue; lágrimas, viuvez, orfandade e morte, tudo ao impulso de uma desmedida ambição de mando. Lovain, Termonde, Marlines são feridas abertas pelo gladio do Grande Ambicioso, por onde sangra, dolorosamente, a humanidade.(...) O canhoneio que fez ruir a catedral de Reims reboa como bofetadas na face da civilização. (...) Quando, em Haya, Ruy Barbosa se ergueu para defender o Direito conta a Força, ele que é a nossa raça, a raça inferior, ele que é do grupo dos selvagens, foi, nesse momento histórico, pródomo dos acontecimentos atuais, o mais elevado representante da Civilização combatendo contra a barbárie. (...) Nós, os selvagens, sentimo-nos na obrigação de levantar agora a cabeça, altivamente, para lhes dizer, a eles, aos super-homens da RAÇA FORTE: vocês perderam o direito de falar em civilização. (*Estado do Pará*, 23/09/1914, p.1)

As comparações efetuadas no texto deixam claro a decepção com o modelo civilizador da Europa percebido pelos jornais brasileiros. E mais, demonstra como uma nação jovem na periferia do planeta se ressentia em ser tratado como inferior, selvagem, a despeito das noções de respeito à normatividade de um mundo no ideal positivista de progresso e civilidade, tão caros ao modo de viver na Europa.

O segundo exemplo é mais contundente e apresenta as ideias de pensadores aliadófilos. Publicado dentro da coluna dedica “Conflagração Europeia” um artigo do escritor José Verissimo, cujo o título “O Pensamento Alemão”. E em linhas gerais, o texto compara os grandes vultos do pensamento alemão como Hegel, Kant, Spencer, Goethe e a inexistência em 1914 de nomes equivalentes. E para contextualizar o livro.

A Alemanha e a próxima guerra”, do general von Bernhardt. “este livro não tem aliás outro valor, parece-me a mim, que o de ser um eloquente testemunho do estado da alma alemã. (...) A guerra longamente preparada pela Alemanha, *estolidamente* (grifo nosso) armada por ela e brutalmente desencadeada por ela não é senão a

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

concretização desse pensamento e no seu conceito o primeiro e mais agigantado passo para a sua realização. (...) Há seguramente na Alemanha notabilíssimos escritores de todo o gênero, beneméritos de alto apreço, mas no domínio da literatura, por mais que o alarguemos segundo o conceito germânico, não há com que nos imponham um pensamento alemão.(...). Qual é pois o pensamento alemão que o general von Bernhardi e com ele grandíssimo número de seus patrícios entendem que esta deve não só se espalhar mas impor ao mundo a ferro e fogo! (*Estado do Pará*, 05/11/1914, p.1)

Em outro trecho do mesmo artigo, José Verissimo crítica o alemão Frederic Nietzsche, a quem reconhece representa bem “a índole alemã hordienta e seja até um dos seus fatores ou mestres, por outro lado é um contemplador da Alemanha, um negador da sua cultura e civilização, um apologista convencido do gênio francês e latino”. (*Estado do Pará*, 05/11/1914, p.1). Aliás, a destruição de Lovain repercutiu em artigos, editoriais e replicações de textos de outros jornais brasileiros que criticavam o ocorrido.

A *Folha do Norte* se orientava na publicação de artigos e reportagens que apresentassem a panorâmica da situação dos principais em termos bélicos, sociais e econômicos. Um texto assinado por J. Simão da Costa, sob a rubrica “O Conflito Europeu”, reflete a tendência mais descritiva dos acontecimentos adotada pela *Folha* ainda no início da guerra.

No decorrer do mês de julho próximo passado, a situação política, tanto na Inglaterra como na França, não era das mais tranquilizadoras e tudo fazia prever a explosão das guerra civil na Irlanda. O próprio rei da Inglaterra, sempre reservado, ponderado nas suas manifestações, não ocultou aos seus ministros as graves apreensões com que pressentia que os acontecimentos na Irlanda caminhavam para o mau caminho da subversão da ordem pública. (...) Na França, todos sabemos que a péssima orientação partidária e o espírito demagogo, de mãos dadas com a ação dissolvente de um mal entendido socialismo, vinham desde há alguns anos minando a estrutura básica em que se assentava a ordem e a segurança pública da grande República europeia. A Rússia assoberbada por comissões internas, greves aterradoras, agravadas por complicações políticas de caráter grave, e de difícil solução, mas recuperada ainda das humilhações perdas morais e materiais que lhe infligira o Japão. A Itália fatigada ainda da luta travada com a Turquia, para a conquista de novas possessões, cuja organização e desenvolvimento econômico absorvem as melhores energias do governo. (...) E ainda mais, presa pela celebre Tríplice Aliança à

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Alemanha e à Áustria-Hungria. Eis em poucas palavras, o aspecto que esses quatro países apresentavam à retina daqueles que só apreciavam os factos pelas aparências, e não levam em linha de conta o imenso valor dessa incógnita chamada patriotismo; que se esquecem, sim, que esse sentimento, mesmo em casos de guerra, realiza o milagre de irmanar e conciliar os maiores adversários políticos, para agremiá-los nas mais harmônica uniformidade, no que diz respeito à defesa da honra da sua pátria (...) Seria desse ponto de vista que o kaiser encarou a situação desses três países (...). (*Folha do Norte*, 29/08/14, p.1)

Ana Regina Rego e Ranielle Leal (2015) observam que a luta travada na imprensa brasileira refletia o posicionamento de parte da classe intelectual do país, pois escritores, jornalistas e políticos expressavam seus posicionamentos nas arenas dos jornais.

A imprensa política tradicional, a imprensa operária e até mesmo as revistas culturais e literárias chegaram a abordar os eventos europeus sob algum prisma, em sua maioria, favorável aos países das Tríplice Entende, construídos discursivamente nos periódicos como a versão do bem, enquanto que os alemães e seus aliados eram apresentados como sendo a força de todos mal. (Rego e Leal, 2015, pp320-321).

Na próxima subseção, apresentam-se os primeiros movimentos dos países rumo à guerra europeia, algumas das batalhas mais importantes e a entrada na guerra de Portugal e Estados Unidos, duas nações com as quais o Brasil mantinha estreitas relações. O primeiro, além de laços comerciais mantinha, sobretudo, com a região Norte do país, relações afetivas e de proximidade. O segundo representava a ideia de nação forte das Américas.

2.4. Movimentos de guerra

No tocante aos primeiros movimentos no início de agosto de 1914, convém lembrar que apesar da Rússia ter sido a primeira potência a entrar em estado de mobilização, o império do Czar Nicolau II chegou a voltar atrás e algumas vezes considerou que a Sérvia deveria ser punida sem que sua atitude tivesse encontrado eco entre a Alemanha e Áustria-Hungria. (Ferro, 1993, p.70). Além disso, a percepção de que apesar do apoio dado aos austro-húngaros, o soberano do Império Alemão, não desejava que um conflito considerado interno (Áustria e Sérvia) cambasse para uma guerra de grandes proporções. Gustave Le Bon, sociólogo francês escreveu em 1915 *Enseignements psychologiques de*

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

la guerre européenne, livro que refletia sobre as motivações que levaram as grandes potências europeias à guerra. Le Bon afirma que o kaiser alemão manteve a paz necessária ao desenvolvimento da Alemanha por 25 anos e acabou por entrar em uma guerra que não desejara.

Um povo cuja riqueza industrial e comercial foi crescendo a cada dia, concordando com alegria delirante esta luta assassina que por um longo tempo irá arruiná-lo. [...] Que profeta poderia ter previsto um surto tais coisas incoerentes? Entre os fenômenos imprevisíveis que fez surgir esta guerra, não deveríamos mencionar a explosão de fúria mística do povo alemão e ao qual os cientistas mais ilustres não sabiam como escapar. A ação do contágio mental, prevaleceu sobre a razão e um vento de loucura envolveram seus discursos. Do lado francês, também transformações impossíveis de prever. Uma nação impressionável, móveis, indisciplinados, as massas viram-se abruptamente resolutos, teimosos e viver estoicamente durante meses em profundas trincheiras mortais sob constante ameaça de uma morte obscura. (Le Bon, 1935, p. 12)⁸⁰

O historiador Hew Strachan (2014) defende que não coube à Alemanha a responsabilidade⁸¹ pelo início da Primeira Guerra Mundial. Strachan afirma que essa atribuição coube à Áustria-Hungria. Berlim imaginava uma guerra nos Bálcãs, na qual certamente estaria envolvida em apoio ao império amigo, e não um conflito mundial. Na

⁸⁰ No original: Un peuple dont la richesse industrielle et commerciale grandissait chaque jour, acceptant avec une délirante joie cette lutte meurtrière qui le ruinera pour longtemps.[...] Quel prophète aurait pu prédire une telle éclosion d'incohérentes choses ? Parmi les imprévisibles phénomènes que cette guerre fit surgir, ne faut-il pas citer encore l'explosion de fureur mystique dont fut saisi le peuple Allemand et à laquelle les plus illustres savants ne surent pas se soustraire. L'action de la contagion mentale l'emporta sur la raison et un vent de folie enveloppa leurs discours. Du côté français, que de transformations également impossibles à prévoir. Une nation impressionnable, mobile, indisciplinée, transformée brusquement en masses résolues, tenaces, vivant stoïquement pendant des mois au fond des tranchées meurtrières sous la constante menace d'une mort obscure.

⁸¹ Embora uma certa noção simplificadora dê conta de que a Alemanha desencadeou o conflito mundial, pois precisava recuperar o atraso na corrida por novos espaços, de acordo com Strachan, a expansão territorial não era, em princípio, a prioridade alemã naquele início de século XX, mas sim a *Weltpolitik*, ou seja, uma política para o mundo, promovida pelo chanceler alemão Bernhard von Bülow pautada em três eixos “colonial, naval e econômico” (Strachan, 2014,p.37). No primeiro aspecto, percebe-se que a fraca emigração rumo às colônias já poderia denotar a insipiente estratégica de ocupação geográfica. Os dois outros eixos talvez significassem efetivamente o cerne da *Weltpolitik*, isto porque, do ponto de vista naval, desde 1897, o Império Alemão passou a investir fortemente na marinha, com isso, levantou-se a preocupação das outras potências europeias, em especial a Grã-Bretanha, à época dona da maior frota naval. Do ponto de vista econômico, já foi mencionado anteriormente o quão rápido a Alemanha conseguiu se industrializar ao ponto de em 1910 ocupar a segunda posição no ranking mundial, com 15,9% da capacidade mundial em produtos manufaturados; o primeiro lugar passou a ser ocupado pelos Estados Unidos, com 35,3%; a Grã-Bretanha ocupava o terceiro lugar com 14,7% (Strachan, 2014, p.38).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

avaliação de Strachan, os eventos que antecederam à eclosão da guerra se precipitaram de forma muito rápida, em curto espaço de tempo em um terreno de nações que de certa forma se mantinham em estado de permanente mobilização.

Mobilização não era, claro, o mesmo que guerra. Ela tinha sido usada em crises anteriores como um reforço para a diplomacia, uma forma de provocação ao invés de um passo na escalada inevitável. Mas, nesses confrontos anteriores tinham sido desenvolvidos por meses. Em 1914, as principais decisões foram tomadas no espaço de uma semana. O ritmo dos acontecimentos era de tal forma que não houve tempo para clarificar a distinção entre o aviso e a intenção.⁸² (Strachan, 2014, p. 19).

Assim, para Strachan, apesar da Alemanha ter modificado o arranjo das disputas internacionais após 1871 e de Guilherme II ter sepultado a herança diplomática de Bismark, não era suposto que questões políticas entre Áustria-Hungria e Sérvia culminassem com uma guerra de grandes proporções. A formação da Entente, na perspectiva alemã, era uma forma de criar uma “nova constelação diplomática dentro da Europa” (Strachan, 2014, p. 36). Contudo, a intromissão da Alemanha na questão do Marrocos fez com que França e Inglaterra percebessem Berlim como inimigo em potencial. E, nesse sentido, a professora Heather Jones (2014) refere de que a ideia do imperialismo alemão ter sido um dos elementos propulsores à Grande Guerra é um “argumento histórico perene” (Jones, 2014, p. 113). Para Jones, se há um papel do imperialismo alemão no tocante desencadeamento do conflito, ele talvez devesse ser cronologicamente recuado ao ano de 1911 por ocasião do crise do Marrocos. Além disso, segundo a autora, é necessário lembrar que naquele ano “a Europa assistiu ao nascimento de formas de cultura de guerra, em particular, na imprensa, alimentaram diretamente a mobilização cultural de 1914” (Jones, 2014, p. 114).

No Brasil, os primeiros momentos da guerra significaram também tempos de incertezas e dificuldades em lidar com as repercussões imediatas de como lidar com as extensões dos beligerantes em território nacional. Os navios alemães fundeados ou de passagens pelos portos brasileiros se transformaram em desafios para o poder público. Não raro,

⁸² Mobilization was not, of course, the same as war. It had used in previous crises as a buttress to diplomacy, a form of brinkmanship rather than a step in an inevitable escalation. But in those earlier confrontation developments had been spread over months. In 1914 the key decisions were taken in the space of one week. The pace of events was such that there was no time to clarify the distinction between warning and intent.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

algumas dessas embarcações estavam carregadas de material considerado bélico e, mesmo quando retidas no sistema portuário brasileiro, empreendiam fuga e nem sempre a Marinha do Brasil conseguia detê-los. O caso do navio alemão “Patagônia” é bom exemplo reportado pelo *Estado do Pará*.

Recife, 13. O paquete alemão “Patagônia”, aqui fundeado, teve licença da alfândega para zarpar às 21h de ontem. Constatando, porém, que transportava grande contrabando de guerra, o “Patagônia” foi intimado a não partir. Entretanto, iludindo a vigilância das autoridades marítimas, zarpou ocultamente pela madrugada. Ciente do fato, a capitania dos portos ordenou que o destroyer “Rio Grande do Norte” partisse ao encalço do navio contrabandista. A belonave brasileira partiu a toda; regressou, porém, a este porto sem haver alcançado o fugitivo. (*Estado do Pará*, 15/09/14, p.1).

Nesse dia, ao abrir a seção “Conflagração Europeia” com a notícia sobre o navio alemão de “contrabandista”, a qual se segue uma nota oficial do consulado alemão em Recife, dando conta de avanços do exército do kaiser na Frente Oriental denotaria uma boa distribuição de informações, se as demais informações que completam os restante das três colunas da seção não fossem praticamente todas elas favoráveis aos Aliados. O caso do “Patagônia” não foi um evento isolado. Incidente envolvendo diversas embarcações de origem alemã desafiaram a forma como poder público de um país neutro deveria responder às primeiras demandas locais em função da situação beligerante.

O trágico episódio envolvendo o paquete alemão *Blucher* (Figura 21), ocorrido na segunda quinzena de agosto de 1914, é um desses momentos nos quais a exigência de uma resposta desafiou a capacidade do poder público em lidar com as primeiras situações de cidadãos europeus retidos no Brasil. O incidente fez as primeiras “vítimas” da guerra no país, onde não havia frentes de combate.

Figura 21– Detalhe da chamada na capa da *Folha do Norte* em 15/09/14



A reportagem da *Folha do Norte* inicia com a cronologia de viagem do paquete alemão.

Procedente do Rio Prata, come escalas pelos portos brasileiros de Santos, Rio de Janeiro e Bahia, aferrou no Recife, a 2 de agosto, o paquete alemão *Blucher*, da Hamburgo Amerika Linie e do comando do capitão de converta John von Holdt. Surpreendeu-o em Pernambuco a notícia da conflagração europeia. Temendo que seu navio fosse capturado no Atlântico por algum dos cruzadores ingleses ali em raid, o comandante do *Blucher* telegrafou para a agência geral, no Rio. Pedia instruções e recebeu ordens de permanecer no Recife, fazendo desembarcar todos os passageiros, sendo que só de 3ª classe atingiram eles o avultado número de 900: espanhóis 600, portugueses 250 e os restantes de outras nacionalidades. O governo do Estado, com quem se entendeu o cônsul alemão, sr. A. Bockmann, fez sentir o inconveniente de tal medida, já porque só das obras do porto do Recife haviam sido dispensados para mais de três mil operários, já porque seria expor a morrerem de fome, pelas ruas da capital de Pernambuco, os infelizes passageiros de 3ª classe do *Blucher*, entre os quais se contavam muitas mulheres e crianças. (*Folha do Norte*, 15/09/14, p.1)

Ao longo da matéria, a *Folha* narra os acontecimentos seguintes em função da revolta dos passageiros da terceira classe do navio alemão e a forma como a tripulação, bem como a polícia local, acionada para conter os ânimos, trataram a insurgência.

O espírito de revolta começou a lavrar entre os passageiros da 3ª classe que, diariamente, se queixavam da má qualidade e mesquinhez da ração e até mesmo de maus tratos infligidos a um ou outro, que recalcitrava em fazer uma reclamação mais enérgica, como um protesto coletivo dos seus infortunados companheiros. (...). O capitão J. von Holdt resolveu, logo que teve essa força a bordo, por em execução uma medida de caráter severíssima:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

recolher ao porão 800 passageiros de 3ª classe! As torturas por que passaram essas desafortunadas criaturas eram as mais horríveis possíveis: sem ar, sem luz, numa promiscuidade revoltante, sofriam, além do mais, os horrores da fome! (*Folha do Norte*, 15/09/14, p.1)

De acordo com o relato da *Folha do Norte*, a situação no navio alemão se agravou, desentendimentos entre tripulantes e passageiros elevaram a tensão, tiros foram disparados em direção ao porão, pessoas tentaram fugir e foram atingidas por jatos de água quente pelos tripulantes do *Buncher*. Houve mortos e feridos, vitimados por balas, afogamento e outras formas de lesões, a grande maioria de passageiros, mas alguns tripulantes também pereceram durante o confronto.

Difícil saber-se o número de pessoas mortas nesse lamentável conflito. Segundo diz *A Província*, na lista de passageiros de 3ª classe do *Blucher*, faltam 57, inclusive 8 mortos e 25 feridos. Diz-se que o número de mortos é superior a 30, tendo a maré arrastado fora do porto vários cadáveres. (...) Receando-se que novas e mais lamentáveis cenas de selvageria fossem praticadas pela tripulação do *Blucher* conta os passageiros, desembarcaram estes, sendo recolhidos no antigo quartel do 14º, hotéis e casas de patrícios generosos. Bandos precatórios têm percorrido as ruas do Recife, esmolando em favor desses infelizes. O fato causou a mais viva indignação contra o capitão John von Heldt, comandante do *Blucher*. (*Folha do Norte*, 15/09/14, p.1)

A longa matéria da *Folha do Norte*, ocupando quase quatro colunas na primeira página da edição, com aspectos do incidente divididos em subseções temáticas: “os feridos”, “os mortos”, “a narração de Hans Muller” e “várias notícias”. Percebe-se que a *Folha* tentou reunir um grande número de testemunhos e fontes para contextualizar os fatos, inclusive com o uso de material do jornal “Diário de Pernambuco”. O texto é puramente descritivo, o que deixa ao leitor a decisão sobre o que pensar sobre o caso. Embora, o título da reportagem já sugerisse o tom de “massacre” sobre o ocorrido. Esse episódio talvez tenha sido um dos mais relevantes ocorridos no Brasil - fruto do efeitos da guerra e com vítimas fatais.

É curioso perceber que há uma noção, que de certa forma virou um dogma da historiografia, sobre a forma como a notícia de uma guerra naquele mês de agosto de 1914 foi recebida “pelos povos da Europa com fervoroso entusiasmo” (Ferguson, 2014, p.285). Não que certos segmentos não desejassem uma guerra para colocar fim às tensões que

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

pairavam pelo continente. Entretanto, as manifestações nacionalistas que se viram na Áustria, na Sérvia, na Alemanha ou mesmo na Inglaterra⁸³ ajudaram a construir esse dogma. Mas é fato, como afirma Ferguson, que ao longo dos primeiros meses da guerra o clima era de certa euforia “com trens partindo para a frente de batalha decorados com flores” (Ferguson, 2014, p. 287). Entretanto, nem os governantes e os oficiais dos países envolvidos expressaram esse entusiasmos para ir a combate naquele verão de 1914.

Mas há cada vez mais indícios que questionam, se é que não refutam totalmente, a tese de belicosidade das massas. Pode ter havido multidões, mas descrever seu estado de ânimo apenas como “entusiasmo” ou “euforia” é enganoso. Naquelas circunstâncias, ansiedade, pânico e até mesmo religiosidade apocalíptica foram reações populares igualmente comuns diante da eclosão da guerra. (...) Não é preciso dizer que muitos membros de organizações socialistas e pacifistas ficaram horrorizados com o início da guerra. (Ferguson, 2014, p.288-289).

A despeito dos sentimentos de euforia ou apreensão, o fato é que na Europa as nações diretamente envolvidas no conflito mundial há tempos planeavam estratégias militares para o enfrentamento em possíveis tempos de guerra. Quanto de fato veio a conflagração, nota-se que alguns dos movimentos iniciais dos países naquele verão de 1914 não percorreram de modo lógico ou minimamente coordenados levando-se em conta a polarização que cada lado no confronto. A cronologia das declarações de guerra (ver Apêndice 1) demonstra um certo descompasso entre alguns dos envolvidos. Nesse sentido, David Fromkin conta que no caso da Áustria e da Alemanha:

A situação era peculiar de uma maneira diferente na Alemanha, que estava lutando contra a Rússia, a França, a Grã-Bretanha, Luxemburgo e a Bélgica - tudo isso supostamente para apoiar a Áustria, a qual ainda estava em paz com todos eles em 4 de agosto. Contudo, a Alemanha não estava em guerra com, ou lutando contra, a Sérvia, único país com o qual a Áustria estava em guerra, que, segundo Viena, era o país que apresentava uma ameaça à existência da Áustria. (Fromkin, 2004, p. 280).

⁸³ Purseigle (2014) refere a atenção dos britânicos no verão de 1914 estava mais voltada para as questões internas como, por exemplo, reformas sociais e a participação política das mulheres, do que propriamente para o que se anunciava como o prenúncio de uma guerra na qual Inglaterra viria se envolver abruptamente.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Os jornais paraenses não percebiam dessa forma o aparente entusiasmo com a guerra e sim com preocupação com os impactos do conflito sobre a vida local. O *Estado do Pará* expressou essa apreensão em um artigo de fundo ainda no mês de agosto de 1914.

Comentando as ocorrências do atual conflito europeu não podemos perder de vista os nossos interesses regionais, intimamente afetados pela guerra. (...) São tradicionais as nossas ligações comerciais com a Europa. É de lá que temos recebido quase tudo que necessitamos e ainda não é produzido no país. Assim, uma forte e volumosa corrente de interesses mercantis não poderia cessar de súbito, sem um profundo abalo de graves consequências.(...) (*Estado do Pará*, 15/08/14, p.1)

No texto, o jornal discorre sobre as providências adotadas pela Inglaterra para assegurar o comércio marítimo entre Brasil e Europa, contudo, cita o fato de que a guerra mobilizaria um grande número de exércitos, o que retiraria dos meios produtivos industriais e agrícolas a mão-de-obra necessária para atender às demandas de consumo. E ressalta que nesse sentido, os Estados Unidos têm a oportunidade de ganhar espaços em mercados que eram exclusivamente europeus. Interessante observar como o enunciado do artigo trata o assunto como parte integrante do problema ao usar a primeira pessoa do plural ao referir as tradicionais relações comerciais com a Europa. Daí o tom “simpático” à Inglaterra presente no texto.

Em termos estratégicos, Marc Ferro (1993) afirma que em agosto de 1914 quando da entrada da Grã-Bretanha na guerra, a Alemanha lançou mão do *Plano Schlieffen*⁸⁴, desta feita, aplicada pelo chefe do Estado-Maior alemão por ocasião do conflito mundial, Helmuth Johannes Ludwig von Moltke, sobrinho do “velho” Moltke - o responsável pela vitória alemã na guerra franco-prussiana em 1870-1871. Christopher Clark (2014, p.355) descreve Helmuth como um homem beligerante. A visão do chefe do Estado-Maior alemão – na função desde o início de 1906 – o caminho para uma guerra entre as duas principais alianças europeias era inevitável. Além disso, Moltke acreditava que a

⁸⁴ O *Plano Schlieffen* tinha como estratégia - em linhas gerais e do ponto de vista do posicionamento geográfico de tropas e de armamentos - a divisão de tropas alemãs em duas frentes, a ocidental, para fazer frente à França e derrotá-la em seis semanas; e a oriental, com o objetivo de lutar contra a Rússia. E assim, de certa forma sintetiza-se as o posicionamento nas principais frentes de batalhas na Grande Guerra. Alfred von Schlieffen ocupou o cargo de chefe do Estado-Maior da Alemanha por 14 anos (1892-1906) e foi o idealizador do plano que levava seu nome. O plano objetivava traçar estratégias em duas frentes em caso de uma guerra contra França, Grã-Bretanha (a oeste) e contra a Rússia (a leste).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Alemanha perdia espaço para as nações concorrentes no continente, sobretudo, a Rússia, cujo avanço na área militar preocupava à nação do kaiser.

As potências centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia) e as potências aliadas (França, Rússia, Sérvia, Inglaterra) começaram a se articular os movimentos de tropas se alinhavam em duas frentes principais: a ocidental e a frente oriental. Em linhas sintéticas, a primeira frente situava-se no território compreendido entre a Bélgica e a Suíça. Já a segunda frente englobava a parte central e o leste do continente. E se a Alemanha tinha como comandante o jovem Molke, a França escolheu o general Joseph Joffre para liderar como o homem de frente em uma guerra. A Joffre coube implementar a estratégia francesa em caso de guerra, o *Plano XVII*⁸⁵.

Após a invasão alemã na Bélgica⁸⁶ (ver Apêndice 1), a França juntou-se às tropas belgas em contraofensiva, na batalha de fronteiras⁸⁷, bem como também tentava atacar nas regiões de Alsácia e Lorena. Infrutiferamente, as primeiras tentativas francesas foram marcadas por fracassos. Não tardou para que as estratégias falhadas das tropas de Joffre levassem à decisão do governo de se retirar de Paris para Bordeaux, pois os alemães não estavam longe da capital francesa. No lado ocidental, os Aliados perceberam que era necessário brecar o avanço alemão a caminho de Paris. Em 04 de setembro iniciou-se a movimentação de tropas que culminou com a Batalha⁸⁸ do Marne, região à leste da capital

⁸⁵O Plano XVII desenha a estratégia de organização dos franceses para uma ofensiva na Alsácia-Lorena. Foi elaborado em 1913. Cf. (Soundhaus, 2014, p. 95).

⁸⁶ Se em princípio o Império Alemão não tencionava uma guerra em larga escala, contudo, não se furtou em protagonizar a invasão do território da Bélgica, neutra no conflito. No dia 02 de agosto, a Alemanha desejava livre passagem para as tropas do exército, dada a proximidade geográfica daquela região com o território francês. O Grão-ducado de Luxemburgo foi instado a permitir essa passagem e negou-a, dois dias depois os alemães atacaram a cidade de Liège. O efeito invasão alemã no território belga levou a Inglaterra a tomar posição no conflito que mal iniciava. Ingleses exigiram que os alemães que deixassem a Bélgica ou também entrariam na conflagração (Ferro, 1993, p.68).

⁸⁷ Krumeich e Audoin-Rouzeau (2004, p. 387) explicam que as “‘batalhas de fronteiras’ eram terrivelmente sangrentas, consistiam basicamente em ataques virulentos de corpo a face com o exército inimigo.”

⁸⁸ A noção de batalha usada neste trabalho segue a proposição de Krumeich e Audoin-Rouzeau. Para esses autores, uma batalha pode ser definida pelo sua dimensão coletiva e pelo grau de violência envolvido no choque entre os grupos envolvidos na luta Cf: Krumeich, Gerd e Audoin-Rouzeau, Stéphane. Les batailles de la Grande Guerre. In: Audoin-Rouzeau, Stéphane e Becker, Jean-Jacques *Encyclopédie de la Grande Guerre*. Tome I. P. 385. Paris, Bayard,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

francesa. Ali, as tropas França e Reino Unido se alinharam para fazer frente ao exército alemão.

Ao mesmo tempo em que o conflito se desenrolava nas frentes de batalhas (Mapa 01), uma outra guerra era travada no campo das ideias, a mobilização da opinião pública. A respeito disso, um a *Folha do Norte* reproduziu – e de forma comentada - um artigo jornal norte-americano *Herald* sobre os efeitos causados nos Estados Unidos da tentativa do chanceler alemão em apontar a Rússia como responsável pela guerra Figura XX.

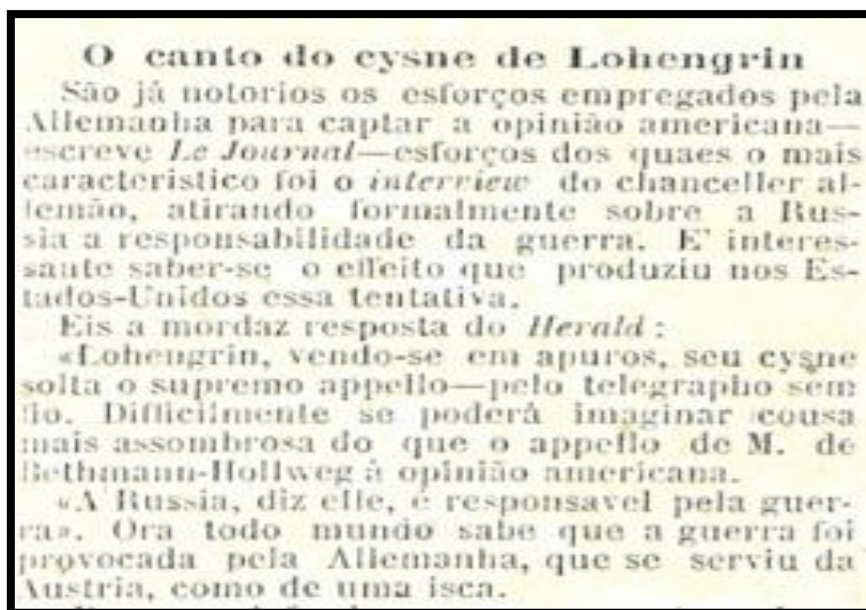
Sob o título “O canto do cisne de Lohengrin”, o texto da Folha repercute não só o *Herald*, mas também do diário francês *Le Journal*.

São notórios os esforços empregados pela Alemanha para captar a opinião americana – escreve o *Le Journal* – esforços dos quais os mais característico foi o interview do chanceler alemão, atirando formalmente sobre a Rússia a responsabilidade da guerra. É interessante saber-se o efeito que produziu nos Estados Unidos essa tentativa. Eis a mordaz resposta do *Herald*: “Lohengrin, vendo-se em apuros, seu cisne solta o supremo apelo – pelo telégrafo sem fio. Dificilmente se poderá imaginar coisa mais assombrosa do que o apelo de M. de Bethmann-Hollweg à opinião americana. (*Folha do Norte*, 02/10/14, p.1).

A Folha continua ainda a citar o *Herald*. “ A Rússia, diz ele (o chanceler alemão, grifo nosso), é responsável pela guerra” (Figura 22). Ora todo mundo sabe que a guerra foi provocada pela Alemanha, que se serviu da Áustria, como de uma isca” . (*Folha do Norte*, 02/10/14, p.1). Esta última frase, fora das aspas da citação do jornal norte-americano, deixa transparecer um ponto de vista do jornal, que se não bem percebida passa como parte integrante do texto do diário americano. O que já fica tão claro assim na parte final da matéria, pois as aspas não foram fechadas.

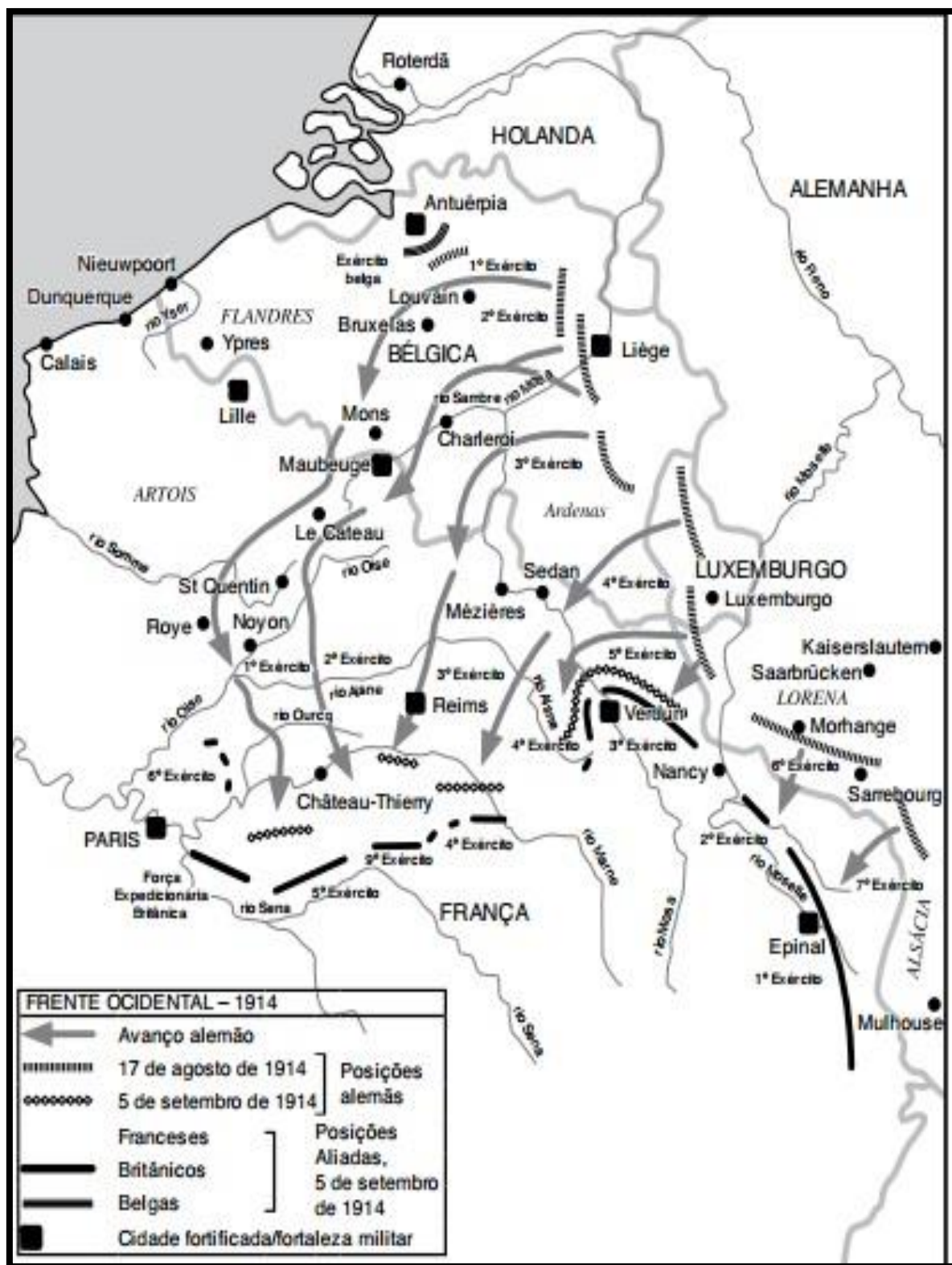
E o *Herald* conclui: “M. de Bethmann-Hollweg que esteja descansado sobre esse ponto. A opinião americana não compreende perfeitamente que um exército que mostra seu valor e brio fuzilando mulheres, crianças e camponeses desarmados, assassinando os feridos em combate, deve estar por força numa situação desesperada. E um governo que se vê reduzindo a enviar uma mensagem tão palavrosa como a de M. de Bethmann-Hollweg deve estar num momento bem difícil. Como o canto do cisne ao morrer, a apelo radiotelegráfico do chanceler nos indica o começo do fim. (*Folha do Norte*, 02/10/14, p.1).

Figura 22 – Detalhe da notícia publicado em 02/10/1914 pela *Folha do Norte*



Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Mapa 01 – Frente Ocidental em 1914.



Fonte: Reprodução: Sondhaus (2014, p.95).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O Mapa 01 apresenta as posições das tropas Aliadas e Potências Centrais ainda em 1914. Ainda em setembro daquele ano, na Frente Oriental, o general alemão Hindenburg consegue frear as tropas russas, na batalha de Tannenberg. Mesmo com o apoio alemão a Áustria perdeu quase um milhão de soldados. MacMillan refere que:

No Front Oriental, onde as distâncias eram muito maiores, a rede de trincheiras nunca alcançou a mesma extensão, tampouco se revelou tão inexpugnável, porém, mais uma vez, a capacidade da defesa de conter ataques ficou absolutamente clara nos primeiros meses da guerra (MacMillan, 2014. p.663).

A Alemanha ao deter os avanços russos na Frente Oriental e ao mesmo tempo em que amargou o fracasso na Frente Ocidental teve a certeza de que a guerra não seria breve, como talvez tivessem suposto no início do conflito, e sabendo que teriam que batalhar em duas frentes. A vitória no Marne deu fôlego Aliados. Peter Englund recupera o tom de euforia relatado por Michel Corday em 3 de fevereiro de 1915 “Uma aura especial envolve a Batalha do Marne. A causa é bastante óbvia: nessa ocasião o invencível Exército alemão foi contido, Paris foi salva e evitou-se a iminente derrota”, relatou Corday, a propósito de uma reunião na qual esteve presente um herói da batalha do Marne (Englund, 2014, p.74). Apesar do sucesso dos Aliados nessa batalha, Pierre Renouvin (1990) afirma que a França e a Rússia não se arvoravam em pensar na paz, o equilíbrio de forças era visível e guerra estava só no começo.

Nesse sentido, os jornais paraenses buscavam na narrativa dos correspondentes a aproximação com o que acontecia nos campos de batalhas como, por exemplo, a descrição feita por Diego Angeli, do jornal *Giornale d'Italia*, publicado pelo *Jornal do Commercio* e reproduzido pelo *Estado do Pará*.

Diego Angeli é ótimo escritor que sabe dar intenso colorido às suas descrições. Visitou ele o campo de batalha de la Marne e é de carta em que ele refere as suas impressões desse espetáculo que vou extrair trechos dos mais pitorescos. Logo à saída de Meaux lhe apareceram os primeiros vestígios da terrível luta. Árvores mostram as feridas profundas que nelas fez a metralha; os postes telegráficos deixam pender os arames despedaçados e envencilhados uns nos outros. Ao virar de um atalho, o escritor achou-se em pleno campo de batalha, no ponto extremo da avançada alemã, a alguns metros da grande estrada que os devia para conduzir triunfalmente a Paris. O terreno está sulcado de trincheiras: as mais profundas traçadas segundo as regras da arte;

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

as mais próximas cavadas proximamente à flor do solo, como para procurar um abrigo imediato contra o ataque dos aliados. Em derredor o terreno está como que revolvido pela explosão das granadas.(...) Em outra trincheira mais distante, os soldados feridos estavam procedendo ao seu próprio curativo quando a metralha desabou sobre eles O chão via-se juncado das ligaduras, de faixas, de pacotes de algodão em rama, de mangas de uniformes laceradas e camisa ensanguentadas. A julgar pelos vestígios da luta que teve lugar ali mesmo, poucos devem ter escapado à matança.(...) (*Estado do Pará*, 09/12/1914 p1).

Se a descrição do correspondente de guerra do jornal italiano na França mostra o estado em ruínas que ficaram os campos de batalhas e as aldeias por onde andou, entretanto a iconografia do *Estado do Pará* (muito presente por meio de recursos como gravuras, ilustrações, mapas, fotos e desenhos) parecia caminhar em um sentido inverso. O destaque para o tom positivo em imagens que não necessariamente traduziam esse espírito. A fotografia (Figura 23) tem como legenda: “Soldados franceses feridos que regressaram do campo de batalha risonhos e felizes por terem cumprido o seu dever”, foi publicada em 01 de novembro de 1914. Não há como saber se a legenda foi dada de antemão pela fonte da fotografia, em todo caso, a manutenção por parte do jornal pode sinalizar uma adesão, mesmo que não proposital, à propaganda francesa sobre o nobre compromisso de servir à guerra.

Ao publicar uma carta de um leitor, que apenas se assina E.L, na primeira página, além dar de voz à opinião de uma parte da opinião pública, a *Folha do Norte* também demonstrou que valorizava argumentos que pudessem esclarecer sobre as suposições a respeito do Império Alemão no Brasil. Sob o título “O Brasil colônia alemã”, diz a carta:

Escrevem-nos: Sr. redator da *Folha do Norte* – Não só agora, mas de há longos anos, tem-se falado das pretensões germânicas ao sul do Brasil, isto é, os Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, já se quis fazer do *perigo alemão*, em relação ao Brasil, um *símile* do muito falado *perigo amarelo* em relação à civilização ocidental. A verdade, porém, sr. Redator, é que, afora uma ou outra opinião de viajantes e jornalistas a respeito da nossa capacidade administrativa e política, que, não nos podem ter sido agradáveis, e que, aliás, não tem partido exclusivamente de germânicos, nada de positivo se apontou até agora sobre as supostas intenções ocultas da Alemanha, a não ser a menção de cartas geográficas do Brasil, onde aqueles Estados da Federação Brasileira eram apontados como domínio germânico. Quando foi

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

o caso da “Panther”, voltou à baila a existência de tais documentos, mas a verdade a respeito é que ninguém os vira nunca. Ultimamente, pela evidência em que se acha a Alemanha, devido à guerra, e pelo muito que se discute o pangermanismo e especialmente o militarismo alemão, acha-se em foco a questão da conquista na América do Sul (...). (*Folha do Norte*, 19/10/14, p.1)

Figura 23 – Fotografia publicada no *Estado do Pará* em 01/11/14, p.2



Marc Ferro (1993, p.159) refere que a escassez de insumos de material bélico de guerra ocorreu em parte devido à necessidade de adaptar a economia para que pudesse atender às demandas da guerra do ponto de vista material e das mudanças nas frentes de batalha. O sentimento das tropas e campo era um misto de pequenos entusiasmos com algumas conquistas no *front* e a sensação de que a guerra que se julgou em princípio como breve não acabaria tão cedo. Para manter o entusiasmo e aderência à causa da guerra, Ferro (1993) cita o trabalho de Harold D. Laswell que estudou as estratégias de propaganda

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

para mobilizar os espíritos, basicamente pautada sobre três noções. A primeira afirmava que lutava-se por uma causa justa, a segunda apregoava que o bem venceria o mal e, por fim, a certeza de vencer a guerra. (Ferro, 1993, p.163). Já Sousa (2015a, p. 17) assinala que as técnicas de propaganda usadas na Grande Guerra aliavam “a verossimilhança (mistura discursiva de verdade com mentira ou ocultação, para credibilizar a mensagem) e personalização do inimigo (por exemplo, os alemães foram personalizados na figura caricaturada e odiosa do kaiser).”

Ainda sobre as dificuldades⁸⁹ enfrentadas pelas tropas no *front*, na batalha de Ypres, o capitão Reginald Thomas, da artilharia do exército inglês, escreveu: “Sofríamos uma escassez muito grande granadas de mão (...). Fizemos, pois essas granadas de mão com latas de geleia e as arremessamos nas trincheiras alemãs” (Arthur, 2011, p. 63). O relato do capitão Reginald Thomas foi feito a partir de uma trincheira⁹⁰. Em uma descrição mais simples, as trincheiras nada mais eram do que imensos fossos cavados na terra, onde efetivamente viviam, lutavam e morriam. Marc Ferro (1993) refere que os alemães foram os primeiros a usar redes de trincheiras – uma ideia já usada anteriormente na guerra Russo-Japonesa, entre 1904-1905 – uma forma de evitar a exposição direta à artilharia do inimigo. A partir de novembro de 1914, Aliados e Potências Centrais cavaram quilômetros de fossos na frente ocidental. As trincheiras não eram apenas eram cavas sob a terra, envolvia também a implementação de outros equipamentos de proteção. Sobre isso, Ferro detalha:

Em primeiro lugar, a colocação de arame farpado, que era particularmente perigosa sob o fogo das metralhadoras inimigas; a confecção de sacos de terra para se protegerem dos estilhaços durante os bombardeamentos; o arranjo das vigias onde ficavam os observadores. Como as linhas dos

⁸⁹ Na primeira batalha do Aisne, em setembro de 1914; na de Masúria Lagos, na Frente Oriental em setembro; e na Primeira de Ypres, entre outubro e novembro do mesmo ano já se demarcaram-se os movimentos entre os beligerantes, com alguns avanços e retrocessos de um lado a outro. Também, evidenciou-se a ausência de planos estratégicos, muitas das vezes a falta de planejamento e o improvisado por parte eram a tônica nas tropas entrincheiradas

⁹⁰ Havia mais dois tipos construções subterrâneas usadas na Grande Guerra. A primeira delas se chamava “trincheira de comunicação” e corriam de forma perpendicular às linhas que estavam adiante. Geralmente, três linhas antecedia à essa trincheira que permitia às tropas o movimento entre elas de forma mais segura, evitando virar alvo dos inimigos. A outra forma de trincheira era conhecida como “túneis”, de tamanho menor que as trincheiras convencionais, os túneis serviam ligar os postos de observação e/ou escuta, por exemplo, situados em uma zona intervalar entre as frentes de combate conhecida como “terra de ninguém”. CF. História (2013, p.225-226).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

adversários eram, frequentemente, muito próximas, disputavam-se o mais pequeno montículo: vigiar o inimigo era tão importante como não ser visto. (Ferro, 1993, p. 123).

Ainda de acordo com Ferro (1993) a Alemanha parecia dominar melhor o uso das trincheiras e o que poderia ser feito a partir delas. Fabricou munições capazes desde perfurar os sacos de terra até atingir aviões inimigos que sobrevoassem os campos de batalhas; havia proteções que lembravam uma espécie de teto sobre os fossos (como forma de proteger melhor os soldados) e própria trincheira eram maiores que as usadas pelos Aliados. Os franceses estavam em desvantagens, pois além não disporem armas que pudessem fazer frente ao arsenal alemão, eram obrigados a viver e a usar espaços muitos menores como proteção contra os inimigos.

A atalha de Ypres, ganhou destaque na primeira página do *Estado do Pará* em um artigo de fundo, mas que tinha um forte tom editorial com três subtítulos “A vitória em Ypres”, “Mais um plano frustrado” e “Agora, só um milagre”.

A vitória dos Aliados na grande batalha de Ypres, a ser verdade o que dizem os telegramas, foi, certamente um grande feito de armas, de grande significação, mas está longe de ser uma vitória decisiva. A grande significação que tem como feito militar deriva da circunstância de terem nela empregado os alemães o máximo dos recursos de que podiam dispor e com tudo isso não conseguiram fazer recuar e muito menos contornar essa extremidade da ala esquerda dos Aliados. Se os alemães lutaram para ir até Calais, de onde pretendiam hostilizar a Inglaterra, em execução de um novo plano estratégico, temos então que registrar mais um plano frustrado. Há quem acredite que o estado-maior alemão, reconhecendo a impossibilidade material de ir a Paris negociar uma paz vantajosa, conceberá o plano de ir a Londres. Tomada a capital inglesa, forçariam os Aliados a negociar a paz que evitaria o desastre final das tropas do Kaiser no continente. Contavam para isso com ação dos seus submarinos e com a grossa artilharia que não deixaria os navios da esquadra inglesa se aproximarem do canal. Depois, de Calais e mesmo de Bolonha, atravessariam a Mancha e surpreenderiam a Inglaterra quase sem elementos de defesa, visto a grande e surpreendente quantidade de soldados que tem mandado para o continente. Se o plano era este era um plano certamente concebido na exaltação da ruína e do desespero. Fraco e inconsciente nas suas linhas gerais, abortou totalmente com a vitória dos Aliados em Ypres.(...) Cada dia que passa, cada nova derrota que sofrem, mais se aproxima o término fatal da completa desorganização da Alemanha. Se não puderam vencer no primeiro

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

avanço agora só um milagre os poderia salvar.” (*Estado do Pará*, 04/11/1914, p1).

No final do primeiro ano da guerra, percebe-se que o *Estado do Pará* começou a dar mais destaque na primeira página, bem como nas colunas dedicadas, para as ações dos Aliados, enfatizando os feitos e vitórias conquistados. A outrora Alemanha “organizada” que poderia barrar a sanha expansionista russa – como o jornal se reportara em julho – se tonou “desorganizada” e “desesperada”, adjetivos que ilustram que a neutralidade do *Estado do Pará* jazia no passado. Ao tomar partido do lado dos Aliados de forma cautelosa e desenhada na narrativa vitoriosa o jornal reportava os acontecimentos da guerra, mas a partir de um ponto de vista, o da Entente.

Margareth MacMillan conta que Lovain, cidade belga, viveu dias de terror com a passagem alemã rumo à França. A historiadora conta ao chegar em Lovain na segunda quinzena de agosto de 1914, após ter encontrado pela frente a resistência da Bélgica à invasão, as tropas da Alemanha promoveram assassinatos de civis, saques, destruição de equipamentos públicos como, por exemplo, a biblioteca da universidade que se localizava em um prédio datado de 1425. MacMillan descreve que:

Em 25 de agosto chegaram novas tropas alemãs que recuavam diante de um contra-ataque belga, e correu o boato de que os ingleses estavam vindo. Houve tiros, provavelmente disparados por soldados alemães nervosos e talvez bêbados. O pânico cresceu entre os alemães, convencidos de estarem sob ataque, e as primeiras represálias ocorreram. Naquela noite e nos dias seguintes, civis foram arrancados de suas casas, e alguns, entre eles o prefeito, o reitor da universidade e vários policiais, foram fuzilados sem contemplação. Na conta final, 250 habitantes de uma população de 10 mil foram mortos, e muitos outros espancados e maltratados. Mil e quinhentos moradores de Louvain, de crianças a avós, foram metidos num trem e mandados para a Alemanha, onde multidões o receberam com insultos e sacarmos. (MacMillan, 2014, p.13).

A Alemanha deliberadamente, ou não, iniciou na Bélgica um movimento violento que de certa forma em muito ajudou para formar uma opinião negativa a seu respeito. Maria de Lourdes Janotti (2012) afirma que os episódios na Bélgica contribuíram para que se formasse uma noção negativa sobre o papel da Alemanha na Grande Guerra.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Generalizou-se a ideia de que a guerra alemã seria sem ética e bárbara.(...) O julgamento internacional centrou-se na invasão da Bélgica. De vários pontos, países neutros emitiram nota diplomática contra a Alemanha. Dessa forma, os alemães ficaram marcados como os grandes agressores e responsáveis pela Primeira Guerra Mundial. (Janotti, 2012, p. 18).

Nesse sentido, a invasão da Bélgica e de Luxemburgo ainda repercutiam em janeiro de 1915. Em mais de um momento o tema retornou à imprensa paraense como na edição de 10 daquele mês no *Estado do Pará*, cuja primeira página foi totalmente dedicada à situação daquele país. O jornal utilizou fotos para ilustrar a reportagem intitulada “O Grão-ducado de Luxemburgo” e com subtítulo “ A humilde vítima do militarismo prussiano”. O texto começa em tom emocional se desenvolve para aspectos contextuais e históricos do Grão-ducado.

A imensa desgraça que fulminou a Bélgica fez com todo o mundo se esquecesse de uma outra vítima do mesmo insulto: a violação da neutralidade. Essa outra vítima foi o pequeno, mas encantador e próspero Grão-ducado de Luxemburgo. O sofrimento da Bélgica foi atroz, invadida, por talvez dois milhões de alemães com todo o poder ofensivo acumulado e aperfeiçoado durante mais de quarenta anos, com toda a fúria de quem se julgava invencível, com todo o arranque de um meio de campanha. O heroico país, apesar da resistência desesperada que opôs ao agressores, foi pisado, calcado, espezinhado, saqueado, incendiado pelo invasor cruel. O mundo inteiro voltado para a Bélgica, contendo com as mãos o pulsar desordenado do coração em desespero em desespero, contemplando tanto horror, sentiu os olhos marejados de lágrimas. Foi a névoa dessas piedosas lágrimas que não lhe deixaram ver com clareza esse outro drama que se desenrolava ali perto, ao lado no santamente calmo Luxemburgo. Como a Bélgica o Luxemburgo era um país neutro, neutralidade garantida pelas potências europeias. A Alemanha, um das garantidoras dessa neutralidade não respeitou a própria assinatura e, logo no começo da guerra, nesse agosto de 1914, que ficará para sempre assinalado na História como mês maldito, invadiu os domínios da suavíssima Grã-duquesa Maria Adelaide. (...) É verdade que, antes da agressão, o governo do kaiser pedira diplomaticamente ao governo de Luxemburgo para atravessar o país com suas forças. Fazer um pedido destes a uma nação oficial e obrigatoriamente neutra é provocar sabidamente uma resposta negativa.(...) A ofensa que sofreram esses dois países, um completamente desarmado, outro incomparavelmente inferior em armas ao agressor, caracteriza indelevelmente o ato inicial da Alemanha nesta sangrenta guerra. Bélgica e Luxemburgo são os documentos impressos na superfície

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

do globo terráqueo que servirão para se provar em qualquer tempo que a Alemanha, dando o primeiro passo num movimento belicoso que, segundo pensava, a levaria à conquista do mundo, não trepidou em conspurcar a própria assinatura, a fé nos tratados, o Direito, a Justiça, a Civilização(...). (*Estado do Pará*, 10/01/15, pp.1-2).

A longa reportagem do publicada no dia 10 de janeiro de 1915 apontou algumas pistas para o caminho que o jornal passaria a trilhar. O texto em questão usou diversos adjetivos para representar a Alemanha e sua ação nas regiões da Bélgica e de Luxemburgo. Aos países neutros, o texto se refere como, por exemplo, “invadidos”, “violados”, “suaves”, “heroicos”, “ofendidos”. À Alemanha destinam-se qualificações menos honrosas que direta ou indiretamente traduz-se “invasora”, “cruel”, “desrespeitadora de tratados”, dentre outros. Quase no final, o texto diz claramente que a nação do kaiser foi responsável pelo primeiro movimento no sentido da guerra, o que denota um alinhamento do *Estado* mais ao lado dos Aliados, isso, entretanto, não evitou que eventualmente o jornal abrisse espaço para material de tom germanófilo como no artigo assinado apenas por H. V, sob o título “A Alemanha não se deixa aniquilar”, publicado na primeira página do Estado.

As tentativas da Inglaterra de querer aniquilar economicamente a Alemanha com esta guerra mundial frustrarão, isto nos o garantem não só as vitórias que por mar e terra têm alcançado as armas alemães, como também a força interna da Alemanha. No estrangeiro onde a imprensa formiga de notícias na maioria fornecidas pelas agências inglesas e francesas, pouco ou nada se conhece e sabe da Alemanha e do caráter verdadeiro do povo alemão. Verdade é que por toda parte nos países estrangeiros há personalidades que viajaram pela Alemanha e tiveram o ensejo de poder lançar um olhar nos mecanismos do Estado realmente moderno em todos os sentidos. Estes sabem que não é o militarismo que governa e reina na Alemanha e sim que um só fluido espiritual infiltra e anima todo o seu povo. As grandes massas nos países estrangeiros, porém, não conhecem tais condições e circunstâncias e tomam por moeda legal tudo quanto lhes apresentam os falsários ingleses. A Alemanha é uma nação de soldados, isto sim, é verdade, mas não é nação de conquistadores (...). (*Estado do Pará*, 01/05/15, p. 1).

O autor do texto deixa claro no final que escreve da Alemanha, daí a riqueza de detalhes e adjetivos com que descreve a natureza do povo alemão. Curioso é que o *Estado* não faz referência a esse fato, entretanto, apesar do tom germanófilo, o artigo serviu de contrapeso

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

na balança da profusão de informações ao observar a predominância de notícias oriundas de países do bloco Aliado em detrimento de outras fontes ligadas às Potências Centrais.

Quando o general britânico Sir Ian Hamilton e o Lord Kitchener decidiram, em março de 1915, pelo envio tropas para apoiar a ofensiva em Dardanelos – estreito situado entre o Mar Negro e Istambul, na península de Galipoli e onde os Aliados já se encontravam desde fevereiro daquele ano⁹¹ - não imaginavam que resultaria em uma das batalhas mais sangrentas da Grande Guerra. A operação tinha como meta dominar a pequena faixa de mar que separa a Europa da Ásia e assim poder apoiar a Rússia na Frente Oriental, a partir do domínio do estreito de Dardanelos. Para tal intento, os Aliados lançaram das tropas da Austrália, Nova Zelândia. Lozano (2011) refere que o general inglês apostava na superioridade dos voluntários do lado britânico em detrimento aos soldados sírios e árabes.

John Keegan (2014) afirma que uma vitória na região poderia facilitar a aproximação inglesa com a Bulgária e a Romênia. Além disso, seria a oportunidade de pela primeira vez apoiar a Sérvia. Não é à toa que muitos alemães considerassem a campanha em Dardanelos a mais importante em 1915, por isso a Alemanha investiu pesadamente nessa operação, enviou oficiais e construiu barreiras para barrar o ataque dos Aliados, que enfrentaram muitas dificuldades, como explica Keegan:

Como os navios de guerra britânicos e franceses entraram no estreito, eles ficaram vulneráveis a minas. Portanto, as minas tinham de ser varridas primeiro, mas os detectores de minas tiveram que lidar com o fogo das baterias e uma rápida corrente que fluía da direção do Mar Negro para o Mediterrâneo. O resultado desses problemas de bloqueio navais foi a queda no entusiasmo no esquema, em particular, em Fisher e no comando naval no local, o almirante Sackville Carden.⁹² (Keegan, 2014, p. 115)

⁹¹ A operação, na verdade, começou a tomar corpo por ideia de Winston Churchill ainda em janeiro de 1915.

⁹² No original: As British and French warships entered the straits, they were vulnerable to mines. Therefore the mines had to be swept first, but minesweepers had to cope with the fire from the batteries and a fast current flowing from direction of the Black Sea into the Mediterranean. The result of these interlocking problems was that naval enthusiasm for the scheme waned, particularly that Fisher and the naval commander on the spot, Admiral Sackville Carden.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Ao se analisar a posição dos Aliados na campanha em Galipoli percebe-se que foi uma ofensiva implementada de modo improvisado, sem contar com serviços de inteligência confiáveis, sem ter provido estruturas táticas e estratégicas adequadas aos desafios lógicos que a geografia da região exigia. Lozano (2011) e Hart (2013) concordam que os Aliados desembarcaram sem efetivamente saber o que os esperavam, só no primeiro dia de combate cerca de quatro mil soldados morreram; subestimaram o inimigo e foram excessivamente otimistas confiando na própria capacidade bélica.

Lozano (2011, p. 161) conta que: “Os turcos foram amplamente superados em número, mas como eles controlaram o topo das colinas com vista para as praias, poderiam aniquilar o inimigo quando desembarcava”⁹³. Galipoli foi uma campanha que durou menos de um ano, algo em torno de 480 mil soldados aliados foram mobilizados para a campanha em, onde as tropas estiveram de abril de 1915 a janeiro de 1916. O saldo negativo para os Aliados – que não contavam com a capacidade resistir que os turcos demonstraram - foi de aproximadamente 44 mil mortos entre ingleses, franceses, australianos, neozelandeses, indianos. Estima-se que do lado do Império Otomano o número de baixas fatais ficou entre 66 mil a 86 mil.

O principal objetivo da campanha em Galipoli quer era apoiar a Rússia na investida na Frente Oriental não foi alcançado, a península Galipoli ficou fechada aos Aliados até 1918. Se o começo dessa campanha foi desastrosa e sem planejamento por parte dos países aliados, a saída foi cuidadosamente estudada. Peter Hard (2013) que as operações de evacuação começaram ainda em dezembro de 1915, com a retirada das tropas da Anzac (Austrália e Nova Zelândia) e demais na noite de 8 para 9 de janeiro de 1916. Peter Hart aponta que o grande problema da campanha em Galipoli é que “recursos vitais foram drenados de onde realmente importava, os turcos eram praticamente indefesos se deixados por conta própria.” (Hart, 2013, p.185).

O Estado do Pará reportou o desembarque em Dardanelos e a operação em Galipoli dentro da seção “Últimas Notícias”, surgida no início de 1915, na qual passavam a constar informações telegráficas nacionais e internacionais. Dentro dessa seção, o jornal criou uma subseção intitulada “A Grande Guerra”, que concentrava tudo relativo ao conflito

⁹³ No original: Los turcos eran ampliamente superados en número, pero como controlaban la parte superior de las colinas que dominaban las playas, podían aniquilar al enemigo que desembarcava.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

européu, inclusive os comunicados oficiais dos países. Dois exemplos demonstram como o tema foi tratado de modo pontual pelo *Estado do Pará*.

Paris, 29 – O ministro da guerra forneceu à imprensa o seguinte boletim contendo as últimas notícias recebidas do quartel general: “(...) Nos Dardanelos continua, em boas condições, o desembarque do corpo expedicionário, tendo já as tropas desembarcadas tomado a aldeia de Kumkulesi, onde fez prisioneiros 500 combatentes turcos. Sete contra-ataques dos otomanos foram repelidos. (*Estado do Pará*, 30/04/15, p.3).

A operação em Galipoli também esteve restrita à seção de “Últimas Notícias”, também de forma pontual.

Telegrama recebido pelo sr. cônsul inglês a 30 de abril de 1915 – “(...) O ministro da guerra anuncia que, apesar da oposição tenaz das tropas atualmente estabelecidas na extremidade da península de Galipoli, da porta nordeste de Eski-Hissarlack, à foz do riacho situado do lado oposto, foram também repelidos todos os ataques em Sari Bair, continuando as tropas a avançar sem tropeços. (*Estado do Pará*, 02/05/15, p3).

Enquanto na Frente Oriental os Aliados amargaram a frustração na campanha de Galipoli, ainda em fevereiro de 1915, na Frente Ocidental travavam-se uma outra batalha, desta feita em Verdun, localizada a leste de Paris. Os antecedentes do que aconteceu naquela região começaram ser desenhado ainda em dezembro de 1914. Peter Hard (2013) cita que ingleses e franceses conjuntamente decidiram que era a hora de intentar uma grande ofensiva ao ocidente. Em paralelo, haveria também ofensivas com a participação de russos e italianos (a Itália juntou-se aos Aliados em abril de 1915, ver Apêndice 1).

O comandante francês Joffre escolheu a área denominada Somme onde as tropas inglesas e francesas combateriam em conjunto. O novo comandante das tropas britânicas era o general Sir Douglas Haig. Naquela altura, já em 1916, a Alemanha contava com um novo Chefe do Estado Maior, o general Erich von Falkenhayn. Nesse teatro, esses atores definiam onde deveriam dar início aos próximos movimentos. A Alemanha ponderava se atacava a Grã Bretanha ou a França; os Aliados já haviam traçados os caminhos os quais acreditavam que levariam à vitória.

Os alemães tomaram a iniciativa o que apanhou de surpresa os que estavam a postos para defender Verdun. Ferro (1993) conta que esses pressentiam o ataque e tentaram em vão

alertar os comandantes. Nessa altura, Joffre não acreditava em um ataque do inimigo e estava a reorganizar as linhas defensivas. Tardamente o comandante francês se deu conta do quão desguarnecido estava Verdun, entregue à própria sorte. “Durante seis meses os combatentes de Verdun a este imperativo: desde o primeiro dia sem munições, reduzidos à ração mínima(...)”. (Ferro, 1993, p.111). O combate durou cerca de 10 meses, iniciado no final de fevereiro durou até dezembro de 1916. Em Somme, a França concentrou maiores esforços humanos e materiais. Na Cartografia elaborada pelo Museu da Primeira Guerra⁹⁴ contabiliza-se que nas duas batalhas, Verdun e Somme, tombaram cerca de um milhão e setecentas mil vidas, sem ganhos realmente significativos para qualquer um dos oponentes.

Figura 24 – Detalhe da manchete sobre Verdun no *Estado do Pará*, 02/03/16, p.1.



Os primeiros movimentos da Batalha de Verdun (Figur 24) mereceram destaque no jornal em um artigo de fundo composto de várias notas com origem em Paris e Londres, destaca-se a penúltima delas:

Londres, 1 (Western, 9h40) A imprensa comenta com admiração e elogios a formidável resistência vitoriosa dos franceses, em Verdun. Pelos comentários evidencia-se quão fragorosa foi a derrota dos alemães ali. O inimigo foi expulso de todos os pontos de defesa que ainda ocupava, e rechaçado em desordem para suas posições. (*Estado do Pará*, 02/03/1916, p.1).

Em junho de 1916, a evolução dos confrontos evoluiu na região de Verdun e um artigo assinado por Alves de Souza traduziu o cenário no *front*. “Basthões demolidos, muralhas

⁹⁴ O *Musée de la Première Guerre Mondiale* mantém um sítio com textos, fotos, documentos, mapas et sobre a guerra disponível <http://www.historial.org/Musee-collection/Musee/Cartographie>

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

destroçadas, contrafortes desfeitos, grossos alicerces pulverizados, ruína, sangue, pocira e dor – tu és, Verdun, um símbolo augusto, que aureóla a confiança serena da Latinidade (...). (Estado do Pará, 04/06/1916, p. 1).

Dois aspectos sobressaem de forma recorrente ao se analisar - mesmo que de modo tangencial - a iconografia da guerra estampadas nas páginas do *Estado do Pará*. O primeiro diz respeito a apresentação de equipamentos de guerra tais como armas, navios, aviões etc., primeira foto da Figura 21, e que pouco falam por si só, necessitando de textos que produzam sentidos, para isso, o jornal vale-se do suporte de legendas ou de artigos que descrevem, muitos dos quais descrevem as máquinas de guerra de Aliados e das Potências Centrais como “formidáveis”. De certa forma nesse caso texto e imagem parecem estar em sintonia

O segundo aspecto dá conta das imagens coletivas, em geral, amparadas em legendas de caráter positivo, sobretudo, comparando-as com os textos publicados sobre as batalhas de Verdun, por exemplo, que descrevem os horrores dos campos de batalhas. A segunda foto na Figura 25 é um bom exemplar desse tipo de descrição de imagem: “Como os soldados franceses se divertem: um teatro ao ar livre, na região de Verdun” (*Estado do Pará*, 02/07/1916). Não se pretende afirmar que não ocorreram momentos de descontração nos campos de batalha, mas a recorrência de legendas que procuram traduzir positivamente o espírito dos soldados em campo parece pouco crível e pode fazer parte de um esforço para minimizar do ponto de vista visual o impacto do sofrimento que era narrado nas matérias jornalísticas.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 25 – Coluna dedicada às imagens da guerra no *Estado*, edição 02/07/16.



Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 26 – O jornal *A Tarde* publica foto do imperador alemão em 17/07/16, p.1



Ao exaltar a figura de Guilherme II, figura 26, em uma edição e na seguinte publicar um editorial que aborda as intenções inglesas, o *A Tarde* consolida-se com contraponto germanófilo naquela altura do conflito. O editorial intitulado “Perguntas e contraperguntas” gira em torno da temática Inglaterra x Alemanha “Um das maiores esperanças que a Inglaterra nutria ao intervir nesta guerra foi a de ver realizar-se depressa a debacê financeira da Alemanha” (*A Tarde*, 18/07/16, p.1)

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

i. Portugal vai à guerra.

Ainda 1916 mais um país Europeu foi arrastado para o conflito. Portugal tinha interesse em proteger suas colônias na África e viu-se, a pedido dos ingleses, compelido a colaborar de forma indireta ao lado da Entente ao ter que ceder navios de origens alemã e austro-húngaro que estavam ancorados na costa portuguesa. Essa atitude levou a Alemanha a declara guerra a Portugal em 9 de março de 1916. Independentemente da questão da retenção dos navios pertencentes às Potências Centrais, Sousa (2015a) refere que os governantes portugueses durante os anos da guerra procuraram por um:

alinhamento tácito com a Inglaterra, país de quem dependia, como última análise, quer a sobrevivência do regime republicano, que datava, somente, de 5 de Outubro de 1910, quem a manutenção de império colonial português, cobiçado pelas restantes potências europeias e, em particular, pela Alemanha, que acossava com suas tropas e forças nativas as possessões africanas de Portugal (Angola e Moçambique) desde o início da guerra. (Sousa, 2015a, pp.28-29).

A Alemanha declarou guerra a Portugal em 09 de março de 1916 o assunto ganhou grande destaque no *Estado do Pará* logo no dia seguinte com amplo artigo de fundo que explicita os antecedentes que levaram à declaração de guerra ao país. O texto descreve as hostilidades alemãs nas colônias portuguesas em África, a antiga parceria luso-britânica e o enigma sobre a participação ou não da Espanha no conflito.

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra, a conflagração volta a configurar nas primeiras páginas do jornal com edições seguidas abordando aspectos militares, políticos, desde o estado de guerra até a preparação do país para ir para a *front*. Em função disso, o jornal passou a dedicar sempre destaques e manchetes a tudo o que se relacionava ao país. Essa cobertura constante sublinhava os feitos heroicos dos portugueses nas missões na África, por exemplo (Figura 27).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 27 – Manchete na primeira página do *Estado do Pará*, dia 10/03/1916

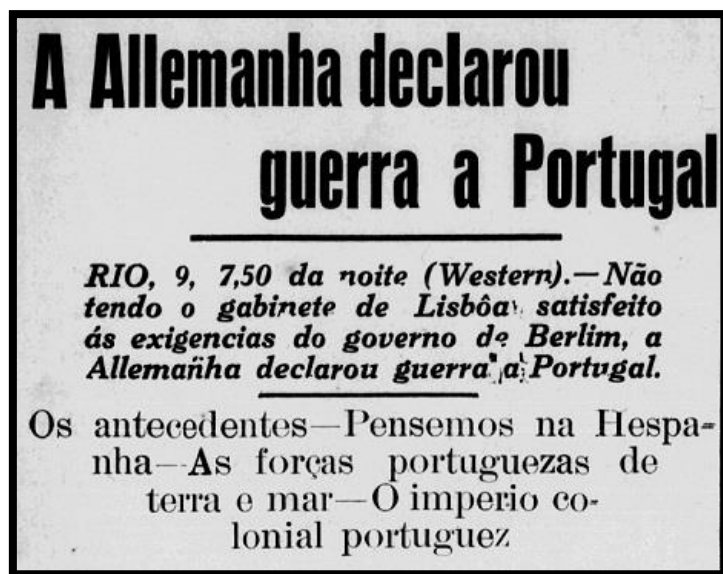


Figura 28 – Manchete de primeira do *Estado* página no dia 03/06/1916



A matéria é ilustrada com uma foto traz a seguinte legenda: Cruzador “Adamastor”, cuja equipagem ofereceu à luta um contingente de heróis”. As elogiosas referências à participação portuguesa na guerra eram visíveis desde os títulos dados às matérias como no exemplo da Figura 28.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Chegam notícias de novas vitórias das tropas portuguesas que operam contra os alemães na África Oriental. Depois de haverem os portugueses tomado Kionga, os inimigos, a fim de reconquistar essa importante posição, têm feito vários, sendo sempre repelidos com relativas baixas. (*Estado do Pará*, 03/06/16, p.1).

Convém mencionar que a cobertura sobre os acontecimentos passados em Portugal não foi inaugurada com a Grande Guerra, tanto a *Folha do Norte* quanto o *Estado do Pará* reportavam de modo contumaz os fatos que ocorriam do outro lado do Atlântico; nas viagens entre os dois continentes o porto da capital paraense era mais próximo do que o Rio de Janeiro. Panoramas político, literários e dentre outros temas eram comuns nas páginas do jornal. Entende-se que a aproximação que havia entre o Brasil e Portugal, e, especificamente entre Lisboa (ou Porto) e Belém sempre foi mantida mesmo após o processo de Independência como já mencionado nos capítulos dois e três desta tese. O Pará manteve laços próprios com a comunidade lusitana e isso só ficou mais visível com a entrada de Portugal no conflito. Chama a atenção perceber pelos textos publicados que a atuação portuguesa é sempre laureada com adjetivos como “heroico” e valoriza a atuação da “jovem república” ao lado das grandes potências. Mesmo nas notas telegráficas, essa qualificação é clara: “Lisboa, 2 – Terminou a mobilização Os contingentes lusos que têm de seguir estão instruídos, armados e equipados como os dos exércitos mais modernos”. (*Estado do Pará*, 03/06/1916, p. 3).

Após quase dois meses da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a *Folha do Norte* procurou também dar visibilidade não só para a entrada de Portugal no conflito, mas também para as questões políticas internas do país. A manchete do dia 02 de maior de 1916 denota essa atenção, pois a matéria ocupou duas colunas inteiras da primeira página e trata das ações do novo governo. O segundo exemplo é um artigo assinado apenas por “Márcio”, intitulado “O Estado de guerra entre Portugal e Alemanha” (Figura 29), foi dividido em duas edições, ocupando duas metades de colunas na primeira página e trata mais especificamente do confronto entre aquelas duas nações.

No intuito de concorrer para a pacificação e congraçamento da família portuguesa, o novo governo, embora, como se sabe, não fosse organizado com uma plataforma bem definida, visto achar-se constituído por elementos de dois partidos que, tendo pensado opostamente durante muito tempo, difícil era que comesçassem, de repente, a pensar em uníssono, em puro preito a tão apregoada

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

“união sagrada”, entendeu dever assinalar a sua ação com um gesto benemérito, o qual seria uma anistia política. E logo correu que essa anistia viria a ser tão ampla que até dela beneficiariam os próprios cabecilhas monarquistas.(...). (*Folha do Norte*, 02/05/16, p.1)

Figura 29 – Manchete da *Folha do Norte* em 02/05/16, destaca o estado de guerra de Portugal.



Pelo presidente do ministério foi comunicado, há dias, à Câmara dos Deputados que, por acordo entre os governos portugueses e inglês, farão brevemente uma visita a Londres os ministros dos negócios estrangeiros e das finanças, os quais, depois, assistirão em Paris, à nova conferência dos aliados em que se tomarão medidas de caráter militar e serão apreciadas as conclusões votadas na Conferência Interparlamentar Econômica, tanto respeitantes ao estado de guerra como relativas à economia das nações aliadas após a cessação das hostilidades. (*Folha do Norte*, 22/06/16, p.1)

No segundo texto publicado pela *Folha* fica claro que o jornal destinava grande espaço não só aos aspectos relativos aos combates, mas as questões econômicas e políticas de Portugal. A guerra não apagou a importância desses dois últimos assuntos das páginas do diário paraense.

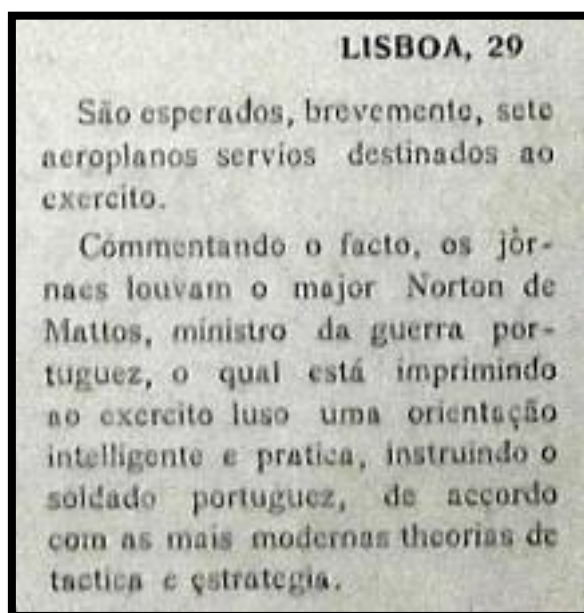
Do ponto de vista do *Estado do Pará*, quando da vitória das tropas portuguesas que atuaram em conjunto com as inglesas no território francês, o jornal destacou o feito com artigos de fundo que ocuparam praticamente toda a primeira página na edição de 12 de abril de 1917. A valorização da ação portuguesa continuou nas edições de 13, 14, 16 e 17 de abril, sempre como destaques de primeira página. Nesta última edição, o jornal trouxe uma reportagem ilustrada com foto da comemoração nas ruas de Belém pela comunidade lusa na capital do Pará, o texto traz o pronunciamento do então governador do Pará

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

quando os portugueses em peregrinação pela cidade foram saudar o Brasil na figura de Lauro Sodré. “(...) Bendito os que, como vós, não esqueceram a pátria, mãe separada pela vastidão imensa do oceano. Faz ver que no grande momento Portugal está a cumprir o seu dever e o Brasil, prudente mas altiva e nobremente saberá cumprir o seu (...).” (*Estado do Pará*, 17/04/1917, p.1).

Mesmo o jornal *A Tarde*, francamente germanófilo, dedicava algum espaço para as ações de Portugal na guerra como mostra essa nota publica em 30 de setembro de 1916.

Figura 30 : Destaque dado pelo *A Tarde* em 30/09/16, p. 02.



ii. Os Estados Unidos entram no conflito

A medida que a conflagração europeia avançou e a guerra submarina fez mais estragos na frota mercantes de países neutros, o conflito ganhou contornos ampliados e novos atores passaram a integrar o teatro bélico na Europa. Nesse sentido, no início de 1917, após mais de mais de 24 meses de batalhas vivia-se um período muito doloroso. Álvaro Lozano (2011) se refere a esse tempo como de sofrimento indescritível, pois os soldados estavam cansados e as batalhas ceifavam muito mais vidas. Pierre Renouvin (1990) explica a partir de três perspectivas os ânimos naquela altura, quando os governantes percebiam a necessidade de haver acordos que pudessem levar à paz. Do ponto de vista do pensamento coletivo, Renouvin refere que o espírito das tropas não era mais o mesmo

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

do começo do conflito, a opinião pública também não estava satisfeita com desenrolar dos acontecimentos.

Alguns demonstravam impaciência e colocavam em causa os métodos adotados pelos políticos na conduta militar ou diplomática da guerra. Por isso, direcionavam suas críticas aos governos. Para obter resultados mais eficazes e para encurtar a duração das provações e sofrimentos bastaria - dizem - tomar iniciativas mais vigorosas, praticar uma ação mais firme.⁹⁵ (Renouvin, 1990, p.23)

O segundo aspecto abordado por Pierre Renouvin ainda no tocante ao ano de 1917 diz respeito às reivindicações das nações em guerra. Para o autor, o fato do conflito ainda se arrastar sem perspectiva de termo começava a afetar a união interna em certos países. No final de 1916 os Impérios Centrais tomaram a iniciativa de propor negociações aos Aliados, mas como cita Pierre, “sem indicar as condições; era, portanto, apenas um gesto destinado a melhorar a situação moral da Alemanha frente aos neutros e o ao maior deles, os Estados Unidos”⁹⁶ (Renouvin, 1990, p. 25).

Por fim, o terceiro enfoque referido por Renouvin (1990) reporta-se às estratégias dos dois lados do conflito com vistas a forçar um ou outro a ceder. Os Aliados reforçaram o poderio militar em terra como propósito de se precipitar ante o inimigo. A Alemanha endureceu a guerra submarina que afetou o abastecimento de matérias-primas à Grã-Bretanha. O Impérios Centrais queriam afetar o abastecimento de alimentos, vestuários, insumos para material bélico e com isso forçar os ingleses a se render.

A Revolução Russa⁹⁷ retirou o país da guerra, no ano de 1917 os Aliados ganharam um forte parceiro quando os Estados Unidos entraram no conflito em 06 de abril 1917 a

⁹⁵ No original: Unos demuestran su impaciencia y ponen en entredicho los métodos adoptados por los políticos en la conducción militar o diplomática de la guerra. Por lo tanto, dirigen sus críticas a los gobiernos. Para obtener resultados más eficaces y para abreviar la duración de las pruebas y de los sufrimientos, bastaría —dicen— con tomar iniciativas más vigorosas, practicar una acción más firme.

⁹⁶ No original: pero sin indicar cuáles serían sus condiciones; es, pues, sólo un gesto destinado a mejorar la situación moral de Alemania de cara a los neutrales y al mayor de ellos: Estados Unidos.

⁹⁷ História (2013) afirma que o direcionamento da indústria para a produção de bens a serviço da guerra, a alta dos preços nos alimentos provocadas pela estocagem de cereais, a vaga de refugiados em função do avanço das alemães, dentre outros problemas levou culminou com grandes manifestações, na Revolução dos Soviéticos.⁹⁷ e a consequente abdicação do imperador Nicolau II. Sobre o novo governo, Marc Ferro (1993, p.239) relata que com o fim do czarismo a situação russa mudou e dentre as modificações residia o fato de que o governo que só se manteria se pudesse satisfazer a opinião pública e nesse aspecto a guerra configurava-se um grande problema. O governo provisório estava dividido quanto à continuidade no

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

declarar guerra à Alemanha. Pierre Renouvin (1990 p. 33) afirma que a intervenção norte-americana agregou quatro vantagens ao bloco dos Aliados quando entrou na guerra. A primeira delas era a vantagem naval, pois os EUA possuía 35 contratorpedeiros para patrulhar as águas. A segunda era a econômica que além do bloqueio às exportações dirigidas à Alemanha e estimular que outros países das Américas como, por exemplo, o Brasil, Uruguai, Peru a colocarem suas frotas mercantes a serviço dos Aliados. A terceira vantagem dizia respeito ao aspecto financeiro, já que França e Grã-Bretanha recebiam dinheiro de bancos e do governo americano para financiar todo tipo de material, de alimentos a produtos destinados à indústria da guerra. Por último, a entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra significou a uma espécie de “transcendência na mentalidade coletiva” (Renouvin, 1990, p.33), porque era a primeira grande nação neutra a entrar no conflito e isso conferiu uma vantagem moral aos Aliados.

Ainda de acordo com Renouvin (1990), o presidente norte-americano Woodrow Wilson era um observador atento dos lances entre os jogadores da Grande Guerra. Não entrou no conflito de modo ingênuo e sabia o que queria e das diferenças que havia entre os interesses americanos e os da Entente como bem recorda Renouvin: “Em 27 de julho de 1917, Wilson escreve ao coronel House: ‘Quando a guerra terminar, podemos impor-lhes nossa forma de ver as coisas’” (Renouvin, 1990, p.34). Ainda em janeiro de 1918, Wilson apresentou sua proposição de paz resumida em “14 pontos”. Dentre os aspectos do plano de pacificação do presidente norte-americano estavam a proibição da diplomacia secreta, assegura a segurança da navegação nos mares e a criação de uma “associação geral de nações” (Lozano, 2011, p.315).

No dia 4 de fevereiro de 1917 o *Estado do Pará* publicou um artigo de fundo a partir de uma nota da Agência Havas que afirmava que os EUA romperam relações diplomáticas com a Alemanha em função da guerra submarina. O temor era que o Brasil acabasse por

conflito e o retorno de Lenine à Rússia – a contar com uma certa ajuda alemã para atravessar territórios em guerra (História, 2013, pp.179-180) – reforçou os bolcheviques, fracamente contrários à permanência no conflito. A intenção dos bolcheviques era fazer uma nova revolução dentro da recente revolução de fevereiro. Com o lema “paz, pão e poder para os soviets”, os bolcheviques tomaram definitivamente o poder em novembro de 1917. O novo governo negociou a paz com os alemães e austríacos no final daquele ano e deixou a guerra. O tratado de paz entre Alemanha e Rússia foi firmado oficialmente em 3 de março de 1918, em Brest-Litovsk. Lozano (2011) afirma que a paz entre russos e alemães foi onerosa para os primeiros. A Rússia abriu mão da Finlândia, Ucrânia, uma parte do Cáucaso e áreas polacas e bálticas, além do controle sobre o trigo e o petróleo romeno. “A Alemanha impôs ao seu derrotado inimigo uns termos muito mais duros do que os que teve que aceitar em Versalhes” (Lozano, 2011, p.312).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

ter que romper a neutralidade. “(...) Se essa foi de fato a manifestação enérgica da Casa Branca; se na realidade os países signatários do A.B.C têm o dever de acompanhá-la, o momento cresce de gravidade para nós brasileiros, e os dias futuros se enchem de nuvens carregadas(...)” (*Estado do Pará*, 04/02/1917, p.1). O acordo A.B.C ao qual o texto faz referência foi um pacto assinado em 1915 por Argentina, Brasil e Chile e visava a manutenção da paz no Cone Sul. Heinsfeld (2009) afirma que o acordo nunca foi ratificado. “O acordo firmado em 1915 teve a aprovação dos Congressos Nacionais do Brasil e do Chile. No entanto, na Argentina, o Senado aprovou e a Câmara dos Deputados rejeitou. Assim, o tratado foi invalidado” (Heinsfeld, 2009, p.8).

A suspensão das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Alemanha e a resposta desta ao documento enviado pelo presidente Wilson ao kaiser foi publicada na primeira página da edição de 05/02/17 que por si só daria um estudo a parte para as relações internacionais, mas aqui nesse trabalho importa mencionar que o jornal reproduziu tal e qual a mensagem recebida pela legação alemã no Rio de Janeiro. Do mesmo modo que publicou um comunicado oficial enviado ao jornal pelo cônsul alemão na capital paraense. O comunicado trazia o número de navios Aliados afundados em dezembro de 1916, bem como denúncias de que navios hospitalares transportavam tropas e munições. As informações sobre a entrada dos EUA na guerra era chamada de “Conflito teuto-yankee”.

Em 1917 a guerra entrou em nova fase com o rompimento das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Alemanha (seguida da declaração de guerra) e o avanço desta última na guerra submarina. A preocupação com esse tema veio na forma de editorial no dia 21 de março de 1917 quando o navio “Antony” foi a pique. O navio pertencia à companhia americana *Booth Line* - e fazia o transporte de mercadorias entre os estados da região norte e as nações europeias. “O bloqueio alemão toma vulto.”(...) Todos sentem que as suas ameaças, descidas do coruchéu da vaidade de um rei despótico, ermado na ambição – com tristeza somos forçados a afirmá-lo – se vão a pouco e pouco corporificando em outras tantas realidades brutais”. (*Estado do Pará*, 21/03/1917, p.1).

Figura 31 – O navio “Antony” torpedeado por submarinos alemães destaque no dia 21/03/17



2.5. Batalhas no mar e no ar.

A guerra que se desenrolou no mar teve como pano de fundo o bloqueio marítimo inglês e a atuação dos submarinos alemães. Antes mesmo da conflagração europeia as grandes potências europeias investiram largamente em recursos militares – o que incluem-se os investimentos em aparatos navais. O historiador Lawrence Sondhaus afirma que os anos que antecederam à Grande Guerra foram tempos nos quais a ampliação dos arsenais de segurança em um país provocava temor em outros, “o que, por sua vez, provoca uma resposta que acaba alimentando uma espiral de gastos bélicos cada vez maiores e uma crescente atmosfera de desconfiança cujo resultado é aumentar a probabilidade da guerra”. (Sondhaus, 2014, p. 47). Um bom exemplo disso foi a frenética disputa entre ingleses e alemães pela frente naval nos anos antecedentes ao conflito mundial. Ambas as nações pretendiam a predominância de suas esquadras como forma de dominar o tráfego marítimo.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

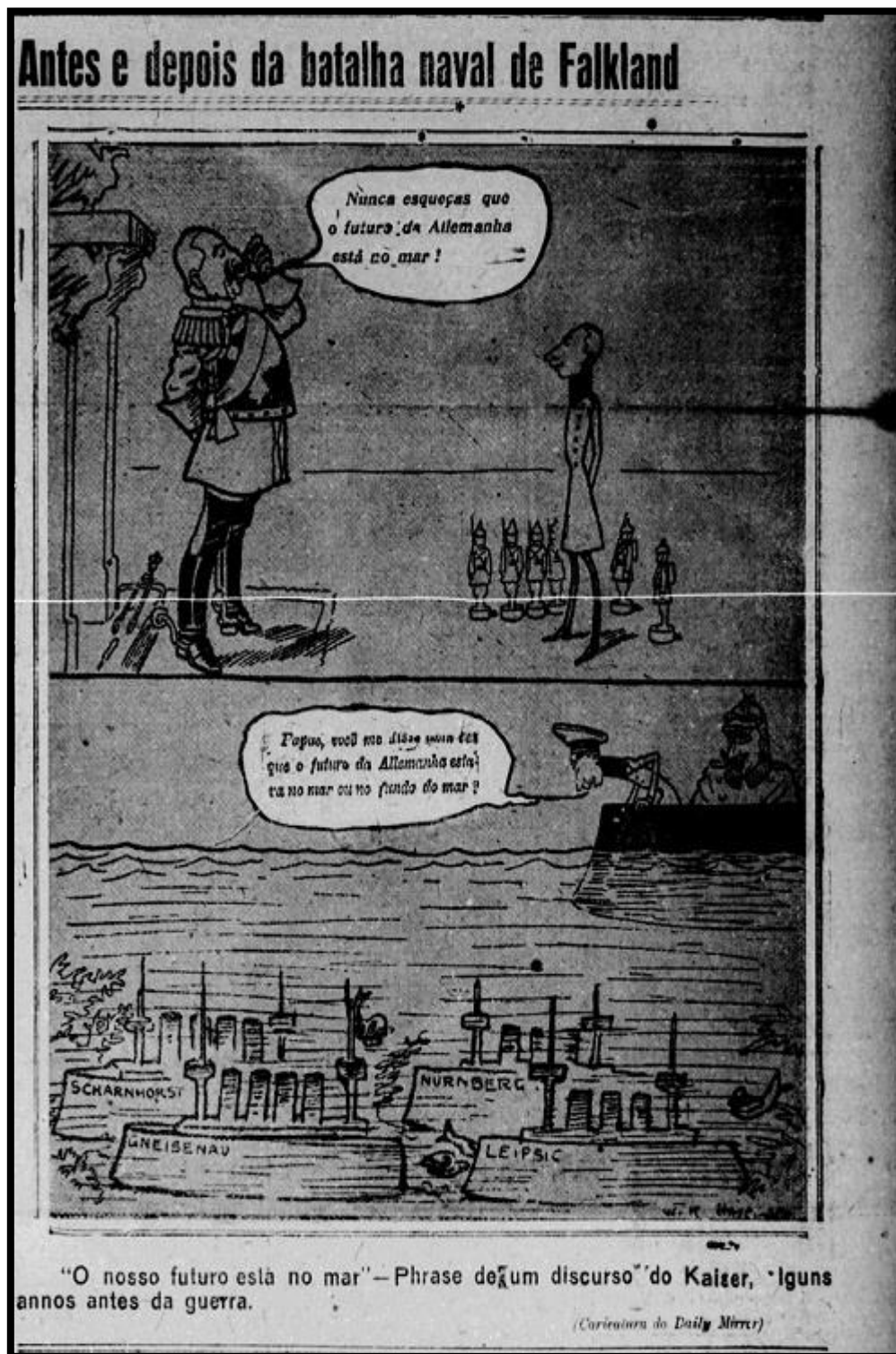
Sobre esse aspecto do militarismo naval, o jornal *A Tarde* publicou em 01 de outubro de 1915 um editorial intitulado “O ‘militarismo’ alemão e o inglês”. O texto apresenta argumentos comparativos entre as potências aliadas e a Alemanha, mas francamente mais favorável a esta última, afirmando que o militarismo alemão se destina à defesa enquanto no militarismo se ocultam desejos de revanche. “O mais forte militarismo – se bem que naval – tem o lar na Inglaterra. A Alemanha não está combatendo para destruir a frota inglesa, mas apenas lutando em prol da liberdade dos mares” (*A Tarde*, 01/10/15,p1)

O historiador Ferguson (2006) conta que apesar dos couraçados alemães possuírem armamento de precisão superior, melhor blindagem do casco e de contarem com oficiais mais bem formados que os ingleses, a *Royal Navy* superava-os em quantidade. A Alemanha tinha como secretário da Marinha Imperial o almirante Alfred von Tirpitz, um homem de confiança de Guilherme II e que esteve à frente da modernização e ampliação da frota alemã desde 1890.

Logo no começo da guerra, os alemães sofreram um duro golpe nas comunicações, quando ainda em 05 de agosto a marinha britânica cortou os cabos submarinos que império de Guilherme II mantinha com França, Espanha, Norte da África e com os Estados Unidos. Para Ferguson, a Alemanha após ter sido derrotada na batalha na América do Sul, em *Falklands*, em dezembro de 1914, dificilmente venceria no mar. Para os alemães, a guerra marítima teria que ser focada no Mar do Norte e no uso de submarinos no oceano Atlântico.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 32 – Charge reproduzida do jornal *Daily Mirror*, publicada na edição do *Estado* em 13/01/15, na primeira página.



O episódio em *Falklands* não passou despercebido na imprensa paraense e mereceu registro no *Estado do Pará*, que assim também começou a deixar mais evidente que

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

cobertura do jornal não estaria apenas restrita aos editoriais emotivos, aos artigos de fundo que repercutiam as notas telegráficas ou às fotos-legendas. O humor e o sarcasmo presentes por meio de ilustrações e charges como a publicada em 13 de janeiro de 1915 e originária do jornal inglês *Daily Mirror*, (Figura 32) inauguram no Estado do Pará um relato paralelo sobre a guerra, em tons mais crítico e sarcástico.

Nesse exemplo em tela, o desenho apresenta na primeira parte a figura do kaiser Guilherme II proferindo diante do filho e de soldados a frase “Não se esqueça que o futuro está no mar”. Na segunda parte do desenho, diversos navios de bandeira alemã estão debaixo da linha d’água e do convés de uma embarcação o filho pergunta ao pai, o kaiser, “Papai, você me disse que o futuro da Alemanha estava no mar ou no fundo do mar?”.

A charge jocosamente aborda a derrota que a marinha alemã sofreu nas ilhas Falklands e ironicamente brinca com uma fala que teria sido anteriormente proferida por Guilherme II. A partir de então, o *Estado do Pará* fez uso frequente desse tipo de recurso icnográfico para personalizar de modo negativo as Potências Centrais, em especial a Alemanha, bem como as ações impetradas pelos beligerantes. Posteriormente, o jornal criou uma seção denominada “A caricatura estrangeira”, na qual passam a ser reproduzidas pequenas charges publicadas em jornais estrangeiros como o *Daily Mirror*, *Liverpoll Courier* e de revistas norte-americanas.

A preocupação dos países neutros quanto aos eventuais problemas de um conflito que também se estenderia para o mar levou, em 06 de agosto de 1914, o governo dos Estados Unidos a pedir às potências em guerra que definissem como seria tratado o comércio marítimo dos países neutros. Como um dos maiores exportadores, os norte-americanos temiam não só pelo comércio, mas também pelos cidadãos que costumavam fazer a travessia do Atlântico em navios.

O início da guerra no mar foi sentida no Pará ainda no começo do conflito europeu. O Estado na altura da guerra só se ligava às principais capitais brasileiras e a outros países por meio da navegação, daí a importância que o tema tinha para a sociedade local. Dois episódios em particular chamam a atenção, ambos publicados pelo *Estado do Pará*. O primeiro publicado ainda em agosto, na primeira página, reproduz um telegrama recebido pelo cônsul inglês na legação do Rio de Janeiro. O texto dá conta do alerta que foi dado

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

quanto a situação de navegabilidade no mar do Norte, na Europa, “visto que os alemães continuam a espalhar minas submarinas indistintamente nos caminhos normais de comércio marítimo. As minas espalhadas não as de acordo com a convenção de Haya, porque elas não se torna inofensivas depois de um determinado número de horas (...)” (*Estado do Pará*, 25 de agosto de 1914, p.1). O outro episódio trata do caso de um navio alemão, o *Asuncion*, que se evadiu do porto de Santos, em São Paulo, onde deveria ter ficado retido. O jornal já havia noticiado a fuga desse navio, entretanto, voltou a ser destaque, pois o *Asuncion* atracou no porto de Belém, onde desembarcou passageiros e tripulação de outros navios apreendidos. Uma reportagem recuperou toda a história, inclusive com entrevistas a passageiros.

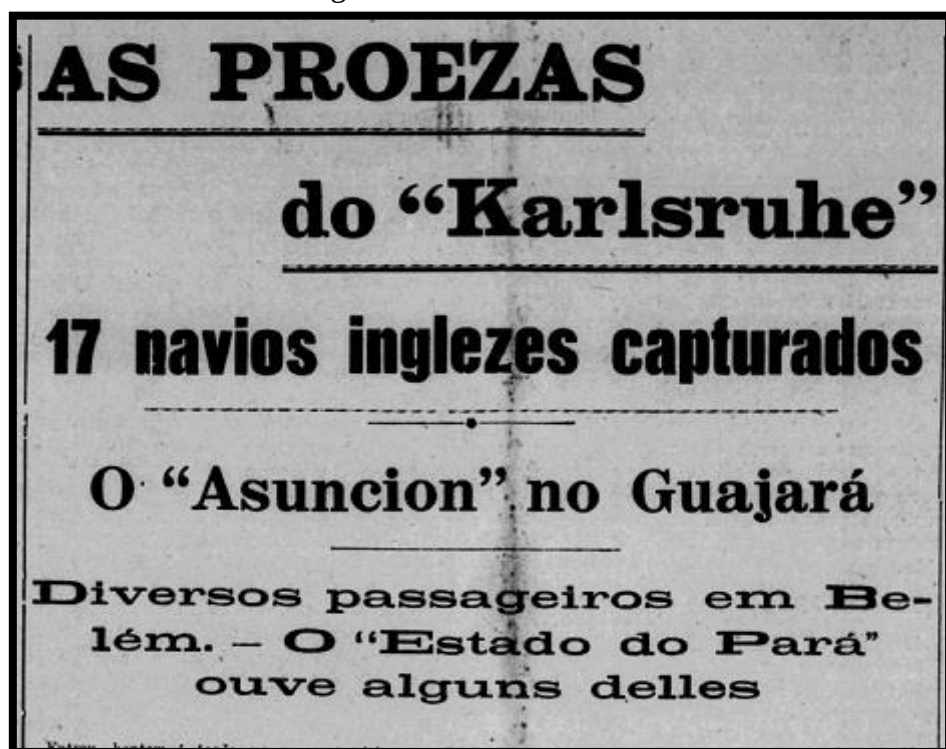
Este vapor comboiava, com outros o couraçado alemão “Karlsruhe”. O “Asuncion” veio desembarcar no nosso porto passageiros do “Van Dyck” e as tripulações dos cargueiros “Hurstdale” e “Glanton”. Conseguimos conversar com alguns passageiros que eram do “Van Dyck”. Por eles soubemos que aquele vapor da linha *Lamport Holt Line C*, seguiria para Nova Iorque quando, no dia 26 do mês findo, foi capturado às 11h25 da manhã, na Latitude sul 1º, 14’ e longitude Oeste 40º, 42’, pelo couraçado alemão “Kalsruhe”. O “Van Dyck” viaja da Bahia para Nova Iorque, com escala por Trinidad e Barbados. As coordenadas geográficas dos pontos do Atlântico em que foi capturado o “Van Dyck” correspondem à costa do litoral do nosso Estado, afastado cerca de quinhentas milhas, este do Pará. (*Estado do Pará*, 02/11/1914, p.1).

A reportagem sobre esse episódio em específico usou o testemunho dos passageiros e tripulantes para deixar detalhar o que ocorreu. Cerca de 500 pessoas ao todo desembarcaram em Belém e que estavam anteriormente em vapores ingleses capturados no Atlântico. No caso do “Van Dyck”, que pelo relato de passageiros, não se sabe o destino que teve, demonstra que embora neutro no conflito, começou em 1914 o assédio aos navios brasileiros e águas nacionais e posteriormente em internacionais, com afundamentos de embarcações mercantes do Brasil e que culminaram com a entrada do país no conflito. O assunto foi tema de um artigo de um leitor do jornal, sem entretanto assinar o texto. A guerra submarina volta a ser notícia, dessa feita em 11 de novembro quando um artigo em 11 de novembro o jornal publica longo artigo de fundo sobre a era dos submarinos:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

(...) Manejados com arrojo e habilidade, submarinos alemães têm causado serias perdas à esquadra inglesa. O primeiro grande feito por eles realizado foi quando meteram a pique, simultaneamente, os três cruzadores-couraçados da armada britânica “Aboukir”, “Cressy” e “Hogue”. Eram velhos cruzadores de antigo tipo (...) mas calcula-se que tenham morrido mais de 1.500 oficiais e marinheiros. (...) E, realmente, parece que o almirantado britânico se resolveu, afinal, a se utilizar dos seus submarinos que os tem muitos e bons. (*Estado do Pará*, 11/11/1914, p.1)

Figura 33 – Manchete no *Estado* sobre apreensão de o navio inglês por couraçado de guerra alemão em 02/11/14



No confronto que se dava nos mares, Larson (2015) refere que tanto ingleses e alemães na guerra submarina empreenderam duras batalhas para evitar que um e outro recebessem mercadorias e suplementos de guerra, para isso, ambos usaram todo arsenal disponível para afundar embarcações inimigas. Em uma visão crítica, o autor afirma que “O que a Alemanha nunca reconheceu foi que a Grã-Bretanha se limitava confiscar carga, enquanto os submarinos afundavam navios e matavam homens. Os comandantes alemães pareciam não ver esta distinção.” (Larson, 1915, p. 53)

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Por outro lado, Niall Ferguson (2006) traz um outro dado relevante sobre a guerra no mar. Para ele, só foi possível implementar um bloqueio de mercadorias pela via marítima à Alemanha porque o Reino Unido violou certos acordos internacionais sobre a questão, como a Declaração de Londres, de 1908, que regulava o trânsito de mercadorias neutras em tempos de guerra. Entretanto, os próprios alemães se prejudicaram quando se lançaram numa sanha desenfreada ao bombardear portos no Reino Unido, bem como promover, via submarinos, o afundamento de navios mercantes, aliás foi um ataque de submarino alemão que provocou em fevereiro de 1915 o bloqueio inglês (ver Apêndice 1). Entretanto, isso pode não representar efetivamente a realidade sofrida pelas barreiras impostas pelos aliados. Marc Ferro (1993) afirma que a Alemanha conseguia burlar esse bloqueio a partir de parcerias com países neutros como a Dinamarca, por exemplo.

Como o comércio entre os países neutros se desenvolvera em proporções consideráveis e, graças à reexportação, os alemães podiam reabastecer-se, os ingleses quiseram pôr um freio a este comércio. Controlaram as suas próprias exportações de carvão e mazute com destino a países neutros. (...) Desde 1914 os estados neutros e os alemães rivalizavam em engenho para escapar ao controle dos ingleses. Desse modo, os suecos transformavam lingotes de cobre em milhares de estatuetas representando Hindenburg. (Ferro, 1993, p. 146)

A ideia de que o bloqueio marítimo inglês era menos violento para as nações neutras do que o alemão é também advogada por Lozano (2011), ao citar que somente em 1915 os submarinos alemães afundaram um total de 1.328.985 toneladas em mercadoria dos Aliados.

O episódio do torpedeamento do navio inglês *Lusitania* pelo submarino alemão U-20 causou grande descontentamento no presidente americano Woodrow Wilson. Larson (2015) conta que o navio era inglês, pertencente à empresa Cunard, mas trocou de bandeira pela dos Estados Unidos quando ingressou em águas próximo à Irlanda - zona de guerra declarada pela Alemanha em fevereiro de 1915. Era um dos mais luxuosos e velozes na categoria dos paquetes. Em 7 de maio de 1915 o luxuoso *Lusitania* foi ao fundo, matando mais de mil pessoas, atingido por torpedos de um submarino com histórico de ser ávido em afundamentos, pois, inclusive esse mesmo U-20 havia tentado anteriormente atingir o *Asturias*, um navio hospital.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O torpedeamento do *Lusitânia* - que além da carga, levava a bordo - levava a bordo passageiros de várias nacionalidades, ingleses na maioria, e mais de uma centena de americanos - ficou difícil não cristalizar na opinião pública de um lado a outro do Atlântico sobre a forma de guerrear dos alemães. Há quem veja no modelo de enfrentamento usado pela Alemanha na Primeira Guerra como um reflexo do método já aplicado anteriormente nas colônias africanas sob domínio germânico. É o caso de Heather Jones (2014), ao citar historiadora Isabel Hull, para quem o modelo seguido pela Alemanha era o da “batalha de aniquilamento” (Hull, 2004 *apud* Jones, 2014, p.114).

O episódio do *Lusitânia* foi bem capitalizado pelo Reino Unido. Os ingleses, a partir dessa tragédia, ajudaram a firmar a noção de que os alemães possuíam um “caráter vil” (Ferguson, 2006, p.95), pois a Alemanha mandou cunhar medalhas a celebrar celebravam o afundamento do *Lusitânia*. Essas mesmas medalhas foram reproduzidas na Inglaterra para mostrar o exatamente esse viés do caráter alemão.

Figura 34 – Detalhe da matéria de capa publicada no *Estado do Pará* em 09/05/15



E se no mar (e abaixo dele, com os submarinos) a guerra se acirrou e resultou posteriormente na entrada no conflito de países em princípio neutros como os Estados Unidos e o Brasil; no ar, o potencial do uso de aviões e de balões de modo militar ainda estava por ser dimensionado antes de pensar a guerra. Quando os primeiros dirigíveis

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

começaram a tomar conta da paisagem na Europa ainda na segunda metade do século XIX e os aeroplanos já quase na viragem para o século XX, é bem provável que Santos Dumont, os irmãos Wright e outros pioneiros do ar não imaginasse a apropriação bélica que essas invenções sofreriam. Entretanto, Stéphane Audoin-Rouzeau (2004, p.339-340) assinala que em agosto de 1914 já havia uma aeronáutica militar na Grã-Bretanha, França, Alemanha e na Rússia. Nos primeiros dois anos de guerra, as batalhas no ar provocavam forte impressão na opinião pública.

Os aparatos de guerra no ar serviam para observar a localização do inimigo e também para bombardeá-los. A primeira demonstração do poder da guerra aérea ocorreu ainda em setembro 1914 quando um avião austro-alemão atacou o oeste da Polônia. Em dezembro desse mesmo ano, a Alemanha atacou a Inglaterra por meio de um zepelim.

Os zepelins alemães de um lado e de outro a força aérea britânica, francesa e a Rússia - e o seu bombardeio *Ilya Mourametz* (Sousa, 2015), assim a aviação militar começou na guerra. Marc Ferro cita os números de aeronaves de lado a lado em 1914. Os Aliados possuíam 220 aviões e as Potências Centrais contavam com mais de 250 aeronaves, isso sem contar com os dirigíveis, estes últimos considerados frágeis em princípio foram aperfeiçoamentos e se tornaram menos vulneráveis. Dessa nova geração de zepelins, seis deles cruzaram o mar e bombardearam Londres em janeiro de 1915. “Essa façanha foi repetida. Os ataques aéreos ingleses sobre Cuxhaven⁹⁸ ou as expedições francesas sobre Friburgo nunca tiveram este caráter espetacular nem esta amplitude”. (Ferro, 1993, p. 131). A superioridade alemã na guerra aérea foi responsável por vários bombardeios em território aliado.

⁹⁸ Cidade litorânea localizada ao Norte da Alemanha.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 35 – Manchete de primeira página publicada em 23 de março de 1915.



O artigo de fundo (Figura 35) serviu-se de uma imagem anteriormente usada em outra edição do jornal para ilustrar o engenho voador muito usado pelos alemães na Grande Guerra. O uso da expressão “vindo audaciosamente semear” para a empreitada alemã sobre Paris denota o tom de fatalista que segue à passagem alemã.

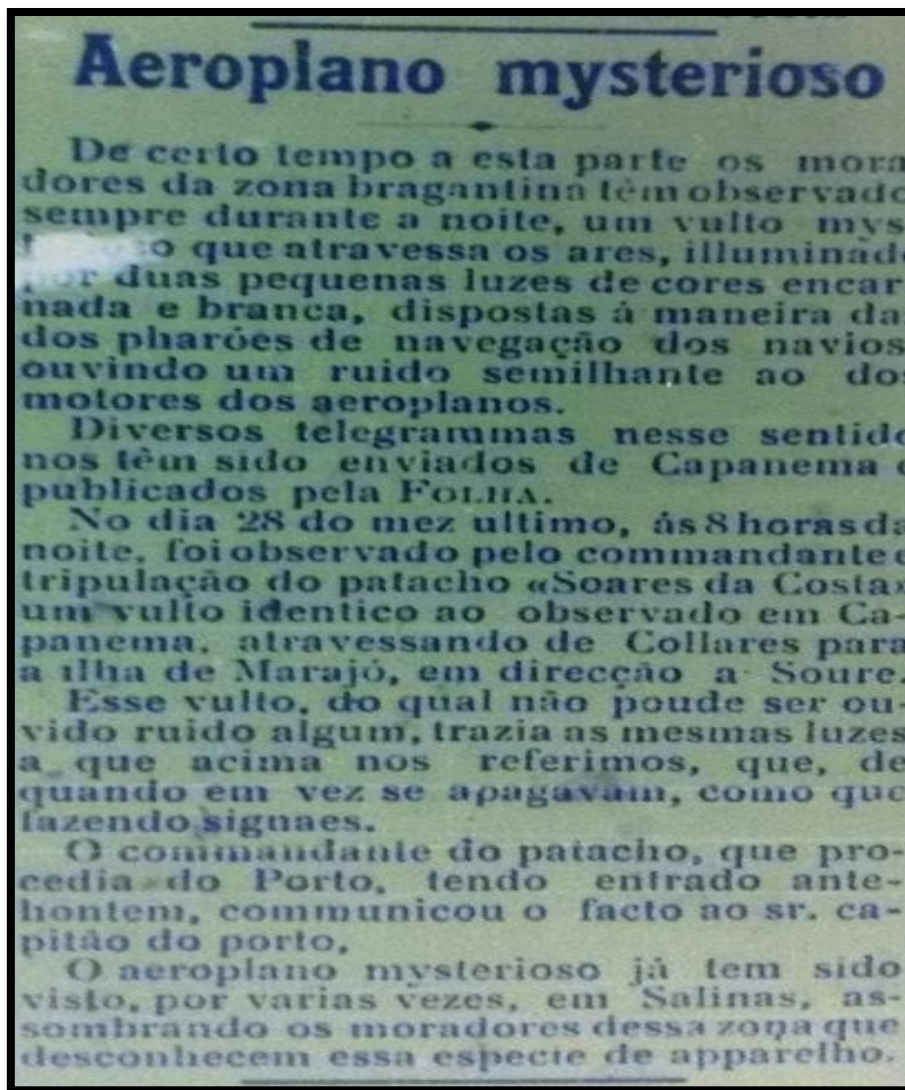
Os últimos jornais parisienses assinalavam o receio de que os zepelins lançassem bombas sobre a metrópole do mundo latino. Esta desgraçada eventualidade acaba de verificar-se. Os formidáveis navios aéreos, de que os franceses, um pouco *a la egère* proclamavam a falência, conseguiram burlar a severa vigilância das autoridades parisiense, vindo audaciosamente

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

semear a destruição, o fogo e o sangue, na própria capital da França. (*Estado do Pará*, 23/03/15, p.1).

A guerra aérea poderia ter chegado ao Pará antes mesmo do Brasil entrar no conflito? Essa é a questão que se coloca ao se observar a notícia publicada na *Folha* no dia 01 de julho de 1917, na página 2.

Figura 36 – Notícia publicada na *Folha do Norte* em 01/07/17, p2



No relato publicado pelo jornal (Figura 36), moradores de uma região do Pará e comandante de navios parecem ter observado o que a *Folha* chama de “aeroplano misterioso” sobrevoando a região. O fato não mais foi mencionado pelo diário.

3. O Brasil vai à Guerra

Ao se dirigir ao Congresso Nacional na sessão de abertura do ano legislativo de em 03 de maio de 1915, o presidente da República Wenceslau Braz, recém empossado, iniciou o discurso⁹⁹ a preocupação quanto ao papel de neutralidade que o Brasil deveria exercer em relação ao conflito mundial iniciado no ano anterior. Em sua fala, Braz explanou sobre as medidas legais que teve que tomar tendo em vista incidentes que ocorreram em portos brasileiros nos meses de agosto e setembro de 1914, bem como sobre a apreensão quanto à quebra de acordos no comércio internacional que afetariam os países neutros como o Brasil.

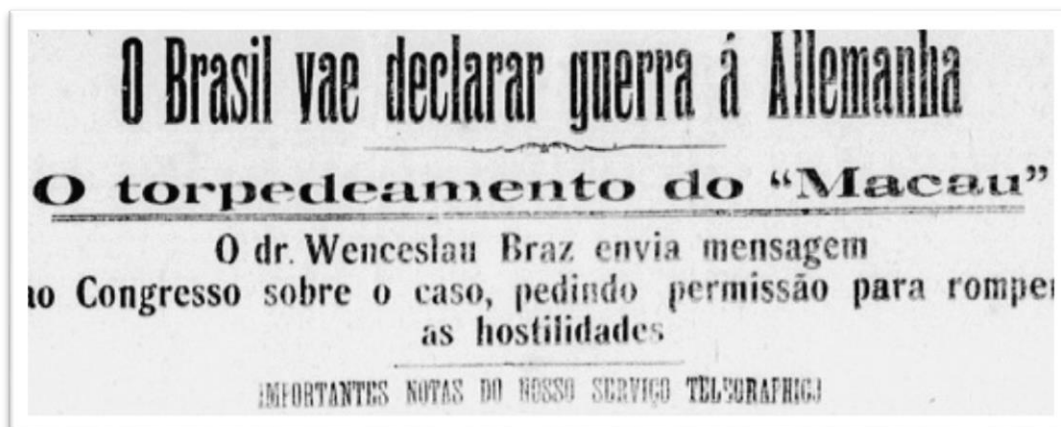
A preocupação de Wenceslau não era desprovida de sentido, afinal, o Brasil já sentia os efeitos da retração da economia e da queda nos preços de alguns produtos como a borracha e o café e se o conflito afetasse a exportação e importação o temor era de que país, apesar da neutralidade, viesse a sofrer duros golpes em função das determinações de países beligerantes.

Desde o início da guerra que o Governo Inglês fez sentir que, de modo algum, consentia no comércio entre seus inimigos ou seus súbditos; após a Nota circular alemã de 4 de fevereiro de 1915, notificando o bloqueio da Mancha, os Governos Francês e Inglês fizeram declaração constante da Nota coletiva de 1 de março deste ano de “se julgam com liberdade de ação para capturar e conduzir ao respectivos portos os navios que transportam mercadorias suspeitas de destino, propriedade ou origem inimiga”. Equivale essa declaração anglo-francesa à revogação de facto do princípio internacional, adoptado pela Declaração de Paris, de 1856, de que a bandeira neutra cobre a carga. Essa medida prejudica consideravelmente o comércio dos Países neutros. (Brasil, 1914, p. 19).

A tensão entre Brasil e Alemanha subiu em 1917 e o torpedeamento do navio “Macau” levou o presidente Wenceslau Braz a enviar ao congresso a declaração de guerra à Alemanha. o *Estado do Pará* estampou a manchete de um artigo de fundo em 26 de outubro de 1917 (Figura 37).

⁹⁹ O discurso do presidente está disponível em linha em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/wenceslau-braz/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-primeira-sessao-da-nona-legislatura-1915/at_download/file

Figura 37 – Detalhe de manchete do *Estado* em 26/10/17



O texto trata do evento-chave para o rompimento as hostilidades.

As primeira horas da tarde recebemos aviso telegráfico pelo cabo submarino noticiando os boatos que corriam no Rio do torpedeamento do vapor nacional “Macau”, antigo alemão “Palatia”, nos mares da Europa por submarino alemão. Mais tarde tivemos não só a confirmação do triste incidente, como ainda mais grave, das imediatas providências do nosso governo, enviando mensagem ao Congresso Nacional, em que pede autorização para pôr em prática medidas de caráter militar conta a Alemanha. (*Estado do Pará*, 26/10/1917, p.1)

A cobertura do dia seguinte já abordava a questão em um editorial que responsabiliza a Alemanha pela entrada do Brasil na guerra.

Mais uma vez a Alemanha manifesta, contra nós, como tem feito contra alheia gente, os seus desígnios de fera. Não é dos nossos dias o hábito germânico de atacar e depredar, em terra – se possível ou, em caso contrário, nas águas. Quando os seus tigrinos sonhos de conquista se iam desvanecendo, mesmo depois de desmoralizada a sua pretensa palavra de honra, com a vilipendiosa, a abominável passagem pela Bélgica martirizada e imortal, ela se volveu para as ocultas insídias e mais fáceis traições do oceano, espalhado submarinos que são verdadeiros corsários e chegando à estultice de querer bloquear uma indefinida porção da Europa, para beligerantes e para não beligerantes (...) O Brasil, desde que a luta se iniciou, quis, soube ficar na neutralidade. (...) Nós daqui, deste jornal e do extremo norte do país, tão onerado, tão desconhecido e tão longínquo, sempre estivemos com o embaixador glorioso, afastados do governo nesse ponto.(...) A guerra provocada e praticada pela Alemanha, nem nos assusta, nem nos faz quebrar a

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

linha de proceder. O Brasil, agindo como age, se afirma perante o mundo: vai criando aos poucos, ainda que com sacrifícios, esta posição hegemônica e honesta, que precisa assumir dentro da grande política das duas Américas, na América do Sul. (*Estado do Pará*, 27/10/1917, p.1)

O contundente editorial do *Estado do Pará* revela alguns aspectos que merecem atenção. A Alemanha cada vez mais personificada como responsável pela guerra em função dos “sonhos de conquista”; os germânicos implementam “traições”. O Brasil manteve-se neutro – para o jornal, o governo foi passivo – e agora toma a dianteira na parte da América que lhe cabe representar, a do Sul. O desenrolar da declaração de guerra, as providências seguem na primeira página nos dias 28, 29/10. No dia 30/10 o jornal reproduz o telegrama oficial do presidente da República para o governador do Pará com as recomendações, dentre elas a que se refere à imprensa: “(...) A imprensa, que nunca faltou com seu patriotismo nos momentos graves, se dispensará de discussões inoportunas.” (*Estado do Pará*, 30/10/17, p1). (Após a reprodução do despacho da presidência, o jornal se pronuncia sobre a censura. “Apesar da censura estabelecida pelo governo federal, continuamos, graças às nossas providências, a oferecer ao público um copioso serviço telegráfico, em que se encontram, tanto quanto possível, as últimas notícias sobre a entrada do Brasil na guerra” . (*Estado do Pará*, 30/10/17, p1).

A *Folha do Norte* concede uma página inteira à entrada do Brasil no conflito mundial. O artigo assinado por J. Simão da Costa, intitulado “Fé, coragem e tino”.

O povo brasileiro precisa de muita FÉ, CORAGEM E TINO, para enfrentar a situação criada pelo novo ultraje germânico que forçou o governo federal a juntar os seus futuros destinos e dos Aliados europeus e norte-americanos. Não há razão para alarmes. Temos uma área enorme a cultivar e se governos e governados souberem aproveitar o tempo e o solo, não devemos recear a fome; antes talvez, possamos continuar a fornecer aos demais aliados algum excesso algum excesso de produção. Mas é preciso coragem para nos atirmos ao arado e arrancar do solo generoso tudo o que ele reproduz com tanta prodigalidade. (...) Se além do mais, nos convenceremos de que o Poder do Mundo, e a posse do Dinheiro não são as únicas coisas apreciáveis. (...) o ideal da satisfação do dever cumprido, e a obrigação de defender todas as liberdades humanas, sentiremos então a doce consolação de que não foi em vão que o sangue generoso dos soldados brasileiros foi oferecido em holocausto à santa causa que o Brasil acaba de abraçar,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

colocando-se, em todos os terrenos, ao lado dos Aliados. (*Folha do Norte*, 28/10/17, p.1).

A *Folha* nesse artigo ao mesmo tempo em que tenta passar uma imagem de tranquilidade do momento, também exorta ao trabalho para que o país possa ultrapassar o momento da guerra sem ser assolado pela fome. Contudo, ao considerar a guerra uma causa “santa” denota o começo de uma justificativa para as possíveis mortes de brasileiros nos campos de batalha.

As manifestações de grandes políticos brasileiros sobre a entrada do Brasil na guerra foi objeto de editorial no *Estado do Pará*, ao discutir os aspectos da paz e da guerra e o tema da censura. O texto termina “Pode o sr. Presidente da República ficar certo que as suas nobres e severas palavras não caíram em terreno sáfaro: os seus desejos serão compreendidos e o povo, tendo a guia-lo a imprensa, responderá com entusiasmo ao seu patriótico apelo” (*Estado do Pará*, 01/11/17, p.1).

Figura 38 – Primeira página do *Estado* dia 05/11/17



A partir da entrada oficial do Brasil no conflito, a cobertura do *Estado do Pará* voltou-se para o detalhes que giravam em torno de preparativos de envio de médicos, atendendo pedido da França, as reações do público e as intrigas. Uma dessas situações de intrigas levou o *Estado do Pará* a retomar o assunto várias vezes na primeira página e dava conta da intenção da Alemanha em tomar posse da região sul do Brasil com o apoio da Argentina. O antigo embaixador alemão em Buenos Aires teria pedido uma flotilha de submarinos para subjugar o Brasil e fundar no sul do país o Império Alemão Austral. A denúncia veio a partir de um telegrama interceptado pelos americanos. O *Estado de Sítio* foi decretado ainda na primeira quinzena de novembro. (Anexo I)

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O *Estado* criticou as hostilidades ao patrimônio alemão sob o título “Acontecimentos lamentáveis”, um editorial “Os acontecimentos ontem passados nesta capital, as últimas horas do dia e dirigidos contra domicílio e propriedade de vários súditos alemães aqui residentes, não podem merecer o aplauso, nem silêncio da imprensa séria, mesmo como este jornal francamente partidário da situação a que fomos necessariamente arrastados (*Estado do Pará*, 05/11/17, p1). Com a entrada do Brasil, todas as notícias relacionadas a guerra no *Estado* passaram a contar de uma coluna dedicada intitulada “Brasil-Alemanha”, na primeira página e demais informações não na coluna “Grande Guerra”, na página 3.

A *Folha do Norte* criou a coluna dedicada “O Brasil na Guerra”, também com destaque na primeira página do jornal. Entre 26 de outubro e 26 de dezembro o tema esteve presente em praticamente todas as edições na primeira página dos diários, ocupando boa parte desse espaço. A Figura XX é um exemplo do destaque dado ao tema na principal página do jornal. Além de notas telegráficas, a cobertura da participação do Brasil na guerra era completada por artigos de fundo e editoriais. As demais ações de outros países no confronto, a *Folha* reunia na coluna dedicada “A Guerra nos 7 Dias”, que procurava sintetizar os movimentos no teatro de guerra no período de uma semana.

Imprensa brasileira no ocase da belle époque: a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 39 – Primeira página da Folha em 28/10/17.



ANNO 22º
TELEPHONE NÚM. 154

BRASIL—Estado do Pará—Belém

Jornal da manhã, quotidiano e independente
Proprietário e director—CYPRIANO SANTOS

Domingo, 28 de outubro de 1917

NÚM. 8.106
CAIXA POSTAL N.º 458

FOLHA DE GUERRA

Sensacionais informações sobre o momento

A FOLHA inicia interessantes inquéritos acerca da situação.—O que pensa o chefe do Estado.—A opinião do inspector do Arsenal de Marinha

COPIOSOS TELEGRAMAS E ABUNDANTES NOTAS

Fé, coragem e tino

O povo brasileiro precisa de muita fé, coragem e tino, para enfrentar a situação criada pelo novo conflito gerado que ameaça a nossa liberdade e a paz do mundo. A situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

J. Simão da Costa.

Para pôr a experiência em prática, a nossa fé deve ser baseada na realidade da situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

É preciso ter coragem e tino para enfrentar a situação. Não devemos nos deixar levar pela propaganda de guerra, mas sim, analisar a situação com a cabeça fria e o coração aberto. A fé deve ser baseada na justiça da nossa causa e na coragem de lutar por ela.

do, ora, como membro de comissão de estudos dentro e fora do País, a minha opinião é de que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

J. Simão da Costa.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

A propósito da declaração de guerra do governo brasileiro ao império alemão, o chefe do Estado, Sr. Augusto de Albuquerque Maranhão, declarou que a situação é grave, mas não desesperadora. Temos de acreditar na vitória da nossa causa e na justiça da nossa luta.

Ruy Barbosa no Cattedo. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa está hoje no Cattedo, onde conferenciou com o presidente da República, Sr. Epitácio Pessoa.

Ruy Barbosa felicita o governo. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—Logo que teve conhecimento da declaração de guerra do Brasil ao império alemão, o senador Ruy Barbosa felicita o governo brasileiro.

Um discurso patriótico. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa fez hoje um discurso patriótico no Cattedo, onde conferenciou com o presidente da República, Sr. Epitácio Pessoa.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Confirmação de guerra. Rio, 27 (Via Western, A. A.)—O senador Ruy Barbosa confirmou hoje a declaração de guerra do Brasil ao império alemão.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

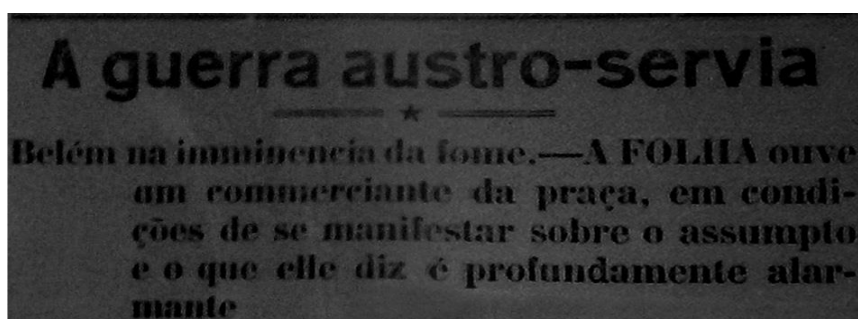
3.1 Economia de Guerra

Uma das consequência da Primeira Guerra Mundial para a economia brasileira foi a retração da demanda no comércio exterior. O temor de Wanceslau Braz quanto aos problemas que poderiam advir dos bloqueios aos navios mercantes e com isso a impossibilidade de fornecer produtos aos países beligerantes fez com que o desenho de um país exportador de produtos agrícola sofresse uma importante transformação. Sobretudo sobre o produto de maior exportação, o café, que com o desenrolar da guerra passou a não ser considerado de gênero de primeira necessidade. Ainda no início de agosto de 1914, a *Folha do Norte* apresentou as primeiras movimentações do Legislativo brasileiro para antecipar medidas que pudessem diminuir o impacto mercantil na guerra no abastecimento no país, bem como a preocupação com a subida dos preços (Figura XX)

Rio, 4: Congressistas se reuniram para discutir medidas que serão tomadas diante a atual situação. Amanhã as comissões de finanças reunirão para tratar do assunto. Há possibilidade de serem enviados navios mercantes para os EUA a fim de transportar alimentos e carvão de pedra. (*Folha do Norte*, em 05/08/14, p.1)

Mas não apenas os mercados de exportação e importação brasileiros foram afetados em decorrência da guerra. O Brasil acumulava imensa dívidas e era extremamente dependente de empréstimos externos, sobretudo da casa dos *Rothschild*, responsável por grandes somas destinadas ao país – na maioria das vezes dinheiro usado para pagar os juros da dívida. Mas não só os ingleses eram os grandes investidores no país. França e Alemanha representavam também uma boa fonte de recursos injetados na empresas brasileiras.

Figura 40 – Recorte da manchete da *Folha do Norte* publicado em 03/08/14, p1



Na Figura 40 observa-se o tom catastrófico e alarmante que dominou a manchete da *Folha* naquele início de agosto de 1915, tendo em vista o movimento de especulação em

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

torno das mercadorias importadas da Europa. Em 05 de agosto a *Folha* publica a seguinte nota “ Rio, 5: Foi ordenado suprimir metade dos trens dos subúrbios pela falta de carvão.” P. 3)

Do ponto de vista das empresas jornalísticas, Garambone (2003) afirma que o setor estava em franco crescimento até a conflagração europeia, com a guerra o preço do papel aumentou e com isso o decréscimo nas receitas.

Entusiasmados com o crescimento das vendas e dos anúncios desde 1910, os departamentos financeiros das empresas jornalísticas levariam um susto ao compararem as receitas líquidas do exercício de 1914 com as dos anos anteriores. Uma queda considerável por causa do aumento nos preços do papel, reflexo imediato do incremento do valor da matéria-prima em vários setores por causa da guerra (Garambone, 2003, p. 45)

A crise, de fato como aponta Bill Albert (2001), nasceu antes mesmo da deflagração do conflito de 1914. A turbulência no mercado financeiro do Velho Continente iniciou ainda em 1912 – fruto das tensões políticas no continente. A guerra na região do Balcãs é apontada pelo autor como um fator que dificultou o Brasil ter acesso à crédito na Europa. “E para tornar as coisas ainda piores, os bancos estrangeiros passaram a remeter seus estoque de ouro e suas sobras para a Europa” (Albert, 2001, p. 150). Brasil e Argentina foram duramente atingidos pelas restrições.

Historiadores como Mello (1988) e Sodré (2010) defendem a noção de que o Brasil foi forçado a se voltar para o mercado interno e com isso o país com isso direcionar-se mais fortemente para o setor industrial como forma de suprir o mercado interno de bens manufaturados que eram objeto de importação – prejudicada pela crise na produção industrial nos países em guerra. Contudo, Fausto (2006) afirma que essa percepção não é a mais adequada, tendo em vista que o país não conseguia produzir tal e qual os artigos importados.

Na realidade, elevação dos preços dos produtos importados eliminou a maior parte da procura efetiva. Em sua quase totalidade, o vertiginoso declínio das importações não poderia ser compensado pelas fábricas locais, porque não se achavam aparelhadas para produzir as espécies de artigos que tinham desaparecido. Em todas as linhas, praticamente, o valor da produção cresceu pouco (...) (Fausto, 2006, p.310)

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Há que se mencionar que o Brasil já produzia, em certa medida, a manufatura básica de alguns insumos exportados como o café, o algodão, o açúcar, principalmente. Além disso, essa manufatura que país implementara por ocasião da eclosão da Grande Guerra era restrita a bens como alimentos e vestuários (Mello, 1888, p. 20).

Um outro fator limitante para o pleno desenvolvimento do setor industrial no Brasil nesse período tem a ver com a questão do transporte de mercadorias. As estradas de ferro, fundamentais para o fluxo de mercadorias entre os portos, locais de produção e as cidades foram tardiamente implementadas em relação à Europa e aos EUA. Das iniciativas desde o Império, a malha ferroviária avançou de fato no período da República e com os investimentos e empréstimos, sobretudo, oriundos da banca inglesa.

Aliás, tomar emprestado dinheiro da Inglaterra era prática antiga. Como já mencionado anteriormente, os primeiros anos de República foram tensos e pródigos em embates políticos e militares – sumidouros de recursos financeiros da nação. Além disso, a desvalorização da moeda (mil-réis) e a queda nos preços do principal produto de exportação brasileiro, o café, levou o recém eleito Campos Sales a negociar a dívida brasileira e novo montante em empréstimos à casa inglesa Rothschild (Costa e Schwarcz, 2000).

O Brasil não só perdeu só mercado consumidores de matérias-primas no exterior, a Primeira Guerra não foi só um divisor de águas na economia mundial, do ponto de vista de investimentos, o conflito escasseou a vinda recursos aplicados em infraestrutura e os ingleses eram os principais injetores de dinheiro nesse quesito. Além disso, o país foi também foi prejudicado no processo de intercâmbio industrial. A Alemanha, por exemplo, que havia experimentado um rápido desenvolvimento no setor já no último quartel do século XIX, era um importante exportador de maquinário e suporte técnico operacional para o setor emergente no Brasil. É nesse sentido que Abranches (1917) alertava para o que considerava o perigo do Brasil aderir sem pensar à causa da Tríplice Entente, pois para ele, a Alemanha representava o principal parceiro científico e mercantil do país.

Entretanto, com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, a questão de quem era o melhor parceiro comercial e científico do país se esvaneceu e a Alemanha era o inimigo

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de todas as horas. Nesse sentido, o Estado reforçou seu papel em um editorial que tratava da agressões dos germânicos ao Brasil, o texto termina da seguinte forma:

As virtudes da tenacidade e da disciplina, de um lado, a união dos brasileiros em torno do governo, no momento, a colaboração de todos, na obra sagrada da defesa e, por outro lado, o maior rigor contra os inimigos materiais e intelectuais do Brasil, daqui ou de fora, especialmente a chusma dos traidores e espiões, eis o que nos cumpre aconselhar, certo de que cumprimos assim o nosso dever e honramos o jornalismo local. (*Estado do Pará*, 31/10/17, p.1)

3.2. À luta: ruptura da neutralidade e participação no esforço de guerra

Anteriormente este trabalho referiu que há um pensamento simplista muito comum quando se pensa a Primeira Guerra Mundial e a América Latina – e no caso deste estudo, o Brasil – de que o continente sofreu poucas repercussões ou poucos danos por conta do conflito, dado o fato de que o campo de batalha ocorria além-mar. Se de um lado, a estruturação dos estados nacionais no continente sul-americano exigiu maior atenção às questões internas e relegou ao segundo plano a presença mais marcante dos países latino-americanos em termos de política externa; por outro lado, a distância geográfica e política em relação às ex-colônias hispanos e portuguesa afastavam a Europa das questões além-mar. (Compagnon, 2013).

Reforçada por um desconhecimento das realidades políticas e diplomáticas, essa falta de interesse pelo paiol europeu explica-se pelo fato de que nessa época a inserção internacional da América Latina se dá principalmente num âmbito continental. (Compagnon, 2013, p. 34).

Essa noção pode advir, dentre outros motivos, da ainda escassa leitura atual dos periódicos da época e que de alguma forma registravam a dinâmica das repercussões e consequências da guerra em territórios fora do palco das batalhas. Além disso, não se pode pensar que a participação brasileira no conflito tenha sido meramente simbólica, dadas as tensas circunstâncias militares internas e as condições estruturais inadequadas para um confronto dessa natureza; os movimentos grevistas da classe trabalhadora que emergiam naqueles anos e a crise financeira que se abatia sobre o Tesouro Nacional, o país teve uma participação interessante e que talvez estudos produzidos no final do século XX e neste século possam dar conta da dimensão que a Grande Guerra teve no Brasil.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Os jornais paraense davam amplo destaque para as expulsões de alemães e as possíveis espionagens que os germânicos colocavam em marcha no Brasil. A Figura 41 expõe claramente esse destaque dado pelo Estado do Pará ainda no clamo da decisão do país em ir à guerra.

Figura 41 – Detalhe de manchete do *Estado* em 02/11/17, p.1



A necessidade de ampliar as fontes de informação, levaram o *Estado* a contratar novos serviços telegráficos. Em nota publicada na mesma edição de 02 de novembro, o jornal afirmou:

Não medindo sacrifícios para bem servir o público que nos lê, atendendo, assim, à necessidade de colocar este jornal à altura da grande e crescente aceitação que vem merecendo todos os dias, acaba o Estado do Pará de contratar excepcional serviço telegráfico, com combinação de seu especial, confiado ao dr. Heitor Beltrão, distinto e ativo redator-secretário da edição vespertina do “Jornal do Commercio”, do Rio com o da Agência Americana. Desde hoje, pois, pode o público paraense considerar-se o mais bem servido, no Norte do Brasil, em matéria de informações telegráficas (...). (*Estado do Pará*, 02/11/17), p.1)

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

i. Estratégias militares e desafios de guerra.

O Brasil foi a única nação na América Latina a oficialmente participar, mesmo que de forma modesta, do esforço de guerra ao lado dos Aliados. E ainda, o país possuía a melhor frota mercante de toda a América Latina, por isso mesmo para o bloco o Brasil era um no transporte de mercadorias.

Os eventos que se desenrolaram durante os três primeiros anos do conflito – sobretudo envolvendo ataques aos navios da marinha mercante brasileira – culminaram em princípio término da postura neutra e em seguida com a quebra de relações comerciais com o bloco comandado pelos alemães. A Alemanha já havia atacado e afundado o navio brasileiro “Rio Branco” em 1916, com o argumento de que a nau brasileira trafegava em águas restritas. Na verdade, o navio estava a serviço britânico e tripulado por noruegueses. O Brasil ainda assim se manteve neutro, apesar da pressão da opinião pública, sobretudo, de intelectuais, francamente pró-aliada.

O ano de 1917 foi determinante para que o governo brasileiro caminhasse para a participação no conflito. Diversos embarcações mercantes foram atacadas. Em 3 de abril de 1917 um grande navio mercante brasileiro, o “Paraná”, foi afundado por submarinos alemães. O governo brasileiro decidiu romper relações diplomáticas com a Alemanha ainda no dia 11 daquele mesmo mês. Cervo e Bueno (2002, p.208) afirmam que os alemães notificaram o governo brasileiro em 31 de janeiro de 1917 sobre o bloqueio naval, contudo, essa decisão só foi conhecida no Brasil em 03 de fevereiro daquele ano.

No mês de maio de 1917 os navios “Tijuca e “Lapa” foram atacados. O povo voltou às ruas e essas pressões internas culminaram com a renúncia do ministro das relações exteriores. Lauro Müller era um defensor da neutralidade do Brasil, contudo sua origem germânica foi um fator de pressão para que deixasse o governo. Além disso, diversos empresas e associações de origem alemã foram vítimas de ataques da população.

O *Estado do Pará* ainda em abril de 1917 tomou posição a respeito disso ao deixar claro ao defender a saída do ministro dos negócios estrangeiros, de origem germânica, Lauro, sempre muito bem “bajulado” pelo jornal toda vez que passava por Belém. Sob o título “Incompatível com Momento”, o editorial defendeu a saída do ministro por não mais estar em de acordo com a confiança do povo:

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Antecedentes de raça, ligações de correntes imigratórias instaladas e prestigiadas no Estado que politicamente obedece desde a proclamação da República ao atual ministro do Exterior: as manifestações ostensivas dos núcleos germânicos catarinenses, afrontando a nação com uma civilização à parte, independente e consentida e aplaudida pelo governo daquele Estado, - tornam o dr. Lauro Muller incompatível, no momento, com os seus sentimentos e os interesses do país, que, por sua significativa maioria, reclama para o posto máximo da diplomacia, esse que é o nosso máximo expoente de toda a nossa raça e simboliza a alma do Brasil – o sr. D. Ruy Barbosa. (*Estado do Pará*, 10/04/1917, p1)

A mudança de tom do jornal em relação a uma figura respeitada pelo jornal reflete o estado de ânimo de uma nação formada por multiculturalidade que sob situação limítrofe como uma eminência de guerra transforma-se e passa a olhar para tal situação como estranhamento e desconfiança, o outro outrora dos nossos não mais pode ser considerado como tal, não serve mais, daí a escolha de uma personalidade identificada com o país. Ruy Barbos não assumiu o ministério, que foi comandado por Nilo Peçanha, à época presidente do estado Rio de Janeiro (*Estado do Pará*, 07/07/1917).

Cerco e Bueno (2002) assinalam que o governo brasileiro suspendeu no início de junho de 1917 a posição neutra entre os Estados Unidos e a Alemanha. E até o final do mês desse mês comunicou a revogação de neutralidade diante de outros países envolvidos no conflito, inclusive Portugal. Com isso, os portos brasileiros poderiam servir de ponto de apoio para as nações aliadas.

Como já referido, o episódio derradeiro para que a nação brasileira toma-se partido na Grande Guerra foi o afundamento do cargueiro “Macau” por um submarino alemão em 18 de outubro de 1917. O bloqueio alemão assinado ainda no final de janeiro de 1917 já anunciava que a frota brasileira estaria à mercê dos submarinos alemães, cujo objetivo era minar a possibilidade da chegada de suprimentos ao Reino Unido e à França. Não restou alternativa ao Brasil diante dos contínuos ataques aos navios mercantes que navegavam sob bandeira brasileira, bem como o aumento da forte pressão popular senão rumar à declaração de guerra em 26 de outubro daquele mesmo ano (Anexo Q. Cerco e Bueno contam que após o torpedeamento de mais dois navios de bandeira brasileira, Acary e Guaíba,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

(..) o presidente pediu ao Congresso Nacional autorização para tomar medidas de represália. O Legislativo, em consequência, votou a Lei de Guerra, sancionada pelo presidente em 16 de novembro de 1917, pela qual se autorizava o governo, até 31 de dezembro, a declarar o estado de sítio nas partes do território da União onde fosse necessário. (Cervo e Bueno, 2002, pp.208-209).

A Marinha brasileira representou militarmente o país no esforço de guerra. A nação brasileira também abriu os portos aos países que compunham a base aliada no conflito. Estudos como os de Mendonça (2008), Dhenin e Mendonça (2014) abordam a participação brasileira em termos mais estratégico e militar. A entrada do Brasil na Grande Guerra não se deu para excelência do armamento e da qualificação das forças armadas. Não se pode esquecer que internamente o país vivia naquele momento sob fortes tensões oriundas das inquietações da tropa. A harmonia passava ao largo no estado de espírito do Exército e da Marinha.

A frota brasileira só não se encontrava mais sucateada porque era composta em grande parte por navios tomados da Alemanha, mas estava aquém tecnologicamente aquém dos parceiros aliados. Ao todo, 45 navios alemães¹⁰⁰ que estavam aportados no Brasil foram incorporados à frota nacional.

Com a entrada do país na guerra, boa parte desses navios foi colocada a serviço da França. Para um país em dificuldades financeiras, isso pode ter significado mais um negócio do que necessariamente um adesão meramente ideológica aos aliados:

O Brasil aliviou a pressão sobre o Tesouro Nacional num acordo comercial promovido junto à França por meio do qual foram afretados a este país os 30 melhores navios mercantes alemães aqui apensados (Dhenin e Mendonça, 2014, p.03)

O papel que o país assumiria no conflito foi determinado na “Conferência Interaliada”, realizada em Paris entre 20 de novembro a 3 de dezembro de 1917, na qual o Brasil se fez presente e saiu de lá com o compromisso de destacar uma missão médica que deveria se localizar na França; envio de alguns aviadores que seriam agregados à Marinha Real

¹⁰⁰ Um episódio relacionado às apreensões de navios alemães dá conta que a canhoneira *Eber*, que estava no Porto de Salvador, foi posta a pique pela própria tripulação antes de ser arrestada pelo governo brasileiro. Cf: Brasil (2006). A importância do mar na História do Brasil. In: Coleção Explorando o Ensino de História. Volume 13. Brasília.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Britânica e o destacamento de uma frota para patrulhamento da costa africana. (Abreu, 2009).

A *Folha do Norte* publicou a notícia intitulada “As primeira providências oficiais” que reportava as primeiras ações do governo quanto aos primeiros movimentos assim que o Brasil declarou guerra à Alemanha.

Rio, 27- (via Western). Reuniu hoje o ministério, tomando as seguintes resoluções: aumentar o exército e a marinha, criar tiros navais junto à capitania militar e junto os municípios; criar a vigilância contra a espionagem, aplicando o código penal da armada; internar as tripulações dos vapores ex-alemães na Ilha Grande, que ficará sob comando militar; proibir a exportação de prata e ouro; censurar a imprensa, não restringindo a crítica a crítica aos atos públicos; organizar um “comitê” de produção, sob a presidência do ministro da agricultura (...). Além destas, foram tomadas outras deliberações de caráter reservado. (*Folha do Norte*, 28/10/17, p1)

A censura à imprensa em princípio não pareceu incomodar os jornais do Pará. Pelo menos o tema não surgiu em tom de crítica nas páginas dos diários. Aliás, naquele momento o ufanismo dava a tônica, por exemplo, no *Estado do Pará*, um editorial publicado em duas colunas, no dia 19/10/17, deixou isso bem evidente.

Viva o Brasil! Eis o grito que está em todas as bocas e precisa de estar em todos os jornais. A guerra, a que nos obriga a atitude perseverante e bárbara da Alemanha, vem provar a excelência e a oportunidade dessa recente campanha em prol dos sentimentos cívicos que têm à sua frente os homens de toga e ciência, os príncipes das letras como Pedro Lessa, Miguel Calmon e Olavo Bilac, e depois da qual realizamos o espetáculo admirável, profundamente emocionante e sugestivo, da parada militar de sete setembro último, no Rio. Temos confiança em nós mesmos. Não ficaremos aquém de outros povos, igualmente não preparados, alguns até menos elementos. (*Estado do Pará*, 29/10/17, p.1).

O jornal *Folha do Norte* usou de tom mais comedido e com forte denotação de preocupação quanto ao futuro do país ao tratar do tema da entrada do Brasil na guerra. Em editorial no dia 27/10/17, a *Folha* assim se expressou:

Estamos na iminência de abandonar a situação de expectativa angustiosa em que temos vivido, de meses a esta parte, para entrar francamente no torvelino estonteador da conflagração universal.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Todas as preocupações tomadas pela nossa diplomacia e toda prudência observada pelo nosso governo num passo de tremendas responsabilidades para a vida nacional, não nos puderam desviar da rota traçada imperiosamente pela fatalidade dos acontecimentos. Só os espíritos levianos, sem a verdadeira noção da hora trágica que o mundo atravessa e o que ela significa de angustiante e estertores para os povos no presente e em dias mais próximos, será dado encarar com tranquilidade a aventura a que fomos arrastados pelo desrespeito à soberania brasileira, manifestado no último piqueamento efetuado por submarinos alemães. (...) É chegado o momento em que necessitamos buscar dentro de nós forças novas, no nosso íntimo quanto haja de minimamente brasileiro para consagrar à defesa do país. (...) Mas ser patriota e ser brasileiro não é gritar o despeito nas vias públicas, nem relegar ao inconsciente ribombar dos canhões possantes, ou das carabinas estrepitosas, em escaramuças desordenadas, o desabafo justificado da nossa ira. (...) Justificamos a necessidade de repulsa, mas queremos que, por ela, para a salvação da República Brasileira, para a vida desta grande e nobre e digna Pátria de todos nós, para a perpetuação do Brasil imorredouro dos nossos filhos, nos unamos no propósito imaculado e santo de defender. Queremos, porque é preciso, que cessem todas as divergências, todas as rixas internas e sejamos um corpo só, de norte a sul (*Folha do Norte*, 27/10/17, p.1)

A *Folha* não apelou ao ufanismo puro ao falar sobre a entrada no Brasil no conflito. A frase “não nos puderam desviar da rota traçada imperiosamente pela fatalidade dos acontecimentos” denota que o país não teve outra alternativa diante do cenários de ameaças que vinha sofrendo, entretanto, ao conclamar a união dos brasileiros o faz de modo contido, apelando para que as cizânias regiões e ideológicas fossem postas de lado em função da “salvação da República Brasileira, para a vida desta grande e nobre e digna Pátria de todos nós.

Enquanto a imprensa brasileira acompanhou *pari passu* o desenrolar dos acontecimentos em torno da ida do país à conflagração, do ponto de vista militar, a participação na guerra envolveu treinamento e troca de experiências mútuas entre oficiais da Marinha de Estados Unidos e Brasil ainda em 1917. No dia 30 de janeiro 1918 foi formalmente criada Divisão Nacional em Operações de Guerra – DNOG – a quem coube operacionalizar a colaboração militar brasileira na Grande Guerra. O desafio de fazer jus ao compromisso firmado com os Aliados encontrava como barreira, por exemplo, as precárias condições dos navios brasileiros face à necessidade exigida pelo conflito (Araújo, 2014). A missão que iria patrulhar o litoral africano atrasou-se em cerca de seis meses, partindo em julho

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

de 1917 com oito navios entre cruzadores, contratorpedeiros e embarcações de apoio. Além do despreparo do corpo militar, das defasagens tecnológica e bélica da frota, o fator que levou às inúmeras baixas na corporação brasileira que se lançou ao mar foram as doenças que tomavam de assalto os marinheiros, a mais letal delas, a Gripe Espanhola, que ceifou de início cerca de 10% de vidas de brasileiros em Dakar, África.

O missão que DNOG em mar enfrentou inúmeros contratemplos e foi protagonista de alguns casos como o atraso ao ir ao encontro do navio inglês *Britania*, deixando-o exposto ao ataque de um submarino alemão que acabou por afundá-lo. Além de episódios¹⁰¹ mais tênues, contudo, denunciando a fragilidade no preparo militar que é o Brasil possuía à época.

A atuação brasileira na I GM foi militarmente inexpressiva. Isto não significa ignorar os esforços custosos e admiráveis realizados, considerando as limitações de um país agrário como era o Brasil à época. Tais deficiências fizeram com que a prontificação de uma força naval nas dimensões da DNOG tardasse cerca de seis meses. Isso requeria poucas semanas em qualquer das grandes potências! Apesar disso tudo, a Divisão materializou-se e foi útil naquele cenário (Abreu, 2009, p.34)

A participação brasileira com o envio de tropas para os campos de batalhas foi uma ideia que chegou a ser ventilada, contudo, o país não possuía contingente em número de pessoas e treinado adequado para o nível de exigência que essa participação em terra fosse exigia. Mendonça (2008) afirma que a especulação a esse respeito partiu das imprensas inglesa e norte-americanas motivadas pelo ministro brasileiro Fontoura Moura, representante do Brasil em Londres – quase assegurava que o Brasil. Mas, não há como deixar de especular que essa tenha sido mais uma das pressões externas para que a nação brasileira se envolvesse ainda mais no conflito.

¹⁰¹ Para maiores detalhes sobre a atuação do DNOG João do Prado Maia, professor e militar atuante na I Guerra Mundial, produziu um material interessante que detalha as dificuldades encontradas por esse departamento para a efetiva atuação no esforço de guerra. Cf. Maia, (1961). D.N.O.G.: *Uma página esquecida da história da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro, Marinha do Brasil.

4. Análises cruzadas

Os jornais paraenses apresentaram ao longo da Grande Guerra comportamentos similares e distintos no tocante aos enquadramentos e nos formatos jornalísticos utilizados. Esta seção se atém em abordar aspectos comuns e distintivos da cobertura jornalística sobre a Primeira Guerra Mundial a partir da análise de elementos quantitativos e qualitativos.

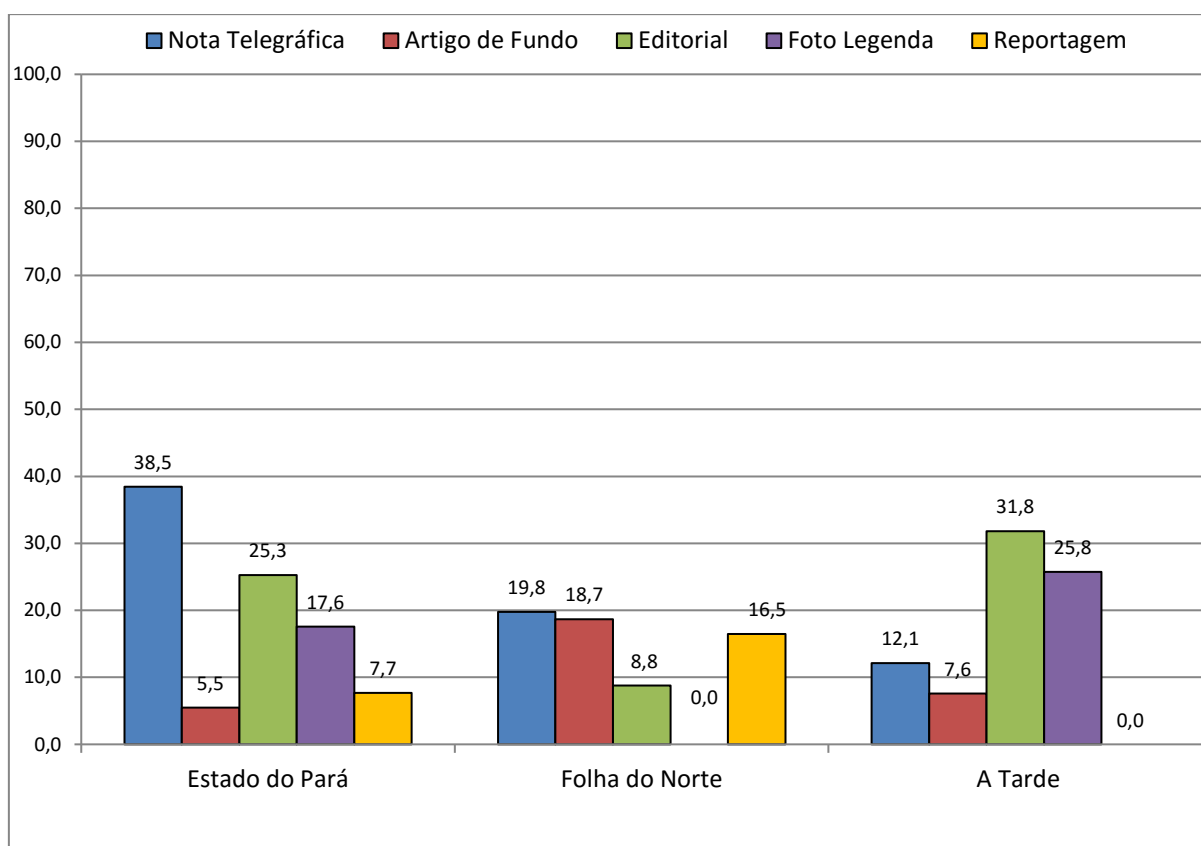
4.1. Discursos convergentes e divergentes.

O historiador Oliver Compagnon (2013) refere que na América Latina, especificamente na Argentina e no Brasil, o tema da Primeira Guerra Mundial foi durante parte do conflito relegado ao segundo plano na cobertura jornalística. Justifica o autor essa situação muito em função de eventos como o desenrolar da questão mexicana e do desaparecimento do presidente argentino Roque Sáenz Peña, em 09 de agosto de 1914 (Compagnon, 2013, pp 41-43). Contudo, é preciso ressaltar que esse é um dado obtido a partir da leitura de jornais das capitais desses países, de onde parte o Compagnon. A análise aqui realizada sobre cobertura dos jornais paraenses apresenta um indicador interessante sobre como se comporta a imprensa quando há um conjunto de interesses de ordens econômica e cultural que se encarregam de tratar com proximidade acontecimentos fora da comunidade de interesse geograficamente localizada.

No Pará havia no início da década de 1910 cerca de cinco jornais diários de perfil generalistas a circular na capital Belém. Como já referido anteriormente neste trabalho, por ocasião da eclosão da Primeira Guerra Mundial havia dois grandes jornais em destaque o *Estado do Pará* e a *Folha do Norte*, ambos se alinhavam com algum grupo político local. Essa condição, como se verá mais adiante, acabará por se refletir em algum momento na priorização da cobertura local em detrimento de outras temáticas, inclusive a guerra. Isso ficou notório por ocasião da eleição para governador do Pará, em 1916, por exemplo. Entretanto, do ponto de vista descritivo e no tocante à Grande Guerra, o Gráfico 13 apresenta dados interessantes quanto ao tipo de peças jornalísticas publicadas pelos jornais.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

GRÁFICO 13 – Frequências relativas das quantidades de Edições que contém peças jornalísticas ou não na primeira página sobre a I Grande Guerra, por localização, quanto ao tipo da peça, por jornal na amostra estudada.



Tomando-se por base o Gráfico 13, no qual estão apresentadas as frequências relativas sobre a presença de temas relacionados à Primeira Guerra, quanto à localização no espaço do jornal e formato jornalístico utilizado. Percebe-se boa presença do tema abordado em forma de material do tipo analítico e de profundidade (editorial, artigos de fundo e reportagem) na primeira página. Essa articulação de informações mais analíticas e de contexto quase sempre presentes na primeira página denotam a importância dada à Grande Guerra, sobretudo nos primeiros dois anos de cobertura (Ver Tabela 05).

O *A Tarde* foi o jornal que mais usou os conteúdos dessa natureza com 39,4% de editoriais e artigos de fundo na primeira página, além de 25,8% de fotolegenda - uma estratégia importante para chamar atenção do leitor. Esse dado sobre o *A Tarde* não surpreende, pois desde o início a linha editorial da publicação destinava-se a enquadrar-se ao lado germanófilo, abastecido de notícias de várias fontes, mas sobretudo de origem oficial

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

alemã como, por exemplo, entidades consulares. A quantidade de textos assinados “von Tirpitz”, talvez um pseudônimo em referência ao almirante alemão Alfred Peter Friedrich von Tirpitz, responsável pela marinha da Alemanha na época da Primeira Guerra, sinaliza nesse sentido. No caso do *Estado do Pará* esse tipo de conteúdo esteve presente na capa do jornal em 38, 5%, além de 17,6% dedicado à fotolegenda – aliás, o jornal fez um ótimo uso dos recursos de imagem. Dentre os três jornais analisados, a *Folha* foi o que menos explorou os recursos iconográficos ao longo do período de conflito, notando-se que esse elemento começa a surgir com mais frequência no jornal nos últimos meses de 1918. É recordar que a *Folha do Norte* dentre os periódicos estudados nesta pesquisa é o mais antigo de todos e talvez tenha implementado tardiamente em suas edições mecanismos mais ilustrativos.

TABELA 05 – Frequência relativa da presença ou não de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra quanto ao local, por jornal na amostra estudada.

Espaços/Colunas	Estado do Pará		Folha do Norte		A Tarde	
	Não há peça	Há peça	Não há peça	Há peça	Não há peça	Há peça
1ª Página	40,7	59,3	48,4	51,6	45,4	54,6
Páginas Internas	13,2	86,8	3,3	96,7	1,5	98,5
Na Edição	3,3	96,7	2,2	97,8	1,5	98,5

Os jornais *Estado do Pará* e *Folha do Norte* usaram o serviço de notas telegráficas para informar sobre como a imprensa da Inglaterra e da França, respectivamente, percebiam os movimentos naquele final de julho e começo de agosto. No dia 01 de agosto, o *Estado* traz uma nota na primeira página, datada de 29 de julho “A imprensa londrina, em sua maior parte, é favorável à mediação no conflito sérvio-austriaco”. Uma segunda nota oriunda de Berlim, datada de 29/07/14: “Alguns jornais ponderam que o país não se acha em condições de distrair forças em proveito da Rússia, mostrando-se favorável fracamente à mediação”. Na *Folha do Norte*, a primeira nota em destaque vem de Paris:

Os jornais desta capital acreditam que o ato da Áustria declarando guerra à Sérvia, deve ser considerado apenas como uma demonstração militar daquele país, que será obrigado recuar seus propósitos belicosos, devido à atitude da Inglaterra, que se declarou francamente solidária com a França e com a Rússia. O recuo da Tríplice Aliança será a vitória da Tríplice Entente, perdendo, assim,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

a Alemanha a sua pretendida hegemonia militar na Europa. (*Folha do Norte*, 30/07/14, p3).

A preocupação em repercutir a fala dos jornais europeus provenientes dos países envolvidos diretamente no conflito sinalizava a necessidade de legitimar as informações que naquela altura abundavam nas redações dos diários como, por exemplo, as movimentações de tropas da Áustria e da Rússia, na nota publicada pela *Folha do Norte* em 30/07/14: “Viena, 14. A imprensa considera a continuação dos exercícios que estão sendo feitos por 650 mil homens da milícia russa, até finais de outubro vindouro, como um indício disfarçado de proteção à Sérvia.”.

Ao final do primeiro ano de guerra, *Folha do Norte* tendeu em certos momentos a caminhar na linha mais crítica ao *modus operandi* alemão. A reprodução de um texto, originário de Bordeaux, França, datado de 14 de outubro de 1914, reflete a mudança essa sutil mudança de tom mais descritivo para uma abordagem mais analítica e alinhada com a causa Aliada.

Figura 42 – Recorte de matéria publica na primeira página da *Folha do Norte* em 22/11/1914.



O texto da *Folha do Norte* seguia assim:

Como é triste ver os nomes de Osteveld, de Ernesto Haeckel, de Gerhart Hauptmann, de Bretano, de Fulda, de Sudermann, de Roentgen, de Sigfried Wagner, para não citar senão os gênios atuais da Alemanha, subscrevendo o Apelo aos povos civilizados em favor do militarismo prussiano! Estes grandes sábios e estes representantes da Arte na Alemanha ousam hoje falar aos mais rudimentares princípios da equidade e da justiça, para glorificaram a força, a brutalidade, o crime, a atrocidade, - a fim de ser o imperador que eles, humildes servos da ideia pangermanista,

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

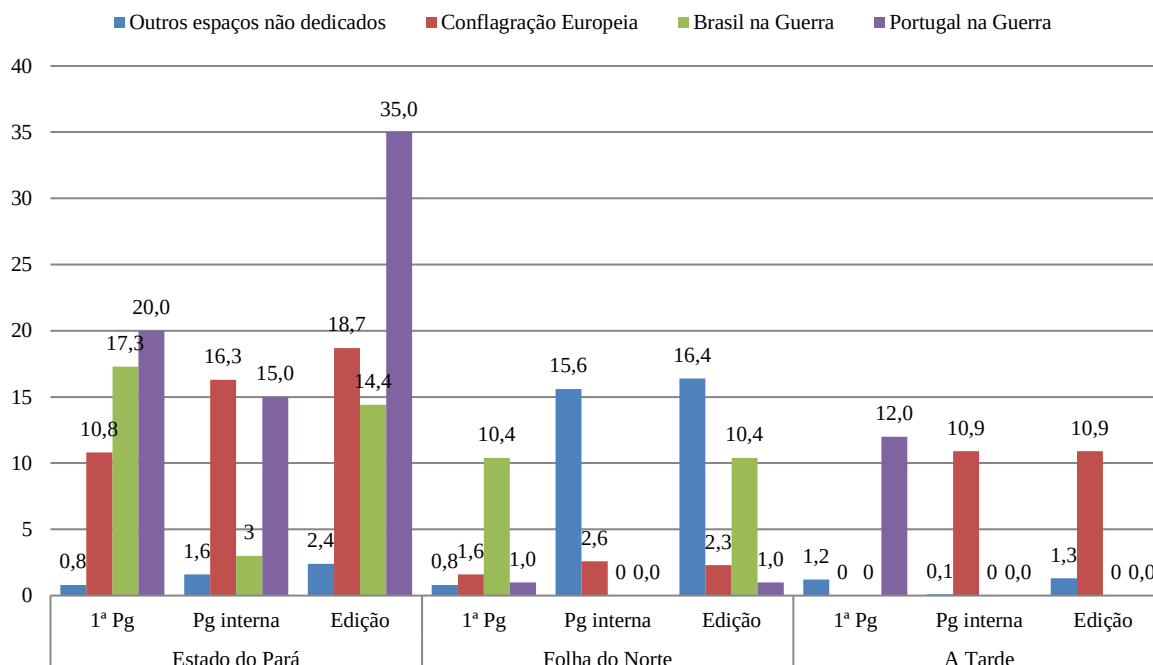
adoram como um Deus. Como? Os filósofos do Monismo, os teóricos do Livre Pensamento, os defensores do direito estão hoje de cócoras diante do capacete pontiagudo da Prússia imperialista? Para esses intelectuais que até hoje nós todos considerávamos os dirigentes dos espíritos livres nada existe superior aos canhões, as metralhadoras e as lanças dos uhlanos! Aprova a violação da neutralidade belga, aprovam a destruição de Lovain e Termonde, de Senlis e de Dinant, aprovam a demolição da catedral de Reims e é de crer que estas horas já tenham facilitado o ignóbil bruto que no domingo último lançou uma bomba incendiária sobre *Notre Dame*, de Paris. (*Folha do Norte*, 22/11/14, p.1)

A guerra obviamente continuou a ser tema de publicação praticamente todos os dias nos três diários paraenses, mas com destaques e quantidades diferentes entre as três publicações. No *Estado do Pará*, por exemplo, muitas vezes o tema ocupava páginas inteiras. A medida que o conflito avançou, tornou-se mais claro que o jornal optou por reportar mais as mazelas provocadas pela Alemanha enquanto enfatizava as estratégias de sucesso dos Aliados. Até as origens das notas telegráficas refletem as fontes de informação são capitais de países alinhados ao bloco da Entente. A *Folha do Norte* procurou agir de modo mais cauteloso e destinava os enunciados mais críticos ou favoráveis a qualquer um dos lados em textos assinados, muitas vezes leitores que usam o jornal como arena de debates sobre os aspectos negativos ou positivos de Aliados e Potências Centrais. Entretanto, o *A Tarde* nunca escondeu ou disfarçou a linha editorial contra os Aliados e totalmente germanófilo. Aliás, o caráter circunstancial em questão já bem denota a perspectiva de enquadramento do diário. Um exemplo claro dessa linha foi publicado na forma de editorial, sob o título “A hipocrisia inglesa”.

Uma das questões mais interessantes nesta guerra europeia, não é só o saliente desejo da Inglaterra em vencer a Alemanha. (...) Demonstrada a habilidade do marinheiro teutão, a sua coragem e sobretudo, a eficiência da marinha do kaiser, com o torpedeamento do Lusitânia, a raposa britânica fez tudo para lançar os “ianques” contra os alemães. A diplomacia germânica conseguiu evitar o desastre que pudesse considerar a entrada de uma nação, que mal algum poderia fazer à Prússia. Os ingleses, refinados piratas, useiros e vezeiros nas trincas marítimas, reclama agora a liberdade dos mares (...) (*A Tarde*, 21/10/15, p1).

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

GRÁFICO 14 – Médias amostrais das quantidades de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, quanto aos espaços apresentados se em colunas dedicadas ou não, por posição, por Jornal na amostra estudada.



No Gráfico 14 apresenta-se a média de peças sobre a Grande Guerra publicada nos jornais, divididas por espaços dedicados ou não. Se analisarmos a relevância dada pelos diários paraenses, por exemplo, à presença de Portugal no conflito, percebe-se que o *Estado do Pará* e o *A Tarde* dedicaram maior importância em acompanhar as ações portuguesas na guerra. Com a média de 35 peças dentro da amostra estudada, o *Estado* foi o que mais dedicou espaço a atuação de Portugal, média que ultrapassou a cobertura dedicada “Conflagração Europeia”. O *A Tarde* seguiu em segundo lugar quando se trata da cobertura de Portugal na guerra, com média 12, o destaque fica quanto à localização das peças, sempre na primeira página.

É claro que tratam-se de dados colhidos de forma amostral - conforme ilustrado no Capítulo 4 referente à metodologia – o que deve resguardar uma pequena margem de erro, porém, o comportamento da *Folha* em relação à guerra não se mostrou mais presente nem quando o Brasil entrou no conflito. Na comparação com o *Estado*, a média para este esteve em 14,4 contra 10,4 da *Folha do Norte*, lembrando que o *A Tarde* não cobriu a participação brasileira no conflito, pois deixou de circular ainda em 1916.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

No início de 1915 o *Estado do Pará* criou a seção denominada “Últimas Notícias”, na qual passam a constar as notas telegráficas do Brasil e do exterior. As notas sobre o conflito passaram a ser objeto de uma subseção intitulada “A Guerra”. Percebe-se o esforço do *Estado do Pará* em dotar de certa organização o volume de informações que o periódico publicava. Da mesma forma, a *Folha do Norte* criou a coluna “A Guerra nos 7 dias”, aglutinando um resumo dos fatos da guerra ocorridos no decorrer de uma semana. No caso da *Folha*, essa síntese denota o trabalho de selecionar o que parecia ser mais relevante nos eventos dentro do conflito. Embora ambos os jornais tivessem criados colunas dedicadas à guerra, continuavam a manter a seção de notas telegráficas, nas quais continham as “últimas notícias” que chegavam às redações via telégrafo.

Também percebe-se que no decorrer de 1915, a frequência com que guerra ocupou a primeira página começou a sofrer um certo espaçamento na *Folha* e no *Estado*, porém, mais perceptível no caso do primeiro. Isso pode significar um reflexo não só porque no ano anterior as demandas abertas pelo início do conflito e as expectativas em torno de cada movimento dos beligerantes exigiam um grande volume de informações acerca de uma guerra de grande amplitude, mas também pode refletir uma certa acomodação no horizonte da cobertura. É necessário lembrar que no segundo de guerra, o Pará vivenciou internamente momentos de intensas disputas eleitorais para o cargo de governador e o *Estado do Pará* e a *Folha do Norte*, cada uma apoiou um determinado lado na disputa, o que obviamente relegou a um segundo plano a temática da guerra nos dois diários.

Quanto à personalização da Alemanha militar revelou-se cada vez mais presente na cobertura sobre a guerra no *Estado do Pará*. Não raro o jornal publicou textos que pudessem ilustrar o pensamento belicista alemão para além da área militar como, por exemplo, na literatura. É o caso de uma matéria ilustrada com as fotos de três grandes nomes do pensamento alemão publicado como destaque na primeira página (Figura 43). Sobre Nietzsche, o texto se refere como o “Filosofo cuja ideia fixa era a adoração ao poder e à violência; foi quem primeiro teve a ideia do super-homem, moderna ideia alemã do eu” (*Estado do Pará*, 25/01/1916, p.1). As citações de falas dos escritores alemães procuravam alinhá-los ao perfil belicista dos alemães, o que o jornal reforçava quando se referia à Alemanha.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 43 – Publicação no *Estado* sobre três importantes escritores alemães à época.

Três escriptores que têm grande responsabilidade na guerra actual





Heinrich von Treitschke

Pilha de um general saxonio surda como uma pedra. Quando professor na Universidade de Berlim discursava eloquentemente sobre os destinos da Alemanha, mostrando resolutas vezes a necessidade que tinha esta na de possuir mais colónias.

Ultimamente ficou cego.

Entre as phrases doctrinarias por elle empregadas, ha a seguinte:

"Reconheço como mais alta civilização da guerra, aquillo que superficialmente parece ser leutal e deshumano.

O homem não deve abster-se de sacrificar a sua vida, mas tambem os mais profundamente enraizados sentimentos da alma; deve levantar-se do corpo e alma ao progresso de uma idéa patriótica: esta é a grandeza moral da guerra."

Friedrich Nietzsche

Philosopho cuja idéa fixa era a adoração ao poder e á violencia; foi quem primeiro teve a idéa do super-homem, moderna idéa alemã do Ra.

Entre as expressões que lhe são attribuídas, ha as seguintes:

"O melhor dictará regras, e pela força.

"Moralidade é uma questão de gosto."

"O que é o bom? Tudo o que eleva o sentimento do Poder, o desejo ao Poder, o Poder tornado na mais alta expressão.

"Vida é a apropriação affronta, conquista do alto e do fraco, severidade, imposição de suas proprias formas e, empregando um termo mais moderado,—exploração.

"Uma verdadeira guerra tudo permite.

"Alemanha nunca deveria ter trocado Odin por Christo.

Friedrich von Bernhardi

Autore do livro "A Alemanha e sua próxima guerra", livro notavel pela fria discussão dos planos que a Alemanha deverá por em pratica na presente guerra.

Seu ponto de vista era que a Alemanha devia ser o Poder Dominador da Europa, senão do mundo inteiro.

O exército absorvia com avidão, os seus ensinamentos; a Inglaterra ri-se; o Kaiser e o príncipe herdeiro celebravam-no de elogios.

Entre as suas phrases predilectas, ha as seguintes:

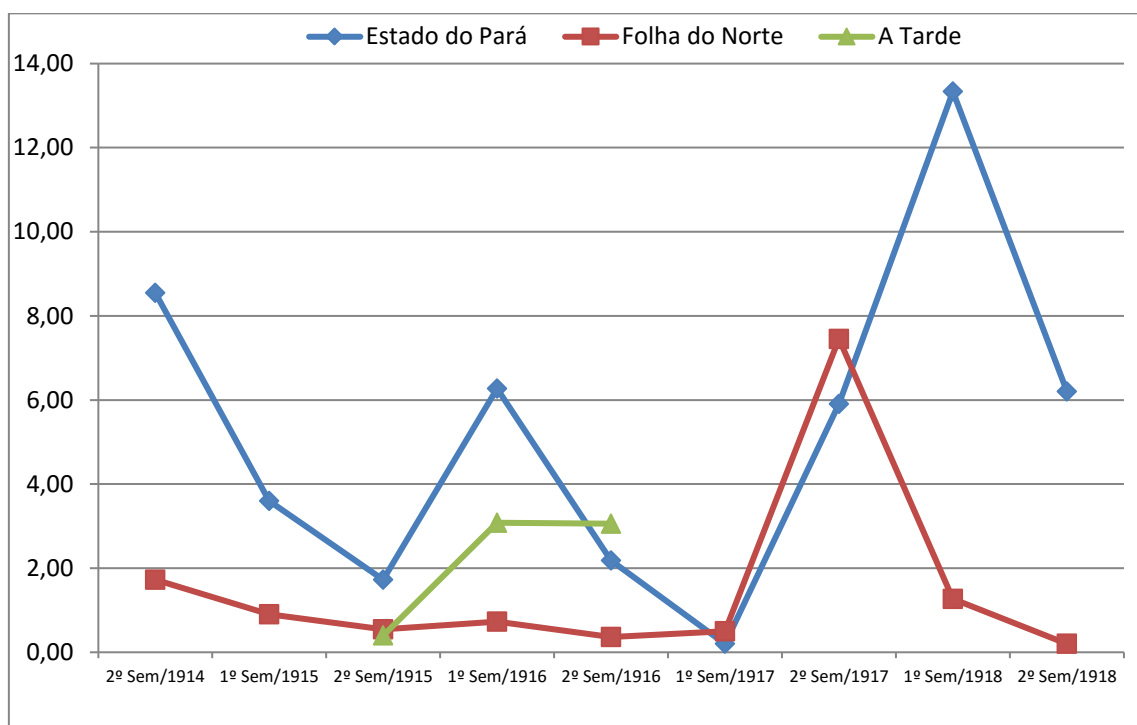
"A guerra não é só uma inqualificavel necessidade, mas justificavel sobre todos os pontos de vista.

"Christo mesmo disse: "Venho não para trazer a paz, mas sim uma espada."

"Esforços para assegurar a paz são prejudiciaes a saúde de uma nação".

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

GRÁFICO 15 – Série da média semestral de peças jornalísticas sobre a I Grande Guerra, na Primeira Página, por jornal na amostra estudada.



O último gráfico (Gráfico 15) comparativo entre os três jornais em análise demonstra por meio da série semestral a média com que os jornais publicaram peças jornalísticas sobre a Grande Guerra na primeira página. Mais uma vez percebe-se que o *Estado do Pará* manteve-se à frente da *Folha do Norte* e do *A Tarde*. Excetuando-se uma queda no segundo semestre de 1915 (período de intensa proliferação de matérias sobre o tricentenário de fundação de Belém as eleições no Pará) e no final do segundo semestre de 1916 e início de 1917 – período de acirradas disputas políticas em função da eleição para governador do Pará – o Estado estabeleceu uma conduta de cobrir temática da guerra com interesse e em curvas ascendentes em períodos que coincidem com a entrada de Portugal, Estados Unidos e Brasil no conflito, ouse já, no primeiro semestre de 1916, no primeiro semestre de 1917 até o segundo semestre de 1918, com uma acentuada queda conforme as nações caminhavam para um termo de paz.

A *Folha do Norte* manteve de modo geral uma certa regularidade na cobertura sobre os assuntos da guerra, com média crescente visivelmente no primeiro semestre de 1917, quando os Estados Unidos entraram no conflito do lado Aliado, porém, essa situação

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

tendeu à queda já no segundo semestre do mesmo ano, com uma ligeira quebra na descida das médias já no primeiro semestre de 1918, quando efetivamente o Brasil passou a compor o esforço de guerra também do lado Aliado.

No tocante ao *A Tarde* não se pode inferir alguma análise no início da guerra e no final, visto que não houve circulação nesses períodos. Contudo, pode verificar no Gráfico 15 que o período de maior média se deu entre o começo e o final do primeiro semestre de 1916, período em que Portugal entrou na guerra. Esse dado coincide com o já mencionado acima, no qual verificou-se a importância que esse diário destinou à atuação portuguesa no conflito.

Mesmo quando se olha de modo retroativo para o início das tensões nos Balcãs – que resultaram na conflagração, ao longo do mês de julho de 1914, enquanto o *Estado do Pará* publicou pelo menos três destaques de primeira página sobre as tensões austro-sérvias, a *Folha* só foi dar destaque no dia 29 de julho de 1914 e o fez numa nota que resumia o telegrama recebido pelo cônsul da Áustria-Hungria em Belém, sr. Pedro Steiner, o qual comunicava a mobilização das forças desse país e a chamada de reservistas. Daí percebe-se que em termos gerais, as análises apontam para que dentre os três jornais analisados, o Estado foi o que mais se debruçou sobre a guerra.

O fim da guerra foi assinalado de modo bem distintos pelos jornais *Estado do Pará* e *Folha do Norte*. Quando em 11 de novembro de 1918 o armistício foi assinado, o *Estado* informou por meio de uma nota telegráfica o restabelecimento da paz, (Figura 44) - destaque.

Imprensa brasileira no ocase da belle époque:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Figura 44 – Primeira página do Estado em 11/11/1918.



Figura 45 – Primeira página da *Folha* em 11/11/1918.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

O despacho praticamente lacônico do *Estado do Pará* a respeito do armistício. “Chegaram hoje notícias oficiais de Londres de ser sido assinado o armistício com a Alemanha”. (*Estado do Pará*, 11/11/18, p1.) representa de forma análoga à exaustão de um conflito que consumiu 52 meses de batalhas, milhões de mortos e grandes somas de dinheiro. A Grande Guerra custou a vida de aproximadamente 10 milhões de soldados dos dois lados do conflito. Ferguson (2014, p. 477) refere que do ponto de vista econômico, a Grande Guerra custou cerca de 90 bilhões de dólares.

Já a *Folha do Norte* noticiou o armistício por meio de um artigo assinado por Sebastião R. de Oliveira, dentro da coluna dedica “A guerra nos 7 dias:

Mais um dos quatro adversários que acompanham o bloco sinistro da autocracia militar prussiana acaba de tombar vencido e humilhado aos pés dos generais aliados. Desta vez coube à Itália a glória de haver desfechado o golpe decisivo que prostrou por terra o impérios dos Habsburgos. (...). Mas o povo alemão é que não está pelos autos. Prefere a rendição. E por isso arroga-se, pela revolução, o direito de dispor do seu próprio destino, libertando-se dessa casta de opressores que o levou a sacrificar inutilmente a vida da nação somente para a vaidade de um indivíduo perverso e enfadado que fatalidade histórica colocou no trono da Alemanha. (*Folha do Norte*, 11/11/18, p.1)

Duas formas diferente de anunciar o término da conflagração europeia. No jornal *Estado do Pará* uma nota enviada pela agência *Western* informa de modo pontual a formalização do armistício. A *Folha* (Figura 45), por sua vez, optou por um artigo assinado que faz sinaliza o fim das dinastias que governaram os impérios Austro-húngaro e Alemão durante anos e destina ao soberano Guilherme II a pecha de “preservo” e “vaidoso”. Ao encerrar o texto com o registro da opção do povo alemão pelo fim da monarquia, a *Folha* reputa ao outrora kaiser a responsabilidade pelo sacrifício de tantas vidas na guerra. Nesse sentido, Peter Hart (2013) refere que a Alemanha esteve no foco central da Primeira Guerra Mundial, entretanto, não apenas o ímpeto alemão foi uma das causas do conflito. Como já referido em outras passagens anteriores, a deflagração europeia também foi o resultado da política bélica das principais nações do continente e da inabilidade diplomática dos países envolvidos. Como sintetiza Peter Hart, “Quaisquer que sejam os argumentos lógicos, que apontam a culpabilidade alemã e da quase inevitabilidade deste

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Armageddon, o fato é que a Grande Guerra ainda tem um enorme impacto emocional que não pode ser negado¹⁰². (Hart, 2013, p. 476).

Um outro detalhe, não mais sobre a guerra em si, chama a atenção nos destaques das edições da *Folha* e *Estado* no dia 11/11/1918. Ocupam destaques nas primeiras páginas dos jornais a epidemia de gripe. A “Gripe Espanhola” foi um dos temas tangenciais à Grande Guerra, pois se propagou pelo mundo no final do conflito na medida em que os sobreviventes retornavam para seus países. Percebeu-se que o assunto já estava em destaque nos dois jornais desde a segunda quinzena de outubro de 1918. Nesse aspecto, a cobertura da *Folha* e do *Estado* foram similares. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial efetivamente não provocou nenhum impacto determinante para a resolução do conflito., contudo o último flagelo da guerra espalhou-se por territórios onde não se desenhou o teatro do conflito, levou muitas vidas e aumentou ainda mais a contabilidade de mortes na segunda década do século XX.

Ao final da conflagração europeia, pode-se dizer que o *Estado do Pará* manteve uma cobertura mais sistemática e contextual desde os primeiros momentos de tensões no Balcãs. Ao longo do período, o jornal despiu-se da neutralidade diversas vezes para apoiar a causa Aliada. A *Folha do Norte*, por sua vez, cobriu o conflito na Europa, mas nem sempre destacou-o e o seguiu em formatos mais alargados e analíticos como fez o *Estado*. Contudo, a *Folha* demonstrava cautela ao tomar posição em algum lado da contenda (por vezes o enquadramento de um lado ou outro do conflito se materializa pela voz de terceiros como no caso de leitores e colaboradores), situação que mudou com a entrada no Brasil na guerra.

Ambos os diários ofereceram naquela altura fato material jornalístico aos seus leitores. A imprensa paraense – e consequentemente a brasileira – refletiu não só os horrores do conflito, as negociações diplomáticas, mas também foi em certa medida veículo de propaganda de um lado ou outro., o papel do *A Tarde* exemplifica bem como os jornais serviram de modo consciente ou não aos beligerantes. A Primeira Guerra Mundial, representou dentro no espectro de observadores “uma derrota da moral e da razão sobre um Velho Continente no seio do qual a linha de partilha entre a Entente e os impérios

¹⁰² No original: Whatever the logical arguments, pointing to Germán culpability and the near-inevitability of this Armageddon, the fact that the Great War still has an enormous emotional impact cannot be denied.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

centrais – entre o bem e o mal, entre virtude e o vício, entre o amigo e o inimigo – falhou”.
(Campagnon, 2013, p.202).

5. Síntese do capítulo.

Traz-se aqui um breve resumo do capítulo que se propôs a analisar a complexidade dos elementos envolvidos na cobertura da Grande Guerra. Do ponto de vista quantitativo, o estudo amostral demonstrou que o três jornais variaram grau de profundidade, a sistematização e a distribuição de informações dentro das páginas dos jornais.

Da perspectiva qualitativa, foi possível perceber sutis e declarados enquadramentos em diferentes momentos do conflito. A medida que ocorrência de grande comoção como, por exemplo, o incêndio da biblioteca de Lovain, na Bélgica, a objetividade foi relegada ao segundo plano, provocando uma tomada de posição do jornal. Ainda nessa perspectiva, foi possível ao se comparar as coberturas dos três jornais pontos de confluência e de distanciamento na forma como *Estado do Pará*, *Folha do Norte* e *A Tarde* reportavam a guerra, sobretudo no caso deste último, cuja orientação editorial era claramente germanófila.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

CONCLUSÃO



Fonte: Imperial War Museum

CONCLUSÃO

Quando uma investigação de doutoramento se inicia, há em mente uma pergunta base de pesquisa, entretanto, acompanhada dessa indagação, há mais algumas dúvidas em torno da premissa inquisitiva. Essa questão basilar norteia a construção posterior de objetivos, de hipóteses e conduz o traçado metodológico a ser seguido. À medida em que o estudos avançam, alguns dos questionamentos iniciais se ampliam e outros desaparecem. Nesta tese não foi diferente. A questão que norteava o projeto de investigação girava em torno de como seria a natureza da cobertura jornalística nos diários da capital paraense acerca da Primeira Guerra Mundial. Teria havido cobertura sistemática? Os jornais tinham-se mantido minimamente ligados a mecanismos informativos que propiciassem a publicação de notícias minimamente atualizadas? Quais os posicionamentos articulados pelos diários ao longo do conflito?

Desse modo, as repostas provisórias à pergunta de pesquisa sugeriram que para confirmá-las ou refutá-las, o trabalho deveria primariamente objetivar o levantamento, a descrição e a interpretação da produção jornalística de três jornais que circularam no período compreendido pela Grande Guerra: *A Folha do Norte*, *Estado do Pará* e *A Tarde*. O trabalho interpretativo possibilitou, de forma secundária, perceber melhor como a imprensa serviu de espaço para tensionamentos políticos locais em meio de cobertura da guerra. No final do estudo em questão, chegou-se a algumas repostas que longe de serem definitivas, por ora conseguem atender às premissas inquisitivas desta tese.

- 1) A descoberta da existência de um jornalismo vigoroso, moderno do ponto de vista de forma e conteúdo, em sintonia não só com acontecimentos locais e nacionais, mas também articulado com as grandes agendas da América e Europa, foi uma grata surpresa, pois refuta a primeira hipótese proposta no início da investigação, a de que não houve cobertura sistemática sobre a Grande Guerra pelos jornais paraenses. A pesquisa quantitativa e qualitativa permitiu que se encontrasse um alto nível de interesse no tema, cujo acompanhamento se deu desde os eventos iniciais até o final da guerra, sobretudo por parte do jornal *Estado do Pará*. Essa hipótese tinha sido baseada no fato de que a Amazônia, por estar

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

distante geográfica e politicamente do centro do país, tornaria o jornalismo produzido no Pará, uma atividade menos articulada com os acontecimentos ao nível mundial. Além de estar no mesmo nível em termos de qualidade, atualidade e grau de interesse com periódicos como *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio*, ambos do Rio de Janeiro, por exemplo, o jornalismo paraense mantinha fontes próprias de informações, o que robustecia de conteúdos diversificados a cobertura jornalística acerca da Grande Guerra.

Além disso, foi possível perceber que a posição geográfica de Belém permitiu que o isolamento em relação ao Rio de Janeiro não se replicasse em relação aos países europeus, com quem o Pará mantinha não só laços comerciais, mas ligações afetivas, sobretudo com Portugal, cuja forte ligação se representou na criação de colunas dedicadas à participação portuguesa na Primeira Guerra nos diários.

Essa relação de proximidade com a Europa, em parte deve-se culturalmente à vivência intensa que a capital paraense vivenciou no auge da “Era da Borracha”, cuja reminiscência se prologou até o começo da segunda década do século XX. Essa relação proporcionou às elites paraenses usufruírem de bens simbólicos e materiais que a Europa ofertava na época. A arquitetura que resiste até hoje na Amazônia é testemunha desse período e evoca no imaginário o desejo de uma Belém próxima de uma representação de uma Paris dos trópicos, ou como era chamada por alguns no apogeu do ciclo do látex, a *petit Paris* – a mimese da cultura europeia nos trópicos.

Um segundo fator de proximidade com a Europa, e mais especificamente de Portugal, deveu-se à forte presença da colônia portuguesa no Pará. Essa colônia era formada por ativos comerciantes, homens de negócios e intelectuais de ambas as nacionalidades que cruzavam o Atlântico a bordo dos modernos vapores daquela era. Mas não só de prósperas pessoas era formada a colônia lusa no Pará, também se incluíam pequenos comerciantes, imigrantes atraídos pelas possibilidades abertas com o comércio da borracha, moças que eram empregadas como governantes, entre outros. Porém, a sua presença nem sempre era visível nas seções de notícias ou colunas sociais, já que eram parte de uma massa invisível de

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

peessoas que, juntamente com os migrantes do Nordeste brasileiro fugidos da seca, constituíam a mão-de-obra que servia a burguesia que inspirava ares europeus.

2) A segunda hipótese de pesquisa dizia respeito ao papel da imprensa como vetor de pressão sobre a opinião pública, para que motivasse o governo brasileiro a entrar na guerra ao lado dos Aliados. O Brasil – apesar de ter apresentado (e regulamentado) a sua posição como nação neutra no conflito – por meio de um decreto do então presidente Hermes da Fonseca, ainda em agosto de 1914, era criticado por meio de manifestações públicas de intelectuais, de operários e de políticos que davam o tom no qual o país se dividiu, predominantemente três posições: neutralidade absoluta, apoio à França e contra o avanço Alemão; e adesão germanófila.

Essas posições podem refletir duas noções. A primeira era que o país não só tinha interesses comerciais a manter com os protagonistas na Grande Guerra, como também hesitou até onde podia para entrar no conflito e só o fez em função de sucessivos ataques a navios mercantes que trafegavam sob a bandeira neutra. Assim, a decisão de entrar na guerra foi fruto de pressões externas e internas. Uma segunda visão dá conta da fragmentação ideológica refletida nos discursos de interesses de grupos nativos e estrangeiros que disputavam as atenções a partir da defesa dos três pontos de vista dominantes – que ora prevaleciam uns sobre os outros, de acordo com o desenrolar dos acontecimentos, não só no *front*, como no Atlântico.

Entretanto, a partir do momento em que o Brasil decidiu ingressar no conflito, a imprensa do país passou a ser unanimemente pró-aliados. Isso foi possível perceber a partir dos discursos que enunciavam as posições ufanistas, evocando o nacionalismo e o amor à pátria como fator de união de todos em torno da “causa”. Entretanto, antes do Brasil ir à guerra e na medida em que o conflito se expandiu, outras vozes sugeriram como contraponto aos posicionamentos alinhados aos países da Entente e os jornais, cujas propriedades pertenciam a estrangeiros como a comunidade alemã do Sul do Brasil, por exemplo, focavam as suas coberturas no sucesso da campanha das Potências Centrais.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Do ponto de vista do Pará, o *A Tarde* representou é um exemplo à parte. De curta duração, mas de firme na proposta editorial de apresentar a atuação alemã na conflagração, o vespertino simbolizava em terras amazônicas a afinidade com a comunidade germânica mesmo sem haver no Estado uma significativa população originária da Alemanha, entretanto, a afinidade revelada pelo *A Tarde* era da ordem da identidade. Nos textos do jornal, abundavam adjetivos para elevar a natureza do povo alemão tido como disciplinado, evoluído, rigoroso e altivo, apenas citas alguns das qualificações imputadas aos teutões. Convém também mencionar um outro dado que se contrapõe aos discursos mais aliadófilos: foi a evocação sistemática da figura negativa dos ingleses e francêss, mas sobretudo dos primeiros, invariavelmente designados como “piratas”. A alusão repetida no discurso do *A Tarde* sobre o caráter da Inglaterra estava relacionada ao contrabando de sementes da melhor espécie de borracha nativa da Amazônia para cultivo nas colônias britânicas na Ásia. É sabido que o sucesso das plantações de borracha asiática foi um dos contributos para a queda dos preços do produto no mercado internacional, mas não foi o único. A borracha brasileira era de ótima qualidade, mas a demanda cresceu e o alto custo da produção de látex na extensa e selvagem região amazônica exigia cada vez mais investimento, encarecendo-a no mercado internacional. Contudo, parte da elite do Pará não conseguiu perceber que, embora os ingleses agiram em interesse próprio, a era de ouro da borracha chegou ao fim por falta de estratégias para que o produto brasileiro continuasse a ser competitivo. Esse ressentimento se visibilizava claramente no discurso no vespertino paraense.

3) O desapontamento que a conflagração europeia provocou no imaginário cultivado no Brasil, que tinha na Europa o modelo inspirador de civilização, talvez tenha significado um ponto de ruptura para a influência que o Velho Continente exercia no modo de pensar e agir no país. Os textos dos jornais paraenses denotavam a decepção com o paradigma norteador dos anseios de progressos que nortearam o Brasil nas primeiras décadas de República.

Há que recordar o ideal de modelo civilizatório europeu que permeava o imaginário burguês brasileiro. Florestan Fernandes (1976) refere que a burguesia

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

no Brasil se consolidou a partir da manutenção de formatos e privilégios das estruturas de poder estabelecidas anteriormente, reagindo, nos primeiros anos de República, conforme o desenrolar de interesses econômicos, sociais e políticos, funcionando apenas como um simulacro da revolução burguesa da França. No geral, essa burguesia, estreitamente ligada aos poderes oligárquicos, mantinha uma fisionomia conservadora e excludente, que deixava de fora a grande massa de pessoas que formava o país.

Assim, apesar de cultivar, no âmbito dos discursos o ideal civilizatório europeu, a burguesia brasileira – e a paraense inclusive – lamentou a perda desse ponto de referência de racionalidade, porém, é pouco provável que tenha sentido todos os estertores que a guerra impingiu à grande massa de envolvidos direta ou indiretamente no conflito.

4) Embora a cobertura acerca da Grande Guerra pelos jornais paraenses tivesse ocorrido de forma sistemática e constante, não se pode esquecer que os dois principais diários analisados, a *Folha do Norte* e o *Estado do Pará*, pertenciam ou estavam ligados a grupos políticos locais. No período compreendido entre o final de 1915 e 1916, ambos os jornais priorizaram a cobertura das disputas eleitorais para o governo do Estado e o acompanhamento dos assuntos relacionados com a guerra esteve relegado às páginas interiores das publicações. O que se percebe, ao verificar-se os assuntos tangenciais que estiveram em destaque, além das questões políticas locais, é que alguns temas foram mais recorrentes como, por exemplo, a escassez de alguns materiais tais como o papel e o carvão mineral, que tiveram como consequência a elevação dos preços desses produtos que eram importados da Europa. Importa referir que no início do conflito, tal aumento se deveu à especulação comercial e não pela imediata ausência de oferta dos produtos no mercado local.

Porém, há um dado que se revela ao analisar-se a escassez de um desses produtos importados, nomeadamente, o carvão. A consequência da falta desse produto à época levou o Brasil a substituir o carvão mineral pelo vegetal, obtido a partir das árvores da floresta amazônica. Os efeitos dessa ação estende-se até a atualidade, com graves repercussões não só locais, mas também ao nível mundial. O jornal

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Estado do Pará sinalizou para aquilo que pode ter sido o início do conjunto de práticas e condutas em relação a um dos mais importantes biomas do planeta.

O *Estado* publicou um editorial que alertava para o indiscriminado derrube de árvores da floresta, em regiões do interior do Pará, para a produção do carvão vegetal, em substituição do carvão mineral, que era escasso por força do conflito. “Nas proximidades dos centros exportadores, o machado iconoclasta transforma em verdadeiro escampado as mais exuberantes florestas, não havendo uma árvore de onde se possa tirar qualquer fonte de receita” (*Estado do Pará*, 28/06/1917, p.1). A economia de guerra na região deixou como herança, para as gerações que se seguiram, o modo predatório e irresponsável com o qual a mata da Amazônia tem sido tratada. Hoje a floresta não vem ao chão para se transformar em carvão vegetal, mas sim para mover a indústria. Na contemporaneidade, as árvores são derrubadas para abrir pastos, que se transformarão em áreas de plantio; as queimadas que são promovidas para aumentar o agronegócio têm como uma das consequências a elevação das emissões de carbono na atmosfera e colocam em risco animais e populações nativas que sobrevivem do extrativismo de plantas típicas da área. Esse movimento replica, em parte, o *modus operandi* usado na crise de abastecimento, provocada pela Primeira Guerra Mundial. Entretanto, hoje não há uma guerra de proporções universais, mas sim, a livre atuação do capital predatório e uma certa indiferença perante a possibilidade da futura extinção da maior floresta tropical do planeta.

5) O Brasil é um país constituído em grande parte por imigrantes de todas as nacionalidades, estando o multiculturalismo na base da formação social, econômica e cultural. Em tese, na época da conflagração europeia, a imprensa também refletia o estado de ser de uma nação que abrigava, respeitava e integralizava todos dentro de uma perspectiva de país moderno, construído no ideal republicano. Contudo, até 1914, o Brasil ainda não tinha experimentado uma situação limite que colocasse em questão essa convivência entre os interesses e os valores de comunidades distintas, tornando assim a atuação do jornalismo brasileiro, na medida que o conflito se acirrava, incapaz de refletir de modo equilibrado essa diversidade de composições.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Os jornais paraenses seguiram a tendência da grande imprensa do país e tomaram uma posição. Não foi uma orientação imediata, mas gradativa; mais contundente em um editorial, mais ponderada em um artigo de fundo, mas caminhou para definir um lado no conflito – a despeito das iniciativas isoladas de contraponto aos jornais de comunidades originárias das Potências Centrais, ou mesmo àqueles que se alinhavam ideologicamente com os povos germânicos. E o conjunto de eventos que culminaram com a entrada do Brasil na Grande Guerra, tornou-se um imperativo para a imprensa brasileira adotar o lado Aliado. É bem possível que, de certa forma, a participação de jornalistas, intelectuais, políticos e, eventualmente, leitores contribuisse para a formação de uma opinião pública que, por sua vez, exerceu pressão sobre o governo, para que o país declarasse guerra à Alemanha.

Porém, a realidade dos fatos é complexa e o conjunto de elementos estruturais, sociais e culturais envolvidos em tempos de conflito mundial não permite afirmar o quão determinante foi o papel da imprensa para a construção dos cenários, nos quais se desenvolveram os reflexos das tensões europeias em terras brasileiras. O fato é que a imprensa brasileira, ao atuar como recorte da realidade e em tempos de guerra, imiscuiu-se de oferecer espaço para todas as vozes, afinando-se em torno de um só tom e já não se podia mais considerar como porta-voz de todos os sons.

Ao longo da História, a paz, enquanto desejo coletivo para a sobrevivência da espécie humana, foi muito mais uma abstração do que necessariamente um estado natural na existência das pessoas. Como diz Traquina (2002; 2004), o jornalismo é a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abranches, D. J. (1917). *A Ilusão Brasileira*. Justificação histórica de uma attitude. 2ª.ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Abreu, G. (2009). Política Externa e Defesa na Primeira Metade do Século XX. In: *Revista da Escola de Guerra Naval*. No 14. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval. Pp. 25-50.
- Aguinaga, E. (2001). *Hacia una Teoria del Periodismo*. In Estudios sobre la mensaje periodisca. N° 7. Pp. 241-255.
- Ahmad, F. (2015). Enver Pasha, Ismail, in: 1914-1918-online. *International Encyclopedia of the First World War*, ed. by Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson, issued by Freie Universität Berlin, Berlin. DOI: <http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10731>. Consultado em 12/12/2015.
- Almeida, J. D. (2013). *História do Brasil*. Manual do Candidato. Brasília, Funag.
- Alonso, A. (2002). *Ideias em Movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Alsina, M. R. (2005). *La Construcción de la Noticia*. 3ª ed. Buenos Aires, Paidós. Pp. 62-83.
- Alves, J. (2001). Os Bálcãs Novamente Esquecidos. In *Revista Brasileira de Política Internacional*. No. 47, Volume 1. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Pp. 55-83.
- Anderson, D et al. (2002). *Estatística Aplicada à Administração e Economia*. 2ª. Ed. São Paulo, Pioneira.
- Andrade, V. (2003). *Antonio Lemos e as Obras de Melhoramentos Urbanos em Belém: A Praça da República como Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Antunes, E. (2007). Temporalidade e Produção do Acontecimento Jornalístico. In: *Revista Em Questão*. Volume .3 No. 1, Porto Alegre. Pp.25-40.
- _____ (2009). Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. In: *Revista Galáxia*. No. 18. São Paulo. Pp. 85-99.
- Aquino, R. et al. (1992). *História das Sociedades*. Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais. 1ª. Ed. 7ª. Reimpressão. Rio de Janeiro, Editora Ao Livro Técnico.
- Albert, B. (1988). *South America and The First War*. The impact of the war on Brazil, Argentina, Peru and Chile. New York, Cambridge.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

_____ (2001). O Impacto da Primeira Guerra Mundial Sobre o Investimento Estrangeiro na América do Sul: Brasil e Argentina. In: *Revista História Econômica & História de Empresas* IV. Vol 1. P-143-159.

Aranda, J. (2004). Evolución de la prensa en los principales países occidentales. In: Barrera, C. (Org.). *Historia del Periodismo Universal*. 1ª. Ed. Pp. 77-116. Barcelona, Ariel

Araújo, J. (2014). “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917-1918. In *Revista História: debates e tendência*. V.14, n2, jul/dez. Pp. 318-333.

Arendt, H. (1979). *Origens do Totalitarismo*. 3ª. Reimpressão. São Paulo, Cia das Letras

_____. (2006). *Sobre la violencia*. 1ª. Reimpressão. Madrid, Alianza Editorial.

Arthur, M. (2011). *Vozes Esquecidas*. Da Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

Babo-Lança, I. (2012). Acontecimento e Memória. In: França, V. & Oliveira, L. (2012). (org.). *Acontecimento: Reverberações*. Belo Horizonte, Autêntica Editora. Pp. 55-65.

Backes, A. (2009). *Notas sobre a República, oligarquia e utopias*. Cadernos ASLEGIS. No. 37. Maio/Agosto. Brasília. Câmara dos Deputados do Brasil, pp. 14-30.

Barata, M. (1973). *Formação Histórica do Pará*. Obras reunidas. Belém, Universidade Federal do Pará, Edufpa.

Barbosa, M. (2007). *História Cultural da Imprensa*. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro, Mauad.

_____ (2008). Jornalismo no Brasil. Dois séculos de História. In: Sousa, J.P. (Org). *Jornalismo. História, Teoria e Metodologia*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Pp.129-154.

_____ (2012). Cenários de Transformação: Jornalismo de História no século XX. In: *Revista da Famecos*. 19 (2). Pp. 458-480.

_____ (2013). *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

_____ (2014). Journalistic Gorms in Monarchiacal Brazil: From the boom of the public word to the settlement of “News Factories”. In: Sousa, Jorge Pedro, (Org). *A History of the Press in the Portuguese-Speaking Countries*. 1ª. Ed. Porto, Media XXI. Pp394- 456.

Barrera, C. (Org.). *Historia del Periodismo Universal*. 1ª. Ed. Pp. 77-116. Barcelona, Ariel

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Barros, J. (2010). Os Tempos da História: Do Tempo Mítico às Representações Historiográficas do Século XIX. In *Revista Crítica de História*. Ano I. No. 2, Pp 180-208. Alagoas.

Bauer, M. W. (2002). Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: Bauer, M. W. Gaskell, G. (2002). *Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som*. Um manual prático. 10ª ed. Petrópolis, Vozes. Pp.189-270.

Beltrão, L. (2006). *Teoria e prática do jornalismo*. São Paulo, Cátedra UNESCO.

Berger, C. (2014). Potencialidades das narrativas histórica e jornalística. In: Queiroz, T., Rêgo, A. R. e Miranda (Eds.). *M. Narrativas do Jornalismo e Narrativas da História*. Lisboa: Media XXI Formalpress.

Biblioteca Pública do Pará. (2011). *Catalogo de Jornais Paraoras*. Belém, Secult.

Bloch, M. (2002). *Apologia da História*. Ou o ofício de historiador. 1ª. Ed. Rio de Janeiro, Zahar.

Blom, P. (2015). *Os anos vertiginosos*. Mudança e cultura no Ocidente 1900-1914. 1ª ed. Rio de Janeiro. Record.

Bobbitt, P. (2003). *A guerra e a Paz na História Moderna*. O impacto dos grandes conflitos e da política na formação das nações. Rio de Janeiro, Campus

Brasil. (1870). Manifesto Republicano. In: *Jornal A República*. Disponível em: www.bn.gov.br. Consultado em 10/11/2015.

_____. (1891). Constituição Federal da República do Brasil. Biblioteca do Planalto.

_____. (1914). Discurso ao Congresso de Wenceslau Braz. Biblioteca do Planalto. Disponível em linha. www.planalto.gov.br. Consultado em 20/07/2015.

_____. (1922). Decretos, Cartas e Alvarás de 1822. Biblioteca da Câmara dos Deputados. Brasília. Pp. 1-25.

_____. (2006). A importância do mar na História do Brasil. In: Coleção Explorando o Ensino de História. Volume 13. Brasília.

Bracarense, P. A. (2012). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. Curitiba, IESDE Brasil S.A.

Braudel, F. (2005). *Escritos Sobre a História*. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo, Perspectiva.

Brito, R. (1996). *Espelho Partido*. Cruzamentos entre mídia e política. Imaginário e modernidade, entre a eleição presidencial de 1989 e o impeachment de Collor em 1992. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo. Instituto Metodista de Ensino Superior.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

_____. (2011). Mídia, Construção do Imaginário Moderno e Identidade no Brasil. In: Amaral Filho, O. Castro-Horácio, F. E Seixas, N. (Org). *Pesquisa em Comunicação na Amazônia*. Volume 1. Belém, Scriba-Fadesp.

Bueno, C. (2003). *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra.

Burk, P. (1991). (Org). *A Escrita da História*. 7ª Reimpressão. Novas Perspectivas. São Paulo, Unesp.

Calógeras, J. P; (1966). *A formação histórica do Brasil*. Coleção Brasileira, vol 42. 6ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Capelato, M. (1988). *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Contexto.

Carneiro, H. (2008). Guerra dos trinta anos. In: Magnoli, D. (org.) *História das Guerras*. São Paulo, Contexto, pp. 163-187.

Carr, E. (2006). *Que é História*. 9ª ed. São Paulo, Paz E Terra.

Carta, M. (2011). Hipólito da Costa: o perfeito herói. In *Revista Carta Capital*. São Paulo. Edição Online. Disponível: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/perfeito-heroi>. Consultado em 27/09/2015.

Castro, F. (2010). *A cidade Sebastiana*. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Edição do Autor.

_____. (2014). *Formação Econômico-Social da Amazônia*. *Papers* do Grupo de Pesquisa Comunicação, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia. No. 2 Belém, UFPA.

Cardim, C. (2013). A Raiz das Coisas – Rui Barbosa: O Brasil no Mundo. In: Pimentel, J. (Org). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Vol II. Brasília: FUNAG.

_____. (2014). *II Conferência da Paz, Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa* / [Centro de História e Documentação Diplomática]. Brasília: FUNAG.

Carter, M. (2009). *Os Três Imperadores*. Três primos, três impérios e o Caminho para a Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Objetiva.

Carvalho, J. M. (1990). *A Formação da Almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras.

_____. (1999). *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (2002). *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

_____ (2014). *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª. Ed. 23ª. Reimpressão. São Paulo. Cia das Letras.

Certeau, M de (2015). *A Escrita da História*. 3ª Edição/3ª Reimpressão. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

_____ (2000). *A invenção do Cotidiano*. Artes de fazer. 5ª Ed. Petrópolis, Vozes.

Cervo, A. Bueno, C. (2002). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, UnB e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

Chalaby, J. (2003). O Jornalismo como Invenção Anglo-Americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). In: *Revista Media & Jornalismo*. No. 3 Edição: Jornalismo em Tempo de Guerra. CIMJ. Portugal. Pp. 29-50.

CHDD (2006). *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação.

Clark, C. (2014). *Os Sonâmbulos*. Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial. São Paulo, Cia das Letras.

Clausewitz, C. (2013). On War Vol. 1. *The Project Gutenberg EBook of On War*. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/1946/1946-h/1946-h.htm#link2HCH000>. Consultado em: 30/08/2015.

Cochran, W. (1965). *Técnicas de Amostragem*. 2ª ed. Porto: Fundo de Cultura. Pp.76-283.

Compagnon, O. (2009). Entrer en guerre ? Neutralité et engagement de l'Amérique latine entre 1914 et 1918, *Relations internationales* 2009/1 (nº 137). Pp. 31-43. DOI 10.3917/ri.137.0031

_____ (2013). *O adeus à Europa*. A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil 1914-1918). Rio de Janeiro: Rocco.

Coelho, G. M. (1993). *Anarquistas, demagogos e dissidentes*. A imprensa Liberal Paraense no Pará de 1922. Belém, Cejup.

_____ (2011). Na Belém da *belle époque* da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. In *Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Ano 5, No. 5. Rio de Janeiro, FCRB. Pp. 141-168.

Conboy, M. (2004). *Journalism*. A critical history. Londres, Sage.

Coser, I. (2014). Federal/Federalismo. In: Feres Junior, J. (Org). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. 2ª Edição Revista e Ampliada. Belo Horizonte. Editora UFMG.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

- Costa, A. Schwarcz, L. (2000). *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo. Cia das Letras.
- Costa, J. R. (1997). O Liberalismo Vintista e o Brasil (1820-1822). In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol 43, Coimbra. P. 47-66.
- Costa, M. (2011). *As lutas sociais na Amazônia: memória e arquivos*. Coletivo Passa Palavra. Disponível em linha: <http://www.passapalavra.info/2011/11/47720>. Acessado em 16/10/2015.
- Cosson, O. (2004). Expériences de guerre du début du XX siècle (guerre des Boers, guerre de Mandchourie, guerres des Balkans). In *Encyclopédie de La Grande Guerre*. Tome I. France, Bayard. Pp. 122-136.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. 2ª. Ed. Coimbra, Almedina.
- Cummins, J. (2012). *As maiores guerras da história*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- Dean, W. (1989). *A luta pela borracha no Brasil*. Um estudo de história ecológica. São Paulo, Nobel.
- Dhenin, M. e Mendonça, V. (2014). O Brasil na Grande Guerra: Uma contribuição ao esforço aliado. In: Anais de Seminário Internacional *Small Power is a Power? In The Role and Resilience of Small and Medium Powers During the Great War 1914-1918*. Instituto da Defesa Nacional – Lisboa.
- Dines, A. (2011). Nosso Primeiro Herói Nacional. In: *Jornal da ABI*. No. 366. Maio. Rio de Janeiro, ABI.
- Di Paolo, P. (1990). *Cabanagem*. A Revolução Popular da Amazônia. 3ª. Ed. Belém, Cejup.
- Doratioto, F. (2012). O Brasil no Mundo/Idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In: Schwarcz, L. (org.). *História do Brasil nação: 1808-2010*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Del Priore, M. e Venâncio, R. (2013). *Uma breve história do Brasil*. 4ª reimpressão. São Paulo, Planeta.
- Eleutério, M. (2013). Imprensa a serviço do progresso. In. P. 83-101. In: Martins, A. L e De Luca, T. (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto.
- Emmi, M (2009). Fluxo Migratórios Internacionais para a Amazônia Brasileira do Final do Século XIX ao Início do Século XX: O caso dos italianos. In: Aragon, L. *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Unesco/Naea/UFGA.
- _____ (2013). *Um século de imigrações na Amazônia Brasileira*. Belém, Editora do Naea/UFGA e CNPq.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Englung, P (2014). *A Beleza e a Dor*. Uma história íntima da Primeira Guerra Mundial. São Paulo. Cia das Letas.

Faoro, R. (2001). *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. Revista. São Paulo, Editora Globo.

Fausto, B (1995). *História do Brasil*. São Paulo, Edusp. pp243-273

_____. (2001). *História Concisa do Brasil*. São Paulo, Edusp.

_____. (2006). (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Vol 8. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Febvre, L. (1989). *Combates pela História*. 1ª Edição. Lisboa, Editorial Presença.

Ferguson, N. (2006). *A Guerra no Mundo*. Uma idade histórica de ódio. Porto, Civilização, pp.91-118.

_____. (2104). *O Horror da Guerra*. Uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial. São Paulo, Planeta Editora.

Fernandes, F. (1976). *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores.

Fernandes, P. Seixas, N. (2010). Imprensa e Política na Belém do Início do Século XIX (1820-1830). Ib: *Anais do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte*, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação- Intercom. Rio Branco.

Ferro, M. (1993). *A Grande Guerra*. 1914-1918. 2ª Ed. Lisboa, Edições 70.

_____. (2002). *Apologia da História*. Ou o Ofício de Historiador. Rio de Janeiro, Zahar.

Ferreira, J. P. (1986). *Temas, problemas, críticas*. Ou propostas de alcance ideológico ou político veiculadas pelo Correio Braziliense. Dissertação de mestrado. Lisboa, Faculdade de Ciência Sociais e Humanas. Repositório da Universidade Nova de Lisboa.

Figueiredo, A. (2008). Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922 (primeira parte). *ZYG360.com*. Publicação trimestral da Fundação de Telecomunicações do Pará. P. 36-38, Ano 1, n° 4 nov. 2008.

_____. (2009). Memórias cartaginesas: modernismo, Antiguidade clássica e a historiografia da Independência do Brasil na Amazônia, 1823-1923. In *Revista Estudos Históricos*. Vol. 22, No. 43, janeiro a junho. Rio de Janeiro, FGV. Pp. 176-195

Fogarty, R. (2014). O Império Francês. In: Gerwarth, R. e Manela, E. (Org). *Impérios em Guerra*. 1911-1923. 1ª. Edição. Lisboa, Dom Quixote. Pp.211-245.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Fontes, E. (2009). Imigração e mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX: o caso dos portugueses de Belém do Pará. In: Aragon, L. *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Unesco/Naea/UFGPA.

Fontcuberta, M. (1993). *La Noticia*. Pistas para percibir el mundo. Barcelona, Paidós.

Franciscato, C. (2005). *A Fabricação do Presente*. Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. Aracaju, Fundação Oviêdo Teixeira e Editora da UFS.

Franco, G. Lago, L. (2012). O processo econômico. A economia da Primeira República, 1889-1930. In: Schwarcz, L. (Org) *História do Brasil nação: 1808-2010*. Vol. 3. Abertura para o mundo. 1889-1930. In: Schwarcz, L. (Ed.). Rio de Janeiro: Objetiva.

Fromkin, D. (2004). *O Último Verão Europeu*. Quem começou a Grande Guerra de 1914? Rio de Janeiro, Objetiva, 2004.

Gabilondo, I. (2011). *El fin de una época*. Sobre el ofício de contar las cosas. Barcelona, Barril&Barral.

Garambone, S. (2003). *A primeira guerra mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad.

Garcia, E. (2013). Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, FUNAG.

Genro, A. (1996). *O segredo da pirâmide* ou essência do jornalismo. Capítulo IX. In: *Revista da Fenaj*. Ano I, No. 1. Maio. Pp.1-13.

Giddens. A. (1991). *As consequências da Modernidade*. 4ª. Reimpressão. São Paulo. Unesp.

Gilbert, M. (2013). *A Primeira Guerra Mundial*. 2ª. Ed. Lisboa, Esfera dos Livros.

Ginzburg, C. (2001). *Olhos de madeira*. São Paulo: Cia da Letras.

Gomes, L. (2010). *1922*. Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.

_____. (2014a). *1889*. Como um imperador cansado. Um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. 5ª. Reimpressão. São Paulo, Globo Livros.

_____. (2014b). *1808*. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2ª ed. 20ª reimpressão. São Paulo, Planeta.

Gomis, L. (1991). *Teoria Del Periodismo*. Como se forma El presente. Barcelona: Paidós.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

- González, G. (1999). La información periodística en los cimientos de Los Estados-nación (1814-1970). In: Mompart, Josep e Otto, Enric (org.) *Historia Universal del Periodismo*. Madrid, Síntese.
- Gregório, V. (2012). *Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo-USP.
- Halbwachs, M. (2002). Fragmentos de La Memoria Coletiva. In: *Athenea Digital*. No. 2. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/52>. Consultado em: 10/12/2015.
- Harris, M. (2010). *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race, and Popular Culture in North of Brazil, 1798-1840*. New York, Cambridge University Press.
- Hart, P. (2013). *The Great War. A combat history of the First World War*. New York, Oxford University Press.
- Hasting, M. (2013). *Catástrofe. 1914: A Europa vai à guerra*. Rio de Janeiro, Intrínseca.
- Heinsfeld, A. (2009). As relações Brasil-Chile: o pacto ABC de 1915. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História-ANPUH*. Fortaleza.
- Heller, A. (1993). *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Pp. 13-65.
- História, Canal de (2013). *A História da Grande Guerra. Os anos do conflito, as suas causas e consequências*. Lisboa, Clube do Autor.
- Hobsbawn, E. (1977). *A Era do Capital. 1848-1975*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- _____ (1995). *A Era do Extremos. 1914-1991*. 2ª. ed. 1ª. Reimpressão. São Paulo Cia das Letras.
- _____ (1998). *A Era das Revoluções. 1789-1848*. 11ª. Ed. São Paulo, Paz e Terra.
- _____ (2015). *A era dos Impérios*. 19ª. Ed. São Paulo e Rio de Janeiro. Paz e Terra
- Holanda, S.. B. (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo. Cia das Letras.
- Hohlfeldt, A. Strelow, A. (2008). Métodos de Pesquisa em Jornalismo. In: Sousa, J.P. (Org). *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia*. Perspectivas Luso Brasileiras. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Hohlfeldt, A. Valles, R. (2008). *Conceitos e História do Jornalismo na “Revista de Comunicação”*. Coleção NUPECC, Vol.2, Porto Alegre, Famescos/PUC-RS.
- Hooton, E.R. (2014). *Prelude to the first war. The Balkan Wars, 1912-1913*. United Kingdom, Fonhill. Edição Kindle. ISBN 978-1-78155-249-0.
- Howard, M. (1981). *The Franco-Prussian War. The German Invasion of France, 1870-1871*. Londres, Routledge.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

- Imperial Germany. P. Cornell, Cornell University Press, Pp.197- 334.
- Hull, P.(2014). *A Beleza e a Dor*. Uma História Íntima da Primeira Guerra Mundial. 1ª. Ed. São Paulo, Cia das Letras.
- Hull, I. (2005). *Absolute Destruction*. Military Culture and The Practice of War in
- Huyssen. A. (2004). *Seduzidos pela memória*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.
- Jamenson. F.. (2004). *Una modernidad singular*. Ensayo sobre la ontología del presente. Barcelona. Gedisa.
- Janotti, M. (2012). *A Primeira Grande Guerra*. O confronto de imperialismos. 8a. Ed. São Paulo, Atual.
- Joll, J. (1984). *The July crises. 1914*. In: The Origins of The First World War. Londres, Longman House. Pp 09-33.
- Jones, H. (2014). O Império Alemão. In: Gerwarth, R. e Manela, E. (Org). *Impérios em Guerra*. 1911-1923. 1ª. Edição. Lisboa, Dom Quixote. Pp.113-147.
- Jurandir, D. (1978). *Ribanceira*. Rio de Janeiro, Record.
- Keegan, J. (2014). *The First World War*. London, Simon & Schuster.
- Keisinger, F. (2014). Press/Journalism in: 1914-1918-online. *International Encyclopedia of the First World War*, ed. by Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson, issued by Freie Universität Berlin, Berlin 2014-10-08. DOI: <http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10258>
- Kennedy, P. (1989). *Ascensão e queda das grandes potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Campus.
- Kieling, C. (2014). Jornalismo e História: narrativas do real. In: Zagalo, N. e Oliveira, S. (2014). *Abordagens da Narrativa dos Media*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Braga, Universidade do Minho. Pp. 54-62.
- Klein, D. (2012). A Amazônia no Ciclo da Borracha: populações e economia no Acre, Amazonas e Pará entre 1880 e 1920. In: *Revista Estudos Amazônicos*, Vol. VIII, No. 2 pp. 165-189.
- Kovach, B. Rosenstiel, T.(2003). *Os elementos do jornalismo*. O que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo, Geração.
- Krause, Jonathan: Western Front, in: 1914-1918-online. *International Encyclopedia of the First World War*, ed. by Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson, issued by Freie Universität Berlin, Berlin 2015-11-11. DOI: <http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10765>
- Lacouture, J. (2001). A história imediata. In: Le Goff, J. (2001). *A História Nova*. 4ª. Ed. 2ª. Tiragem. São Paulo, Martins Fontes, pp. 216-236.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Laredo, S. (2007). Raymundo Moraes na Planície do Esquecimentos. Dissertação de Mestrado. Centro de Letras e Arte, Universidade Federal do Pará.

Larson, E (2015). *A Última Viagem do Lusitânia*. Lisboa, Bertrand.

Le Bon, G. (1931). *Enseignements psychologiques de la guerre européenne*. Édition Électronique. Quebec. Universidade de Quebec. Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html. Consultado em 18/09/2015.

Le Goff, J. (1996). *História e memória*. 4ª ed. Campinas, Editora Unicamp.

Lozano, A. (2011). *Breve Historia de la Primera Guerra Mundial*. (1914-1918). Madrid. Ediciones Nowtilus, S.L.

Machado, A. (2006). *A Quebra da Mola Real das Sociedades*. A crise política do Antigo Regimento Português na província do Grão-Pará (1821-25). Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

Mahar, D. (1978). *Desenvolvimento Econômico da Amazônia* Rio de Janeiro, Ipea.

Malerba, J. (2002). Em Busca de um Conceito de Historiografia. Elementos para uma discussão. In *Revista Varia História*, No. 27. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____(2006). Esboço Crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil. In: Malerba, J. (Org) *A independência brasileira*. Novas dimensões. 1ª. Ed. Rio de Janeiro, FGC. Pp.19-52.

MacMillan, M. (2009). *The Uses and Abuses of History*. Ontario, Penguin. Pp.125-165.

_____(2014). *A Primeira Guerra Mundial*. Que acabaria com as guerras.1ª. Ed. Rio de Janeiro, Globo Livros, 2014.

Magnoli, D. (2008). No espelho da Guerra. In Magnoli, D. (org.). *História das Guerras*. São Paulo. Contexto.

Martins, A. (2013). Imprensa em tempos de Império. In Martins, A. L. e De Luca, T. (Org). *História da Imprensa no Brasil*. P. 45-80. São Paulo, Contexto.

Martins, A. L e De Luca, T. (Org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto.

Marx, K. Engels, F. (1997). *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª. Ed. Lisboa. Avante. Edição disponível em: <http://about-brazil.org/books/manifest.pdf>. Consultado: em 07.set.2105.

Maués, J. (2002). *A Modernidade Literária no Estado do Pará: O Suplemento Literário da Folha do Norte*. Belém, Unama.pp.11-37.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

McMeeking, S. (2013). *July 1914: Countdown to War*. Disponível: <https://www.timeshighereducation.com/books/july-1914-countdown-to-war-by-sean-mcmeekin/2007113.article>. Consultado em: 10/11/2015.

_____ (2013). *July 1914: Countdown to War*. London, Icon Books

McEwen, Y. Fisk, F. (2012). *War, Journalism and History*. War Correspondents in The Two World Wars. Bern, Peter Lang.

McMeekin, S. (2013). *The Russian Origins of the First War*. Cambridge/London, Harvard e Belknap Press.

Melo, J. M. de (2003). *Jornalismo Brasileiro*. Porto Alegre. Sulina.

Mello, J. (1988). *O Brasil da Primeira Guerra Mundial ao Estado Novo*. João Pessoa: Coleções UFPB.

Mendonça, V. (2008). *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial, 1914-1918*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Rio de Janeiro.

Meyer, P. (2007). *Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação*. São Paulo: Contexto. .

Mompert, J. e Otto, E. (Org.) *Historia Universal del Periodismo*. Pp101-135. Madrid, Síntese, 1999.

Monger, D. (2014). Transcending the Nation: Domestic Propaganda and Supranational Patriotism in Britain, 1917–18. In: Paddock, T. Org). *World War I and Propaganda*. Boston, Brill.

Moraes, J. (2013). *História*. Manual do Professor. Volume 2. 1ª. Ed. Curitiba, Editora Positivo.

Morel, M. (2013). Os primeiros passos da palavra impressa, in Martins, A. L. e De Luca, T. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. Pp. 23-43. São Paulo, Contexto.

Moraes, O. (1960). *Amazônia Espoliada*. Rio de Janeiro, Nap S.A.

Muhlmann, G. (2008). *A Political History of Journalism*. 1ª Ed. Malden, Polity Press. Pp.1-11.

Nasson, Bill. A África Imperial Britânica. In In Gerwarth, Robert e Manela, Erez (Org). *Impérios em Guerra*. 1911-1923. 1ª. Edição. Pp 247-293. Lisboa, Dom Quixote, 2014.

Nora, P. (1979). O Retorno do Fato. In: Le Goff, J e Nora, P (1979). *História: Novos Problemas*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora S.A.

Novais, N. (2013). *A Imprensa Portuguesa e a Guerra*. 1914-1918. Os jornais intervencionistas e anti-intervencionistas. A ação da censura e da propaganda. Tese de Doutorado defendida na Universidade Nova de Lisboa.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Oliveira Lima (1990). *Sete anos de República no Brasil*. In Porto, M. *Apontamentos para a História da República*. Um Registro de Centenário. 1ª Edição Seleccionada. São Paulo. Brasiliense.

Ortega y Gasset, J. (1966). *Obras Escolhidas*. Tomo III (1917-1928). 6ª. Ed. Madrid, Revista de Occidente S.A.

Paddock, T. (2004). *A Call to Arms*. Propaganda, Public Opinion, and Newspapers in the Great War. Westport, Greenwood Publishing Group.

_____ (2014). (Org). *World War I and Propaganda*. Boston, Brill.

Pará (1815). *Anuario de Belém*. Em Comemoração do seu Tricentenário 1616-1916. Historico, Litterario e Commercial. Belém, Imprensa Oficial. Arquivo da Biblioteca Nacional.

_____ (1985). *Jornais Paraoaras*. Belém, Secult.

Patton, R. H. (2014). *Hell Before Breakfast*. American's First War Correspondents Making History and Headlines, from the Battlefields of the Civil War to the Far Reaches of the Ottoman Empire. New York, Patheon Books.

Peixoto, A. (2008). *História do Brasil*. 2ª. Ed. eBook. Cia Editora Nacional e eBooks Brasil.

Pereira, G. (2014). A Política Externa Brasileira na Visão de Hélio Lobo (1908-1920). In *Brazilian Journal of International Relations*. Maio/Agosto. Volume 3, edição no. 2. Marília, Unesp.

Peucer, T. (2004). *Os relatos jornalísticos*. In: *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*. 1(2, 2º semestre), pp.13-29.

Piletti, N. (1991). *História do Brasil*. São Paulo. Ática.

Pinheiro, L. B. (2009). O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832. In *Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH*, Fortaleza.

Pinto, L.F. (2015). A guerra de um povo. *Jornal Pessoal*. Dossiê No.9 *Cabanagem 180 anos*. Edição em linha: <https://cabanagem180.wordpress.com/> Consultado em 20/10/2015.

_____ (2013). Duas dedicatórias e muitas história. In: *Jornal Pessoal*, Edição 765. 2ª. Disponível: http://observatoriadaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed765_duas_dedicatorias_e_muitas_historias/. Consultado em: 20/01/2016.

Ponte, C. (2004). *Leitura das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico*. Lisboa: Livros Horizonte.

_____ (2005). *Para entender as notícias. Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Editoras UFSC e Insular.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Postman, N. (1996). *Tecnopólio*. A rendição da cultura à tecnologia. Rio de Janeiro, Nobel.

Prado, A. (2002). *Informação Fast-food*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Salvador.

Prado Júnior, C. (2014). *História Econômica do Brasil*. 43ª, 2ª Reimpressão. São Paulo. Brasiliense.

_____. (2012). *Evolução política do Brasil*. E outros estudos. São Paulo. Companhia da Letras.

Porto, M. E. (1990). *Apontamentos para a História da República*. Um Registro de Centenário. 1ª Edição Seleccionada. São Paulo. Brasiliense.

Pilagallo, O. (2009). *A História do Brasil no século 20 (1900-1920)*. São Paulo: Publifolha.

Pimentel, J. (Org). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. Vol II.. Brasília : FUNAG.

Pires, L. (2012). Pela nação e civilização: a Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. Rio. Rio de Janeiro.

_____. (2014). *Abaixo as armas!* O discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial no Brasil (1914-1917). In: *Revista Em Tempo de Histórias*. (PPGHIS/UnB), No. 24, Jan-Jul 2014. Brasília: UnB.

Purseigle, P. (2014). Uma arte liberal da guerra: a grã-bretanha e a Primeira Guerra Mundial, *Ler História* [online], 66, 2014, consultado em 28.nov.2015. Disponível em: <http://lerhistoria.revues.org/765>; DOI: 10.4000/lerhistoria.765.

Quéré, L (2011). Acontecimento e Experiência Pública. IN: *Caleidoscópio*. No.11. Pp13-37.

Quintero, A. (1999). La historia de la propaganda: una aproximación metodológica. In: *Revista Historia y Comunicación Social*. No.4. pp.145-171.

Raiol, D. (1865). *Motins Políticos*. Ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará. Desde o Anno 1821 até 1835. Rio de Janeiro. Tipografia do Imperial Instituto Artístico.

Rebollo, M. (1999). Las Agencias de Noticias y La Comunicación de Masas. In: Mompert, J. e Otto, E. (org.) *Historia Universal del Periodismo*. Madrid, Sintese. Pp101-135.

Rego, A. R (2012). Jornalismo e Memória, entre o tempo e a ética. In: *Anais do 10º Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor*. Curitiba.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

- Rego, A. R., Leal, R. (2015). Guerra de papel: confrontos sobre um conflito, atuação dos jornalistas, intelectuais e literatos na imprensa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial. In: Sousa, J.P. (Org). (2015b). *Balas de papel*. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha. 1ª. Ed. Porto, Media XXI editora.
- Renouvin, P. (1990). *La Primera Guerra Mundial*. 3ª. Ed. Barcelona, Oikos-Tau S.A Ediciones.
- Revah, M. (2014). América Latina y la Gran Guerra. Un acercamiento de la cuestión. In *Revista Política y Cultura*, otoño, no. 42, pp 7-30. México. Universidad Autónoma Metropolitana. Departamento de Política y Cultura.
- Ribeiro, do A. (2004). *Fundação de Belém do Pará. Jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616*. Edições do Senado Federal: Vol 31. Senado, Brasília.
- Ricci, M. (2006). Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. In *Revista Tempo*, vol. 11, núm. 22, Niterói, pp. 5-30 Universidade Federal Fluminense.
- _____. (2009). Massacre no Grão-Pará fez mais de 250 mortos entre os defensores da Independência. In *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. P.1-4.
- Ricoeur, P. (1997). *Tempo e Narrativa*. Tomo III. São Paulo, Papirus.
- _____. (2004). *La Memoria, La Historia, El Olvido*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- Ricupero, R. (2013). A Política Externa da Primeira República (1889-1930). In Pimentel, J. *Pensamento Diplomático Brasileiro Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Brasília, Ministério da Relações Exteriores.
- Rocque, C. (1968). *Grande Enciclopédia da Amazônia*. 3º. Vol. Belém, Amel. Pp. 651-731.
- Rodrigues, A. D. (1999). O Acontecimento. In: Traquina, N. *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa. Vega.
- Romancini, R. (2007). História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: Lago, C. e Benetti, M. (Eds.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes.
- Romancini, R. e Lago, C. (2007). *História do Jornalismo no Brasil*. Florianópolis, Insular.
- Salles, Vicente. (1992). *Memorial da Cabanagem*. Esboço do Pensamento Político-Revolucionário no Grão-Pará. Coleção Amazônia vol 3. Belém, Cejup.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

- Sampieri, R. et al. (2006). *Metodologia de La Investigación*. 4ª Ed. Santa Fé, McGraw-Hill. Pp.549-654.
- Sanborn, J. (2014). O Império Russo. In: Gerwarth, R.e Manela, E. (Org). *Impérios em Guerra*. 1911-1923. 1ª. Edição. Pp-181-209. Lisboa, Dom Quixote, 2014.
- Santiago, S. (2004). *O cosmopolismo do pobre*. Crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte, UFMG.
- Sarges, M. de N. (2010). *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3ª. Ed. Belém, Paka-Tatu.
- Santos, A. (2006). Algumas observações sobre a ação política pombalina. Instruções de governo para garantirem a ‘multiplicação de povoações civis e decorosas’ na América portuguesa. VI *Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos/CEDOPE, 2006. p. 149-170.
- Santos, R. (1980). *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor.
- Santos, V. (2011). Desigualdades Regionais e Dinâmicas Territoriais na Amazônia Paraense. In: Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Anpur, Rio de Janeiro
- Schudson, M. (1978). *Discovering News*. A Social History of American Newspapers. New York, Basic Book.
- _____. *The Sociology of News*. New York, W.W. Norton & Company, 2003.
- Schwarcz, L. (2012). (Org). *História do Brasil nação: 1808-2010*. Vol. 3. Abertura para o mundo. 1889-1930. In: Schwarcz, L. (Ed.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- _____ e Starling, H. (2015). *Brasil: Uma biografia*. São Paulo. Cia das Letras.
- Schneider, I. (1999). Guerra y Comunicación: Una relación compleja. In: Mompart, J. e Otto, E. (Org.) *Historia Universal del Periodismo*. Madrid, Síntese, 1999.
- Seaman, L.(1977). *Do Congresso de Viena ao Tratado de Versalhes*. São Paulo, Atlas, 1977.
- Seixas, Netília. (2011a). *Os primeiros passos do colunismo social no Pará: Folha do Norte e A Província do Pará*. Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava.
- _____(2011b). Panorama da Imprensa em Belém: os jornais de 1822 a 1860. In. Malcher, Maria *et al.* (Org). *Comunicação Midiatizada na e da Amazônia*. Belém, Fadesp. P. 225-248.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

_____. *et al.* (2013). Jornal *Folha do Norte* e suas publicações sobre a Amazônia, o Pará e a cidade de Belém. In *Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto, Universidade Federal de Ouro Preto.

Shevchenko, N. *A Revolta da Vacina, mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

Silva, G. e Maia, F. (2011). Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. In: *Revista Rumores*. 10 (ano 5, julho-dezembro). Pp. 18-36.

Silveira, R. (2010). *Teatro da Paz: Histórias Invisíveis em Belém do Grão Pará*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 93-121. jul.- dez. 2010.

Soares, K. (2008). *As Formas de Morar na Belém da Belle Époque (1870-1910)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém.

Sodré, N. (1989). *A República*. Uma revisão histórica. 1ª. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

_____. (2004). *A História da Imprensa no Brasil*. 4ª. Ed, 2ª reimpressão. Rio de Janeiro, Maud.

Sondhaus, L. (2014). *A Primeira Guerra Mundial*. História Completa. São Paulo, Contexto.

Sousa, J. P. (2004). *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso: um guia de estudantes de graduação*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

_____. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª ed. revista e ampliada. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

_____. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: Sousa, J.P. (Org.) *Jornalismo. História, Teoria e Metodologia*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Pp. 12-92.

_____. (2013a). *A Grande Guerra*. Uma Crônica Visual – Parte I. Estudo do discurso em imagens da ilustração portuguesa (1914-1918) sobre a participação portuguesa na I Guerra Mundial. 1ª Ed. Porto, Editora Media XXI.

_____. (Org.). (2013b). *Jornalismo em Portugal no Alvorecer da Modernidade*. 1ª. Ed. Porto, Media XXI

_____. (2015a). *A Grande Guerra*. Uma Crônica Visual – Parte II. A guerra estrangeira: estudo do discurso iconográfico da ilustração portuguesa (1914-1918). 1ª. Ed. Porto, Editora Media XXI.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

_____ (2015b). *Balas de papel*. A imprensa ilustrada e a Grande Guerra (1914-1918). Estudos sobre revistas de Portugal, Brasil e Espanha. 1ª. Ed. Porto, Media XXI editora.

Souza Neto, M. e Bentes, P. (2012). Jornalismo, História: Belém nos relatos do jornal “O Estado do Pará” de agosto de 1912. *Encontro Culturas, Linguagens e Interfaces Contemporâneas*. Belém: Universidade Federal do Pará.

Starling, H. Lynch. C. (2104). *República/Republicanos*. In Feres Junior. J. (Org). Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil. 2ª Edição Revista e Ampliada. Belo Horizonte. Editora UFMG.

Strachan, H. (2014). *The First World War*. London, Simon&Schuster..

Strauss, A. Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. London, Sage.

Suny, R. G. (2015). Armenian Genocide. In: 1914-1918-online. *International Encyclopedia of the First World War*, ed. by Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson, issued by Freie Universität Berlin. DOI: <http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10646>.

Tambosi, O. (2007). Jornalismo e teorias da verdade. In: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol.30, No.1 jan/jun. São Paulo, Intercom. Pp.35-48.

Tavares, M. G. (2008). A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios. In *Revista ACTA Geográfica*. Ano II. No.3 jan/jun. P. 59-83. Boa Vista, Universidade Federal de Roraima.

Tavolaro. S. (2005). *Existe uma modernidade Brasileira?* Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiros. In Revista Brasileira de Ciência Socias. Vol. 20. No.59. Outubro. Em linha: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a01v2059.pdf>.

Torres, V. (2011). *Á Sombra da Floresta*. Os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. Tese de Doutorado, Instituto de Artes e Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Traquina, N. (1999). (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2ª. Ed. Lisboa, Vega.

_____ (2002). *O que é jornalismo*. Lisboa: Quimera.

_____ (2004). *Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são*. Vol. I. Florianópolis: Insular.

Tuchman, G. (1978). *Making News. A study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press.

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

Veloso, M.do S. (2009). A ferro e fogo: conflitos no primeiro século da imprensa paraense. In *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba.

_____ (2014). *Imprensa e contra-hegemonia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)*. Belém, Paka-Tatu. Pp.45-62.

Veyne, P. (2008). *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70.

Visentini, P. e Pereira, A. *História Mundial Contemporânea (1776-1991)*. Da Independência dos Estados Unidos ao Colapso da União Soviética. Brasília, Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre Gusmão. Pp. 89-

Vinhosa, F. (1990). *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Viscarni, C. (2012). Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). In *Revista Tempo*. Vol.18 No.32 Niteroi.

Wawro, G. (2003). *The Franco-Prussian War*. The German Conquest of France in 1870-1871. New York. Cambridge University Press.

Weber, M (1974). *Ensaio de Sociologia*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores. Pp187-230.

Weinstein, B. (1993). *A Borracha na Amazônia*. Expansão e decadência 1850-1920. São Paulo: Edusp.

Wimmer, R. e Dominick, J. (1996). *La Investigación Científica de Los Medios de Comunicación*. Barcelona, Bosch Casa Editorial. Pp.169-293.

Links consultados:

Biblioteca Nacional do Brasil
www.bn.gov.br

Planalto do Brasil
www.planalto.gov.br

UFPA Fórum Landi.
www.forumlandi.ufpa.br

Projeto Gutenberg
<http://www.gutenberg.org/>

Jornal O Estado de S. Paulo
www.estadao.com.br

Enciclopédia 1914-1918 on line

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

<http://encyclopedia.1914-1918-online.net/>

Centenário da Grande Guerra

<http://www.elysee.fr/declarations/article/allocution-pour-le-lancement-des-commemorations-du-centenaire-de-la-premiere-guerre-mondiale-4/>

Encyclopedia Britannica on-line

<http://www.britannica.com/topic/Zollverein>

Museu da Primeira Guerra Mundial

www.historial.org

Biblioteca da Presidência da República

www.biblioteca.presidencia.gov.br

Fontes hemerográficas citadas:

Estado do Pará:

29/06/1914

22/07/1914

26/07/1914

29/07/1914

02/08/1914

03/08/1914

04/08/1914

06/08/1914

07/08/1914

10/08/1914

11/08/1914

12/08/1914

14/08/1914

15/08/1914

03/09/1914

15/09/1914

23/09/1914

30/09/1914

01/11/1914

02/11/1914

04/11/1914

05/11/1914

10/11/1914

11/11/1914

09/12/1914

10/01/1915

13/01/1915

23/03/1915

30/04/1915

01/05/1915

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

02/05/1915
09/05/1915
25/01/1916
02/03/1916
10/03/1916
03/06/1916
04/06/1916
02/07/1916
21/02/1917
10/04/1917
17/04/1917
07/07/1917
19/10/1917
26/10/1917
27/10/1917
29/10/1917
30/10/1917
31/10/1917
02/11/1917
05/11/1917
06/11/1917
11/11/1918

Folha do Norte:

30/06/1914
07/07/1914
08/07/1914
17/07/1914
19/07/1914
28/07/1914
01/08/1914
02/08/1914
03/08/1914
04/08/1914
05/08/1914
29/08/1914
15/09/1914
02/10/1914
19/10/1914
22/11/1914
02/05/1916
22/06/1916
01/07/1917
27/10/1917
28/10/1917
11/11/1918

Imprensa brasileira no ocaso da *belle époque*:
a Primeira Guerra Mundial sob o olhar dos jornais paraenses

A Tarde:

01/10/1915

21/10/1915

18/07/1916

30/09/1916

Apêndice 1: Linha do Tempo dos eventos em torno da Grande Guerra

O objetivo desse apêndice é orientar a leitura da tese de forma cronológica a partir de eventos que antecedem a Grande Guerra, bem como os fatos mais relevantes entre as batalhas, os massacres, os acordos, as tentativas de paz e o fim do conflito. Optou-se por recuar até o século XIX, por acreditar-se que alguns acontecimentos se relacionam posteriormente de forma direta ou indireta à Primeira Guerra Mundial.

Século XIX

1870-1871: Guerra Franco-prussiana. Vitória germânica e a unificação da Alemanha.

1877: Conflito entre Rússia e Turquia. Há combates nas regiões de Cáucaso e Balcãs

1873: Assinada a convenção que criou a Liga dos Três Imperadores (Alemanha, Áustria e Rússia).

1875-1878: Crise Balcãs envolvendo Áustria que ameaçou a permanência da Liga dos Três Imperadores.

07/10/1879: Criação da dupla aliança Alemanha e Áustria-Hungria.

18/05/1882: Criação da “Tríplice Aliança” formada por Áustria-Hungria, Alemanha e Itália. Esse pacto foi criado visando minimizar as tensões entre a Itália e a Áustria-Hungria.

18/07/1887: Assinatura do “Tratado de Resseguro” ente Alemanha e Rússia com o objetivo de impedir que um desses países entrasse em guerra ao lado de um outro país da Europa, entretanto, essa norma não se aplicava se a Alemanha entrasse em guerra contra a França ou se a Rússia fosse à luta contra a Áustria-Hungria.

1890: Bismarck deixa o cargo de chanceler alemão.

1891: França e Rússia assinam acordo de cooperação.

1892: França e Rússia assinam convenção militar. Essa aliança possibilitava à França oportunidades ofensivas em caso de guerra contra a Alemanha.

Século XX

1902: É firmada a Aliança Grã-Bretanha-Japão.

1905-1906: Primeira crise internacional no Marrocos. As tensões envolveram Alemanha, Reino Unido e França.

Janeiro/1906: Helmuth von Moltke substituiu Schlieffen na chefia do Estado-Maior Alemão.

08/02/1904 – Começa a guerra Russo-Japonesa A frota japonesa comandada pelo almirante Togo Heihachiro atacou os navios russos ancorados na costa da China.

08/04/1904 – Grã-Bretanha e França assinam o acordo “Entente Cordial”.

15/06/1907: Assinada a Convenção de Haia.

10/05/1908: A Áustria-Hungria anuncia anexação da Bósnia e da Herzegovina.

Abril/1911: Segunda crise do Marrocos. A França enviou um contingente militar para o Marrocos para defender os franceses que lá estavam. Houve um levante de indígenas locais contra o sultão. A atitude da França provocou na Alemanha acreditava que não passava de uma estratégia dos franceses em anexar o território, o que frustraria a intenção alemã em estabelecer uma base naval no Marrocos com a acesso ao Atlântico. A segunda crise no Marrocos foi um momento de tensão que quase levou a Europa à conflagração três anos do início da Grande Guerra.

29/09/1911: Deflagrada a guerra entre Itália e Império Otomano

1912-1913: Irrompe a guerra na região dos Balcãs.

28/06/1914: Assassinatos do herdeiro do trono Austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando e sua mulher Sofia, em Sarajevo.

23/07/1914: A Áustria-Hungria dá um ultimato à Sérvia.

28/07/1914: O Império Austro-Húngaro declara guerra à Sérvia. Começa a Grande Guerra.

01/08/1914: Alemanha declara guerra à Rússia.

02/08/1914: França inicia a mobilizar as tropas.

03/08/1914: Alemanha declara guerra contra a França.

04/08/1914: Alemanha invade Liège, na Bélgica, país neutro.

04/08/1914: Grã-Bretanha declara guerra à Alemanha.

04/08/1914: Presidente brasileiro Wenceslau Braz declara que o país é neutro no conflito.

04/08/1914: Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson declara que o país é neutro diante da guerra.

05 a 16/08/1914: Batalha de Liège. Os alemães vencem os belgas.

05/08/1914: Os ingleses cortam os cabos submarinos que ligavam Faial e Alemanha.

07/08/1914: Montenegro declara guerra à Áustria-Hungria.

07/08/1914: Em Lisboa, ocorrem manifestações de apoio aos Aliados.

13/08/1914: Grã-Bretanha declara guerra à Áustria-Hungria.

14/08/1914: Começam as batalhas de fronteiras.

15 a 19/08/1914: A Rússia invade a Prússia Oriental.

19/08 a 24/08/1914: Batalha de Fronteiras em duas frentes: fronteira entre França e Bélgica, ao norte; e França e Alemanha, a leste.

23/08/1914: O Japão declara guerra à Alemanha e apoio à Tríplice Entente. O continente asiático assinala entrada no conflito.

25/08/1914: Recuo do exército francês em do Somme aos Vosgos.

25/08/1914: Primeiro incidente envolvendo Portugal e Alemanha em Moçambique, na África.

26 a 30/08/1914: Batalha de Tannenberg detém o avanço russo. Vitória alemã.

27/08/1914: O governo francês abandona Paris e se instala em Bordéus

02/09/1914: Início da operação para a Batalha do Marne.

05 a 09/09/1911: Ao Aliados vencem a primeira Batalha do Marne.

06 a 11/09/1914: A Rússia vence a Áustria-Hungria na Batalha de Lemberg-Lawa Ruska.

07/09/1914: Primeira Batalha na região dos lagos Manchúria, na Polônia.

14/09/1914: O general Moltke é substituído no cargo de chefe do Estado Maior Alemão pelo general Erich von Falkenhayn.

Setembro-Outubro: A guerra entra na fase da “Corrida para o Mar”. Começam a se desenhar as primeiras trincheiras na Frente Ocidental.

14/10/1914: Início da primeira Batalha do Ypres.

29/10/1914: A Turquia entra na guerra ao lado das Potências Centrais.

29/10/1914: A Sérvia declara guerra ao Império Otomano.

03/11/1914: Batalha de Tanga, na África Oriental.

05/11/1914: França e Reino Unido declaram guerra ao Império Otomano.

08/12/1914: Batalha naval nos arredores das ilhas Falklands, na América do Sul.

21/12/1914:

25/12/1914: Trégua de Natal não autorizada pelos comandos dos países beligerantes. Realiza-se uma partida de futebol entre soldados franceses e alemães.

01/01/1915 a 30/03/1915: Os Aliados reforçam as ofensivas nas regiões de Artois e Champanhe.

19 e 20/01/1915: Ofensiva aérea alemã sobre a Inglaterra usando os zeplins.

24/01/1915: Batalha naval de Dogger Bank.

02 a 21/02/1915: Batalha na região dos lagos da Manchúria, onde a Rússia sofre grande perda de soldados de sua tropa.

22/02/1915: Alemanha dá início à guerra submarina.

21/04/1915: Início da segunda Batalha de Ypres.

22/04/1915: Alemanha usa pela primeira vez uma arma química, o gás cloro, em Ypres, território Belga.

24/04/15: Data marca o “genocídio” armênio. A data refere-se à prisão de 50 intelectuais e líderes comunitários armênios pelo governo otomano que foram posteriormente executados.

25/04/1915: As tropas francesas, britânicas e das ANZAC chegam à península de Galipoli.

26/04/1915: França, Rússia, Itália e Grã-Bretanha firmam um tratado secreto de Londres.

07/05/1915: O Navio inglês *Lusitânia* é torpedeado por um submarino alemão.

23/05/1915: A Itália declara guerra à Áustria-Hungria

22/09/1915: Começa a segunda Batalha de Champanhe.

03/10/1915: As tropas da França e da Grã-Bretanha chegam à região da Salônica, na região da Grécia.

14/10/1915: A Bulgária declara guerra à Sérvia.

21/02/1916: Inicia a Batalha de Verdun.

09/03/1916: A Alemanha declara guerra a Portugal.

24/03/1916: O navio de passageiros de bandeira francesa “Sussex” é torpedeado.

01/07/1916: Início da Batalha de Somme. O exército britânico perdeu cerca de 60 mil vidas nos combates em Somme.

28/08/1914: A Itália declara guerra à Alemanha.

21/11/1916: Morre o imperador da Áustria-Hungria Francisco José I.

22/01/1917: O presidente norte-americano, o democrata Woodrow Wilson, profere o famoso discurso “Paz sem vitória”, quando iniciou o segundo mandato.

31/01/1917: A Alemanha anuncia que a guerra submarina não comportará mais qualquer restrição. O tráfego marítimo torna-se ainda mais perigoso.

08/03/1917: Explode a Revolução de Fevereiro, na Rússia.

15/03/1917: O czar russo, Nicolau II, renuncia ao trono.

06/04/1917: Os Estados Unidos declaram guerra à Alemanha.

07/04/1917: Cuba e Panamá declaram guerra à Alemanha.

13/05/1917: Londres é bombardeada pelos zeplins alemães.

29/06/1917: A Grécia declara guerra simultaneamente à Alemanha, à Áustria-Hungria e ao Império Otomano e se junta aos Aliados.

31/07/1917: Início da terceira batalha de Ypres.

24/10/1917: Início da batalha de Caporetto, na Itália.

26/10/1917: O Brasil declara guerra à Alemanha.

07/11/1917: Inicia a segunda fase da Revolução Russa.

07/12/1917: Os Estados Unidos declaram guerra à Áustria-Hungria.

22/12/1917: O novo governo comunista da Rússia inicia negociações de paz com a Alemanha.

08/01/1918: O presidente norte-americano, Woodrow Wilson, profere no Congresso o discurso “Os quatorze pontos”, no qual propunha um plano de ação para acabar com o conflito. “Os quatorze pontos” abrangia desde temas sobre território, comércio e a paz.

21/03/1918: Inicia a ofensiva de primavera dos alemães na Frente Ocidental.

25/05/1918: Submarinos alemães são vistos na costa norte-americana.

27/05/1918: Inicia a terceira batalha do Aisne.

28/05/1918: A Armênia se torna uma nação independente.

15/07/1918: Inicia a segunda batalha do Marne.

18/09/1918: Os britânicos iniciam a ofensiva na Palestina.

28/10/1918: Nasce a República da Checoslováquia.

07-11/11/1918: A Alemanha negocia os termos do armistício com os Aliados.

11/11/1918: A Alemanha assina o armistício e tem fim a Primeira Guerra Mundial.

Tabela de Categorias de Análise Quantitativa

QUADRO 01 – Quantidade de peças jornalísticas sobre a Grande Guerra, nas colunas dedicadas ou não, quanto a posição, no jornal estudado

OBS	DATA	POS	Não dedicada						Conflagração Europeia						Brasil na Guerra						Portugal na Guerra						TOTAL					
			NT	AF	ED	FL	RP	TOT2	NT	AF	ED	FL	RP	TOT3	NT	AF	ED	FL	RP	TOT4	NT	AF	ED	FL	RP	TOT5	NT	AF	ED	FL	RP	TOT6
n	Data	1P	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
		Pi	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
		TOT1	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	

Notas:

- POS – Posição da peça jornalística no Jornal;
 - 1P – 1ª página;
 - Pi – Página interna;
- Peças Jornalísticas:
 - NT – Nota Telegráfica;
 - AF – Artigo de Fundo;
 - ED – Editorial;
 - FL – Foto Legenda;
 - RP – Reportagem;
- Quantidade de peça:
 - x – Número de peças;
 - a – Coluna dedicada ausente.
- n – Número da Observação;
- TOT – Total;
 - TOT1 – Total de determinado tipo de peça jornalística na edição;
 - TOT2 – Total de peça jornalística em determinada posição, sem estar em nenhuma das colunas dedicadas definidas no estudo;
 - TOT3 – Total de peça jornalística em determinada posição, em coluna dedicada na Conflagração Europeia; Grande guerra dentre outros nomes;
 - TOT4 – Total de peça jornalística em determinada posição, em coluna dedicada ao Brasil na Guerra;

- TOT5 – Total de peça jornalística em determinada posição, em coluna dedicada ao Portugal na Guerra;
- TOT6 – Total de peça jornalística em determinada posição do jornal;

LEI N. 3.393 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1917

Autoriza o Governo a, desde já, e até 31 de dezembro, declarar, successivamente, o estado de sitio nas partes do territorio da União, onde o exigirem as necessidades e os deveres da situação e dá outras providencias

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Governo autorizado a, desde já, e até 31 de dezembro, declarar, successivamente, o estado de sitio, para fins constitucionaes, as partes do territorio da União, onde o exigirem as necessidades e os deveres da situação, em que se acha o paiz, pela guerra que lhe impoz a Allemanha.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a declarar sem effeito, durante o periodo da guerra, os contractos e operações celebrados com subditos inimigos, individualmente ou em sociedade, para fornecimentos e obras publicas de qualquer natureza, e bem assim todos os que, a juizo do Governo, forem considerados lesivos aos interesses nacionaes.

Art. 3º O Governo poderá, a titulo de represalia, decretar:

a) que os subditos inimigos, os gerentes, administradores, ou detentores, por qualquer titulo, de bens, effeitos, valores ou creditos, a elles pertencentes, bem como que os devedores de quantias, valores, ou bens de qualquer natureza, e credores inimigos, declarem, minuciosamente, perante a autoridade que fôr nomeada, e no prazo que lhes fôr fixado, a natureza e importancia dos ditos bens, quantias, valores, effeitos ou creditos, sob pena, em caso de recusa ou omissão, de multa ao infractor, a qual não poderá exceder de quantia correspondente a 50% do valor não declarado;

b) o sequestro não só de todos os bens, quantias, valores, effeitos, ou creditos referidos na lettra a, como tambem os de que subditos inimigos sejam credores, nos bancos, casas bancarias, caixas economicas, montes de soccorro ou estabelecimentos particulares, que recebam em deposito, garantia, ou para qualquer fim, bens, valores, ou mercadorias;

c) a retenção, nas alfandegas ou entrepostos publicos ou particulares, de mercadorias destinadas a inimigos e encontradas nos respectivos armazens, podendo ordenar a venda das mesmas, recolhido o producto, em deposito, ao Thesouro Nacional, onde será inscripto individualmente e com todas as especificações, como garantia das indemnizações pelos prejuizos causados pelo inimigo á Nação, ou aos particulares;

d) a restricção, suspensão, ou uso e goso, no interesse da defesa nacional, dos direitos pertencentes a subditos inimigos em materia de propriedade industrial;

e) a prohibição de relações commerciaes, entre nacionaes e estrangeiros residentes no Brasil com subditos inimigos residentes no estrangeiro, quer se trate de relações directas ou por intermedio de bancos, casas bancarias, commerciaes ou pessoas particulares estabelecidas aqui, ou em paizes neutros, sob pena de multa de um a tres contos de réis e apprehensão dos effeitos dessas transacções;

f) a incapacidade dos subditos inimigos para estar em juizo, como autores, nos litigios que tenham por objecto direitos patrimoniaes. Essa incapacidade não se estenderá ao juizo divisorio, quer administrativo, quer contencioso, intervindo, nos respectivos processos, o Ministerio Publico. Contra os incapazes assim declarados não corre a prescripção;

g) a suspensão das execuções judiciais por sentença proferida, em causas civeis ou commerciaes, a favor de subditos inimigos, contra nacionaes ou estrangeiros, residentes no Brasil;

h) a suspensão de exportação para o estrangeiro de mercadorias e bens de qualquer especie, de propriedade do inimigo, inclusive titulos, dinheiro, prata e ouro amoadado;

i) a liquidação das empresas inimigas, singularmente, ou em globo, reservados os direitos dos nacionaes;

j) fiscalização especial sobre as empresas inimigas, qualquer que seja a sua natureza, podendo suspender suas operações, ou cassar-lhes a autorização para funcionar no Brasil;

k) a internação, em campos de concentração, ou em logares não destinados ás prisões communs, dos subditos inimigos, que se mostrarem inconvenientes, ou suspeitos á causa do Brasil.

Art. 4º Fica o Governo autorizado a entrar em accôrdo com os Estados para a revisão dos contractos existentes de concessões de terras publicas, podendo rescidir-os, assumindo a União o onus das indemnizações, respeitadas os direitos dos colonos ou proprietarios, já effectivamente localizados.

Art. 5º Durante o estado de guerra, o brasileiro ou o estrangeiro, não inimigo, socio de um inimigo, em qualquer sociedade em nome colectivo, capital e industria, ou em commandita, tem o direito de promover a dissolução e liquidação do contracto de sociedade.

Art. 6º Os estabelecimentos commerciaes ou industriaes, associações, sociedades, inclusive as anonymas, bancos, usinas, ou armazens, serão considerados de propriedade inimiga sempre que a totalidade do respectivo capital, ou a sua maior parte, pertencer a subditos inimigos, qualquer que seja a respectiva séde, no Brasil ou no estrangeiro.

Art. 7º Sempre que o individuo tiver mais de uma nacionalidade, em virtude de naturalização obtida em outro paiz, e uma dellas fôr inimiga, será considerado subdito inimigo.

§ 1º Fica exceptuado o subdito inimigo que ser tenha naturalizado brasileiro antes da declaração do estado de guerra.

§ 2º Enquanto durar o estado de guerra, fica suspensa a naturalização dos subditos da nação inimiga e dos de nações della alliadas.

Art. 8º O Governo determinará em regulamentos, ou instrucções, o processo de arrolamento e inscripção de bens de propriedade inimiga, fiscalização, sequestro e administração dos mesmos, bem como de sua eventual liquidação, nos termos da presente lei, podendo nomear os administradores, gerentes ou liquidatarios, com os poderes e faculdades necessarios, tendo preferencia para esses cargos os socios brasileiros na proporção do capital ou ordem de antiguidade.

Art. 9º As sociedades de seguros administradas, ou pertencentes a inimigos, com operações e contractos no Brasil, ficarão sujeitas ao regimen especial, que fôr instituido pelo Governo, de modo a salvaguardar os direitos dos segurados brasileiros.

Art. 10. Decretada a liquidação das empresas, estabelecimentos, sociedades, associações, bancos, usinas, casa commerciaes inimigos, o Governo poderá ordenar que o producto seja recolhido, em deposito, ao Thesouro Nacional, reservados os direitos dos nacionaes e subditos estrangeiros não inimigos.

Paragrapho unico. Desse deposito poderão os subditos inimigos retirar, mensalmente, para alimentos, na fórmula da legislação civil, as quantias que, a juizo do Governo, forem julgadas sufficientes.

Art. 11. Ficam approvados todos os actos já praticados pelo Governo ordenatorios de medidas previstas nesta lei, continuando em vigor a autorização constante do artigo unico do decreto n. 3.361, de 26 de outubro do corrente anno.

Art. 12. O Poder Executivo fica autorizado a fazer as necessarias operações e abrir os credits para a execução da presente lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor desde já. O Poder Executivo providenciará incontinenti para que seja communicado o texto integral da lei, por via telegraphica, aos Governadores ou Presidentes dos Estados e aos Prefeitos do Territorio do Acre, aos quaes incumbe ordenar immediatamente a respectiva publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1917, 96º da Independencia e 29º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.



Senado Federal
Secretaria de Informação Legislativa

DECRETO N. 3.361 ? DE 26 DE OUTUBRO DE 1917

*Reconhece e proclama o estado de guerra
iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Imperio Allemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da Republica a adoptar as providencias constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa, nacional e segurança publica que julgar necessarias, abrindo os creditos precisos ou realizando as operações do credito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1917, 96º da Independencia e 29º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Nilo Peçanha.

José Caetano de Faria.

Alexandrino Faria de Alencar.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

A. Tavares de Lyra.